Pontifícia Universidade Católica
DO RIO DE JANEIRO

Ana E. Saggioro Garcia

A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais.

Professor orientador: José Maria Goméz

Volume I

Rio de Janeiro
Maio de 2012

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Pontifícia Universidade Católica
DO RIO DE JANEIRO

Ana E. Saggioro Garcia

A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. José María Gómez
Orientador e Presidente
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Luis Manuel Rebele Fernandes
Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio

Prof. Pedro Cláudio Cunca Brando Bocayuva Cunha
Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio

Profa. Virgínia Fontes
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Paulo Eduardo Arantes
Universidade de São Paulo - USP

Profa. Mônica Herz
Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2012

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Ana E. Saggioro Garcia

Cientista Política (*Diplom-Politologin*) pela Freie Universitaet Berlin (2004) e doutora em Relações Internacionais pela PUC-Rio.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Ficha Catalográfica

Garcia, Ana E. Saggioro

A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo / Ana E. Saggioro Garcia ; orientador: José Maria Goméz. – 2012.
413 f.; 2 Vol.; 35 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2012.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais – Teses. 2. Empresas multinacionais brasileiras. 3. BRICS. 4. Política externa. 5. BNDES. 6. Hegemonia. 7. Imperialismo. I. Goméz, José Maria. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD:327

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

À minha filha Iara, que transforma seu próprio mundo a cada dia, e cresce em um mundo que será, certamente, diferente de hoje

Aos indignados/as, atingidos/as, sem terra, sem teto, sem saúde e sem direitos - aos lutadores e lutadoras do povo, que produzem a riqueza do mundo com seu trabalho, mas dela não se apropriam

Agradecimentos

À minha mãe pelo apoio emocional, financeiro, prático, sem o qual não teria sido possível completar esse ciclo de quatro anos;

Ao meu pai e irmão pelo apoio constante;

À FAPERJ pelo apoio financeiro que viabilizou a elaboração desse e demais trabalhos nos últimos dois anos;

Aos professores do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio pelo aprendizado e constante apoio e incentivo: meu orientador J.M. Goméz, Luis Fernandes, Cunca, Paulo Esteves, João Nogueira, Nizar Messari, Carol Moulin e Mônica Herz; e aos queridos amigos e amigas do IRI, cujo apoio, a amizade, solidariedade e ótima convivência foram fundamentais para percorrer e fechar esse ciclo, Maíra, Fabiano, Marta, Daniel, Layla, Victor, Rui, Márcio, Sérgio, Jana, Ana Carolina, Natália, Flávia, Bárbara, Guilherme, Alessandro e Miguel;

Ao prof. Leo Panitch, quem possibilitou minha estadia em Toronto, me recebeu com tanto carinho e hospitalidade, me incentivou, influenciou e ajudou a chegar nas reflexões consolidadas nesse trabalho; ao prof. Esteve Morera, com quem refleti e troquei, a quem devo o que aprendi com Gramsci; ao prof. Robert W. Cox, pelo carinho e hospitalidade em sua casa, e pelas conversas tão frutíferas; aos demais professores e colegas da York University, que tanto me influenciaram e motivaram a seguir e completar o doutorado;

Aos amigos e amigas no Brasil, na América Latina, Alemanha, Espanha, Canadá, companheiros e companheiras de jornadas de luta e aprendizado da prática de transformação, que se reflete nesse trabalho;

Sandra Quintela, Marcos Arruda e demais amigos e amigas do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), pela pedagogia do exemplo;

à Fundação Rosa Luxemburg em Berlim e às queridas colegas do escritório de São Paulo, que me ajudaram a chegar onde estou hoje;

Às amigas e ao amigo do grupo de estudo sobre Imperialismo, Virgínia Fontes, Pedro Henrique Campos e Sara Graneman;

Antonia e Valdelina, cujo trabalho "invisível" fez possível o meu trabalho;

Rodrigo, pelo amor, carinho, paciência e abraço diário.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Resumo

Garcia, Ana E. Saggioro; Goméz, José Maria (orientador). **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, 2012. 413 p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese pretente examinar a expansão internacional de empresas brasileiras e as políticas públicas relacionadas a essa expansão, problematizando a relação entre capital e Estado na atuação internacional do Brasil. Empresas multinacionais têm um papel importante no desenvolvimento capitalista, contribuindo historicamente para a transformação de Estados em potências hegemônicas. Os Estados, por sua vez, financiam e estruturam o campo jurídico e político para que as empresas atuem no plano interno e externo. No Brasil, no período recente, o apoio a empresas com capacidade de competir globalmente tem sido central para a estratégia de desenvolvimento, assim como para seu novo papel como "país emergente" na ordem mundial. O "interesse nacional" mescla-se, em muitos casos, com os interesses privados das multinacionais brasileiras no exterior. Impactos negativos sobre comunidades locais, trabalhadores e o meio-ambiente mostram, entretanto, que a ascensão internacional dessas empresas não é somente *consenso* (em torno do aumento da competitividade do país no cenário internacional), mas também *conflito* dentro e fora do Brasil. Aspectos sociais, ambientais e trabalhistas vem sendo sistematicamente excluídos das principais análises e reflexões sobre o papel do Estado no apoio à internacionalização das empresas brasileiras. Iniciaremos esse trabalho apresentando diferentes perspectivas sobre as tendências atuais de mudança na ordem mundial, procurando situar o debate sobre a ascensão dos BRICS no campo teórico das Relações Internacionais. Logo, apresentamos alguns dos principais estudos sobre empresas multinacionais de países em desenvolvimento, analisando seus reflexos sobre a discussão em torno da internacionalização de empresas brasileiras. Verificamos que a expansão internacional dessas empresas está estreitamente relacionada à busca do país pela diversificação de relações político-comerciais, com a ampliação e o aprofundamento das relações com outros países e regiões do Sul, que formam, por sua vez, as bases a partir das quais o Brasil busca ter maior

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

participação e incidência nas instituições e fóruns multilaterais. Apontamos que a atual fase de internacionalização de empresas brasileiras é decorrente tanto da formação de monopólios no mercado doméstico, quanto de políticas públicas proativas, que buscam a melhor inserção do país no âmbito da competição capitalista global. Dentre as políticas públicas e institucionais, destacamos o papel da política externa e a política de crédito, que foi reforçada, de forma significativa, através de mudanças ocorridas no BNDES a partir de 2003. Procuramos demonstrar, assim, que o projeto econômico (a expansão das empresas e grupos multinacionais com sede no Brasil) está integrado ao projeto político (o de ser uma potência). Partindo dessas análises empíricas, refletimos sobre o campo teórico, aprofundando a leitura sobre os conceitos de imperialismo e hegemonia, e o debate sobre a relação capital-Estado. Traçamos um caminho do empírico para o teórico, para averiguar de que maneira as reflexões existentes sobre hegemonia e imperialismo são apropriadas, ou necessitam ser reformuladas e renovadas diante das novas dinâmicas nesta fase atual do capitalismo. Buscamos compreender, portanto, qual o lugar e o papel do Brasil (assim como dos demais "países emergentes") na estrutura global de reprodução expandida do capital.

Palavras-chave

Empresas multinacionais brasileiras; BRICS; política externa; BNDES; hegemonia; imperialismo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Abstract

Garcia, Ana E. Saggioro; Goméz, José Maria (advisor). **The internationalization of Brazilian companies during the Lula administration: a critical analysis of the relationship between capital and State in contemporary Brazil.** Rio de Janeiro, 2012, 413 p. Doctorate Thesis – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The thesis aims to investigate the internationalization of Brazilian companies and public policies related to this process , questioning the relationship between capital and state in the context of Brazil's international relations during the Lula administration. Multinational companies play an important role in capitalist development, contributing to the historical transformation of states in hegemonic powers. States, in their turn, structure and finance the legal and political framework – both domesticaly and internationally - inside which companies act. In Brazil, in recent years, support for companies capable of competing globally has been central to the development strategy, as well to the its role as an "emerging country" in the world order. The so-called "national interest" is often mixed with private interests of Brazilian multinationals operating abroad. Negative impacts on local communities, workers and on the environment have shown, however, that the internationalization of Brazilian companies is not only about *consensus* (regarding the country's increasing competitiveness in the international arena), but also about *conflict*, both inside and outside Brazil. Social, environmental and labor aspects have systematically been excluded from chief analysis and reflections on the role of the State in supporting the internationalization of Brazilian companies. This thesis starts by presenting different perspectives on the current trends and changes in the world order, situating the debate about the rise of the BRICS in theory of International Relations. Then, we present some of the main studies on multinational enterprises of developing countries, analysing their reflections on the discussion about the internationalization of Brazilian companies. The thesis argues that the internationalization of these companies is closely related to the Brazil's search for diversification of its political and commercial relations and to the more general process of broadening and deepening of "South-South" relations. There one may

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

find the basis over which Brazil has sought for greater participation and influence inside multilateral institutions and forums. The thesis point out that the current phase of internationalization of Brazilian companies follows both the formation of monopolies in the domestic market and proactive public policies aiming to achieve better positions for the country in global capitalist competition. Considering the main public and institutional policies, the thesis highlights the role played by foreign and credit policies, reinforced by changes in BNDES since 2003. It is demonstrated, therefore, that the economic project (on the internationalization of Brazilian multinationals) is integrated to the political project (of expanding Brazilian power in the world system) . Based on empirical analysis, the thesis finishes with a theoretical reflection, going further in some readings concerning the concepts of imperialism and hegemony and in the debate on the capital-state relationship. Going from the empirics to theory, the thesis investigates whether the present literature on hegemony and imperialism are suitable or need to be adapted and renewed, in a way to reflect on the new dynamics of the current phase of capitalism. In sum, the thesis intend to problematize the place and role of Brazil (as well as by other "emerging countries") in the overall structure of the expanded reproduction of capital.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Keywords

Brazilian multinational companies; BRICS; foreign policy; BNDES; hegemony; imperialism

Sumário

1. Introdução 15

2. "Países emergentes" e a configuração de uma nova ordem mundial 24

2.1 Os chamados BRICS 27

2.2 Ajustes e acomodações dentro da ordem 30

2.3 Mudanças na ordem mundial e deslocamento do centro de acumulação 36

2.4 Mudanças na ordem com aprofundamento das relações de poder com base nos EUA 39

3. A expansão internacional de empresas com sede no Brasil: consensos e conflitos 46

3.1 Multinacionais de "países emergentes" e "translatinas" no contexto de uma ordem mundial em transição 46

3.2 A expansão internacional de empresas sediadas no Brasil 60

3.3 Fatores de motivação e "desvio" de investimento, e o debate sobre vantagens e desvantagens da internacionalização 71

3.4 Setores e casos emblemáticos de conflitos internacionais envolvendo multinacionais brasileiras 77

4. Políticas públicas e atores governamentais 105

4.1 Política de crédito 111

4.2 Política Externa 131

4.2.1 Relações Sul-Sul e a expansão do capital com sede no Brasil 143

5. Capital, Estado, hegemonia e imperialismo: qual o lugar e o papel do Brasil e dos "países emergentes"? 170

5.1 A relação capital-Estado e sua internacionalização 174

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

5.2 Hegemonia, imperialismo e o lugar do Brasil 192

6.Conclusão 237

7. Referências Bibliográficas 247

Apêndice 283

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Tabelas

Tabela 1. Brasil - África: relações políticas e empresariais (2003-2010) 283

Tabela 2. Brasil - América Central e Caribe: relações políticas e empresariais (2003-2010) 320

Tabela 3. Brasil- América do Sul: relações políticas e empresariais (2003-2010) 339

Tabela 4. Brasil- Oriente Médio e Norte da África : relações políticas e empresariais (2003-2010) 403

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Siglas

ABC - Agência Brasileira de Cooperação

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

APEX - Agência Brasileira de Exportação e Investimentos

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS - Brazil, Russia, India, China, South Africa

CNI - Confederação Nacional da Indústria

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IED - Investimento Externo Direto

MiDIC - Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio

MRE - Ministério de Relações Exteriores

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

O maior trem do mundo

Carlos Drummond de Andrade

O maior trem do mundo
Leva minha terra
Para a Alemanha
Leva minha terra
Para o Canadá
Leva minha terra
Para o Japão

O maior trem do mundo
Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
Engatadas geminadas desembestadas
Leva meu tempo, minha infância, minha vida
Triturada em 163 vagões de minério e destruição

O maior trem do mundo
Transporta a coisa mínima do mundo
Meu coração itabirano

Lá vai o trem maior do mundo
Vai serpenteando, vai sumindo
E um dia, eu sei não voltará
Pois nem terra nem coração existem mais.

(Publicado em 1984 – Jornal "O Cometa Itabirano")

1.
Introdução

As empresas multinacionais são um dos principais motores do desenvolvimento econômico no capitalismo. Elas têm um papel central na exploração de recursos, transferência das riquezas, em inovações tecnológicas para seu lucro - mas representadas como inovações para toda a sociedade - e na transformação de países em potências hegemônicas ao longo da história do capitalismo. Por trás de uma grande empresa há sempre um Estado forte, que a financia e estrutura o campo jurídico e político para que ela atue. E por trás de um Estado hegemônico há sempre empresas multinacionais que atuam dentro e fora do país, levando sua marca e criando sua imagem junto à imagem do país potência. Em alguns casos, a relação entre empresas e Estado se explicita com a penetração de agentes das empresas no aparelho estatal, influenciando políticas públicas diretamente[1]. Essa dinâmica relação entre capital e Estado é característica da hegemonia capitalista, em que os interesses das classes dominantes são apresentados como interesses universais.

Apesar de não ser um fenômeno novo (algumas das principais empresas iniciaram sua internacionalização já no final da década de 1960), o debate sobre multinacionais de "países emergentes" ainda é recente nas reflexões das Relações Internacionais, e está intimamente ligado ao debate sobre a ascensão desses países na ordem mundial como futuros centros de poder econômico e político. A novidade agora consiste na magnitude e rapidez de crescimento desse fenômeno nas últimas décadas[2]. Em 2006, o relatório anual sobre investimentos mundiais da UNCTAD chamou a atenção para o aumento significativo do investimento originado de economias "em desenvolvimento" e o crescente fluxo de

[1] Essa relação direta se explicita no caso das empresas de engenharia e construção durante o regime civil-militar no Brasil. Ver CAMPOS, P. H. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. In: IRLS et. al. (org.): **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009

[2] SAUVANT, Karl. The rise of TNCs from emerging markets: the issues. In: SAUVANT (ed.). **The rise of transnational corporations from emerging markets**. Threat or opportunity? Cheltenham (UK): Edward Elgar, 2008

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

investimentos Sul-Sul. A partir disso, outras instituições, como o Boston Consulting Group, iniciam levantamentos anuais e *rankings* das principais empresas e grupos econômicos capazes de desafiar multinacionais de economias tradicionais. Em 2009, esse *ranking* mostrou que as 100 multinacionais "emergentes" com potencial para competir com empresas estadunidenses e europeias somaram US$ 1,5 trilhão. O Brasil ocupa o terceiro lugar, atrás de empresas da China e da Índia. Entre as brasileiras estão Petrobrás, Vale e as grandes construtoras Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez[3]. As multinacionais sediadas no Brasil não só têm crescido, como se internacionalizado cada vez mais. Elas são apresentadas como "motores" do desenvolvimento econômico, gerando um consenso sobre o apoio governamental à sua atuação dentro e fora do Brasil[4]. Elas ganham importância no cenário internacional e regional, influindo na política externa brasileira e se tornando, algumas vezes, agentes de conflitos entre Estados. Entre os mais emblemáticos estão os casos de conflito entre Brasil e Bolívia, devido à nacionalização do petróleo naquele país, em 2006, e entre Brasil e Equador, em 2008, devido aos problemas causados pela construtora Odebrecht na construção da hidrelétrica San Francisco.

Temos, assim, uma dinâmica relação entre capital e Estado na atuação internacional do Brasil. Com o governo Lula, o país procurou fortalecer as relações com outros países "do Sul", aprofundando e expandindo políticas de integração regional sul-americana, aproximando-se política e economicamente da China, Índia e Rússia, expandindo as relações com países da África e do Oriente Médio. Essa maior ênfase nas relações "Sul-Sul" é acompanhada pela crescente expansão internacional de grandes grupos econômicos com sede no Brasil para esses países e regiões. Alguns considerarão a presença internacional de grupos econômicos junto à atuação do Estado brasileiro como exploradora e "sub-imperialista", com pouca diferenciação da atuação das antigas potências colonizadoras. Já outros poderão afirmar que a presença do Brasil é preferível

[3] VIALLI, A. Brasil tem 14 grupos na lista de multis emergentes. **Estado de São Paulo**, 29 de janeiro de 2009.
[4] RICUPERO, R; BARRETO, F. A importância do investimento direto estrangeiro do Brasil no exterior para o desenvolvimento socioeconômico do país. In: ALMEIDA (org.): **Internacionalização de empresas brasileiras**. Perspectivas e riscos. Rio de Janeiro: Elvesier, 2007.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

frente à atuação das potências tradicionais, em especial o poder hegemônico dos EUA, sendo os elementos culturais, assim como a personalidade "carismática" do ex-presidente Lula, fatores que podem influenciar na boa recepção desses grupos econômicos. A compreensão sobre a atuação de empresas multinacionais brasileiras e o crescente protagonismo do Brasil na ordem mundial torna-se ainda mais complexa ao atentarmos para conflitos e impactos sociais gerados por elas em diferentes territórios.

A produção acadêmica sobre o tema ainda é, de modo geral, incipiente. No Brasil, institutos e fundações ligadas ao setor empresarial, especialmente a Fundação Dom Cabral e a Sobeet, produzem estudos, análises, seminários internacionais, e elaboram pesquisas anuais sobre a internacionalização de empresas brasileiras, medindo os diferentes níveis de internacionalização de acordo com ativos, lucros e funcionários no exterior, divulgados no formato de *rankings*. Publicações acadêmicas no Brasil e no exterior concentram-se especialmente nas áreas de economia, administração e gestão de empresas (ou "escolas de negócios" em universidades internacionais), detendo-se em debates sobre condições e motivações da internacionalização, desafios e caracterizações comuns de empresas "emergentes". Pesquisadores baseiam-se, em boa parte, no chamado "paradigma eclético" desenvolvido por John Dunning, que enfatiza a racionalidade econômica desses atores, os quais buscam explorar vantagens competitivas no mercado internacional[5]. Há, no entanto, uma carência de trabalhos reflexivos e críticos, que relacionem a expansão internacional dessas empresas com a atuação do Estado brasileiro, possíveis impactos sobre territórios, trabalhadores e populações locais, e as implicações de tudo isso para a reflexão sobre o papel do Brasil na estrutura global de acumulação.

[5] Dunning é citado por uma grande parte de autores que estudam empresas multinacionais. De acordo com Fleury/Fleury, o paradigma eclético de Dunning propõe três conjuntos de vantagens competitivas buscadas pelas empresas: vantagens específicas de propriedade (associadas a ativos tangíveis, como mão de obra, recursos naturais, etc., e não tangíveis, como marca, imagem, tecnologia), de localização (decorrentes das condições do contexto local, ou transacional, referente a cadeia de formação de valor), e de internalização (quando as empresas buscam internalizar transações para economizar custos que seriam mais altos no mercado). Ver FLEURY; FLEURY. Internacionalização de empresas brasileiras: em busca de uma abordagem teórica para os *late movers.* In: FLEURY; FLEURY (org.). **Internacionalização e os países emergentes**. São Paulo: Atlas 2007.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Embora conflitos envolvendo empresas brasileiras raramente figuram em publicações científicas e em análises e pesquisas realizadas por instituições próximas ao setor empresarial, os meios de comunicação, no Brasil, divulgaram amplamente alguns deles, especialmente aqueles que envolveram governos nos países vizinhos na América do Sul[6]. Conflitos sociais, ambientais e trabalhistas, com impactos sobre comunidades locais e trabalhadores, raramente têm destaque na grande mídia ou são considerados em estudos e análises acadêmicas. Entretanto, organizações e movimentos sociais, no Brasil e nos outros países de atuação das empresas, buscaram denunciar tais impactos negativos, além de promover a conexão com outros grupos em luta contra os mesmos agentes econômicos[7]. Esses processos de lutas sociais abrangem tanto a esfera local/territorial quanto a internacional, e apontam para a necessidade de abertura de um debate democrático, na sociedade brasileira, sobre o atual modelo de desenvolvimento e o que constitui o "interesse nacional" do país.

O presente trabalho tem três objetivos. O primeiro é verificar de que maneira a internacionalização de empresas sediadas no Brasil está vinculada à expansão e aprofundamento das relações do Brasil com outros países e regiões "do Sul" e, por sua vez, ao crescente papel internacional do país nas instâncias de concerto e decisão global. Como relacionar a expansão e aprofundamento das relações "Sul-Sul" e a internacionalização das empresas brasileiras? De que forma a expansão internacional de empresas com sede no Brasil está relacionada à ascensão política do Brasil como "país emergente", com capacidade de incidir nos espaços de decisão mundial? Para isso, verificaremos as políticas públicas, durante o governo Lula, relacionadas à expansão do capital com sede no Brasil, no que tange a política de crédito e a política externa, com ênfase na diversificação das relações internacionais do país. Apresentaremos uma análise

[6] Observamos que os conflitos amplamente divulgados e discutidos nos meios de comunicação foram aqueles envolvendo governos sul-americanos de esquerda. Muitos dos debates midiáticos buscaram apresentar supostas "fragilidades" do governo Lula, demandando maior "rigidez" nas negociações com governos vizinhos.

[7] Surgiram, por exemplo, redes de organizações de caráter ambiental e sindical em luta contra a atuação abusiva da Petrobras, da Vale, e por mais transparência e responsabilidade do BNDES sobre os projetos financiados com recursos públicos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

crítica das mudanças conjunturais em curso no "Brasil em transição"[8] em uma ordem mundial em transição.

Investimentos brasileiros nas potências tradicionais (por exemplo, aquisições de frigoríficos, nos EUA, pela JBS ou da principal mineradora no Canadá pela Vale) serão mencionados ao longo deste trabalho. Entretanto, nossa preocupação é compreender o quadro mais geral das relações exteriores do país que abriram espaço para a expansão de empresas brasileiras, por meio da diversificação das relações político-comerciais com outros países e regiões do Sul global, que ganharam maior importância durante o governo Lula. Não focamos em um ou outro investimento em específico, mas buscamos compreender a relação entre capital e Estado, em sua estrutura geral, no plano internacional.

O segundo objetivo, de cunho metodológico e epistemológico, é lançar luz aos aspectos contraditórios desse processo. Apresentaremos essa análise a partir de uma perspectiva *bottom-up*, ou seja, a partir das forças sociais em contestação da estratégia de desenvolvimento capitalista, descortinando conflitos onde aparentemente rege consenso. Partimos não de uma perspectiva "horizontal" da ordem mundial, em que os Estados aparecem como unidades fechadas, que operam sob uma mesma lógica determinada pelo constrangimento estrutural da anarquia internacional. Nessa perspectiva, o Estado brasileiro teria um "interesse nacional" coeso, e operaria em um sistema de Estados que competem uns com os outros, buscando acumular, demonstrar ou manter poder. Para apresentar uma análise crítica e dialética das correntes mudanças, partimos da teoria marxista e crítica, em uma perspectiva "vertical" da ordem mundial e dos Estados. Essa perspectiva implica tanto a análise do sistema internacional em sua forma hierárquica (economias dominantes e economias dependentes), quanto à análise do Estado capitalista em sua estrutura de classes dominantes e dominadas. O Estado é aqui considerado em seu sentido ampliado, como sociedade política e sociedade civil, sendo um espaço de relação conflituosa entre forças sociais dominantes e forças de contestação. No âmbito do Estado ampliado, prevalecem disputas sobre em que consiste o "interesse nacional" de um país, quais as vias e

[8] Referimo-nos aqui à recente publicação "O BNDES em um Brasil em transição", Ana Cláudia Além e Fabio Giambiagi (orgs.), Rio de Janeiro, 2010 (disponível em www.bndes.gov.br).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

formas de desenvolvimento no qual ele está inserido, e quais as políticas públicas para viabilizá-lo.

Ao olharmos, "de baixo para cima" o Brasil no sistema mundial, logramos identificar uma relação dinâmica entre estrutura e agente. O país ocupa historicamente uma posição estrutural subordinada e dependente no mercado internacional, ao mesmo tempo em que buscou configurar suas estruturas internas de modo a estabelecer padrões diferenciados de relações com as potências tradicionais. As mudanças em curso no Brasil são resultado dessa dinâmica, reforçando-a. Isso implica uma posição paradoxal - nem centro, nem periferia - um país subordinado, ao passo que subordina outros. Além disso, ao olharmos "de baixo para cima" o modelo de desenvolvimento em curso no Brasil, na América Latina e em outras regiões do Sul global, através das relações sociais de classe, logramos identificar consequências concretas sobre as populações que vivem do seu trabalho, e que são expropriadas dos seus meios de vida e subsistência através da reconfiguração dos territórios e das relações sociais antes prevalecentes, de modo a servir à modernização e ao desenvolvimento de cunho capitalista. Isso implica a constante contestação do processo de modernização e desenvolvimento nos próprios territórios, dentro e fora do Brasil, demonstrando que não são fluidos e consensuais, mas sim conflituosos, para dentro e para fora.

Por fim, o terceiro objetivo é refletir sobre o campo teórico e suas consequências para as lutas sociais e políticas. A partir do levantamento empírico, ingressaremos nos questionamentos teóricos, aprofundando a leitura sobre os conceitos de imperialismo e hegemonia, e o debate marxista e crítico sobre a relação capital-Estado. Quais elementos das teorias podem ajudar na compreensão dos fatos? Quais elementos da realidade brasileira e mundial desafiam o campo teórico hoje existente? Apresentaremos no primeiro capítulo algumas das diferentes perspectivas teóricas sobre mudanças na ordem mundial e ascensão dos "países emergentes", procurando situar o objeto de pesquisa deste trabalho no debate mais amplo no campo teórico das Relações Internacionais. A partir daí, daremos início à pesquisa propriamente dita. Traçaremos um caminho do empírico para o teórico, para averiguar, no último capítulo, de que maneira as reflexões existentes sobre hegemonia e imperialismo são apropriadas, ou

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

necessitam ser reformuladas e renovadas diante das novas dinâmicas nesta fase atual do capitalismo. Ao apresentar os diferentes elementos, abordagens e perspectivas sobre os conceitos que caracterizam relações de poder e dominação na esfera internacional, questionamos: qual o lugar e o papel do Brasil (e demais "países emergentes") na estrutura global de reprodução expandida do capital?

Partimos do pressuposto de que os conceitos de hegemonia e imperialismo não são categorias estáticas, mas representam processos dinâmicos, que irão se transformar e modificar ao longo das diferentes fases da história, e em diferentes espaços e territórios. Eles não devem, portanto, ser aplicados de forma mecânica, mas questionados sobre seu significado, sempre em relação à realidade social concreta. Não há a intenção de verificar a "veracidade" de uma determinada teoria, a fim de reforçá-la, nem a intenção de sobrevalorizar o empírico, utilizando elementos teóricos, de forma "instrumentalista". A tentativa, aqui, é de compreender o momento atual de transição, tanto na ordem mundial quanto no país, problematizando a forma com a qual o Brasil se insere no atual reordenamento da ordem mundial capitalista.

Este trabalho busca, em suma, compreender a articulação entre a expansão internacional de empresas com sede no Brasil e a inserção internacional do país durante o governo Lula, considerando os diferentes conflitos sociais que necessariamente estão imbricados em um processo de desenvolvimento capitalista. Para isso, atentamos para a necessidade de cuidado e sensibilidade política ao analisarmos a ascensão capitalista de um país que, historicamente, é inserido de forma subordinada na reprodução expandida do capital, ao passo que, hoje, subordina outros. Afinal, de onde e para onde estamos "emergindo"?

Os capítulos 2 e 3 deste trabalho visam a alcançar os dois primeiros objetivos, os capítulo 1 e 4, o terceiro objetivo. Conforme mencionamos, o primeiro capítulo irá expor diferentes perspectivas teóricas sobre mudanças na ordem mundial, procurando situar o debate sobre a ascensão dos BRICS no campo teórico das Relações Internacionais. No segundo capítulo, iniciamos com diferentes estudos sobre empresas multinacionais de países em desenvolvimento e "translatinas" (em específico, os estudos da UNCTAD e CEPAL), passando, logo,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

para a evolução da internacionalização das empresas brasileiras. Apresentaremos os debates mais recentes sobre vantagens, desvantagens, fatores de desvio e motivação desse processo de internacionalização. Verificamos que aspectos sociais, ambientais e trabalhistas vem sendo sistematicamente excluídos das principais análises e reflexões sobre o papel do Estado no apoio à expansão internacional de empresas brasileiras. Impactos negativos sobre comunidades locais, trabalhadores e o meio-ambiente mostram, entretanto, que a ascensão internacional dessas empresas não é somente *consenso* (em torno do aumento da competitividade do país no cenário internacional), mas também *conflito* dentro e fora do Brasil. Casos emblemáticos serão exemplificados em conflitos envolvendo a Petrobras, a Vale e empresas construtoras. No terceiro capítulo, discorreremos sobre as políticas públicas e o papel do Estado no apoio à expansão internacional de empresas sediadas no Brasil. Apontamos que essa expansão está estreitamente relacionada à busca do país pela diversificação de relações político-comerciais, com a ampliação e o aprofundamento das relações com outros países e regiões do Sul, que formam, por sua vez, as bases a partir das quais o Brasil busca ter maior participação e incidência nas instituições e fóruns multilaterais. A atual fase de internacionalização de empresas brasileiras é, portanto, decorrente tanto da formação de monopólios no mercado doméstico, quanto de políticas públicas proativas, que buscam a melhor inserção do país no âmbito da competição capitalista global. Dentre as políticas públicas e institucionais, destacamos o papel da política externa e a política de crédito, que foi reforçada, de forma significativa, através de mudanças ocorridas no BNDES a partir de 2003. Procuramos demonstrar, assim, que o projeto econômico (a expansão das empresas e grupos multinacionais com sede no Brasil) está integrado ao projeto político (o de ser uma potência). Por fim, no último capítulo, retomaremos os debates da teoria marxista e teoria crítica sobre a relação entre capital e Estado, suas transformações com o processo de internacionalização/globalização, e aprofundaremos a leitura e reflexão sobre os conceitos de hegemonia e imperialismo. Nesse capítulo, buscamos relacionar elementos empíricos, elencados nos capítulos anteriores, com as reflexões sobre hegemonia e imperialismo. Concluímos que, embora as principais teorias abarquem uma grande parte das diferentes experiências e formas históricas de dominação, elas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

sozinhas não são suficientes para compreender a fase atual do capitalismo, caracterizada (entre outras coisas) por relações peculiares de poder entre países periféricos.

A pesquisa empírica foi realizada com base em publicações e estudos das instituições de pesquisa ligadas ao meio empresarial, em especial a Fundação Dom Cabral e fundação Sobeet; em jornais de economia, em especial Valor Econômico, entre 2003 e 2010; em relatórios, artigos e notas à imprensa disponibilizados, publicamente, pelo Ministério de Relações Exteriores, Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio, Agência de Promoção da Exportação e Investimento, BNDES e Banco Central. Notamos que a disponibilização pública das informações e dados é diferenciada em cada um desses órgãos governamentais, sendo, em alguns casos, difícil o acesso à informação completa, detalhada e com demonstração da evolução histórica dos dados. Desse modo, utilizamos aqui quase toda a informação disponível, porém, podem haver incompletudes e falhas devido à forma incompleta e generalizada como os dados são, por vezes, apresentados. Por fim, utilizamos documentos, estudos de casos e informes de organizações sociais no Brasil e no exterior, envolvidas em algum tipo de enfrentamento a uma multinacional brasileira. Os argumentos aqui apresentados também estão embasados na nossa própria experiência de participação e envolvimento militante em movimentos e organizações sociais. As informações coletadas nessa pesquisa foram sistematizadas na forma de tabelas divididas por regiões, que buscam mostrar, de forma sumarizada, as relações políticas e empresariais do Brasil durante o governo Lula. As tabelas estão apresentas no apêndice desse trabalho. Procuramos averiguar as linhas gerais da política externa por região, medidas específicas de política externa e a atuação de atores estatais por país, projetos envolvendo empresas com sede no Brasil, medidas de cooperação técnica, financiamento público para determinado projeto, possíveis conflitos socioambientais e trabalhistas e conflitos com governos locais. Este esforço de síntese pretende dar uma visão geral sobre as relações político-empresariais do Brasil entre 2003 e 2010, mas não esgota a totalidade de investimentos de empresas brasileiras e ações governamentais nesse período.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

2.

"Países emergentes" e a configuração de uma nova ordem mundial

Em que medida os EUA estão perdendo poder e posição na ordem mundial? Em que medida a China, juntamente com outros países com economias chamadas "emergentes" estão desafiando a posição dominante dos EUA e Europa, e indicam um novo polo de poder no futuro? Esses questionamentos se tornaram comuns dos debates políticos e meios de comunicação no final da primeira década do século XXI. A década é encerrada com uma profunda crise da economia capitalista, gerada pela sobre acumulação financeira, gerando excesso de capital excedente nos países centrais. Ela reflete também uma crise ambiental e climática, uma crise social e de acirramento das desigualdades, de paradigmas de civilização, e da "guerra sem fim" [1], com objetivos inalcançáveis e contra inimigos difusos, criados pela própria civilização ocidental contra um "Oriente" sobre o qual ela constrói sua "superioridade". Crises indicam também certo esgotamento de ciclos e modelos de acumulação e, com isso, oportunidades de mudança. Mas o que entendemos por mudança na ordem mundial? Quais são as ferramentas que podem nos ajudar na reflexão mais profunda sobre mudanças, possibilitando romper com certos consensos construídos, e compreender diferentes formas, espaços, tempos e agentes de transformação?

As principais correntes teóricas das Relações Internacionais (realismo e institucionalismo) têm um viés conservador, no sentido de elaborar, a partir de verificações empíricas, mecanismos e princípios para o melhor funcionamento das relações em uma estrutura previamente dada, não problematizando seu surgimento histórico e, portanto, não contemplando uma transformação radical da ordem. Busca-se explicar acomodações e ajustes dentro de uma estrutura que não é questionada. Em geral, essas teorias vão partir de fatos particulares para concluir tendências gerais, que são transformadas em regularidades tipo-lei. Elas separam diferentes áreas (economia, política, organizações internacionais, etc.) e

[1] WOOD, Ellen Meinkins. **Empire of Capital**. 2nd ed. London, Verso, 2005.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

conseguem, de forma eficiente, delimitar e fixar elementos, explicando efeitos causais que levam a determinados resultados no sistema internacional. Mecanismos e princípios detectados por elas em determinadas estruturas históricas perdem sua contextualização em tempo e espaço, ao se transformarem em tendências gerais do sistema internacional, que são repetidas/repetitivas, ou seja, observáveis e, mais importante, previsíveis. Cox[2] denominou essas teorias de "solução de problemas", uma vez que buscam solucionar problemas dentro de determinada ordem social e política, que é constante. Tais teorias interessam, segundo Cox, aos que se beneficiam dessa ordem. Metodologicamente, elas tentam expressar variáveis, fixas ou não, livres de valorização, ou seja, objetivas e distantes do sujeito que as analisa. Ao neorealismo e ao institucionalismo neoliberal, Cox também agregou a vertente do marxismo que elaborou determinantes econômicas causais para vários fenômenos sociais. Tudo que é sólido, no entanto, se dissolve no ar. E frente à solidez dessas teorias, outras buscaram desvendar suas contradições e compreender transformações na ordem social e política.

Essa compreensão requer, como primeiro passo, entender certos fenômenos causais explicados pelas teorias de solução de problemas, mas contextualizando-os em sua estrutura histórica específica. Questiona-se, primeiramente, como dada estrutura, para, então buscar elementos sobre como ela pode se transformar. Entende, portanto, as contingências do tempo, elementos do passado no presente, elementos do presente que indicam a transformação, negando, assim, a possibilidade de um presente constante, funcional àqueles no poder. Princípios e mecanismos têm múltiplos efeitos, que impactam de formas diversas diferentes atores e forças sociais, e essa complexidade é analisada em sua totalidade. Portanto, as chamadas "teorias críticas" procuram compreender o todo, com sua complexidade e contradições. Elas buscarão analisar essa totalidade em seu movimento, e não de forma estática, preocupando-se em vislumbrar “de cima para baixo e de baixo para cima” a realidade social, de modo a expor as

[2] COX, Robert W. Social forces, states and world orders. Beyond international relations theory. In: LINKLATER, A. (Ed.). **International Relations: critical concepts in political science**. v. IV. London: Routledge, 2000 (1981).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

contradições de certos fenômenos e visões de mundo, e quem é incluído e excluído destes. Ao desvendar as contradições, é possível verificar como certos consensos foram construídos e desconstruídos - por quem, para quem e de que forma – iluminando, assim, possibilidades de pensar outras formas de mundo, outros imaginários e outras realidades sociais que estão em constante reconstrução. A teoria crítica vai identificar, portanto, onde certos consensos escondem conflitos. Para Cox, é partir desses conflitos, nos quais se contesta dada hegemonia de forças sociais dominantes, que impulsionamos transformações[3].

A interação entre ideias, capacidades materiais e instituições constituem estruturas em determinados períodos históricos. Essas estruturas históricas irão compor formas específicas de Estados, forças sociais e determinadas ordens mundiais. Esses três elementos influenciam um ao outro de forma dinâmica[4]. Com isso, as relações "inter-nacionais" não podem ser vistas a partir do Estado como ator unitário, conciso, cujo poder reflete suas capacidades materiais e bélicas, que é constrangido pelo sistema de forma mecânica, conforme concebem os neorrealistas. Estados são entendidos por Cox de forma ampliada e dinâmica (sociedade política e civil). A ordem mundial pode se transformar na interação entre diferentes formas de Estado e forças sociais. Uma ordem hegemônica deve ser, portanto, contextualizada historicamente. Para tanto, é necessário buscar explicações no âmbito das forças sociais moldadas pelas relações sociais de produção[5]. Elas são o ponto de partida para pensar sobre possíveis futuros, podendo combinar diferentes configurações da ordem mundial. Numa ordem *não* hegemônica, os centros de poder entrariam em conflito, com a ascendência de coligações neo-mercantilistas, ligadas a capitais nacionais e trabalhadores estabelecidos, com formas de Estados corporativistas industriais nacionais. Já uma

[3] Ibid., p. 1540-46
[4] Ibid., p. 1548-51
[5] Cox argumenta que prefere usar o termo "forças sociais" ao invés de classes, pois esta refletia a natureza de sociedades industriais, que hoje são mais complexas e diferenciadas. Para ele, hoje, trabalhadores estabelecidos podem ser representados como "privilegiados" frente às massas desempregadas e em empregos precários e informais. Em algumas sociedades, populações indígenas não se encaixariam no conceito de "proletariado". O termo "forças sociais" é explicitamente vago, forçando-nos a averiguar historicamente e em cada sociedade quem são as populações expropriadas e os agentes de transformação. Estes não estão previamente definidos, serão construídos em determinados processos de lutas emancipatórias. COX, Robert W. Entrevista realizada por Ana Garcia, Miguel Sá e Alessandro Biazzi em Cabbagetown, Toronto, maio de 2009 (manuscrito).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

ordem *contra*-hegemonia estaria baseada no "terceiro mundo", iria contra a dominação dos países centrais, objetivando um desenvolvimento autônomo[6].

Podemos observar aqui um diálogo implícito com Wallerstein, para quem a semiperiferia buscava mudar seu papel econômico, em diferentes estágios históricos, através de estratégias mercantilistas, buscando industrializar-se e tornar-se centro[7]. Em que medida a hegemonia pode ser desafiada por países nos quais as classes dominantes estão comprometidas com o próprio projeto hegemônico? A atual ascensão de países chamados "emergentes" configurariam uma perspectiva de ordem não-hegemônica, ou esses países, e suas diferentes forças sociais, reproduziriam a lógica de acumulação capitalista, levando assim a um novo ciclo de expansão do capital global? A resposta a tais perguntas irá diferir de acordo com a perspectiva teórica e visão de mundo de alguns autores: aqueles que contemplam ajustes e acomodações para manutenção da ordem, aqueles que veem mudanças e descolamentos do centro de acumulação, podendo significar uma transição do próprio capitalismo e aqueles que analisam mudanças e configurações históricas que desembocam no aprofundamento do capitalismo com base no poder dos EUA.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

2.1 Os chamados os BRICS

Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul se inserem no grupo dos chamados "países emergentes", cujo crescente protagonismo na política e na economia mundial tem gerado análises que apontam para uma transformação da ordem global. Os chamados "BRICS" têm sido utilizados no discurso político

[6] COX 1981, loc. cit., p. 1562-4

[7] Para Wallerstein, o capitalismo é economia do sistema de Estados moderno ("sistema mundo"), que se divida em posições estruturais de centro, semiperiferia e periferia. Os Estados jogam um papel estrutural na economia mundial, e as forças de mercado mundial acentuam e institucionalizam as diferenças entre entres, tornando difícil superá-las. A posição da semiperiferia, e sua burguesia dependente, teria um papel mais político que econômico, para fazer o capitalismo funcionar de forma fluida, pois ela mediava (assim como as classes médias nas sociedades capitalistas) entre dois polos opostos, contribuindo para a estabilidade política (e por sua vez econômica) do sistema como um todo. Ela assume um duplo papel, de explorada e exploradora, fazendo com que o centro não sofra uma oposição unificada. WALLERSTEIN, Immanuel. The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis. *Comparative studies in society and history*, vol. 16, nr. 4, Sept. 1974, p. 403-5

para qualificar algumas das principais forças políticas dessa nova ordem. O termo surgiu em 2001 com o relatório do banco de investimentos estadunidense Goldman Sachs. O criador do conceito prevê que os "tijolos" da economia mundial Brasil, Rússia, Índia e China terão uma economia superior à dos países do G6, em 2050. Dados e simulações reforçariam o potencial de seus mercados, a complementaridade econômica, o protagonismo político dos países do bloco e, possivelmente, uma aliança entre eles[8]. De fato, a difusão de atividades econômicas e investimentos dos países centrais para a periferia se deu de forma acelerada no período do pós-guerra, mais especificamente a partir da década de 1970, após a reconstrução da Europa e do Japão. Os países que hoje compõem os BRICS (com diferenciações e especificidades culturais e históricas entre eles) puderam absorver a difusão dessas atividades com capacidade política e econômica diferenciada dos demais países periféricos, tornando-se novos polos de crescimento. Se em 1950, os países BRICS representavam juntos (incluindo, nessa época, toda a região da URSS) 21% do PIB/Poder Paritário de Compra no mundo, frente 28% dos EUA e 26% da Europa Ocidental, em 2008 (no ano de início da crise econômica mundial), os BRICS juntos já representam 29,5% do PIB/PPC mundial, frente 18,5% dos EUA e 17% da Europa Ocidental[9].

Para além da necessidade de questionarmos o status de Rússia e China como "futuras" potências dessa ordem, uma vez que estas configuraram as principais potências do bloco socialista durante a guerra fria (já tendo, no âmbito das Nações Unidas e do ponto de vista militar, um status diferenciado), existem muitos debates sobre a pertinência de agrupar países tão distintos em um mesmo bloco, que não caberiam no escopo deste trabalho. A abstração e construção discursiva dos BRICS, na formulação do banco, tem o sentido de identificar novos espaços e oportunidades de mercado para a reprodução expandida do capital, parecendo estar, desse modo, aquém de indicar transformações concretas nas estruturas de poder. A tentativa de agentes econômicos globais de buscarem,

[8]http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/BRICs-and-Beyond.html
http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html

[9] BRICS Policy Center; Núcleo de Sistemas de Inovação e Governança do Desenvolvimento. Desenvolvimento desigual e mudanças estruturais na economia mundial: a evolução da participação dos BRICS no PIB global, de 1900 a 2008. *Policy Brief*, Outubro de 2011. Disponível em http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/940/doc/1786116251.pdf

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

na inserção de países antes denominados "semiperiféricos", estratégias privadas de mercado não confere uma novidade e acompanha o processo de transnacionalização econômica desses países, que se acelerou na década de 1990.

Da mesma forma que a introdução do neoliberalismo tomou um formato de "receituário", conhecido como "Consenso de Washington", e foi imposto como condição de empréstimo e renegociação de dívidas em programas de ajuste estrutural das instituições financeiras multilaterais, os chamados "working papers" do banco Goldman Sachs também expõem determinados caminhos a serem seguidos pelos países para que continuem crescendo e, assim, se tornem economicamente mais fortes que o G6 nas próximas décadas. Essas medidas referem-se ao ritmo de crescimento econômico, políticas de estabilização fiscal e macroeconômica, eficiência das instituições domésticas, manutenção de um mercado aberto para comércio e "amigável" a investidores externos, e capacitação da mão de obra, qualificando trabalhadores para esse crescimento[10]. Segundo os membros do banco, tais medidas são necessárias para que suas previsões se realizem, e os BRICS alcancem ("*catch up")* os países desenvolvidos. Podemos observar a formulação, uma vez mais, de "receitas" homogeneizantes, expostas como "necessidades" para alcançar a "modernização", que têm efeito disciplinador sobre as políticas públicas. Não são consideradas especificidades, condições sociais das populações, setores específicos, diferenças históricas, geográficas, culturais, etc. Busca-se, repetitivamente, a produção de um consenso sobre o crescimento econômico como um "bem em si mesmo". Esse crescimento se vincula a modelos de desenvolvimento que, nesses países, muitas vezes, estão baseados na expropriação e exploração de trabalhadores/as e do meio-ambiente, de forma flagrante.

A crise econômica mundial iniciada nos EUA em 2007 foi, para muitos, um evento que gerou impulso e aceleração do protagonismo desses países emergentes, o qual, por sua vez, levou a diferentes reações. Para aqueles que falam do centro hegemônico e buscam "aflitamente" manter sua posição de poder, os EUA devem buscar meios de integrar esses países nas instâncias

[10] WILSON, D; PURUSHOTHAMAN, R. Dreaming with BRICs: The path to 2050. *Goldman Sachs Global Economics*, paper nr. 99, 1st October 2003.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

internacionais, de modo a dividir o peso e a responsabilidade de saídas da crise, mas de forma cuidadosa, sem alterar as regras, normas e valores existentes. Não deve haver "ilusões" quanto às intenções desses países, que, com frequência, se opõem aos valores estadunidenses. Seriam potenciais rivais e devem ser contidos nas suas aspirações crescentes por mais poder e participação[11]. Em outras palavras, se esses países não assumirem responsabilidade "dentro da ordem", não será possível reformar as estruturas de governança global, mantendo a ordem liberal ocidental que os EUA criaram e defenderam[12]. Do lado oposto, vozes mais otimistas percebem a crise como "catálise" de mudanças das relações hierárquicas de poder e possibilidade de reforma das instituições internacionais. O G20 teria se tornado o fórum central de coordenação entre os principais países (e não mais o G8), no qual os "emergentes" e "intermediários" buscam acertar uma estratégia de mudança "*from within*". Se, antes da crise, os "países emergentes" buscavam criar fóruns e articulações entre si, alternativos aos dos países centrais, após a crise, sua estratégia teria mudado para uma ação diplomática mais direta, advogando por reformas na arquitetura global. O resultado esperado dessa nova estratégia seria uma difusão do poder e da influência internacional, que pode levar a uma ordem mais diversificada, e uma estrutura de governança descentralizada, com múltiplos centros e níveis. Isto já estaria sendo alcançado com a reforma do Fundo Monetário Internacional[13].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

2.2 Ajustes e acomodações dentro da ordem

[11] PATRICK, S. Irresponsable stakeholders? The difficulty of integrating rising powers. *Foreign Affairs*, November/December, 2010, p. 44-53

[12] Ibid., p. 44. Patrick chega a afirmar que o "cenário ideal" seria que Washington formulasse um *acquis communautaire* nos moldes da União Europeia para que os países ascendentes abraçassem as regras, princípios e normas ocidentais existentes. Mas estes estariam interessados em alterar tais normas e não adotá-las por completo (Ibid., p. 47). Os EUA não teriam outra escolha senão contar com países emergentes para enfrentar os desafios globais após a crise econômica, porém não haveria garantia nem formas de controle sobre as escolhas desses países. Ele aponta para a necessidade de "ajustes psicológicos" dos tomadores de decisão estadunidenses, que há meio século comandaram a política mundial e usaram instituições e regras "ao seu bel prazer". Agora, os EUA deveriam construir uma ordem verdadeiramente multilateral, de modo a acomodar os emergentes, dando-lhes obrigações, e evitando que estes utilizem as regras e instituições de forma voluntarista. Ver ibid., p. 53.

[13] CHIN, Gregory. The emerging countries and China in the G20: reshaping global economic governance. *Studia Diplomatica*, Vol. LXIII, nr. 2-3, 2010.

Conforme mencionado, as principais correntes teóricas das Relações Internacionais, o realismo e o institucionalismo, preocuparam-se em explicar mecanismo de estabilidade e manutenção da ordem, e não sua transformação. Nesse sentido, mudanças são ajustes e acomodações dentro da própria ordem. Enquanto realistas tinham no mecanismo da balança de poder a principal fonte de ajustes mútuos na competição por poder no sistema, os institucionalistas se centraram na capacidade das instituições de gerar cooperação entre Estados para maximizar seus interesses, influenciando também o comportamento destes.

Gilpin introduziu certa noção de mudança na teoria "estática" do realismo com sua teoria da guerra hegemônica, porém essa noção nos parece limitada[14]. Ele defende a necessidade de um *hegemon* para manter a estabilidade do sistema, sendo necessário, também na economia, uma liderança forte e estabelecida que possa promover a cooperação e impor regras que sustentem o sistema capitalista de forma "justa"[15]. Ele aponta para o relativo declínio econômico dos EUA e, consequentemente, de sua *liderança*. A década de 1990 intensificou as relações de interdependência com a crescente integração de mercados financeiros e de processos industriais através da globalização. Essa "revolução financeira" vem aumentando o capital disponível e acelerando o desenvolvimento econômico do Leste Asiático, ao mesmo tempo em que deixa a economia global mais vulnerável, tendo gerado diversas crises ao longo dos anos 1990 e 2000. Os investimentos diretos estrangeiros tornaram as empresas multinacionais importantes vetores de fluxo de capital, comércio e a localização das indústrias,

[14] Gilpin é reconhecido nas Relações Internacionais por ter introduzido elementos de mudança na estrutura internacional através de ciclos de guerras hegemônicas. Conforme veremos no capítulo 4, estes são ciclos padronizados, que seguem as mesmas etapas de ascensão, contestação, guerra e nova hegemonia, num movimento intercalado, porém repetitivo, entre guerra e paz hegemônica. Ele trata hegemonia em termos racionalistas: relação custo-benefício para que o Estado até então dominante mantenha ou recupere sua posição de poder, e o Estado em ascensão use a oportunidade de crise para conseguir crescer. Seus ciclos hegemônicos indicam uma constância de desigualdades e estruturas hierárquicas, nas quais há ajustes, mas não rupturas. Seu conceito de mudança no sistema nos parece, portanto, limitado.

[15] O autor se apoia na teoria de estabilidade hegemônica de Kindleberger. Para este, a crise e a Grande Depressão dos anos 30 poderiam ter sido evitadas se a Inglaterra tivesse tido capacidade, e os EUA vontade política de exercer liderança Ambos foram incapazes de preservar o "bem público", a responsabilidade de estabilizar o sistema com políticas anticíclicas de movimento de capital e promoção do comércio internacional, gerando crescimento econômico O sistema econômico internacional precisaria assim de uma única liderança para manter sua estabilidade. KINDLEBERGER, Charles. **The world depression, 1929-1939**. University of California Press, 1973, p. 291-2.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

determinando o grau de bem-estar econômico dos países[16]. As empresas multinacionais acabam sendo atores centrais não somente na economia, sua atuação tem, também, efeitos políticos, como já havia sido apontado por Gilpin décadas atrás[17].

Hoje, o autor vê uma transformação do sistema econômico e político mundial com a globalização econômica, a revolução tecnológica, as questões demográficas e a redistribuição de poder econômico do Ocidente industrializado para as economias de rápida industrialização na Ásia. Para ele, há um declínio relativo de poder econômico dos EUA para a China, em especial como efeito da transferência da produção[18]. A migração de indústrias tradicionais, assim como de tecnologia avançada, para a China e Leste Asiático aconteceu com extrema rapidez para padrões históricos, intensificando a concorrência e acelerando a difusão de tecnologias sofisticadas através das empresas. Estas buscam aumentar a competitividade global combinando mão-de-obra barata na Ásia e no Sul com técnicas de manufatura avançadas do Norte. Com isso, agrava-se o desafio dos EUA e das outras economias industrializadas frente ao enorme número de trabalhadores de baixos salários, que entram em concorrência com outros numa "rede mundial de trabalho". Em suma, a rápida industrialização da Ásia e Pacifico e o repentino surgimento de muitos países como exportadores de peso, teriam levado a uma redistribuição na balança internacional de poder e competitividade econômica[19].

Mas, segundo Gilpin, embora a ordem econômica internacional do pós-guerra esteja se diluindo, ainda não há acordo sobre regras e princípios básicos para uma nova ordem econômica mundial. Ainda não seria possível falar em ascensão de um novo *hegemon*. Ele enfatiza a primazia de fatores políticos sobre os econômicos: seria necessária a constituição das bases políticas para uma economia mundial estável[20]. Essas bases são, para Gilpin, a possível retomada da capacidade e disposição de liderança dos EUA como "*hegemon* benevolente" para

[16] GILPIN, Robert. **O desafio do capitalismo global**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Recorde, 2004, p. 41
[17] Id.. **US Power and the Multinational Corporation**. New York: Basic Books, 1975.
[18] Id. 2004, p. 54
[19] Ibid, p. 58-9
[20] Ibid, p. 459

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

manter estabilidade e paz. Seria necessário preservar, para isso, sua presença militar na Europa e na Ásia, e evitar o protecionismo comercial e a regionalização de acordos que excluíssem os EUA, coordenando uma estratégia política com as demais economias[21].

Ikenberry[22] busca explicar as acomodações na ordem a partir das instituições. Para ele, historicamente, "após a vitória" de uma guerra hegemônica, os Estados optaram por transformar seu poder abundante em uma ordem que assegurasse durabilidade. Esta depende da capacidade do *hegemon* de construir instituições e mecanismos que "aprisionem" (*lock in*) determinadas regras, normas, princípios e possibilidades de ação, condicionando escolhas futuras. Além disso, depende da habilidade de auto restringir estrategicamente seu poder dentro dessas instituições, de modo que Estados menores ou mais fracos legitimem a ordem[23]. Assim, o *hegemon* economiza custos de uso da força e de convencimento, uma vez que sua habilidade de restringir seu poder, com mecanismos institucionais, faz com que os outros Estados tenham limitadas possibilidades de contestar a própria ordem hegemônica. Combinada autor estrição com mecanismos institucionais de "*lock in*", o autor sustenta que *hegemons* com caráter democrático foram capazes de construir ordens institucionais duráveis com um viés constitucional. Aqui é clara a referência à construção da hegemonia estadunidense após a Segunda Guerra Mundial, cuja base seria a própria democracia liberal americana. Princípios multilaterais, espaços para barganha e institucionalização de regras e normas com participação e consentimento dos demais países, tudo isso teria conferido à ordem estadunidense características de uma "hegemonia de acionistas", refletindo também características de suas instituições domésticas[24].

Ikenberry se aproxima de Keohane, que buscou explicar o porquê de os regimes permanecerem, mesmo após o declínio da hegemonia[25]. Os regimes

[21] Ibid, p. 460-5
[22] IKENBERRY, John. **After victory**. Institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars. Princeton University Press, 2001
[23] Ibid, p. 37-41
[24] Id. Getting hegemony right. *The National Interest* 63, Spring 2001b, p. 17-24
[25] KEOHANE, Robert. **Instituições internacional és y poder estatal**. Ensaios sobre teoria de lãs relaciones internacional és. Grupo Editor Latino-americano, coleciona Estúdios Internacional és,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

fortes, construídos numa ordem hegemônica com viés constitucional, tendem a durar, porque os outros Estados veem mais vantagens em permanecer no regime do que fora dele[26]. Ao contrário do que sustentam marxistas e realistas - os regimes e as instituições refletem o poder do mais forte no sistema - para estes institucionalistas, os regimes limitariam o excesso de poder.

A ascensão econômica de países não ocidentais teria levado a uma relativa contestação da ordem e a uma rivalidade com os EUA e Europa. Se, historicamente, desafios às potências hegemônicas podem levar a transformações e guerras, hoje existiriam, segundo Ikenberry/Wright[27], canais e mecanismos de integração e incorporação de Estados emergentes em arranjos de governança da ordem anterior. A institucionalização impulsionada pelos EUA é mais difícil de ser derrubada, precisamente porque é mais acessível. Para os autores, a ordem institucional dá aos emergentes certa proteção, pois elas teriam estruturas flexíveis, sendo relativamente simples crescer nas suas hierarquias. Suas características, constrangimentos e incentivos apontariam para a acomodação e não transformação da ordem. Os emergentes teriam interesse em manter uma ordem estável e aberta, tendo incentivos de apoiar regras em favor dessa estabilidade e abertura[28].

Os autores consideram, portanto, que as formas possíveis de transição na ordem atual são diferentes daquelas do passado, em especial a recorrência histórica de guerras hegemônicas[29]. O desenvolvimento de armas nucleares teria tornado difícil a chance de uma guerra hegemônica nos dias atuais. Eles afirmam

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

1993

[26] Os regimes internacionais, para Keohane, devem ser entendidos de forma ampla, como modelos de comportamento cooperativo regulados na política mundial. Regimes fortes se distinguem de regimes fracos por estabelecerem um comportamento ordenado e previsível, segundo padrões comuns aos participantes, enquanto que em regimes fracos as regras seriam interpretadas de forma diferenciada, e são frequentemente rompidas (ibid., p. 112). O autor sustenta que a continua erosão da hegemonia americana influi diretamente no regime internacional de petróleo, mas não leva à desintegração do regime monetário de Bretton Woods, e afeta ainda menos o regime comercial com base no GATT, uma vez que neste os outros Estados viam mais vantagens mútuas. Dessa maneira, Keohane reinterpreta a "teoria da estabilidade hegemônica", diferenciando a estabilidade por áreas e regimes.

[27] IKENBERRY, J.; WRIGHT, T. Rising powers and global institutions. A century foundation report. *The Century Foundation*, New York, 2008

[28] Ibid, p. 5-6

[29] Com exceção da China e da Rússia, as potências emergentes não teriam capacidade militar e seu crescimento econômico seria extremamente dependente do comércio e do investimento mundial.

que confrontar os EUA significaria confrontar todo um bloco aliado. Segundo Ikenberry/Wright, quanto mais a ordem hegemônica for baseada em instituições e regras, for aberta e consensual, quanto mais forem distribuídos os benefícios materiais da ordem, é mais provável que Estados emergentes assegurem seus interesses integrando-se à ordem, e não a desafiando[30]. Além disso, os autores procuram demonstrar que os países emergentes não agiriam em bloco, tendo preferências e estratégias diferenciadas, de acordo com as instituições e regimes nos quais atuam. Eles consideram que as instituições e regimes, por terem regras universais, possibilitam a proteção dos emergentes contra ações discriminatórias dos EUA, servindo, portanto, para a restrição de poder do *hegemon*. Ao percorrer a via institucional e implementar políticas e ações unilaterais, os neoconservadores na administração da política externa americana estariam corroendo a própria forma de manutenção da hegemonia estadunidense[31].

Hurrel[32] converge com a visão institucionalista de que os países emergentes almejam ascender dentro das hierarquias institucionais existentes. Com relação aos EUA, eles teriam a opção de balanceamento de poder, formando coligações para contrapor-se ao poder da potência, ou de "*bandwagoning*", ou seja, alinhar-se à potência de forma pragmática. Segundo o autor, os países variam em suas estratégias, mas vêm praticando um "balanceamento brando". Os BRICs não têm capacidade de balancear militarmente os EUA, mas buscam equilibrar o sistema por meio de cooperação, entendimentos informais e colaboração em instituições, com o objetivo de complicar ou aumentar os custos das políticas dos EUA em instituições. Nesse sentido, usaram mecanismos não-militares para atrasar, frustrar e mitigar políticas agressivas e unilaterais dos EUA. Para Hurrel, a necessidade de conter o poder unilateral dos EUA compõe um elemento importante da política dos BRICs[33].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

[30] Ibid., p. 9
[31] Ibid., p. 28
[32] HURREL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual o espaço para potências emergentes?. IN: HURREL et.al. **Os BRICs e a ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
[33] Ibid., p. 34-6

2.3 Mudanças na ordem mundial e deslocamento do centro de acumulação

Wallerstein se destaca dentre aqueles que, desde a década de 1970, vislumbravam um declínio da hegemonia estadunidense. O período hegemônico revela-se para o autor como um breve intervalo de tempo, no qual a potência tem simultaneamente vantagens financeiras, agroindustriais e de comércio acima dos demais países. Esse intervalo se encontra em uma linha histórica fluida de rivalidades entre potências[34]. Com isso, ele afirma que, de 1945 a 1970, a hegemonia dos EUA foi inquestionável, mas a partir dos anos 1970, ela entra em declínio. No início do século XXI, Wallerstein afirma que os EUA, com as políticas unilaterais do governo Bush, buscaram recuperar sua posição, mas elas surtiram o efeito oposto, acelerando e aprofundando o declínio. Diversos eventos seriam sinal claro do colapso do poder americano, e o mundo teria adentrado uma divisão geopolítica de poder multilateral, com diferentes centros de poder, destacando-se a união da Ásia Oriental[35].

Cox também destaca a ascensão de uma ordem mundial plural. A crise financeira de 2008 teria gerado um bloqueio no sistema, levando a que os Estados buscassem uma auto-organização. Essa auto-organização advém do fato de não haver um poder dominante que possa impor sobre outros uma forma determinada de saída da crise e reorganização do sistema. Cox aproxima-se, aqui, da noção de estabilidade hegemônica. Assim como "neurônios no cérebro" que se auto organizam para superar um bloqueio, o sistema de Estados atual busca formas coletivas de regulação da economia global, uma vez que os EUA já não podem impor de forma efetiva sua força. Diante disso, o problema passa a ser os possíveis graus de auto-organização e a mudança para um grupo maior de países, como o G20, demonstrando a necessidade de coordenação para a saída da crise econômica. Dessa forma, estaríamos num momento de perda de poder dos EUA,

[34] WALLERSTEIN, Immanuel. The Three Instances of Hegemony in the History of the Capitalist World-Economy. IN: AKAHA, T. STILES K.W. (eds.). **International Political Economy.** A reader. Harper Collins. New York, 1991, p. 427-435.
[35] Id. Mudando a geopolítica do mundo: 1945-2025. IN: SADER; SANTOS (coord.), MARTINS; VALENCIA (org.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 53-78.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

mas sem a ascensão de um novo poder hegemônico, podendo levar, assim, a uma ordem plural[36].

Dentro dessa ordem plural ou não hegemônica, a ousada tese de Arrighi[37] aponta para uma releitura de Adam Smith para vislumbrar a possibilidade de surgimento de uma sociedade de mercado mundial, regulada pelos Estados. Para Smith, o comércio mundial, mesmo que baseado numa divisão desigual do trabalho que conduzia a uma especialização com base na exploração dos povos e seus recursos, levaria ao maior intercâmbio que complementasse as necessidades, beneficiando assim todas as civilizações. A "riqueza das nações" seria fruto do livre comércio mundial, mesmo que a "superioridade de força" dos Europeus permitisse que "injustiças cometidas em terras distantes" ficassem impunes. Segundo ele, ao longo do tempo, o comércio permitiria que outros povos se tornassem fortes e a Europa enfraquecesse, levando à igualdade de forças entre as diversas partes do mundo, tendendo assim a um maior respeito entre todos[38]. Smith tinha em mente o império britânico, e sua teoria sustentava ideologicamente a política de livre comércio inglês, cujo nível de produção era mais alto que seus "parceiros" comerciais. Com base na ideia inicial de Smith, Arrighi sustenta que "o fracasso do Projeto para o Novo Século Norte-Americano e o sucesso do desenvolvimento econômico chinês, tomados juntos, tornaram mais provável do que nunca (...) a concretização da ideia de Smith de uma sociedade mundial de mercado baseada em mais igualdade entre civilizações"[39].

Arrighi afirma que a "mão invisível" referida por Smith é o Estado, que deveria dominar de forma descentralizada, com mínima interferência burocrática[40]. Numa sociedade mundial de mercado, os países se relacionariam através de mecanismos de regulação estatal, portanto não autorregulado. O mercado seria assim um "instrumento dos governos" para seu desenvolvimento[41]. Com essa leitura de Smith, Arrighi interpreta que o Estado chinês utiliza os

[36] COX 2009, loc.cit.
[37] ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.
[38] SMITH apud ARRIGHI, p. 19
[39] Ibid., p. 24
[40] ARRIGHI, Giovanni. The winding paths of capital. Interview by David Harvey. *New Left Review* 56, March-April 2009
[41] Id. 2008, p. 57

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

mecanismos de mercado em prol do seu "interesse nacional", inversamente de Estados capitalistas, nos quais o interesse do capital predomina sobre o interesse nacional. A China teria implantado reformas de maneira gradual, e teria seguido os conselhos do Banco Mundial em termos e condições que serviam ao seu interesse nacional, e não aos interesses do capital ocidental. O governo chinês garante a concorrência entre capitais estrangeiros e nacionais, sem colocar trabalhadores para competir por salários. O desenvolvimento agrícola e a prioridade à formação do mercado interno pavimentaram o caminho para posterior industrialização e incrementação do comércio exterior, o que corresponderia ao que Adam Smith chamou de "caminho natural" do desenvolvimento[42].

Assim como para Wallerstein, Arrighi sustenta que o Projeto do Novo Século Norte-Americano do governo Bush após 2001, foi uma recusa em aceitar o declínio de seu poder e a tentativa de retomar um projeto de império global. Enquanto a crise econômica da década de 70 e a derrota dos EUA no Vietnam foram um *sinal de crise* do regime de acumulação (sinalizando o início do declínio da hegemonia), a crise econômica atual e o fracasso no Iraque podem significar uma *crise terminal*. A função do atual governo dos EUA seria a de administrar o declínio, acomodar as mudanças das relações de poder e não tentar "reerguer" um império, lançando novas guerras como o governo anterior[43].

A criação de um novo ciclo hegemônico mundial com base na China é, contudo, incerta. Em trabalhos anteriores, Arrighi afirma que um Estado se torna hegemônico mundialmente (após a formação social hegemônica das classes dominantes no âmbito doméstico) quando pode reivindicar com credibilidade o papel de força-motriz da expansão universal do poder coletivo de seus dominantes com relação a outros Estados, assim como com relação às classes subalternas. Em situação de "caos sistêmico", um Estado em condições de satisfazer à demanda de saída do caos e estabelecimento de ordem apresenta-se

[42] Ibid., p. 361-4

[43] Id. 2009. Da mesma forma, Cox afirma que o papel dos outros países e do atual governo dos EUA seria de demonstrar e ajudar a população americana a compreender que os EUA não mais moldarão e determinarão o futuro do mundo. A população americana deverá passar por um árduo processo pedagógico para compreender as mudanças e transições de poder, para o qual ela não estaria preparada devido ao alto grau de ideologização de seu papel de liderança no mundo. Atuais líderes teriam que guiar e ajudar neste processo (COX 2009).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

como potencial *hegemon*[44]. O autor aponta que, assim como os três ciclos hegemônicos anteriores (holandês, britânico e norte-americano), a superioridade militar e a de recursos de um novo *hegemon* só seriam relevantes na medida em que exista pré-disposição e capacidade de lidar com eles de forma inteligente, o que vai depender das condições de caos sistêmico e demanda por ordem. Capacidades militares e econômicas não são per se condições suficientes. Como ciclos de acumulação, ciclos hegemônicos não ocorrem de forma padronizada. Arrighi afirma que os Estados hegemônicos dos sucessivos ciclos foram cada vez "menos capitalistas" que os anteriores, ao passo que o sistema interestatal se tornava mais capitalista, na medida em que mais Estados estavam sujeitos à lógica capitalista de poder. Nesse sentido, próximos *hegemons* seriam menos capitalistas nas suas estruturas internas de representação[45].

Aparentemente Arrighi preparava o caminho teórico para apontar um novo ciclo hegemônico no leste asiático. Mas o autor atenta para as especificidades e para a não repetição de padrões anteriores (diferenciando-se dos realistas). Arrighi observa que o capitalismo tem uma natureza fluida, adaptável e seu desenvolvimento se transforma historicamente dentro da estrutura do sistema interestatal. Para ele, não se pode dizer com certeza se a China é capitalista. Se assumirmos que ela é, não seria do mesmo tipo de períodos anteriores. É necessário, portanto, atentar para as especificidades[46]. O autor afirma que se a China vier a ser um *hegemon* global, teria características histórico-geográficas distintas de potências anteriores, e seus poderes cultural e econômico seriam muito mais relevantes que o poder militar. Uma nova época asiática, se existir, seria portadora de uma "hibridização fundamental" dos legados ocidentais e orientais[47].

2.4 Mudanças na ordem com aprofundamento das relações de poder com base nos EUA

[44] Id. The three hegemonies of historical capitalism. IN: GILL, Stephen (ed.). **Gramsci, historical materialism and International Relations**. Cambridge University Press, 1993, p. 148-185
[45] Ibd., p. 183-5
[46] Id. 2009
[47] Id. 2008, p. 25

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

A tese de Arrighi gerou polêmicas tanto para marxistas quanto para não marxistas. Essas visões críticas, que partem de perspectivas diferentes, chegam a conclusões próximas, que é o aprofundamento do poder estadunidense e das relações capitalistas. Fiori[48] contesta as "profecias terminais" sobre o poder americano e trabalha, a partir de Braudel, as mudanças de tempo breve, ciclos econômicos e mudanças de "longa duração". Essa diferenciação o permite afirmar que, embora os EUA estejam sofrendo uma crise de sua liderança no tempo breve, além de algumas crises econômicas, isso não implicaria num colapso do poder americano como mudança de longa duração histórica. Teóricos dos "ciclos hegemônicos" confundiriam, segundo o autor, momentos conjunturais com mudanças estruturais. O que eles teriam perdido de vista é que o declínio relativo do poder do *hegemon* relacionado à reconstrução e ao crescimento econômico de outros Estados é parte da contínua grande transformação do sistema mundial, na qual a própria potência hegemônica tem papel decisivo, implicando em maior acumulação e poder dela mesma[49].

O autor propõe uma leitura do sistema mundial moderno como "universo em expansão", no qual as potências lutam por poder global. Essa expansão é precedida por um aumento da "pressão competitiva", provocada pelo expansionismo de uma potência líder, intensificando conflitos e culminando numa "explosão" ou alargamento das fronteiras desse "universo"[50]. Desde a década de 1970, estaríamos num momento de "explosão expansiva" do sistema mundial, com o aumento da "pressão competitiva" provocada pela estratégia expansionista e imperial dos EUA, e também pela multiplicação de Estados no sistema e pelo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

[48] FIORI, José Luis. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI; MEDEIROS; SERRANO (org.). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro,: Editora Record, 2008, p. 11-70

[49] Ibid., p. 20-1

[50] Fiori expõe os momentos na história característicos dessa expansão: o primeiro, no século XIII (aumento da pressão competitiva provocado pela invasão dos mongóis, expansionismo das Cruzadas, guerras na península ibérica, com posterior nascimento de unidades territoriais soberanas e competitivas); o segundo, no século XVI (aumento da pressão competitiva causada pela expansão dos impérios Otomano e de Habsburgo, nascimento dos primeiros Estados soberanos e das potências ibéricas e, depois, dos Países Baixos); o terceiro, no século XIX (pressão competitiva provocada pelo expansionismo francês e inglês, o surgimento dos Estados americanos, logo depois, a corrida imperialista entre as potências europeias que expandiram as fronteiras coloniais do sistema mundial moderno para a Ásia e a África) . Ver ibid., p. 23-4.

crescimento de poder e riqueza da China[51]. A competição e a guerra, na busca por acumulação de poder e riqueza, não seriam sinal de colapso, mas sim partes inerentes ao processo expansionista do sistema, que ocorre de forma desordenada e desequilibrada, mas contínua. O *hegemon* precisa, muitas vezes, destruir regras e instituições, criadas por ele após a vitória de uma guerra hegemônica, para seguir se expandindo. Ao contrário do que sustentam teóricos da estabilidade hegemônica, não haveria paz nem hegemonia estável: o "universo em expansão" precisaria das guerras e crises para poder se "ordenar" e "estabilizar" de forma transitória, e seguir mantendo as estruturas e relações hierárquicas[52].

As economias nacionais e a moeda são instrumentos essenciais na acumulação de poder. As moedas internacionais foram sempre, ao longo da história, "as moedas nacionais dos Estados vencedores"[53]. Para Fiori, a substituição do padrão dólar-ouro pelo "dólar flexível", apesar de ter tornado os EUA um devedor mundial, permitiu a eles exercerem um poder monetário e financeiro internacional sem precedentes. A crise dos anos 1970 levou a um aprofundamento do capitalismo e ao aumento do poder americano, transformando o sistema mundial numa ordem com características imperiais[54]. Assim, o que para Arrighi, Wallerstein, entre outros, sinalizava o início do declínio da hegemonia estadunidense, para Fiori é parte necessária da acumulação de poder e riqueza da potência.

O autor aponta para o crescente dinamismo dos países emergentes, que reivindicam mudanças nas regras de "gestão" do sistema mundial e na distribuição desigual de poder. Contudo, esses países teriam mais diferenças que similitudes na sua inserção internacional, com a China distanciando-se progressivamente dos demais. Fiori relaciona o crescimento da China não com uma rivalidade, mas com

[51] Ibid., p. 24
[52] Ibid., p. 31
[53] Ibid., p. 33
[54] Ibid., p. 18. Para o autor, o período inicial de construção da hegemonia, entre aprox. 1945 a 1967, transcendia o poder militar e estava mais baseado nas instituições. Porém, após a crise econômica, foram dadas as condições para um retomada conservadora de organização da ordem mundial. A partir de 1991, a política norte-americana tem sido "rigorosamente imperial (...) o comportamento econômico, cultural e diplomático dos Estados Unidos frente ao mundo tem sido o de um país que não apenas acredita, mas se comporta cada vez mais orientado por uma visão unipolar do mundo" Ver Id. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES; FIORI (org.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 126-7.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

o próprio expansionismo dos EUA. Entre eles haveria uma "relação siamesa": a China foi incluída no mercado e capital financeiro norte-americano, aumentou o poder do dólar e dos títulos de dívida do governo dos EUA e, assim, a capacidade de multiplicação de seu capital financeiro. O Estado chinês teria intermediado e usado a força da expansão americana a seu favor, iniciando assim uma estratégia de expansão do seu próprio poder relativo. Desse modo, a internacionalização americana, associada ao crescimento chinês, teria produzido "uma mudança estrutural de longa duração no sistema mundial", criando um novo "centro nacional de acumulação de poder e capital"[55]. Essa mudança não se dá, no entanto, no advento de uma guerra hegemônica. Se, de um lado, devemos nos preparar para uma nova corrida imperialista e a intensificação dos conflitos (nova "pressão competitiva"), não devemos esperar um "duelo final" entre China e EUA. Ao contrário, Fiori aponta para uma "fusão financeira" entre os dois países[56].

Panitch[57] contesta a argumentação de Arrighi a partir de dois elementos fundamentais: seu conceito de "império informal americano" e a função do Estado nas relações capitalistas[58]. Sua leitura de Smith como teórico do mercado "como um instrumento de governo" tem implicações para o entendimento de Arrighi sobre o sistema econômico na China. Para Smith, a livre competição de mercado gerará benefícios econômicos para todos, sendo necessária, para o "bom funcionamento" do mercado (evitando a centralização e concentração), a operação da "mão invisível" que, na leitura de Arrighi, é a sua regulação pelo Estado. O Estado chinês faria esse papel, utilizando o mercado e a livre-concorrência como instrumento de desenvolvimentos econômico, realizando, assim, seu "interesse nacional". Com isso, Panitch afirma que Giovanni Arrighi chega a uma definição

[55] Id. 2008: 67
[56] Ibid., p. 68
[57] PANITCH, Leo. Giovanni Arrighi in Beijing: an alternative to capitalism? *Historical Materialism*, Volume 18, Number 1, , p. 74-87, 2010
[58] Uma terceira crítica, menos relevante para seu argumento geral, seria a base de Giovanni Arrighi na visão do sistema-mundo (seu livro é dedicado a Gunder Frank), que permitiria afirmar que a China não se encaixaria no que conhecemos como capitalismo. De acordo com essa concepção, que se baseia na divisão internacional do trabalho, o capitalismo é compreendido em termos da relação direta entre desenvolvimento capitalista no centro e subdesenvolvimento na periferia. Com uma divisão geográfica rígida entre Norte e Sul, Ocidente e Oriente, os teóricos baseados no sistema mundo dificilmente enxergam, segundo Panitch, a possibilidade de desenvolvimento capitalista na periferia, de modo que qualquer desenvolvimento econômico nela ocorrente não poderia ser entendido como capitalista no mesmo modelo que do centro (ibid.).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

de capitalismo que é central para seu livro: a principal diferença entre uma sociedade de mercado capitalista e não capitalista seria o poder e a capacidade de capitalistas de impor seus interesses de classe à custa do interesse nacional[59]. Para ele, Arrighi não problematizaria termos como "interesse nacional" ou "interesse público" como construções ideológicas - notando que Smith escrevia no mesmo período das conquistas violentas, saques e expropriações em outros continentes - tratando-as como categorias objetivas. Além disso, essa definição ofuscaria a questão fundamental da lógica e dinâmica do capitalismo como sistema de produção, que é a relação entre produtores diretos com os meios de produção. Se a economia política marxista foi sistematicamente criticada por seu "determinismo econômico", Panitch afirma que a leitura de Arrighi sobre Smith sofreria de um "determinismo político".

Com isso, chegamos à questão fundamental para Panitch, que é a conceituação do Estado capitalista na sua relação com o capital. Conforme dito, o que determinaria o capitalismo para Arrighi seria, em última instância, a subordinação do Estado, que representaria o interesse "geral", aos interesses do capital, que seriam estreitos e particularistas. Para Panitch, o que é determinante do Estado capitalista é a sua relação com a classe dominante *como um todo*, e não com setores específicos que são ou não colocados em concorrência uns com outros. É o Estado que garante as condições de concorrência no mercado capitalista, uma vez que ele mantém relativa autonomia frente às diferentes frações e setores da burguesia, mas de modo a garantir os interesses da classe capitalista como um todo[60]. O modo específico de organização do Estado capitalista, sua função de garantidor das relações de propriedade, reprodutor da relação capital-trabalho, e sustentador da acumulação estariam fora da conceptualização frágil de Arrighi. Para Panitch, a mercantilização da força de trabalho e a integração de trabalhadores numa sociedade mercantilizada, baseada na produção e consumo através de relações de troca, definem a natureza do desenvolvimento econômico na China contemporânea. Seguindo essa linha, torna-

[59] Ibid.
[60] Panitch se baseia na teoria do Estado capitalista de Poulantzas, conforme veremos mais adiante no capítulo 4, ao analisarmos a relação capital-Estado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

se difícil aceitar a noção não problematizada de "interesse nacional" numa sociedade de classes.

Panitch discorda de Arrighi sobre a perda de capacidade dos EUA de sustentar seu poder imperial, uma vez que isso confundiria contradições conjunturais ("sinais de crise") com contradições estruturais de longo prazo, conforme também expõe Fiori. O fluxo de capital da Ásia Oriental para os EUA, além de cobrir o déficit comercial, indica como os circuitos de capital global sustentam o poder estadunidense. Central para o conceito de Panitch do "império informal americano" é a construção do poder global estadunidense sem necessariamente estender sua soberania ou ocupar territorialmente outros Estados como estratégia prioritária. Mais importante foi a capacidade do Estado americano de *penetração estrutural* em antigos rivais e coordenação com outros Estados líderes capitalistas[61]. Com isso, foi possível garantir no período pós Segunda Guerra a estruturação de outros Estados independentes como Estados capitalistas, ou seja, que sustentem a acumulação de capital e protejam a propriedade privada (e não somente a propriedade do Estado imperial) dentro de seus territórios. O projeto americano foi, portanto, não governar o mundo diretamente, nem repassar essa tarefa às instituições internacionais, mas sim conceber um projeto de capitalismo global consistente com a tentativa de tornar ou manter outros Estados capitalistas, com instituições e práticas burocráticas, coercivas e jurídicas que assegurassem a acumulação de capital em todos os lugares. Essa natureza dos EUA como império capitalista do século XX teria sido mal compreendida por Arrighi, ao entender que os EUA buscaram frustradamente construir um "Estado global" com ocupação territorial direta e defesa dos interesses do capital americano de forma estreita. A abertura de mercados e a extensão da competição faz parte da estratégia do Estado americano de garantir lucros e os interesses da classe capitalista americana como um todo. Para Panitch, as bases materiais do império americano estão longe de serem exauridas.

---

[61] PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Global capitalism and American Empire. *Socialist Register* 2004. Discorremos mais adiante sobre o império informal Americano ao analisarmos o conceito de imperialismo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Este capítulo teve a finalidade de expor diferentes perspectivas sobre as tendências atuais de mudança na ordem mundial. Iniciamos com visões que não contemplam transformações, mas sim ajustes e acomodações. Essas têm uma normatividade (ora implícita), que é a manutenção da própria ordem mundial sob dominação dos EUA. Buscamos, em seguida, apresentar as visões da teoria crítica e marxista sobre mudança e declínio da hegemonia estadunidense em direção a uma ordem plural, e o possível deslocamento do centro de poder e acumulação de capital para o Leste Asiático, que, por sua vez, é revidada por realistas e marxistas. Estes, partindo de visões de mundo e métodos diferentes, chegam à conclusão de que a expansão global do capital é reproduzida pelos países emergentes como a China, impulsionando um novo ciclo expansivo. Assim, a expansão econômica da China se situaria dentro da estrutura de poder capitalista estadunidense, não implicando uma "ameaça" a esse poder. Objetivamos, com isso, fornecer instrumentos para reflexão mais aprofundada sobre o conceito de mudança, os quais contribuem para ir além do senso comum, na tentativa de desconstrução de consensos. Eles representam supostas "necessidades" sobre crescimento econômico e caminhos para o "desenvolvimento" que ofuscam indagações sobre para quê e para quem crescer e se desenvolver, e de onde e para onde estamos "emergindo". Com esse mapeamento teórico inicial, que procurou situar o debate sobre a ascensão dos chamados BRICS no campo das Relações Internacionais, entraremos no caso específico das empresas multinacionais com sede no Brasil e o papel do país nessa ordem mundial em transição. Iniciaremos expondo os principais estudos sobre empresas multinacionais de países emergentes, que apontam para a tendência de crescente fluxo de investimento externo direto na direção "Sul-Sul", e não mais somente "Norte-Sul".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

3.

A expansão internacional de empresas com sede no Brasil: consensos e conflitos

"O Brasil é como um monstro ao lado de um monte de economias pequenas, que não têm visão muito clara sobre o que fazer com o Brasil. Há uma atitude de denunciar, como fizeram na Bolívia com a Petrobras, com a Odebrecht no Equador, ou a relação complicada com Itaipu, no Paraguai, mas, depois, chega o Marco Aurélio Garcia [...] e tudo se ajeita."[*]

3.1 Multinacionais de "países emergentes" e "translatinas" no contexto de uma ordem mundial em transição

Mudança significativa. Assim a Fundação Dom Cabral retrata o aumento de 115%, em meados dos anos 2000, dos investimentos de empresas latino-americanas na própria região (ainda que não limitada a ela), substituindo, em parte, compradoras dos países do Norte. Segundo a instituição, "em 2006, mais de 50% das aquisições de empresas na América Latina tiveram uma empresa do próprio continente na ponta compradora"[1]. As multinacionais de países emergentes e, no caso, latino-americanos, são consideradas *late movers*, ou seja, empresas que amadureceram e cresceram em mercados protegidos da competição internacional, mas que hoje estariam integradas ao mercado mundial. Em comum entre elas haveria a capacidade de operar em ambientes turbulentos, o uso intensivo de mão de obra barata e recursos naturais, relativamente pouca competência tecnológica e relativo "atraso" em termos de capacitação gerencial[2].

Tentativas de generalização não devem ocultar uma análise sobre o ambiente no qual essas empresas se inserem, os constrangimentos e as condições estruturais para a expansão internacional do capital com sede em países historicamente dependentes, situados nas esferas médias e inferiores das cadeias produtivas mundiais, mas que hoje assumem um novo papel na ordem global. Segundo a

[*] Pablo Stefanoni (economista e diretor do Le Monde Diplomatique Bolívia) em entrevista ao jornal Brasil de Fato em 23 de dezembro de 2010

[1] ALMEIDA, André; CRETOIU, Sherban. Internacionalização de empresas: a experiência brasileira e o contexto latino-americano. **Revista Dom**, ano II, nr. 5. março/junho 2008, p. 9

[2] FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza. Internacionalização das empresas brasileiras: em busca de uma abordagem teórica para os *late movers*. IN: FLEURY;FLEURY (org.). **Internacionalização e os países emergentes**. São Paulo: Atlas, 2007.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

CEPAL, nos últimos anos, as economias emergentes, e em particular os BRICS, estão "modificando notavelmente o panorama da economia mundial". O forte crescimento econômico e o tamanho de suas economias estão conformando um novo cenário, onde há um "incremento sustentado" da relevância de empresas transnacionais de países "em desenvolvimento" nos fluxos mundiais de investimento estrangeiro direto (IED). A expansão das empresas transnacionais desses países se dá num contexto de crescente concorrência em nível global, e se reflete em diferentes rankings empresariais em nível mundial, espelhando um "dinamismo" das empresas[3].

Um dos principais estudos e rankings que pode verificar, em meados dos anos 2000, a crescente relevância dos investimentos provenientes desses países foi o *World Investment Report* da UNCTAD. Segundo o relatório, em 2005, o volume de IED originado de economias "em desenvolvimento" acumulou US$ 133 bilhões, representando 17% do fluxo mundial, um recorde até então nunca visto. Ainda que não computados os paraísos fiscais, esse número ficaria em US$ 120 bilhões[4]. Enquanto em 1990, apenas 19 empresas de países "em desenvolvimento" figuravam na lista da "Forbes 500", em 2005 esse número passou para 47[5]. Ademais, um fator que sinaliza uma tendência à mudança na arquitetura econômica mundial é o aumento dos fluxos de investimento entre países do Sul, que passaram de quatro bilhões em 1985 para 61 bilhões em 2004[6]. Além da importância dos fluxos intra-regionais (dentro da América Latina o fluxo de investimentos foi de US$ 2,201 bilhões, na Ásia US$ 47,881 bilhões, e dentro da África US$ 2,105 bilhões), a UNCTAD aponta para a crescente corrente de investimentos Sul-Sul: da América Latina para Ásia (US$ 754 milhões), da Ásia para América Latina (US$ 403 milhões), da América Latina para África (US$ 16 milhões), da África para América Latina (US$ 21 milhões), da Ásia para África (US$ 1,201 bilhão), da África para Ásia (US$ 702 milhões)[7].

A crise econômica mundial de 2008 parece haver consolidado o novo papel assumido pelos países "emergentes" nas correntes de investimento. Segundo o mais

[3] CEPAL. **O investimento estrangeiro direto na América Latina e Caribe 2010**, p. 66, disponível em http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/43304/2011-238_LIEP_2010-WEB_PORTUGUES.pdf (acesso agosto de 2011)
[4] UNCTAD. **Informe sobre las invesiones en el mundo 2006**. La inversión extranjera directa de los paises en desarrollo y economias en transición: consecuencias para el desarrollo. p. 22, disponível em http://www.unctad.org/en/docs/wir2006_en.pdf (acesso agosto de 2011)
[5] Ibid., p. 27-8
[6] Ibid., p. 26
[7] Estes números são referentes ao ano de 2005. Ver Ibid., gráfico 4, p. 27

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

recente informe da UNCTAD, de 2011, enquanto a produção industrial e o comércio mundial voltaram aos níveis antes da crise, as corrente de IED em 2010 se mantiveram 15% abaixo da média anterior a ela[8]. Apesar disso, as economias "em desenvolvimento" adquiriram uma importância maior, tanto como receptores quanto como investidores internacionais. Segundo o relatório, na medida em que a produção, e recentemente também o consumo internacional, se deslocam para economias "em desenvolvimento", as empresas multinacionais investem em projetos de maior eficiência e penetração nos mercados desses países. Pela primeira vez, em 2010, as economias "em desenvolvimento" absorveram mais da metade das entradas mundiais de IED[9]. Já a saída de IED proveniente dos mesmos teve um "incremento considerável" de 21%, representando, hoje, 29% das saídas mundiais. De acordo com a UNCTAD, o desempenho das empresas de mercados "emergentes" contrasta com o débil ritmo de países tradicionais, em especial os europeus, cujos investimentos no estrangeiro estão abaixo da metade no nível máximo alcançado em 2007, antes da crise mundial. Em 2010, seis economias "em desenvolvimento" ou "em transição" estiveram entre os 20 maiores investidores mundiais[10].

A Ásia Oriental e Sul-oriental e a América Latina foram as regiões que mais registraram incrementos das entradas de IED no ano de 2010[11]. A UNCTAD divulga um aumento de 13% na entrada de investimentos na América Latina e Caribe, sendo que na América do Sul esse aumento chegou a 56%, indo particularmente para o Brasil. Por sua vez, a saída de IED da região aumentou 67% devido, em especial, às grandes transações realizada por empresas do Brasil e do México[12]. A CEPAL divulga um aumento 40% na entrada de IED na América Latina e Caribe em relação ao ano anterior, totalizando aprox. US$ 113 bilhões em 2010, enquanto as saídas quase se quadruplicaram e alcançaram a cifra recorde de US$ 43 bilhões,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[8] UNCTAD. **Informe sobre inversiones extranjeras en el mundo 2011**. Formas no accionariales de producción internacional y desarrollo, p. 1, disponível em http://www.unctad-docs.org/files/UNCTAD-WIR2011-Overview-es.pdf (acesso agosto de 2011)

[9] Ibid. , p. 2

[10] Essas são: China, Hong Kong, Rússia, Singapura, República da Coréia e Índia. Os três primeiros países investidores são EUA, Alemanha e França, respectivamente. Ver UNCTAD. **World Investment Report 2011,** figura 1.9, p. 9, disponível em http://www.unctad-docs.org/files/UNCTAD-WIR2011-Full-en.pdf

[11] Os investimentos na África diminuíram em 9% em 2010, somando US$ 55 bilhões. A Ásia teve um aumento de 24%, somando US$ 300 bilhões, sendo que a China teve um aumento 11% das entradas de IED, que chegaram nesse ano a US$ 106 bilhões. UNCTAD. Informe sobre..., p. 6-8.

[12] Ibid., p. 9

demonstrando o "grande dinamismo" das empresas "translatinas"[13]. Assim como para os BRICS, a CEPAL avalia que o crescimento dos investimentos de empresas translatinas modifica o panorama da economia mundial[14]**.** A América Latina e Caribe teriam mostrado "grande resiliência" frente à crise financeira internacional e se converteram na região com maior crescimento, tanto no recebimento, quanto na emissão de fluxos de IED em nível mundial.

Como *receptora* de investimentos, a região se consolidou na estratégia de empresas multinacionais na busca por matérias-primas, impulsionadas por seus altos preços. Na América do Sul, os setores com maior recebimento, em 2010, foram os de recursos naturais e os de serviços, com 43% e 30% de participação, respectivamente[15]**.** Ademais, o crescimento da demanda interna, em especial no Brasil e no México, atraiu as empresas que procuram mercados locais e regionais. A CEPAL observa um aumento do peso dos setores primários nos investimentos na América do Sul, enquanto que no México e demais países centro-americanos e caribenhos os investimentos continuam chegando principalmente às manufaturas (54%) e aos serviços (41%)[16]. Observamos, diante desses dados, o risco de "primarização" (especialização no setor primário, em detrimento do industrial) na América do Sul, apontando para um revés das históricas políticas de industrialização no Brasil e uma a continuidade do papel da América Central nas pontas inferiores das cadeias de valor mundial como zonas de exportação e produção em *maquillas*.

Apesar de os Estados Unidos continuarem sendo o principal investidor na América Latina (com 17% do IED recebido em 2010), tanto as pesquisas da UNCTAD como da CEPAL afirmam que a China vem aumentando seu papel como investidora na região. Em 2010, o país asiático investiu entre US$ 15 e 20 bilhões, especialmente direcionados ao setor de exploração de recursos naturais, mas gradualmente também entrando nas áreas de infraestrutura e manufaturas[17]. Segundo a CEPAL, o setor no qual se concentraram os maiores investimentos chineses é o de hidrocarbonetos, iniciados em concessões para explorações individuais ligadas a acordos entre Estados (no Equador, Peru, e República Bolivariana da Venezuela), e,

[13] CEPAL,loc. cit., p. 11
[14] Ibid., p. 31
[15] Ibid., p. 54
[16] Ibid.
[17] UNCTAD 2011, loc. cit., p., 9, e CEPAL, loc. cit., p. 19

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

mais recentemente, direcionando-se a alianças com empresas privadas internacionais e concentrando-se no Brasil e na Argentina. O Peru e o Brasil foram os países que mais receberam investimentos chineses na área de mineração, principalmente na extração de cobre e ferro[18].

A região da América Latina e Caribe também se consolida como *investidora* internacional: os investimentos latino-americanos e caribenhos diretos no exterior aumentaram sua participação nos fluxos de IED originados nos países "em desenvolvimento" de 6% em 2000 para 17% em 2010, alcançando um recorde histórico de aprox. US$ 43 bilhões nesse ano[19]. Esses montantes se explicam pelo maior investimento externo de empresas do México, Brasil, Chile e Colômbia, que representaram 92% dos fluxos em 2010. Nesse sentido, as "translatinas" corroboram com um aumento contínuo da relevância de empresas transnacionais de países em desenvolvimento nos fluxos mundiais[20]. Segundo a CEPAL, os principais setores na saída de IED são a indústrias básicas (hidrocarbonetos, mineração, cimento, papel e celulose, siderurgia), atividades de manufaturados de consumo de massa (alimentos e bebidas) e serviços (energia, telecomunicações, transporte aéreo, comércio varejista). Em alguns casos, o Estado e as políticas de desenvolvimento industrial em setores estratégicos desempenharam um papel importante em sua origem, sobretudo no Brasil[21].

A expansão internacional das "translatinas" tem no próprio continente seu principal destino. O investimento intra-regional representou entre 8 e 10% dos IED latino-americanos ao longo dos anos 2000[22]. Apesar de o fluxo de IED da região ser pequeno, se comparado com o asiático no âmbito global, esse fluxo é especialmente significativo no âmbito regional. Os principais meios de expansão são as fusões e aquisições, que representaram 47% das operações realizadas por empresas latino-americanas, em 2010, dentro da própria região, e os investimentos em novas instalações (*greenfield*), que representaram 59%. Segundo a CEPAL, esses dados enfatizam a importância das "translatinas" como "agentes da integração regional e como meio para compartilhar práticas e conhecimentos vinculados aos seus processos

[18] CEPAL, loc. cit., p. 20
[19] Ibid., p. 11
[20] Ibid.
[21] Ibid., p. 66. Aprofundaremos esse tema no capítulo 3 desse trabalho.
[22] Ibid., p. 9

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

produtivos"[23]. Reforça-se, assim, a noção de um papel político das empresas com sua inserção em projetos governamentais de integração regional e, portanto, "promotoras" de interesses públicos, o que problematizamos ao longo deste trabalho.

A UNCTAD expõe, em seu informe de 2006, os diferentes fatores que levam empresas transnacionais de países "em desenvolvimento" a buscarem ou a rejeitarem a estratégia de internacionalização. Estes são: fatores de mercado (acesso a clientes especializados, evitar obstáculos de comércio, evitar excesso de dependência do mercado interno); preocupação com aumento de custos no país de origem, em especial custos da mão de obra (que é menos relevante para países com abundância de mão de obra barata, como China e Índia); pressões competitivas (a internacionalização é preventiva no sentido de sobreviver à concorrência de empresas maiores); a influência das normas dos países de origem ou dos países receptores (fatores atrativos como políticas de apoio de governos, regras liberalizantes nos países receptores, privatizações, etc.); e outros fatores, como a busca por recursos naturais para suprir demandas do crescimento econômico (no caso da China) ou uma mudança no comportamento e na visão empresarial, no sentido de perceber que empresas estariam integradas numa economia mundial[24]. Relacionados a esses fatores estão quatro grandes motivações que levam a que as empresas busquem internacionalizar-se: a busca por mercados; a busca por eficiência; a busca por recursos (exploração de ativos existentes, que ocorre, em geral, de países mais desenvolvidos para menos desenvolvidos); e, por fim, a busca por ativos criados ou aumento de ativos[25]. Segundo a UNCTAD, o resultado final entre a combinação de fatores impulsores, vantagens e motivações é que a maioria dos investimentos se efetua em outros países em desenvolvimento, (devido a similitudes de mercado de consumo, grau tecnológico ou instituições), e/ou dentro da mesma região[26].

Em boa medida, esse "arranque" rumo à internacionalização parece estar associado ao período neoliberal em, pelo menos, dois sentidos: a privatização (total ou parcial) das empresas, combinada com a abertura das economias à concorrência internacional. Na lógica da livre concorrência, as empresas latino-americanas e caribenhas se encontram forçadas a expandir quando seus mercados são abertos às

[23] Ibid., p. 12
[24] UNCTAD 2006, loc. cit., pp. 31-2
[25] Ibid., p. 33-4
[26] Ibid., p. 34

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

competidoras multinacionais maiores. De acordo com a CEPAL, as translatinas "expandiram suas operações em nível regional ou global, movidas pela abertura de suas economias à competição externa e pela necessidade de obter um tamanho de planta eficiente que lhes permita aproveitar economias de escala e reduzir custos". Ademais, algumas empresas "aproveitaram" as desregulamentações e privatizações para ingressar em novos mercados. Em alguns casos, algumas empresas investiram no exterior para superar a instabilidade macroeconômica em seus países de origem e diversificar riscos. Por fim, processos de integração regionais abriram mercados e facilitaram a expansão em direção aos países sócios nesses acordos[27].

Para Tavares/Ferraz[28], um fator comum na trajetória de internacionalização das "translatinas" envolve o fato de que os principais países investidores – Brasil, Argentina, Chile e México – saíram da década de 1980 com economias relativamente fechadas e com empresas estatais de grande porte. Eles passaram (cada qual com suas especificidades) por reformas neoliberais nos anos 1990 que visavam à abertura e integração ao mercado mundial. Essa liberalização expôs as empresas às pressões competitivas no mercado doméstico, impulsionando-as a buscar oportunidades em outros mercados. Ademais, a profissionalização da administração de grupos privados e as privatizações reforçaram o impulso na direção de um "aproveitamento de oportunidades no mercado internacional", já que as privatizações em outros países (dentro e fora da América Latina e Caribe) geraram possibilidades de investimentos via aquisições[29].

Temos, assim, como um fator relevante a origem patrimonial das empresas (estatais x privadas). De acordo com os autores, as maiores "translatinas" são ou foram estatais, cresceram influenciadas por fortes políticas públicas de apoio e proteção estatal, ou ainda, tiveram um impulso ao seu crescimento como fornecedoras do Estado antes dos anos 1980 ou como adquirentes de ativos privatizados nos anos 1990[30]. Para Casanova[31], os governos nos países como Chile, Brasil e México foram "laboratórios mundiais" na passagem de propriedades estatais para as mãos do

[27] CEPAL, loc. cit., p. 66-7
[28] TAVARES, Márcia; FERRAZ, João Carlos. Translatinas: quem são, por onde avançam e que desafios enfrentam? IN: FREURY; FLERUY. **Internacionalização e os países emergentes**. São Paulo: Atlas, 2007
[29] Ibid., p. 123
[30] Ibid., p. 134
[31] CASANOVA, Lourdes. **Global Latinas. Latin America´s emerging multinationals**. Palgrave Mcmillan, 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

mercado, e as privatizações teriam ajudado a criar um número de companhias que se beneficiaram da injeção de dinamismo de mercado, tornando-se "Latinas Globais"[32].

Hoje há, em muitos países, uma reversão do modelo privatista, seja pelas consequências práticas de má gestão de serviços e recursos, seja pela perspectiva ideológica, do ponto de vista da não sustentação do consenso sobre a suposta "eficiência" do mercado. Mesmo para autores de viés liberal, como Casanova, as "Latinas Globais" estatais têm melhor chance de negociar contratos complexos com outros países. Isso beneficia a Petrobrás, por exemplo, garantindo acordos seguros para exploração em todo o mundo[33]. Após a era das privatizações, observa-se, hoje, um retorno da importância das estatais, conforme comprova o relatório da UNCTAD 2011, segundo o qual as transnacionais de propriedade estatal são a "mais nova fonte" de IED mundial. Há, atualmente, 650 transnacionais estatais no mundo com 8.500 filiais no estrangeiro, cujos investimentos no exterior computaram 11% do total de IED do mundo em 2010, não obstante representassem menos de 1% do total de empresas transnacionais. Dezenove das 100 maiores empresas transnacionais no mundo são estatais[34].

Apesar da relação direta entre o período neoliberal dos anos 1990 e a internacionalização das empresas latino-americanas, esse processo tem seu início ainda na década de 1970. Segundo Casanova, naquela década, várias multinacionais latino-americanas foram parte de uma onda significativa de investimento direto de economias emergentes para outros mercados do Sul. Surgiram as “multilatinas” regionais, estabelecendo operações em países vizinhos para explorar “mercados naturais” (com afinidade cultural, proximidade geográfica, línguas próximas). As “multilatinas” são, para a autora, uma etapa anterior às "Latinas Globais", uma vez que aquelas operam em mais de um país da América Latina, sem, entretanto, estar no nível global[35]. Esse processo foi interrompido no período entre 1982 e 90, considerada a "década perdida" com as crises da dívida e contração das economias latino-americanas. Em seguida, os anos do "Consenso de Washington"

[32] Ibid., p. 5
[33] Ibid., p. 6
[34] De acordo com a instituição, as transnacionais estatais suscitam preocupações nos países receptores acerca da segurança nacional, a existência de regras uniformes para as empresas competidoras, e a governança e transparência. Por outro lado, os países investidores urgem pela abertura de investimentos de suas estatais. UNCTAD 2011, loc. cit., p. 6.
[35] CASANOVA, loc. cit., p. 10-11

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

testemunharam uma retomada de investimentos para dentro e para fora da região. Segundo a CEPAL, essa fase começa no início dos anos noventa com a abertura comercial, as privatizações de empresas estatais e a desregulamentação das economias, e dura até 1996. Nesse período, os montantes de IED da região no exterior, mesmo sendo crescentes, foram baixos (em média US$ 3 bilhões)[36]. As economias latino-americanas moveram-se em direção à integração, tornando-se um espaço geográfico liberalizado através de tratados comerciais. Esse período significou também a retomada da entrada das corporações multinacionais globais na América Latina, especialmente através das privatizações. Para Casanova, houve uma reestruturação e transformação de toda a economia da região, e as empresas latino-americanas objetivaram consolidar suas posições domésticas e regionais através da busca por eficiência, vantagens comparativas e financiamento externo, expandindo suas operações internacionais. Segundo a autora, surgiram aqui as "Latinas Globais". Essa fase, no entanto, foi interrompida pelo colapso das bolsas em 2000, o contágio das crises asiática e russa, em 1997 e 98, a insolvência dos dot.com e a crise argentina de 2001-2. Houve uma "meia década perdida" entre 1997 e 2002[37]. Nesse lapso, o investimento em direção ao exterior alcançou a média anual de 6,8 bilhões de dólares[38]

A partir de 2002 até hoje, a expansão do IED da América Latina deu um salto, puxado por um pequeno número de grandes transações, como a aquisição da britânica RMC pela mexicana Cemex em 2004, e da canadense Inco pela brasileira Vale em 2006. O aumento dos preços das commodities fortaleceu as empresas latino-americanas baseadas em recursos naturais. Casanova denomina essa fase de "Going Global". Os fluxos alcançaram, em média, US$ 26,5 bilhões, entre 2004 e 2010, tendo seu auge em 2006, com US$46 bilhões e atingindo, em 2010, um novo recorde histórico de aprox. US$ 43 bilhões[39]. Sob tal perspectiva, essa é uma tendência que marca "uma nova fase da globalização", caracterizada pelos fluxos de investimento externo das "Latinas Globais", tanto para outros emergentes (investimentos Sul-Sul),

[36] CEPAL, loc. cit., p. 67
[37] CASANOVA, loc. cit., p. 12
[38] CEPAL, loc. cit., p. 68
[39] CEPAL, loc. cit.; CASANOVA, loc. cit., p. 13

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

quanto para mercados nos EUA, Europa e outros países industrializados (investimentos Sul-Norte)[40].

Assim, observamos que a expansão internacional de empresas oriundas de países "emergentes", e em especial as da América Latina, depende de uma combinação de fatores tanto de natureza estrutural (situação econômica e política em dado momento histórico), que impõem constrangimentos e estabelecem as condições para que elas operem no plano superior ao nacional, em competição com multinacionais de potências tradicionais, como de natureza particular de cada empresa, setor e política econômica de cada país. Como fator de natureza estrutural, por exemplo, a localização da empresa na cadeia produtiva ou a região onde ela opera, definindo determinantes e circunstâncias relevantes para seu processo de internacionalização, como apontam Tavares/Ferraz. Para esses autores, as motivações das "translatinas" podem ser tanto fatores positivos (aqueles baseados e que reforçam as vantagens comparativas da empresa) como negativos (levam a uma internacionalização defensiva)[41]. Setores como petróleo e mineração tendem a ser "puxados pela concorrência" (e não pela demanda), ou seja, a internacionalização se dá num ambiente competitivo[42]. Já as empresas de bens intermediários buscam mercados fora da região "puxados pela demanda"[43].

Suscita-se, assim, o debate sobre vantagens e desvantagens da expansão internacional de empresas de países ainda "em desenvolvimento" ou "em transição", que ocupam esferas inferiores das cadeias produtivas mundiais, e têm sua inserção no mercado mundial dependente e vulnerável às oscilações nos países centrais, detentores de tecnologia e impulsores das demandas. Segundo Tavares/Ferraz, as vantagens, ou os impactos positivos, aparecem sob forma de crescimento, receitas, exposição das empresas a melhores práticas, desenvolvimento profissional, acesso a tecnologia, etc., enquanto os negativos seriam o desvio de investimento, e, dessa forma, de postos de trabalho[44].

O estudo da UNCTAD de 2006 apresenta as vantagens dos investimentos Sul-Sul para as empresas, para países investidores e para os receptores. Ainda que

[40] CASANOVA, loc. cit., p. 14
[41] TAVAREZ; FERRAZ, loc. cit., p. 127-8
[42] Ibid., p. 129
[43] Ibid., p. 131
[44] Ibid., p. 129

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

apresente alguns "riscos", a perspectiva que permeia a argumentação desse estudo é eminentemente otimista frente ao IED entre países do Sul como impulsores de um processo de desenvolvimento nesses países.

Para as empresas, o relatório afirma que o benefício mais importante da internacionalização é o aumento da competitividade, a capacidade de sobreviver e crescer numa economia aberta, maximizar suas utilidades, e crescer ou aumentar sua parcela no mercado[45]. Isso pode incluir o melhoramento da tecnologia, a criação de marcas, o aprendizado de novas atitudes de gestão, estabelecimento de vínculos de cadeia de valor mundiais e a ascensão nessas cadeias para atividades mais avançadas. Ao mesmo tempo, diferenças culturais, institucionais e sociais entre a economia de origem e a receptora podem significar um risco, a ser superado, segundo a instituição, através da coordenação de atividades e complexidades institucionais e ambientais concomitantes[46].

Para o país de origem do investimento, as vantagens, segundo o relatório, são amplas e viriam para o "conjunto da economia". Dentre elas, estaria o aumento da competitividade da indústria, maior ingresso de divisas devido ao aumento das exportações, oportunidades de emprego, possibilidade de transformação da indústria e melhora das atividades de maior valor agregado, favorecendo outras empresas e agentes econômicos, além de repercutir no comércio local e gerar interações com outras instituições, como universidades. De acordo com a UNCTAD, a empresa que se internacionaliza deve estar enraizada e consolidada no mercado doméstico: quanto maior for a inserção local de uma empresa transnacional investidora, maiores serão os benefícios para o país de origem[47].

Para os efeitos positivos na economia como um todo, as condições locais devem ser "apropriadas", como por exemplo, um mercado interno competitivo e a capacidade de aproveitar a tecnologia avançada. A UNCTAD pressupõe que a saída de IED tem efeito retardado, mas positivo no investimento interno, apesar da falta de dados concretos e estudos detalhados. Os efeitos comerciais irão depender das motivações e tipos de investimento: a busca por recursos naturais gera aumento de importação desses recursos mas acarreta exportação de insumos e máquinas para extração; já a busca por mercados pode impulsionar a exportação de bens

[45] UNCTAD 2006, loc. cit., p. 35
[46] Ibid., p. 36
[47] Ibid.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

intermediários e de capital do país de origem; os investimentos externos movidos pela eficiência (diminuição do custo do trabalho), por sua vez, podem gerar problemas de perda de emprego[48]. Apesar de uma provável geração de postos técnicos e administrativos de alto nível, há a tendência à redução de empregos para não especializados, o que tem impacto direto sobre as classes mais baixas.

Para os países receptores, os investimentos oriundos de outros países do Sul podem ser mais vantajosos, segundo a UNCTAD, devido ao fato de terem modelos de tecnologia e comércio parecidos, maiores possibilidades de vínculo e absorção de tecnologia, e tendência a investimentos mais inovadores[49]. Ademais, investidores de países em desenvolvimento tenderiam a empregar mais que os de países desenvolvidos, pois se direcionam a setores com maior uso de mão de obra e com tecnologia simples, que requer mais trabalho. Em termos de salários, afirma-se que esses investidores pagariam mais que empregadores locais. No entanto, a instituição reafirma a falta de dados específicos[50].

Os riscos para os países receptores seriam o de uma dominação do mercado local por empresas de países em desenvolvimento e uma possível "presença exagerada" de empresas de um só país. Ademais, aponta-se para o medo de "indevida influência política", em especial do setor de recursos naturais. Para a UNCTAD, os governos locais muitas vezes não têm capacidade de aplicação de normas trabalhistas e ambientais aceitáveis, no caso de empresas estrangeiras introduzirem novos processos de produção e métodos de trabalho[51]. Aqui também há dados ainda escassos, sendo um fenômeno novo que demanda mais pesquisa[52].

Observamos, com isso, a falta de estudos empíricos que efetivamente comprovem as vantagens proferidas pelo relatório da UNCTAD. Elas permanecem como hipóteses, que partem de premissas otimistas sobre os investimentos externos. De um lado, percebemos a noção implícita sobre o papel dos agentes corporativos em trazer benefícios em termos de desenvolvimento, não considerando a possibilidade de conflitos entre interesses privados das empresas e interesses das populações, governos locais e trabalhadores. De outro, a premissa de que a expansão internacional de

[48] Ibid., p. 37-8
[49] Ibid., p. 38
[50] Ibid., p. 40
[51] Ibid.
[52] Ibid., p. 41

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

empresas de países em desenvolvimento sinalizaria um estágio mais avançado que beneficiaria toda a economia, sem considerar os impactos diferenciados sobre as camadas populares. Os critérios e elementos que configuram "vantagens" aparecem como puramente econômicos, supondo certa separação entre economia e sociedade (condizente com o viés liberal), não abarcando questões sociais, trabalhistas ou ambientais, nem questionando a respeito dos diferentes impactos sobre setores e extratos sociais mais vulneráveis. Afinal, as vantagens para as empresas nem sempre são equivalentes a benefícios para toda a sociedade; algumas vezes, pode ser o inverso. São necessários estudos mais detalhados e refinados, como afirma a própria UNCTAD.

Essa discussão é fundamental para o debate público e democrático sobre as políticas públicas e a criação ou aperfeiçoamento de estruturas institucionais e legais para o fomento e incentivo à expansão internacional do capital com sede nos "países emergentes" e latino-americanos. A exemplo da Ásia, as políticas de fomento envolvem disponibilização de informações, atividades de intermediação, incentivos financeiros ou fiscais, cobertura de seguro para investimento no exterior, organizações de promoção comercial, organismos de promoção de investimento, agências de crédito a exportação e bancos de importação-exportação (Exim)[53]. Para a UNCTAD, o benefício do investimento no exterior depende da capacidade de absorção do setor empresarial local e o vínculo das empresas investidoras com o resto da economia, sendo necessárias "certas capacidades locais" para aproveitar o acesso aos mercados, recursos e ativos estratégicos estrangeiros. Da mesma forma, os governos locais de países receptores deveriam se utilizar de normas para influir no comportamento das filiais estrangeiras e na sua interação com empresas locais, promovendo "de forma qualitativa e quantitativa" as relações entre filiais estrangeiras e empresas nacionais[54].

Já para a CEPAL, uma política proativa de fomento à internacionalização se justificaria pela melhoria dos "padrões produtivos e de gestão, o incremento da produtividade, a aquisição de novos conhecimentos e o fortalecimento de capacidades tecnológicas existentes na própria empresa e na estrutura produtiva do país". A competição em nível global motivaria as empresas a realizar atividades de pesquisa e

[53] Ibid., p. 41-2
[54] Ibid., p. 43

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

desenvolvimento, "convertendo-as em intermediárias entre os sistemas de conhecimento mundial e local". No mesmo sentido que a UNCTAD, para a CEPAL o tipo de vinculação da empresa com o sistema de inovação local pode aumentar os efeitos positivos da internacionalização. Por sua vez, argumentações "contra" um apoio estatal indicam que as empresas não deveriam ser objeto de apoio especial, pois grandes empresas não têm desvantagens para competir nos mercados globais, e não teriam problemas de financiamento. Aponta-se a dificuldade de garantir que os benefícios da internacionalização transbordem para o resto da economia[55].

Para Tavares/Ferraz, não se justifica o apoio à "internacionalização pela internacionalização". O investimento direto no exterior (IDE) como instrumento de crescimento das empresas é positivo, ao passo que é um "cenário s*econd best,* onde há menos produção no país de origem"[56]. Setores em que as translatinas são globalmente competitivas são principalmente produtos de consumo intermediário, fortemente baseados em recursos naturais, havendo poucas empresas em setores mais inovadores e dinâmicos. Segundo os autores, "ainda que as principais translatinas de escopo global individualmente sejam casos de êxito em seus respectivos setores, do ponto de vista do grupo, parece haver pouca perspectiva (...) de *upgrading* e diversificação para setores mais dinâmicos, com vantagens competitivas mais sustentáveis"[57]. Para eles haveria evidências de que, se condições institucionais fossem melhores nos países de origem e se houvesse menos barreiras comerciais internacionais, haveria mais produção local. Mesmo assim, a internacionalização seria "necessária" para a sobrevivência de algumas empresas, e o IDE é em geral positivo para o desenvolvimento produtivo do país de origem. Isso permitiria justificar o apoio ao IDE, contudo "num contexto mais amplo da política de desenvolvimento produtivo de cada país"[58].

Esse debate, que na década de 2000 foi dominado pela discussão sobre "vantagens e desvantagens" do crescente fluxo de investimento originados de países do Sul, mostra-se ainda limitado, quase exclusivamente, a elementos econômicos, como a competitividade das empresas, a entrada de divisas ou aumento de exportações. Desconsideram-se nele diferentes atores, setores e classes envolvidos,

[55] CEPAL, loc. cit., p. 67
[56] TAVARES; FERRAZ, loc. cit., p. 138
[57] Ibid., p. 139
[58] Ibid., p. 139-140

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

que são fundamenteis para a reflexão sobre o papel dos Estados e as diferentes condicionantes sociais para políticas públicas de apoio à internacionalização.

3.2 A expansão internacional de empresas sediadas no Brasil

A expansão internacional de empresas com sede no Brasil é parte do fenômeno das "translatinas" e de multinacionais de países "emergentes". De acordo com o *Boston Consulting Group*, o país está em terceiro lugar na lista dos "emergentes" com empresas capazes de "desafiar globalmente" outras gigantes internacionais. O Brasil tem 13 empresas na relação de *global challengers* (Camargo Corrêa, Coteminas, Embraer, Gerdau, JBS-Friboi, Marcopolo, Natura, Odebrecht, Brazil Foods, Petrobras, Magnesita, Votorantim e WEG), sendo a Vale já considerada uma multinacional estabelecida, e não mais uma "desafiadora". À frente do Brasil estão a China (com 33 empresas) e a Índia (com 20 empresas)[59]. Assim como outras multinacionais "emergentes", a internacionalização de empresas brasileiras é resultado de constrangimentos e condições de natureza estrutural (ambiente doméstico, regional e global), assim como é resultante do estágio de "amadurecimento" organizacional e financeiro de algumas das principais firmas com sede no país[60].

Apesar da crescente relevância econômica e política, o investimento de empresas brasileiras no exterior é, segundo alguns autores, relativamente baixo em proporção ao PIB, e se comparado com empresas asiáticas[61]. Para Iglesias/Motta Veiga, isso se deve especialmente a três fatores: o ambiente macroeconômico interno, vivido entre 1980 e 1994, que foi altamente instável, afetando as decisões de exportar

[59] BOSTON CONSULTING GROUP. **2011 BCG Global Challengers**. Companies on the move. Rising stars from rapidly developing economies are reshaping global industries. Disponível em http://www.bcg.com/expertise_impact/publications/publicationdetails.aspx?id=tcm:12-70057 (acesso agosto 2011)

[60] TAVARES, Márcia. **Investimentos brasileiros no exterior**: panoramas e considerações sobre políticas públicas. CEPAL, Serie Desarrollo Productivo 172., 2006, p. 7

[61] TAVARES, loc. cit., p. 12; IGLESIAS, Roberto M.; MOTTA VEIGA, Pedro. **Promoção de exportações via internacionalização de firmas com capital brasileiro**, 2002, p. 369. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_desafio/Relatorio-09.pdf (acesso setembro 2011)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

e de investir dentro e fora do país; algumas características das exportações brasileiras, como os tipos de produtos exportados, a origem do capital dos exportadores nos setores em que são necessários investimentos e a concentração de destinos; e, por fim, o baixo coeficiente das exportações relativo às vendas totais da maioria das firmas industriais exportadoras[62]. O processo de internacionalização de empresas brasileiras acompanhou e, em grande medida, impulsionou os períodos de ascensão e declínio dos investimentos das "translatinas", conforme já exposto. De acordo os principais autores, esse processo é dividido em três grandes fases até a década de 1990, com algumas especificidades setoriais e diferenças nas motivações e formas de implementação do investimento.

Segundo Iglesias/Motta Veiga e outros, a primeira fase, que tem início de meados dos anos 1960 até 1982, foi um processo concentrado na Petrobras, em instituições financeiras e em empresas de construção. Os investimentos da Petrobras estavam motivados pela procura de fontes alternativas de fornecimento de petróleo para o país (*resource-seeking*). Já os investimentos de bancos no exterior estavam vinculados às atividades de captação no mercado financeiro internacional, e os investimentos das empresas construtoras estavam relacionados ao desenvolvimento de know-how em grandes obras públicas (resultantes do "milagre econômico" do período militar dos anos 1970), e se inseriram basicamente nos países produtores de petróleo, aproveitando o aumento de investimento após a alta do preço internacional do petróleo[63].

Seguindo os mesmos autores, na segunda fase (1983-92), a economia brasileira (e latino-americana) passou por graves problemas macroeconômicos, tendo frágeis instrumentos de promoção do comércio exterior num período de estagnação da produção industrial. Isso fez reduzir o ritmo de expansão das exportações e investimentos, que chegaram a totalizar US$ 2,5 bilhões, concentrados nos últimos três anos desse período. O setor financeiro continuou sendo um investidor importante, com 37% do total investido, tendo a Petrobras participado com 30%, enquanto as empresas do setor manufatureiro representaram somente 10%[64]. Essa fase se caracterizou pela maior participação de empresas de pequeno e médio porte no

[62] IGLESIAS; MOTTA VEIGA, loc. cit., p. 385-6
[63] Ibid., p. 392-3; TAVARES, loc.cit., p. 9
[64] IGLESIAS; MOTTA VEIGA, loc.cit.,p. 394

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

investimento externo (com faturamento entre US$ 100 e 500 milhões, diferentemente dos anos 70, quando somente grandes empresas investiam), pelo crescimento da participação da América do Sul como localização dos investimentos e, finalmente, pelo aumento do número de subsidiárias produtivas, com maior diversificação dos setores da indústria instaladas no estrangeiro, como a indústria mecânica, de alimentos, material de transporte, têxtil e siderurgia, entre outros[65].

Por fim, a partir do início dos anos 1990, as reformas neoliberais levaram a um movimento de reestruturação da indústria brasileira, em que a internacionalização passou a ser uma estratégia importante das grandes empresas brasileiras recém-privatizadas. Na primeira metade da década, houve uma continuidade da diversificação em termos de porte de empresas, uma alta concentração das localizações no Cone Sul e uma proporção maior de unidades produtivas no total de unidades implementadas no exterior. O setor de construção teve o maior número de instalações de unidades no exterior. Na segunda metade da década de 1990, com a estabilização monetária e a contenção da inflação, o investimento no exterior se concentrou no Mercosul como resultado das oportunidades abertas pelo processo de integração, passando a representar uma nova fase de expansão internacional de firmas brasileiras[66].

Hoje, podemos afirmar que, a partir de 2003, inicia-se uma nova (ou quarta) fase de expansão do capital com sede no Brasil, que é marcada pelo papel decisivo das políticas públicas e do crédito direto, refletindo o desempenho do Brasil como país "emergente", que busca maior participação nas instâncias de concertação global. Até 2003, investimentos brasileiros no exterior eram de aprox. U$ 1 bilhão por ano, mas saltaram para U$ 14 bilhões em média por ano entre 2004 e 2007[67]. Em 2007, as vinte maiores multinacionais brasileiras, juntas, investiram US$ 56 bilhões no exterior. A compra da mineradora canadense Inco pela Vale fez com que o Brasil passasse de receptor de investimentos para investidor internacional: de US$3 bilhões em 2005, o fluxo de investimentos brasileiros no exterior passa a US$28 bilhões em

[65] Ibid.
[66] TAVARES, loc.cit., p. 10; IGLESIAS; MOTTA VEIGA, loc.cit.,p. 395-6
[67] VALOR ECONOMICO . **Revista Multinacionais Brasileiras**, outubro 2009, p. 8.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

2006[68]. Segundo Tavares, o aumento "sem precedentes" na primeira metade da década de 2000 deve-se à maturação das estratégias de internacionalização das grandes empresas do país, e ao fato de algumas delas, que ainda não haviam investido no exterior, passarem a fazê-lo[69]. Consideramos, porém, que o impulso marcante desse período é a implementação de políticas públicas proativas de apoio à expansão internacional (linhas de crédito, agências de apoio com escritórios internacionais, políticas de integração regional e acordos com outros países do Sul).

Evidenciando essa nova fase, o Banco Central do Brasil iniciou um levantamento dos dados gerais sobre o capital brasileiro no exterior a partir de 2001. De acordo com o último censo do banco, o estoque total de ativos no exterior[70] foi de US$ 274,6 bilhões em 2010 (23% a mais que em 2009), e o total de investimentos brasileiros diretos no exterior (IBD) atingiram US$189,2 bilhões (mais que o triplo levantado em 2001, que totalizara US$49,7 bilhões), evidenciando, segundo o banco, "a sólida e acelerada internacionalização das empresas de capital brasileiro"[71]. Ao longo dos anos pesquisados pelo banco, houve constância na concentração em serviços financeiros e atividades auxiliares (38,2% em 2010) e, em segundo lugar, em atividades de extração de minerais metálicos (27,4% naquele ano). Importante observar o papel dos paraísos fiscais como principal destino do capital brasileiro enviado ao exterior, predominantemente do setor terciário[72]. Segundo Tavares, no período de 2001 a 2004, investimentos destinados a "serviços prestados principalmente às empresas", "intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada" e "atividades auxiliares da intermediação financeira" corresponderam a mais de 80% dos investimentos totais registrados pelo Banco Central. Para a autora, a grande deficiência dos resultados do censo para o estudo do IBD diz respeito às categorias "caixa negra", isto é, aos investimentos que vão aos centros financeiros do Caribe, assim como para atividades como intermediação

[68] FUNDACAO DOM CABRAL. A decolagem das multinacionais brasileiras. Press Release de 3 de dezembro de 2007, disponível em www.fdc.org.br (acesso janeiro de 2009), e Valor Econômico, loc.cit.

[69] TAVARES, loc. cit.

[70] O total de ativos vai além do investimento de empresas brasileiras, contabilizando empréstimos, investimento em carteira, bem como todo tipo de depósitos de pessoas físicas e jurídicas, inclusive aqueles em paraísos fiscais.

[71] BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Capitais brasileiros no exterior (CBE), ano-base 2010**. Disponível em http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2010.asp (acesso setembro de 2011)

[72] De acordo com o último censo, os destinos dos totais de ativos foram Áustria 21,9%, Ilhas Cayman, 17,4%; Ilhas Virgens Britânicas, 8,7%; e Bahamas, 7,3%, Estados Unidos, 7,8%; Países Baixos, 6,4%; Dinamarca, 5,5%; e Espanha, 5,3%. Ver ibid.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

financeira[73]. Nesse sentido, há um "buraco negro" do capital enviado ao exterior a partir do Brasil, que não corresponde ao investimento "produtivo" ou mesmo de serviços realizados por empresas brasileiras de forma identificável, impossibilitando conhecer, a partir dessas remessas declaradas ao BC, o destino final dos investimentos.

Dentro do estoque de investimento brasileiro no estrangeiro cujo destino setorial é identificável, observa-se a importância dos setores de petróleo, construção, metais e mineração, que refletem experiências de algumas das principais empresas brasileiras[74]. Entre 1995 e 2004, houve somente quatro operações internacionais no setor primário (mineração, agricultura), enquanto que o setor de manufaturas (petróleo e gás, petroquímica, alimentos e bebidas) realizou 53 operações, e serviços (financeiro, transporte, comércio) 33 operações[75]. Segundo Tavares, "no Brasil, mais do que em outros países da região, as maiores empresas com investimentos no exterior estão mais concentradas em bens e serviços intermediários do que em bens e serviços de consumo de massa"[76]. No primeiro grupo, a localização dos investimentos é definida pela presença de recursos naturais (no caso de empresas que investem na extração de petróleo ou minerais), pela necessidade de proximidade de grandes clientes (por exemplo na siderurgia) ou de fornecimento às operações de subsidiárias no país de origem (por exemplo, o setor de autopeças). No grupo de bens de consumo de massa, é necessária a capacidade de diferenciação de produtos, penetração da marca e de distribuição, mesmo em situações precárias de infraestrutura, o que pode dificultar alguns processos de internacionalização[77].

Algumas pesquisas avançaram na identificação e atualização mais precisa sobre as empresas, setores e destino da expansão do capital com sede no Brasil, como, por exemplo, as pesquisas anuais realizadas pela Fundação Dom Cabral e pela Sobeet. De acordo com o ranking Sobeet/Valor, em 2010, o setor mais internacionalizado é o de construção e engenharia, embora englobe apenas duas empresas (Odebrecht e Andrade Gutierrez), e a maior receita obtida no exterior – R$37 bilhões – é de

[73] TAVARES, loc.cit., p. 13
[74] Ibid., p. 16
[75] Ibid., tabela 2 p. 17
[76] Ibid., p. 20
[77] Ibid., p. 20-1

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

alimentos, no qual se destaca o grupo JBS-Friboi[78]. Em 2007, o ranking da Dom Cabral observou um aumento significativo da inserção das multinacionais brasileiras nos mercados de capitais internacionais, com as empresas Aracruz, Embraer, Gerdau, Ultra, Perdigão, Sadia, Petrobrás, Vale e Usiminas, listadas na bolsa de valores de Nova Iorque. Naquele ano, destacou-se o intenso processo de aquisições de empresas estrangeiras pelas brasileiras: 66 operações de aquisição no exterior, sendo as operações de maior relevância a aquisição das norte-americanas Chaparral Steel e Qanex pela Gerdau S.A., e a incorporação das atividades globais da Swift Armour pela JBS Friboi[79]. Nos anos de 2008 e 2009, a crise econômica mundial afetou o ritmo de expansão das empresas brasileiras, levando, em 2009, a uma queda de 149,3% do fluxo de investimento exterior, o que significou um saldo negativo de US$ 10 bilhões. As receitas no exterior tiveram uma redução de 15,7%, o que pode ser explicado pela queda na demanda mundial. Além disso, as maiores empresas reduziram os ativos no exterior em 12,4%, por meio de venda de ativos, diminuições nas participações ou fechamento das subsidiárias[80].

Mesmo com uma relativa retração em 2008 e 2009, a expansão internacional de empresas com sede no Brasil indica uma tendência, que pode levar a mudanças de longo prazo. De acordo com a pesquisa da Dom Cabral, a Gerdau foi a empresa que apresentou maior índice de transnacionalidade em 2008, com 63% do total de ativos, além de mais de 50% de suas vendas e funcionários no exterior. Em segundo lugar, esteve a Sabó (40% de suas vendas, 49% de seus ativos e 33% de seus empregados no exterior), seguida da Marfrig, empresa que aumentou 358% seus ativos no exterior naquele ano, devido à aquisição de mais de 20 subsidiárias na Europa e na América do Sul[81]. Já em 2009, a JBS-Friboi, que se tornou a maior empresa privada do Brasil,

[78] VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras**, setembro 2010, p. 31; 45. O índice de internacionalização nessa pesquisa é composto pela média de empregos, ativos e receitas no exterior em relação aos mesmos no Brasil.

[79] CYRINO, A; CARVALHO, F. **Ranking das Transnacionais Brasileiras 2008**: Internacionalização segue crescendo, mas resultados ainda são limitados. Fundação Dom Cabral, 2008. Disponível em http://www.fdc.org.br/pt/pesquisa/internacionalizacao/Paginas/publicacoes.aspx (acesso dezembro de 2010) [doravante "Fundação Dom Cabral 2008"]. Assim como na pesquisa Sobeet, o índice de internacionalização aqui é composto por ativos, receitas e funcionários.

[80] RAMSEY, J.; BARAKAT, L.; CRUZ, L.; CRETOIU, S. **Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010**: Repensando as estratégias globais. Fundação Dom Cabral, Junho, 2010. Disponível em http://www.fdc.org.br/pt/pesquisa/internacionalizacao/Paginas/publicacoes.aspx (acesso dezembro de 2010) [doravante "Fundação Dom Cabral 2010"]

[81] RAMSEY, J.; BARAKAT, L. **Ranking das Transnacionais Brasileiras 2009**: Investimentos no exterior crescem, apesar da crise mundial. Fundação Dom Cabral, Agosto, 2009. Disponível em http://www.fdc.org.br/pt/pesquisa/internacionalizacao/Paginas/publicacoes.aspx (acesso dezembro de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

apresentou o maior índice de transnacionalidade, com 83,6% de suas vendas e 64 % de seus funcionários no exterior, com atuação em sete países, em cinco continentes. A JBS-Friboi adquiriu a segunda maior produtora de frangos dos Estados Unidos, a Pilgrim´s Pride, por US$ 768 milhões. Em segundo lugar esteve a Gerdau, que se tornou a maior produtora de aços longos da América Latina, apresentando 48,2% de suas vendas, 54,4% de seus ativos e 46,0% de seus empregados no exterior, como resultado de suas operações em 14 países. Nos últimos dois anos, a Gerdau fez três grandes aquisições: a Gerdau Macsteel Inc., nos Estados Unidos; a Sidenor, na Espanha; e a Corsa Controladora, no México, totalizando quase R$1,8 bilhões em investimentos no exterior. Em seguida esteve o Ibope, com 32,1% de receita, 50,7% de ativos e 54,1% de funcionários no exterior, operando em 14 países, tendo adquirido a empresa americana Zogby International. Já a Vale teve, naquele ano, 46% de seus ativos no exterior, com presença em 33 países, onde possui operações, escritórios comerciais, joint ventures e extração mineral. Boa parte de seus ativos está concentrada nas subsidiárias de níquel e carvão no Canadá (antiga Inco), assim como na Austrália e em Moçambique[82].

O setor de construção e infraestrutura se destaca pelo alto grau de atuação internacional das empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correia, entre outras. Estas foram as primeiras a se internacionalizar na década de 1970, beneficiadas por programas de grandes obras de o governo militar, assim como pela expansão da estatal Petrobrás para a África e Oriente Médio[83]. Na América Latina, essas construtoras são beneficiadas por licitações em obras de infraestrutura, energia, transporte e saneamento com financiamento do BNDES que, em 2009, somou US$ 8 bilhões[84]. Elas estão envolvidas em obras, como a construção de usinas hidrelétricas na República Dominicana, linhas de metrô na Venezuela, gasoduto na Argentina, autopista em Cuba, Estrada do Pacífico no Peru, ponte de Guayaquil no Equador, entre outras. Na África, a Odebrecht está envolvida em 28 projetos somente em Angola. Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa também estão envolvidas em obras de

2010) [doravante "Fundação Dom Cabral 2009"]

[82] Fundação Dom Cabral 2010, loc.cit.

[83] CAMPOS, P. H. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. IN: IRLS et. al (org.): **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

[84] RODRIGUES, E. Brasil faz obras nos vizinhos temendo a China. **Folha de São Paulo**, 27 de setembro de 2009; e FERREIRA SIMOES, Antonio José. Quem descobriu a América (do Sul)? **Valor Econômico**, 10 de agosto de 2010

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

hidrelétricas, estradas, portos e aeroportos, saneamento e irrigação, além da aquisição de fábricas de cimento em Moçambique, Angola, Argentina, Paraguai e Portugal pela Camargo Corrêa (também dona de empresas no setor têxtil e de calçados, com alto grau de internacionalização)[85].

Apesar de não estarem listados entre as vinte primeiras empresas com maior índice de internacionalização, os bancos e entidades financeiras também têm se expandido para além das fronteiras do país. De acordo com a Fundação Dom Cabral, o Banco do Brasil tem um baixo índice de transnacionalidade (4,7% de receitas, 6,7% de ativos e 0,07 % de funcionários no exterior), embora esteja presente em 23 países, em cinco continentes[86]. Em 2010, o Banco do Brasil comprou o controle acionário do Banco Patagonia, o sexto maior da Argentina, por US$ 479,6 milhões[87]. Além disso, Bradesco e BB assinaram um memorando de entendimentos com o português Banco Espírito Santo para iniciar atividades no continente africano. A exploração de atividade comercial bancária na África, principalmente em Angola e Moçambique, é considerada "a primeira grande tacada" do Bradesco no mercado internacional[88].

A formação de monopólios e o movimento de concentração e centralização de capital são, historicamente, um importante impulso à expansão internacional dos grandes grupos econômicos na busca por acumulação, o que também se verifica no caso do Brasil. Segundo Tavares, fusões e aquisições trans-fronteiriças realizadas por empresas brasileiras somaram, entre 1995 e 2004, 90 operações (29 para países "desenvolvidos", 61 para países "em desenvolvimento", sendo 32 somente na Argentina)[89]. No ano de 2008, essas operações somaram 10,8 bilhões de reais (um quarto do total de investimentos no exterior), de acordo com a fundação Dom Cabral[90]. Segundo pesquisas de diferentes instituições, as principais formas de atuação no exterior são por meio da instalação de unidades próprias de produção e serviço, exportação por meio de escritórios próprios, e aquisição e fusão com outras

[85] VALOR ECONOMICO, loc.cit., setembro 2010, pp. 31-34.
[86] Ver ibid.
[87] ROMERO, C. BB fecha compra do Patagonia. **Valor Econômico,** 22 de abril de 2010
[88] LIMA, A. Bradesco e BB põem o pé na África. **Valor Econômico,** 10 de agosto de 2010
[89] TAVARES, loc.cit., tabela 1, p. 16
[90] Fundação Dom Cabral 2008, loc. cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

empresas[91], sendo esta última apontada por 40% das empresas entrevistadas pela fundação Dom Cabral como forma principal esperada para futuros negócios[92].

A crise econômica mundial iniciada em 2008, por sua vez, acelerou esses processos: nos anos decorrentes da crise, o Brasil teve destaque no quadro geral de concentração de capital com o registro, em 2010, de 787 fusões e aquisições fechadas e/ou anunciadas[93]. A crise também levou a um movimento significativo de aquisições no Brasil por empresas estrangeiras. Segundo estudo da KPMG, divulgado na imprensa, houve aumento de 87% dessas aquisições em 2010, enquanto que as aquisições lideradas por empresas brasileiras aumentaram 47%[94]. No que concerne a aquisição de empresas estrangeiras por brasileiras no plano doméstico e no exterior, o estudo da KPMG aponta para 79 transações somente em 2010[95]. Demonstra-se, assim, que a crise acentuou um duplo movimento de concentração de capital para dentro e para fora do país. Há importantes exemplos da expansão internacional de grupos fusionados durante a crise econômica, como a Votorantim, que foi a empresa com maior crescimento no índice de internacionalização de 2007 para 2009 (88,2%), tendo a fusão da Votorantim Papel e Celulose com a Aracruz Celulose, em 2009, (formando o grupo Fibria) contribuído para isso[96]. Do mesmo modo, o grupo Brasil Foods, fusão entre a Sadia e a Perdigão, passou a integrar o ranking da fundação Sobeet das principais multinacionais também em 2009. O grupo JBS-Friboi incorporou a Bertin, com financiamento do BNDES no decorrer da crise, sendo hoje, como já mencionado, a empresa mais internacionalizada do Brasil[97]. Já o Itaú Unibanco - resultado da fusão de dois bancos internacionalizados - é a empresa com o maior volume de ativos no exterior, totalizando mais de R$100 bilhões[98].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

---

[91] VALOR ECONOMICO, loc.cit., outubro 2009 e setembro 2010

[92] Fundação Dom Cabral 2010, loc.cit., p. 26

[93] PWC. **Fusões e Aquisições no Brasil**. Dezembro de 2010. Disponível em http://www.pwc.com.br/pt/estudos-pesquisas/assets/relatorio-ma-dez2010.pdf

[94] REUTERS. Fusões e aquisições batem recorde, diz KPMG. **Valor Econômico** 23 de dezembro de 2010; BASILE, J. Cade prevê volume recorde de fusões em 2010. **Valor Econômico**, 30 de julho de 2010; UOL. Fusões e Aquisições bateram recorde histórico em 2010, publico em 24 de dezembro de 2010 em http://www2.uol.com.br/canalexecutivo/notas101/2412201013

[95] KPMG. **Pesquisa de Fusões e Aquisições 2010, 3° trimestre**. Disponível em http://www.kpmg.com/BR/PT/Estudos_Analises/artigosepublicacoes/Documents/Fusoes%20e%20Aquisicoes/2010/FA_3otrim_2010.pdf

[96] Fundação Dom Cabral 2010, loc.cit.

[97] VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras**, setembro 2010, p. 9

[98] Fundação Dom Cabral 2009, loc.cit.

Há um progressivo aumento de trabalhadores empregados por empresas brasileiras no exterior: de 41.000 em 2005, 92.000 em 2007, passando para 142.300 em 2008, e chegando, hoje, a cerca de 200.000 trabalhadores[99]. Algumas empresas possuem mais funcionários no exterior do que no Brasil, como por exemplo a JBS-Friboi. Segundo a Fundação Dom Cabral, isso indica que as empresas planejam mais crescimento internacional, apesar da retração no período de crise. Em 2007, a América Latina foi o principal destino do IDE brasileiro (34,1%)[100]. Entretanto, ele aumentou na América do Norte (território de grandes aquisições), Europa e especialmente Ásia, onde 59% das empresas informaram possuir atividade em 2007, frente a 36,8% no ano anterior[101]. Em 2008, a América Latina passou a ser destino de 46% do investimento brasileiro, em especial devido à expansão da Cemig e do setor de energia em geral na região[102]. A Eletrobras, por exemplo, possui projetos de integração energética na América Latina, que incluem a construção de linhas de transmissão entre países e hidrelétricas, em parceria com Argentina, Peru, Bolívia e Guiana, e contratos para construção de usinas no Peru, Nicarágua e Argentina[103].

No mesmo ano, a Europa recebeu 21%, América do Norte 17%, Ásia 11%, África 5% de investimentos oriundos de empresas brasileiras. Em 2009, houve uma relativa diminuição de aquisições na Europa (17%) e América do Norte (9%), possivelmente devido aos problemas gerados pela crise econômica, enquanto as operações na América Latina (53%) e Ásia (15%), além da África (5%), Oceania (1%) continuaram crescendo. A China tornou-se um importante mercado para empresas como a Embraer, Randon, Votorantim, Marfrig e Sabó[104], além da Vale, que tem grande parte de suas exportações dependente do mercado chinês. Segundo a Fundação Dom Cabral, a África desponta hoje como continente alvo para os

[99] Fundação Dom Cabral 2008, 2009 e 2010, loc.cit.

[100] Naquele ano, isso se deveu às aquisições da Gerdau no México, Venezuela e República Dominicana, da Artecola no Chile, Peru, México e Argentina; da Natura, que entrou na Colômbia, em 2007; a Marcopolo adquiriu participação em empresa argentina; o grupo Ultra (Oxiteno) adquiriu planta na Venezuela; por fim, a Metalfrio abriu uma planta produtiva e um centro de desenvolvimento de produtos no México. Ver Fundação Dom Cabral 2008, loc. cit.

[101] Ibid.

[102] Fundação Dom Cabral 2010, loc. cit.

[103] FARIELLO, D. Analistas veem riscos na integração energética da AL. **Valor Econômico**, 09 de março de 2010 e RIBEIRO, A. Eletrobras será mais ousada nos EUA. **Valor Econômico**, 22 de setembro de 2010. De acordo com o divulgado no jornal Valor Econômico, a empresa retirou o acento do nome (assim como a Petrobras) como sinal da sua internacionalização, buscando gerar uma "desvinculação da empresa" de aspectos políticos, "pois no inicio havia uma forte resistência entre os cidadãos vizinhos, que viam a empresa como o Brasil explorando suas riquezas naturais".

[104] Fundação Dom Cabral 2010, loc.cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

investimentos brasileiros, com a entrada da Votorantim em cinco países africanos através de aquisições na África do Sul, Cabo Verde, Marrocos, Tunísia e Moçambique; a entrada da Randon na Argélia e Quênia; a Weg iniciou operações no Sudão e na República do Senegal. A Marfrig e Totvs aumentaram sua presença no continente[105], além da Petrobras e da construtora Odebrecht, conforme já mencionado[106].

A aproximação cultural do Brasil com a América Latina e a África lusófona é mencionada como um dos fatores que pode explicar a expansão das empresas brasileiras para essas regiões. A decisão política de aproximação Sul-Sul, porém, foi um marco importante dessa expansão. Segundo a própria Dom Cabral, houve um esforço de tornar o Brasil um líder regional da América Latina, além do incentivo promovido pelo presidente Lula ao processo de integração da região. Isso teria gerado "um impulso do governo para abrir ainda mais as portas diplomáticas na região", aumentado as "sinergias" entre países, "contribuindo para que as transnacionais brasileiras mantenham o foco na América Latina"[107]. As exportações brasileiras para América do Sul cresceram 412%, entre 2002 e 2008, passando de US$7,5 bilhões para US$38,4 bilhões (dos quais a maior parte são produtos manufaturados). Já as importações brasileiras da sub-região cresceram mais de 220% no mesmo período, passando de US$7,6 bilhões para US$25 bilhões[108].

A Argentina é apontada por 13% das empresas consultadas pela Sobeet como o país com o maior índice de interesse para expansão[109]. Investimentos brasileiros na Argentina cresceram 557% nos anos pós-crise de 2001 (superando apenas a Espanha que, no mesmo período, aumentou 642%). Eles passaram de US$ 164 milhões em 2003 para US$ 1,1 bilhão em 2008[110]. As principais aquisições de grande porte foram: a compra da Swift Argentina pelo Grupo Friboi, em 2005, por US$ 200 milhões (com

[105] Ibid.
[106] Discorreremos mais a frente de forma mais detalhada sobre a construtora Odebrecht, a Petrobras e a Vale, analisando os conflitos em que estiveram envolvidas recentemente.
[107] Ibid., p. 11
[108] FERREIRA SIMOES. Quem descobriu a América (do Sul)? **Valor Econômico**, 10 de maio de 2010
[109] VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras**, setembro de 2010
[110] VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras**, outubro 2009. A crise argentina teria gerado uma "oportunidade" para empresários brasileiros que, segundo Tavares, tem familiaridade com ambientes de alto risco, e sabem operar em contextos imprevisíveis e turbulentos, o que representaria uma "competência distintiva" das empresas brasileiras no cenário internacional (TAVARES, loc.cit., p. 15). Notamos que as "oportunidades" de negócios ocorreram num contexto de terríveis consequências sociais e econômicas para a população argentina, e seu enorme empobrecimento como resultado do verdadeiro saque ocorrido no país com o projeto neoliberal da década de 1990.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

financiamento pela linha de crédito específica do BNDES); a compra da Loma Negra pela Camargo Corrêa por US$ 1,025 bilhões, em abril de 2005; compra do controle da Pecom pela Petrobras por US$ 1,126 bilhões, em 2002; aquisição pela AmBev, entre 2002 e 2006, do controle da Quilmes, por aprox. US$ 1,8 bilhões[111]. Mais recentemente, a Vale adquiriu a empresa anglo-australiana Rio Tinto no projeto Potássio Rio Colorado, em Mendoza, com o objetivo de aumentar o insumo para o mercado de fertilizantes no Brasil.

3.3 Fatores de motivação e "desvio" de investimento, e o debate sobre vantagens e desvantagens da internacionalização

As principais motivações gerais e estratégicas para as empresas brasileiras coincidem com aquelas já expostas sobre transnacionais "emergentes" e "translatinas". Segundo a pesquisa da CEPAL, as principais empresas brasileiras visam ao acesso a recursos naturais e ao acesso a mercados (como no caso da Vale e da Petrobras), a produção local, ou investimentos por meio dos quais agregam valor às exportações[112]. Outras motivações de caráter estratégico são a neutralização de assimetrias comerciais, diversificação e gerenciamento de riscos, evitar a entrada de concorrentes no Cone Sul, evitar crescimento do concorrente maior, explorar oportunidades de crescimento regional, operar com vantagens de "local player", entre outros.[113]

Tavares chama atenção para situações nas quais a internacionalização, via investimento produtivo, é uma solução "second best" em que o investimento no exterior é investimento "desviado" ou "não criado" no país de origem. Nesses casos, os motivos do investimento são imperfeições nos ambientes de negócios do país investidor ou do mercado de destino, e não fatores relacionados às vantagens comparativas e competitivas das empresas[114]. Segundo a autora, a pesquisa da CEPAL demonstra que fatores de "desvio" são relevantes nos processos de internacionalização das grandes empresas brasileiras. Ela divide os fatores entre

[111] TAVARES, loc. cit., p. 15
[112] Ibid., p. 31
[113] Ibid., p. 32 e tabela 7, p. 33
[114] Ibid., p. 30

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

aqueles que geram impulsos de desvio de investimento - custos ou riscos relacionados aos negócios domésticos (como instabilidade cambial, alta taxa de juros, efeitos do risco-país sobre o custo do capital, etc.) e aqueles que desviam "pela atração", como barreiras tarifárias ou não tarifárias e assimetrias criadas por acordos bilaterais ou regionais[115].

Nessas situações, a internacionalização se dá "às avessas", isto é, as empresas deslocam a produção para o exterior "não por um extravasamento de uma situação favorável, mas com o objetivo de fugir de condições negativas de custos ou acesso a recursos produtivos no país de origem"[116]. Segundo Tavares, "se não se pode afirmar que a internacionalização das maiores empresas brasileiras é 'às avessas', posto que são complexos os conjuntos de fatores que determinam a estratégia de internacionalização, não se pode desconsiderar a importância dos fatores de 'desvio' nas estratégias de internacionalização"[117], especialmente estratégias relacionadas aos riscos, que afetam a competitividade da empresa, e as barreiras comerciais nos mercados de destino, que afetam competitividade do produto.

A ideia de desvio de investimento leva à discussão sobre as vantagens e desvantagens, os diferentes impactos da expansão internacional para a economia do país, bem como sobre a conveniência ou não de políticas públicas para estimular o investimento exterior. Conforme já exposto, as pesquisas apontam para uma vasta variedade de vantagens para as empresas, para os países investidores e para os receptores, ao passo que alertam para os riscos relacionados especialmente ao emprego e à falta de investimentos no plano doméstico. Tanto as vantagens quanto os riscos ainda não estão devidamente averiguados de forma empírica.

Pesquisadores brasileiros se empenharam em realizar estudos e aprofundar o debate no caso do Brasil. De acordo com Iglesias/Motta Veiga, críticos das políticas de estímulo ao investimento exterior de empresas brasileiras apontam para os riscos de deslocamento de emprego, reduções de exportações (poderiam gerar a substituição

[115] Ibid., tabela 6, p. 31. De acordo com Tavares, mudanças no contexto macroeconômico, regulatório ou de políticas comerciais no Brasil (mas também no país de destino) podem levar a transferência de atividades de produção do Brasil para fora, substituindo exportações, da mesma forma que podem atrair ou desviar investimento estrangeiro no Brasil (ibid., p. 32)
[116] KUPFER apud TAVARES, loc.cit. p. 31
[117] TAVARES, loc.cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

de exportações por vendas realizadas diretamente com a produção no exterior), transferência de conhecimentos, redução da arrecadação tributária, assim como uma menor taxa agregada de investimento na economia local. Questiona-se se é desejável que as firmas locais invistam no exterior em vez de fazê-lo no país, utilizando recursos públicos para estimular empregos no exterior, e sem ainda conhecer com clareza os efeitos positivos para as exportações[118]. Nesse sentido, os autores afirmam que os impactos sobre as exportações dependem das características do produto, do mercado receptor e do tipo de investimento[119]. Já os efeitos sobre o emprego (empregos não criados no país) teriam maior objetividade quando comparados com a menor definição dos efeitos indiretos (criação de empregos e investimento na rede de fornecedores domésticos da firma internacionalizada, criação de novas exportações de peças e bens intermediários ou ingressos de lucros e dividendos)[120]. A dificuldade estaria em estimar o impacto líquido sobre o emprego e sobre as exportações e o balanço de pagamentos[121].

Segundo os autores, a comparação a ser feita para a análise da conveniência ou não do investimento é entre as perdas e ganhos de uma situação sem investimento versus as perdas e ganhos de uma situação com investimento direto no exterior. Ou, como expõe Tavares, a pergunta deve ser posta de forma inversa: o que ocorreria sem a internacionalização? O que teria acontecido na ausência de investimento? Colocada neste sentido, a internacionalização seria "uma solução mais que um problema", pois a alternativa seria a perda de competitividade e uma possível saída do mercado de uma empresa nacional[122]. Com isso, segundo a autora, uma política de apoio à internacionalização deveria eliminar as barreiras e, ao mesmo tempo, minimizar os fatores de "desvio", maximizando os "benefícios líquidos" ao país,

[118] IGLESIAS; MOTTA VEIGA, loc.cit., p. 425-7

[119] Por exemplo, investimentos que objetivam aumentar o espaço no mercado externo (*trade and distribution*) ou aumentar a produtividade da firma (*efficiency-seeking)* tenderiam a aumentar as exportações e a eficiência da firma investidora. Os investimentos feitos para obter insumos melhores e de forma mais econômica (*resource-seeking*) poderiam ter efeito inverso, contribuindo num primeiro momento para o aumento das importações. O investimento direto para produzir no exterior (*market seeking*) poderia também ter um efeito negativo sobre as exportações, na medida em que substitui exportações por produção no mercado de destino. Ibid., p. 424

[120] Ibid., p. 429-30

[121] Ibid., p. 424-5

[122] TAVARES, loc. cit., p. 34

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

embora Tavares reafirme que ainda é "extremamente difícil avaliar rigorosamente os efeitos líquidos para um país do aumento de seu IED"[123].

Mesmo reconhecendo as dificuldades em avaliar com maior clareza os impactos positivos para a economia em geral, Iglesias/Motta Veiga afirmam que deve haver políticas públicas para o investimento externo, já que "muitas vezes, o investimento no exterior não é uma escolha voluntária, mas uma decisão inevitável e necessária para a firma exportadora (...) A internacionalização via investimento externo pode ser *a única alternativa* para firmas que competem em forma globalizada e que enfrentam transformações no plano tecnológico e produtivo (...) Nesses casos, a competitividade tem parâmetros globais e, portanto, as firmas devem se internacionalizar para: a) ter acesso a tecnologias e práticas internacionais; b) proteger e ampliar posições nos mercados externos; c) aumentar o valor agregado de suas vendas no exterior; e d) melhorar a qualificação de seus recursos humanos"[124]. Nessa linha, os efeitos gerais para a economia deveriam compensar, em parte, os efeitos sobre emprego, conforme também expõe a UNCTAD em seu informe de 2006.

Para defensores dessa argumentação, a expansão internacional de empresas com sede no Brasil assume um sentido de *sachzwang*, uma obrigatoriedade imposta pela competição num mercado liberalizado, no qual "não há alternativas" senão buscar competir "entre os grandes". Nessa fase de um capitalismo "desenfreado", sem outro sistema concorrente que fizesse frente aos processos de expropriações contínuas, a segurança jurídica e a proteção desses atores corporativos, que assumiram papel de promotores do "desenvolvimento", deveriam ser preservadas, mesmo que à custa dos direitos das populações aos seus bens comuns e públicos, como água, serviços básicos, previdência, saúde, entre outros, colocados (com apoio público) nas mãos de corporações privadas. Questões trabalhistas ou proteção ambiental e social mais rígidas podem representar fatores de "custo", gerando "riscos" aos investimentos. Nos anos 90, o neoliberalismo deu a "largada" para uma *race to the bottom* nos padrões de direitos coletivos das populações. Expostas a esse ambiente, as empresas brasileiras buscaram assumir um lugar no novo ciclo de acumulação dentro e fora do país.

[123] Ibid.
[124] IGLESIAS; MOTTA VEIGA, loc.cit., p. 430, grifo nosso

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Arbix/Salermo/De Negri[125] procuraram evidenciar, empiricamente, os efeitos positivos sobre a qualidade do emprego e o valor de produtos exportados através da internacionalização de firmas *que buscam a inovação tecnológica*[126]. Nesses casos específicos, existiria uma ligação entre a inovação tecnológica, a internacionalização das firmas industriais brasileiras e a obtenção de "preço prêmio" nas exportações. Segundo os autores, há um mecanismo de retroalimentação: a internacionalização favorece a inovação e a inovação aumenta a possibilidade de obtenção de preço prêmio em relação aos demais exportadores[127]. Observou-se que as firmas internacionalizadas com foco na inovação exportam mais do que as firmas que não o fazem, e que a tecnologia é um ativo específico, relacionado com a internacionalização das firmas de capital brasileiro. Segundo a pesquisa, a taxa de inovação da indústria brasileira é de 31,5% (percentual de inovadoras no total de firmas da indústria), porém essa taxa é 70,4% para as firmas brasileiras com investimento externo e 80,1% para as firmas internacionalizadas com foco na inovação[128]. A internacionalização seria, assim, um elo para que as empresas inovem e diferenciem seus produtos. Isso leva a que elas obtenham preço prêmio nas exportações, que pode indicar uma agregação de valor ao produto exportado e, com isso, uma melhor inserção do Brasil no comércio internacional[129].

Com relação à questão do emprego, é constatado na pesquisa dos autores que, na média, os dados de participação relativa do pessoal ocupado e de faturamento indicam que a produtividade das firmas brasileiras com investimento externo é superior à das firmas sem esse investimento[130]. Tais empresas "remuneram melhor a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[125] ARBIX, Glauco; SALERMO, Mario; DE NEGRI, João A. **Internacionalização gera emprego de qualidade e melhora a competitividade das firmas brasileiras**. Disponível em www.arbix.pro.br/wp-content/.../denegri_arbix_salerno_paperabc_v9.pdf (acesso setembro 2011)

[126] De acordo com Tavares, a busca por informação para inovação, conhecimento e tecnologia (conforme expõe Arbix, Salermo e Di Negri) não é a estratégia determinante das empresas pesquisadas pela CEPAL. (Ver TAVARES, loc.cit., p. 31, nota 11). Em entrevista, Arbix argumenta que as políticas públicas, em especial o BNDES, deveriam estimular as empresas à inovação, de modo a romper com a dependência das cadeias de *commodities*. O grande estímulo financeiro ao grupo de frigorífico JBS-Friboi e Bertim é citado pelo pesquisador como um exemplo negativo em comparação com o apoio de bancos chineses ao setor de automóveis, em específico a compra da Volvo pela Geely no decorrer da crise econômica mundial. Segundo Arbix faltaria melhor definição política de fomentar a inovação tecnológica e a integração nas cadeias produtivas de maior valor agregado (ver VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras**, setembro de 2010, p. 18).

[127] Ibid., p. 4

[128] Ibid., p. 10

[129] Ibid. p. 14

[130] Ibid., p. 8

mão de obra, empregam trabalhadores mais qualificados e é maior, também, o tempo de permanência no emprego quando comparado às firmas brasileiras" que não buscam inovação via investimento exterior[131]. Segundo os autores, as unidades da empresa no exterior servem como "janelas tecnológicas da firma", retroalimentando mecanismos de capacitação tecnológica. Isso demanda trabalhadores mais escolarizados, com maior capacidade de realizar inovações tecnológicas, indicando que firmas brasileiras que fazem investimentos no exterior teriam capacidade de criar postos de trabalho de melhor qualidade. Desse modo, Arbix/Salermo/De Negri se contrapõem àqueles que têm receio de que os investimentos no exterior gerem empregos em outros países, afirmando que a evidência é de que essas firmas geram empregos "mais estáveis e de melhor qualidade" no próprio país[132]. Não é apontada pelos autores uma estimativa geral de postos de trabalho transferidos para o exterior, nem o montante de empregos menos qualificados, que ainda absorve a maioria das classes populares no Brasil, o qual seria extinto através do processo de maior inovação tecnológica via internacionalização.

O presente trabalho não objetiva revalidar os argumentos críticos à internacionalização de empresas com sede no Brasil, em termos de diminuição dos postos de trabalho locais ou possível redução das exportações. Apesar dos avanços de pesquisa realizados pelos autores, expostos neste capítulo, notamos a falta de estudos empíricos que comprovem impactos tanto negativos quanto positivos para esses setores da economia, e para as pessoas que deles vivem, como os trabalhadores. O debate sobre "vantagens e desvantagens" da internacionalização permanece, conforme já argumentamos, dentro da argumentação liberal, limitado, quase exclusivamente, a elementos econômicos, como a competitividade das empresas, a entrada de divisas, aumento das exportações ou a questão do emprego desde o ponto de vista dos postos mais altos de trabalho. Buscaremos trazer elementos até agora não analisados nessas pesquisas, como conflitos com governos locais, lutas que se travam nos territórios concretos de atuação de algumas dessas empresas e questões relevantes aos grupos sociais impactados, que são geralmente ofuscados nos debates até agora realizados sobre as políticas públicas de fomento à internacionalização. As multinacionais com sede no Brasil procuram atuar dentro do mesmo padrão que as demais multinacionais

[131] Ibid., p. 9
[132] Ibid., p. 10

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

das potências tradicionais, por vezes com consequências sociais e ambientais negativas, impactando especialmente as classes sociais mais vulneráveis. Em alguns casos, conflitos entre empresas e governos locais se transformaram em conflitos diplomáticos. As políticas públicas não podem deixar de considerar, com a prioridade necessária, as populações locais, os trabalhadores e o meio ambiente como elementos fundamentais do desenvolvimento que se almeja para sociedade brasileira, e o modelo de desenvolvimento que é levado a outros povos.

3.4 Setores e casos emblemáticos de conflitos internacionais envolvendo multinacionais brasileiras

"One day longer, one day stronger"[*]

Algumas empresas, setores e regiões de atuação são relevantes para análise das políticas públicas que visam a uma inserção diferenciada do Brasil na ordem mundial, e para o próprio modelo de desenvolvimento adotado no plano doméstico e regional, que se reflete na política externa. As atividades dessas empresas e setores podem, por sua vez, acarretar conflitos sociais e políticos.

Um dos principais setores é o de construção civil e engenharia, composto por conglomerados, como os grupos Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, OAS, Queiroz Galvão e Mendes Junior. Em comum entre elas está o fato de terem se constituído no anos 1940 e 50 e serem empresas de origem familiar (todas contém os nomes das famílias), sendo três delas oriundas do Nordeste, território no Brasil por onde passaram grandes projetos nacionais de infraestrutura - especialmente a construção de grandes barragens hidrelétricas - impulsionados pelo Estado e por agências internacionais nos anos 1950 e 60[133]. O Plano de Metas do governo Kubitschek, assim como as grandes obras do período do "milagre econômico" dos governos ditatoriais nos anos 1960 e 70, por exemplo, o modelo rodoviário, as grandes usinas hidrelétricas, as obras de habitação financiadas pelo Banco Nacional de Habitação, com recursos de poupança compulsória dos trabalhadores (como o

[*] Palavra de ordem dos trabalhadores da Vale no Canadá durante a greve de quase um ano.

[133] CAMPOS, P. H. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. IN: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung et. al (org.): **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

FGTS, PIS e PASEP), beneficiaram e impulsionaram o rápido crescimento dessas empresas. Além disso, a expansão da própria Petrobrás, no mesmo período, levou consigo a construção de refinarias, plataformas, prédios, estradas e demais infraestrutura relacionada ao crescimento da estatal petrolífera, dentro e fora do Brasil[134]. Consequentemente, tem-se que as políticas públicas e a atuação do Estado foram importantes impulsores do processo de consolidação dessas empresas como grandes grupos econômicos no plano doméstico, assim como sua expansão, para fora do Brasil, a partir da década de 1970. Segundo Campos, é necessário considerar a "penetração de representantes dessas empresas e de suas agências específicas no aparelho de Estado" e o papel desempenhado por "aparelhos privados de hegemonia [associações, câmaras, sindicatos patronais] para garantir posições estratégicas" dentro desses aparelhos, que levaram a uma melhor capacidade de interlocução, barganha e pressão política, de modo a garantir amplas encomendas de obras de construção civil e políticas favoráveis a essas empresas, especialmente no período do regime ditatorial[135]. De acordo com o autor, há uma "coincidência" de período, entre 1978 e 1984, quando, com exceção de uma, todas as grandes empresas de construção se internacionalizaram. Explicação possível para isso é a combinação do estágio de consolidação monopolística alcançado por elas no plano doméstico e, ao mesmo tempo, o fim do chamado "milagre econômico", que reduziu a demanda interna por grandes obras. O papel do Estado brasileiro foi fundamental tanto para a consolidação monopolística no mercado doméstico, quanto para a incursão internacional, através de políticas externas favoráveis, convites para participar em projetos internacionais, financiamento direto, além das privatizações, concessões rodoviárias, de energia, etc.[136]. Hoje, o setor público participa hoje com mais de 80% da receita o grupo Odebrecht, por exemplo, incluindo clientes de países como Estados Unidos e Portugal, bem como obras financiadas pelo BNDES, BID, CAF e outras agências internacionais[137].

O processo de internacionalização dessas firmas - hoje conglomerados ramificados em vários setores, desde têxtil, telecomunicações, petroquímica, defesa até agronegócio e bancos - tem início com a construção de uma hidrelétrica na Bolívia

[134] Ibid., p. 105-6
[135] Ibid., p. 104-5; 107-8
[136] Ibid., p. 113-114
[137] VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras**, outubro de 2009, p. 26

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

em 1969 e uma rodovia em Mauritânia, em 1975, pela Mendes Junior, seguidas pela hidrelétrica de Guri, na Venezuela, construída pela Camargo Corrêa, barragens no Peru e no Chile, em 1979, pela Odebrecht, uma rodovia no Congo, em 1983, pela Andrade Gutierrez e uma barragem no Uruguai, em 1984, pela Queiroz Galvão[138]. Hoje essas empresas estão presentes especialmente na América do Sul, beneficiadas com os créditos públicos direcionados às grandes obras de integração de infraestrutura na região. Alguns exemplos de obras com financiamento do BNDES são a construção de um gasoduto na Argentina e de um aeroporto no Equador (construtora Odebrecht), rodovias na Bolívia (Queiroz Galvão, OAS), pontes no Paraguai, Peru, Guiana e Uruguai (OAS e outras), usinas hidrelétricas na Venezuela, Equador e Colômbia (Odebrecht, Camargo Correa)[139]. Segundo o Ministério de Relações Exteriores, há mais de 80 projetos de infraestrutura na América do Sul com financiamento de US$ 10 bilhões[140]. Segundo divulgado na imprensa, em 2008, o Brasil havia exportado US$ 5,673 bilhões, em serviços de engenharia, a outros países latino-americanos, significando uma participação de aprox. 60% do mercado regional, direcionado para obras de infraestrutura de geração de energia, transportes e saneamento[141]. Na Argentina, as empresas Odebrecht, Camargo Correia e Andrade Gutierrez foram contratadas para construção da mina, ferrovia e terminal portuário do projeto Rio Colorado, da Vale, em Mendoza[142]. A Camargo Correia dobrou sua produção no setor de cimentos ao adquirir, em 2005, a Loma Negra, também na Argentina, onde já havia feito aquisições no setor têxtil nos anos 1990 (assim como no Chile), aproveitando o acesso aos mercados dos EUA e Europa[143]. No Peru, as construtoras brasileiras chegaram a se envolver em campanhas políticas: Odebrecht, Camargo Correa e Galvão Engenharia foram algumas das principais financiadoras da última

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[138] CAMPOS, loc.cit., p. 108-9. A OAS iniciou sua internacionalização somente nos anos 2000.
[139] SENNES, Ricardo; MENDES, Ricardo. Políticas públicas e as multinacionais brasileiras. IN: ALMEIDA; RAMSEY (orgs.). **A ascensão das multinacionais brasileiras**. O grande salto de pesos-pesados regionais a verdadeiras multinacionais. Rio de Janeiro: Elsevier; Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2009 , p. 168; VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras**, setembro de 2010; e Ministério das Relações Exteriores (MRE): **Balanço da Política Externa 2003-2010**, Resumo Executivo, em www.itamaraty.gov.br (acesso em janeiro 2011)
[140] Ministério de Relações Exteriores (MRE), loc. cit., p. 22.
[141] RODRIGUES, E. Brasil faz obras nos vizinhos temendo China. **Folha de São Paulo**, 27 de setembro de 2009
[142] RITTNER, D. Projeto bilionário da Vale na Argentina enfrenta protestos. **Valor Econômico**, 13 de abril de 2011
[143] TAVARES, loc.cit. p. 25

campanha presidencial, apoiando o então candidato Alejandro Toledo com doação de US$ 190 mil, que terminou perdendo as eleições[144].

A África também é um dos principais territórios de atuação das construtoras, com destaque para a presença da Odebrecht em Angola, desde 1984, atualmente com 28 projetos, e ainda no Sudão e Gana, onde está envolvida em empreendimentos de etanol, além de Moçambique com a infraestrutura da mina de Moatize, da Vale, juntamente com a Camargo Correa. Esta possui fábricas de cimento em Guiné e Angola. Andrade Gutierrez, que utiliza o nome "Zagope Construções e Engenharia", com sede em Lisboa, está presente em Angola, Argélia, Congo, Camarões, Mauritânia, Guiné-Conacri e Guiné Equatorial[145]. Na Líbia, até a intervenção militar da OTAN, iniciada em março de 2011, estavam presentes Queiroz Galvão (obras de energia, transporte e habitação), Andrade Gutierrez (construção do metrô de Trípoli) e Odebrecht (construção do aeroporto e anel rodoviário da capital)[146]. No Oriente Médio, a empresa Camargo Correia está envolvida na construção de um túnel para conter a degradação do Mar Morto e em projeto de irrigação de terra[147].

As construtoras também atuam nos EUA e na Europa, como a Odebrecht, que é responsável pela ampliação do aeroporto e a construção do Centro de Artes de Miami[148]. Ela também entrou na Europa em 1988, ao adquirir uma empresa portuguesa e, com isso, ascender ao mercado europeu, incorporando também uma empresa de engenharia no Reino Unido, em 1991[149]. De acordo com o ranking Sobeet/Valor, a Odebrecht foi a empresa mais internacionalizada no ano de 2009, com 70% dos ativos, 70,9% das receitas e 60% do total de funcionários no exterior,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[144] REUTERS. Principal candidato do Peru recebe recursos de construtoras brasileiras. **Valor Econômico,** 10 de fevereiro de 2011

[145] VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras**, outubro de 2009

[146] MRE, loc.cit.. As obras dessas empreiteiras estão estimadas em $1,7 bilhão no caso da Odebrecht, US$ 1,1 bilhão no caso da Queiroz Galvão e US$ 600 milhões nas obras da Andrade Gutierrez, além dos investimentos da Petrobras no país que sofreu recente intervenção da OTAN, levando ao fim do regime de Muamar Gadafi em 2011. Ver LEO, S. Líbios prometem ao Brasil honrar negócios de US$ 5 bilhões. **Valor Econômico**, 24 de agosto de 2011

[147] Id. Lula faz visita política ao Oriente Médio. **Valor Econômico** 12 de março de 2010

[148] MAZZOLA; OLIVEIRA JUNIOR; GIAO. Conhecimento compartilhado na internacionalização de serviços de engenharia. IN: em OLIVEIRA JR e colaboradores (org.) **Multinacionais brasileiras: internacionalização, inovação e estratégia global**. Porto Alegre: Bookman, 2010

[149] ALMEIDA, A.; VASCONCELLOS , E. Gestão de conhecimento, estrutura organizacional e internacionalização: o caso da construtora Norberto Odebrecht. IN: VASCONCELLOS (org.): **Internacionalização, estratégia e estrutura:** o que podemos aprender com o sucesso da Alpargatas, Azaleia, Fanem, Odebrecht, Voith e Volkswagen. São Paulo: Atlas, 2008.

seguida da Andrade Gutierrez em quinto lugar (39,5% de ativos, 38,6% das receitas e 55% de funcionários no estrangeiro) e Camargo Correa (14% de ativos, 18,4% das receitas e 21% de funcionários)[150].

Essas mesmas empresas, por sua vez, estão envolvidas em conflitos. Ainda nos anos 80, Camargo Corrêa enfrentou uma greve de trabalhadores na construção da hidrelétrica de Guri na Venezuela. A Queiroz Galvão teve que sair da Bolívia acusada de graves fissuras na construção de uma estrada, deixando a obra para outra construtora brasileira, OAS, que foi acusada de corrupção e fraude no processo de licenciamento[151]. O projeto da OAS de construção de uma rodovia de 306 km entre os departamentos de Cochabamba e Santa Cruz, que conta com um financiamento de US$ 332 milhões do BNDES, foi foco de conflito e resistência de comunidades indígenas locais, que iniciaram uma marcha em protesto contra a construção do trecho situado no território TIPNIS[152].

No Peru, há um histórico de conflitos envolvendo a construção de hidrelétricas. Em 2010, os ex-presidentes Lula e Alan García assinaram um acordo para fornecimento de energia elétrica ao Peru e exportação de excedentes ao Brasil, prevendo a instalação de seis usinas hidrelétricas com investimento brasileiro, na região amazônica peruana. Segundo informações da imprensa, funcionários da Companhia Energética Vera Cruz e integrantes do Ministério de Minas e Energia foram expulsos do povoado de Campo Redondo, numa manifestação de moradores contra a construção da hidrelétrica. Também no povoado de Cococho, a população fez protestos e funcionários da empresa precisaram se refugiar em um centro educativo, sendo resgatados pela polícia. Por fim, em 2011, o Peru suspendeu a licença provisória de um consórcio brasileiro composto pela Eletrobras, OAS e Furnas, para a construção da usina hidrelétrica de Inambari, a primeira e a maior prevista no acordo assinado em 2010. A cassação da licença ocorreu em meio a protestos no estado de Puno, onde se estima que, pelo menos, cinco pessoas morreram nos confrontos. A suspensão da concessão baseou-se na necessidade de consulta prévia à população local, conforme o convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A

[150] VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras**, setembro de 2010.
[151] FOLHA ONLINE. Bolívia investiga projeto com financiamento do BNDES, 13/03/2009.
[152] Sobre a marcha de protesto, ver www.fobomade.org.bo; MURAKAWA, F. Índios declaram guerra à estrada brasileira na Bolívia. **Valor Econômico**, 9 de agosto de 2011

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

inundação de 378 km quadrados afetaria grande parte da biodiversidade da região e deslocaria, forçosamente, cerca de 14 mil famílias. Em meio à campanha eleitoral, o governo García acatou as reivindicações[153].

Construções de hidrelétricas pela empresa Odebrecht foram notícia em razão de defeitos apresentados, como no caso de infiltrações e rachaduras em hidrelétricas no Peru e no Equador. A construtora é denunciada por organizações sociais por irregularidades em casas construídas para famílias removidas da localização de uma mina da Vale em Moçambique, resultando em um conflito entre a mineradora e a comunidade local[154]. Mas o caso mais emblemático de conflito envolvendo a empresa refere-se à construção da hidrelétrica de San Francisco no Equador, que gerou um embate diplomático entre governos envolvendo financiamento do BNDES.

O Banco forneceu um pacote ao Equador no valor de US$ 242,9 milhões, que implicava a contratação de uma empresa brasileira para a obra (no caso, a Odebrecht), assim como a aquisição de insumos e equipamentos provindos do Brasil. A usina foi construída em 2007 e responde por aprox. 12 % da energia de todo o país[155]. Falhas no equipamento e no funcionamento da usina fizeram com que o presidente Rafael Correa determinasse a ocupação da usina pelo Exército e o embargo dos bens da Odebrecht, cobrando reparações da mesma e ameaçando o não pagamento da dívida com o BNDES, que havia aumentado para US$ 460 milhões devido aos juros. O Equador havia pagado a primeira parcela da dívida, US$ 15 milhões, em julho daquele ano, quando, em setembro, ocorreram os problemas técnicos, paralisando o fornecimento de energia. Em meio a esse processo, o Equador passava por dois momentos políticos relevantes: um referendo que legitimaria a reforma constitucional, e uma "auditoria cidadã da dívida" que analisou, através de uma comissão de diversos especialistas nacionais e internacionais, as dívidas contraídas pelo país entre 1976 e

[153] LOBATO, P.H. Camponeses lutam para evitar hidrelétricas na região de Cajamarca, Peru**. Estado de Minas**, 07 de agosto de 2011, disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/08/07/interna_gerais,243749/camponeses-lutam-para-evitar-hidreletricas-na-regiao-de-cajamarca-no-peru.shtml; MOURA E SOUZA; RITTNER. Peru cancela hidrelétrica da OAS e da Eletrobras. **Valor Econômico**, 15 de junho de 2011

[154] SELEMANE, Tomás. **Questões a volta da mineração em Moçambique**. Centro de Integridade Pública, Maputo, 2010. Disponível em http://www.cip.org.mz/cipdoc/50_Questoes%20a%20volta%20da%20mineracao%20em%20Mo%C3%A7ambique_TS_CIP_2010.pdf

[155] MOURA E SOUZA. Odebrecht já demitiu quase 3.800 equatorianos. **Valor Econômico**, 24 de novembro de 2008

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

2006. O momento político era, assim, de profunda revisão do caminho traçado até então pelo país andino, depois de diversas revoltas populares, presidentes depostos, e uma contínua mobilização contra as políticas econômicas neoliberais levadas a cabo nos anos anteriores.

Da dívida contraída pelo Equador ao longo das décadas analisadas pela auditoria cidadã (US$ 10,3 bilhões), US$ 3,9 bilhões foram consideradas ilegais ou ilegítimas. A dívida bilateral com o Brasil totalizava US$ 554 milhões[156]. Segundo Landivar[157], a auditoria contestou o contrato feito em 1987, quando a Odebrecht entrou no Equador para as obras de transposição do Rio Daule para a província de Santa Elena, em parte financiada pelo Banco do Brasil. Foram descobertas irregularidades no processo de licitação e "uma quantidade exagerada de contratos complementares" que, segundo a autora, modificaram o projeto original e prejudicaram o país[158]. Esse tipo de contrato, denominado "*turn key*" (que possibilita mudanças no projeto inicial sem autorização estatal prévia), foi também observado em relação ao convênio entre Odebrecht e Hidropastanza para a construção da hidrelétrica de San Francisco. Ele teve dez adendos modificados, elevando o valor inicial do projeto em 25%. De acordo com Landivar, as modificações contratuais permitiram que a empresa instalasse turbinas de menor capacidade, economizando custos, o que provocou a paralisação da hidrelétrica por falhas nas turbinas, no túnel e no sistema de esfriamento, detectadas por técnicos equatorianos. Ambos os contratos, analisados pela auditoria cidadã da dívida, "abriram as portas" para sobrevalorizar os orçamentos de obras, e com isso requerer novos empréstimos, configurando um abuso no uso de recursos públicos do Estado equatoriano[159]. No caso das obras de

[156] MOURA E SOUZA; GOES. Equador questiona dívida de US$ 243 mi com o Brasil. **Valor Econômico**, 21 de novembro de 2008. De acordo com essa matéria, o governo brasileiro reagiu à ameaça de não pagamento da dívida referente ao montante contraído para a construção da hidrelétrica San Franscico afirmando que esta estava sustentada pelo mecanismo de comércio exterior da Aladi, Convênio de Compensações Recíprocas (CCR), que confere garantias de compensações entre bancos centrais. Discorremos no próximo capítulo sobre outros convênios do BNDES que também incluem o mecanismo do CCR como cláusula de garantia.

[157] LANDIVAR, Natalia. Os padrões de comportamento das 'transbrasileiras' no Equador: extraterritorializando a responsabilidade do Estado brasileiro. IN: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung et.al. (org.): **Transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2009.

[158] Ibid., p. 120. Segundo Landivar, esse contrato subordinava o Equador aos condicionamentos do Banco do Brasil, estabelecendo o idioma português e a legislação brasileira em caso de controvérsia. As cláusulas forçavam o país a pagar a dívida sem qualquer possibilidade de renegociação ou moratória da mesma. Ibid., p. 122

[159] Ibid., p. 121

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

transposição do rio Daule para a península de Santa Elena (que envolveram a Odebrecht e o Banco do Brasil em 1987), a auditoria julgou ser ilegítima e ilegal a contração da dívida, pelo que não deveria ser paga. No caso da hidrelétrica San Francisco, o governo Correa expulsou a empresa Odebrecht do país, não aceitando a proposta da empresa de reparar os danos causados e entregar uma garantia de US$ 40 milhões ao governo, enquanto transcorressem as investigações na planta[160].

O caso é emblemático pela representação dos interesses de uma empresa privada como "interesse nacional", tornando-se um conflito diplomático entre Brasil e o Equador. A embaixada do Brasil em Quito abrigou funcionários da Odebrecht, que temiam por sua integridade, e procurou intermediar entre a empresa e o governo local. Lula chegou a cancelar uma viagem ao Equador em outubro de 2008, após o governo Correa ter expulsado a Odebrecht do país[161]. Ademais, como meio de retaliação, o Brasil iniciou uma revisão de 30 projetos de cooperação técnica internacional com o Equador nas áreas de tecnologia de informação, saúde e ambiente, além do projeto de construção da rodovia interoceânica que ligaria Manta e Manaus[162]. O Itamaraty decidiu chamar o embaixador de Quito "para consultas", retirando-o, temporariamente, daquele país[163]. Simbolicamente, em dezembro de 2008, por ocasião da primeira Cúpula América Latina e Caribe, que teve lugar na Bahia (estado de origem da Odebrecht), a empresa se autodenominou "construtora da integração regional" em anúncios públicos, colocando-se como instrumento de realização dos interesses dos países da região[164].

Diferente das construtoras e conglomerados, que sempre foram empresas privadas (mas com relações privilegiadas com as burocracias estatais), duas das principais empresas multinacionais brasileiras - Vale e Petrobras - foram grandes estatais que tiveram, por décadas, o monopólio do mercado nacional garantido pelo Estado. Para alguns, isso possibilitou que elas se protegessem sob o status especial e

[160] CARDOSO, J. Governo do Equador decide que Odebrecht deixará de operar no país. **Valor Online**, 9 de outubro de 2008

[161] FUZO, A. Lula cancela missão e mostra insatisfação com governo equatoriano, **Valor Online**, 9 de outubro de 2008

[162] RITTNER, D. Brasil revê projetos de cooperação com Quito, **Valor Econômico**, 26 de novembro de 2008

[163] VALOR ONLINE. Correa acusa a Odebrecht de corruptora, 27 de novembro de 2008.

[164] ROSSI, C. Pivô de crise, Odebrecht saúda cúpula e pede 'integração. **Folha de S. Paulo** 15 de dezembro de 2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

garantissem sua consolidação no plano doméstico. Com a abertura dos mercados nos anos 1990, elas foram privatizadas ou semiprivatizadas, passando a operar com uma lógica baseada na concorrência internacional, atravessando reestruturações internas e externas, de modo que a ganhar dinamismo e seguir acumulando[165]. Para Casanova, essas duas empresas (juntamente com a Embraer) seriam exemplos de "sucesso" das políticas de privatização, devido à enorme expansão e crescimento de mercado, desde a década de 1990[166]. Não devemos ocultar, entretanto, que tanto a Petrobras quanto a Vale são historicamente símbolos da luta pela soberania do Brasil sobre os recursos naturais nas décadas de 1940 e 50, apresentando-se, no imaginário popular, fortemente vinculadas a certo nacionalismo. Ele é fomentado pelas mesmas, como parte de sua identidade corporativa e estratégias de marketing, utilizando elementos da cultura popular e identidade nacional, como por exemplo, as cores verde e amarela em suas logomarcas.

A Petrobras foi criada em 1953 sob o slogan "O petróleo é nosso", com o monopólio estatal sobre as atividades de pesquisa, produção, refino, além da exportação e importação de petróleo e derivados até 1995[167], quando o governo Fernando Henrique Cardoso alterou a Constituição Federal, autorizando a União a fazer contratos com outras empresas estatais ou privadas para atividades no setor petrolífero. Em 1997, a legislação sobre petróleo foi reformulada, instituindo a concorrência no mercado brasileiro[168]. Em 2000, Fernando Henrique organizou a venda de 28,5% de ações da companhia ao mercado privado. Por fim, em 2002, o governo desregulou os preços domésticos de óleo bruto e derivados. Com isso, outras empresas passaram a atuar no mercado doméstico, forçando a Petrobras a adaptar-se à competição. Segundo Casanova, embora o Estado tenha retido o controle de voto,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[165] CASANOVA, Lourdes, loc.cit., p. 43; TAVARES; FERRAZ, loc.cit., p. 125
[166] CASANOVA, loc.cit.
[167] Antes disso, diante da crise internacional do petróleo, o governo Geisel flexibilizou parcialmente este monopólio em 1975, ao abrir a possibilidade de contratos de risco entre a Petrobras e outras empresas (privadas ou multinacionais) com o objetivo de pesquisar novas jazidas no Brasil. Ver http://www.portalbrasil.net/politica_presidentes_geisel.htm
[168] CARVALHO, Luis Carlos; BARCELLOS, Erika. Petrobras: internacionalização e desafios da gestão intercultural. IN: ALMEIDA; RAMSEY (orgs.). **A ascensão das multinacionais brasileiras**. O grande salto de pesos-pesados regionais a verdadeiras multinacionais. Rio de Janeiro: Elsevier; Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2009, p. 223-4.

essa venda transformou a Petrobras em uma corporação com lógica autônoma e movida pelo mercado[169].

De acordo com a autora, a Petrobras apresentaria dupla vantagem: de um lado, a entrada de investidores privados teria permitido que a companhia se beneficiasse do "dinamismo de mercado"; por outro, ela manteria a vantagem de ter o Estado brasileiro por detrás, o que ajudaria, particularmente, em negociações de direitos de exploração com outros governos[170]. Hoje, ela é uma das principais petrolíferas do mundo, com suas ações negociadas nas bolsas de São Paulo, Buenos Aires, Madrid (Latibex), e Nova Iorque[171]. José Sérgio Gabrielli foi nomeado diretor em 2005, tendo sido apontado, pelo *Financial Times*, como uma das dez principais personalidades da indústria de energia global. Para Casanova, o envolvimento do Estado fez com que a Petrobras fosse financeiramente "conservadora" em comparação com outras empresas multinacionais, no sentido de usar seus próprios fundos internos para a expansão, buscando apenas 10% de financiamento privado com objetivo de manter boa relação com o mercado financeiro[172].

Sua internacionalização teve início em 1972, no período do regime ditatorial, com a expansão para o Irã, Líbia, Argélia, Madagascar e Colômbia, criando a subsidiária "Braspetro". Nesse primeiro período, a empresa procurou ter acesso às grandes reservas de petróleo para garantir o suprimento doméstico, tendo em vista o choque do petróleo e a criação da OPEP, combinados à pequena produção interna. Na Colômbia, a Petrobras saiu e retornou, em 1986, com atividades de exploração. Na década de 1980, a descoberta da Bacia de Campos direcionou a empresa para investimentos domésticos. Com isso, a motivação da Petrobras e do governo brasileiro de garantir o abastecimento interno nos anos 1970 foi gradualmente substituída pela busca por expansão dos negócios[173].

Nos anos 1990, a potencial perda de mercado com a entrada de concorrentes internacionais fez com que a empresa direcionasse seu crescimento para internacionalização. Ela se aproveitou da privatização do gás na Bolívia para garantir

[169] CASANOVA, loc.cit., p. 50
[170] Ibid., p. 49
[171] CARVALHO; BARCELLOS, loc.cit., p. 224
[172] CASANOVA, loc.cit., p. 50 e 54
[173] CARVALHO; BARCELLOS, loc.cit., p. 224-6

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

posição nesse país, tornando-se parceira no gasoduto Brasil-Bolívia, entre 1997-2000, além de adquirir refinarias[174]. Na Colômbia, ela ampliou seus negócios em 1995, comprando ativos da britânica Lasmo e da americana Exxon, e posteriormente, em 2000, associando-se à canadense Nexen e à colombiana Ecopetrol para a exploração do campo de Guando. O foco no Cone Sul, entre 2000 e 2006, teve como base, segundo Carvalho/Barcellos, o "fato de o Brasil acreditar em seu poder de influência na América Latina, como líder regional"[175]. Nesse período, ela ingressou na Argentina, Equador, Venezuela e Peru, com o objetivo de complementar os ativos brasileiros. Em 2000, foi criada uma *International Business Area* para administrar ativos e operações fora do Brasil, incorporando a antiga Braspetro. A partir disso, ela fez aquisições estratégicas na Argentina, aproveitando-se das "oportunidades" de negócios deixadas pela crise dos bancos e do câmbio, adquirindo ativos da Repsol-YPF (em troca de ativos para a Repsol no Brasil), e grandes estações de serviço e refinarias, como a EG3. Seu principal passo foi a compra, em 2002, de 58% de ações da segunda maior petrolífera argentina, a Pecom Energia, parte do conglomerado Pérez Companc, por US$ 3,5 bilhões. Em 2007, a empresa detinha 13,8% do mercado argentino de gasolina e diesel, e 11% do mercado de lubrificante[176]. Com a compra da Pecom, criando, posteriormente, a Petrobras Energia S.A (PESA), sua capacidade de produção passou de 20 mil boe/dia para 180 mil boe/dia[177].

Assim, os anos 2000 marcaram uma fase de novos investimentos no Cone Sul (Equador, Peru, Venezuela, reinvestindo também na Bolívia, após a renegociação de contratos em 2006). Preocupadas com as mudanças políticas no continente, empresas como a Shell saíram de parte de suas operações no Paraguai e no Uruguai, permitindo à Petrobras adquirir as operações da Shell nesses países, assim como postos de gasolina na Colômbia. Além do Cone Sul, ela se voltou para o Golfo do México (EUA) e para a África, onde fez novas explorações em Angola, e entrou na Nigéria para exploração *off-shore* em parceria com a Chevron e a Total. Entre 2001 e 2004, a

[174] CASANOVA, loc.cit., p. 51
[175] CARVALHO; BARCELLOS, loc.cit., p. 225
[176] CASANOVA, loc.cit., p. 52
[177] CARVALHO; BARCELLOS, loc.cit., p. 228

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

empresa assinou um acordo de exploração em águas profundas com a empresa de petróleo da Tanzânia, e adquiriu autorização para exploração similar no Senegal[178].

A perspectiva de saída gradual da energia fóssil e a centralidade dada recentemente pelo Brasil na produção de biodiesel e etanol fez com que a Petrobras readequasse seu portfólio, entrando na produção dessas novas fontes de combustível na Líbia, em Moçambique e também na América Central. De acordo com informações da imprensa, para ingressar no mercado de produção de álcool e outros combustíveis, a empresa tem reservados US$4,5 bilhões até 2013 para a compra e construção de usinas de etanol e biodiesel, instalação de um duto exclusivo para o transporte de etanol, além de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos[179]. Segundo Casanova, atualmente, a empresa se encontra em uma "encruzilhada" entre expandir a área de etanol e dedicar-se à exploração do pré-sal[180].

Em razão da descoberta das fontes do pré-sal no Brasil, a Petrobras reduziu seus aportes no exterior de US$16,8 bilhões para US$11,7 bilhões no plano de negócios de 2010-2014[181]. Mesmo assim, ela atua, hoje, em 27 países, focando na exploração e produção no Golfo do México, América Latina e Costa Oeste da África. Ela fez novos acordos, em 2010, com a empresa Galp Energia, em Portugal, para produção de biodiesel e com a estatal Turkish Petroleum Corporation, para começar a explorar águas profundas na Turquia, além de novas explorações e parcerias na Austrália e no Uruguai. No Chile, adquiriu os ativos de distribuição da Esso por US$ 400 milhões e a fábrica de lubrificantes da Chevron. Ademais, passou a produzir, gasolina com 3% de etanol no Japão, em associação com a Japan Alcohol Trading[182]. De acordo com a última pesquisa da Fundação Dom Cabral, ela possui 10% do total de funcionários no exterior[183].

Por ser um setor de alta sensibilidade ambiental e de impactos nos territórios, a atuação da petrolífera também envolve conflitos, como os ocorridos com populações indígenas no Parque Nacional Yasuni, no Equador. Nesse parque, a

[178] CASANOVA, loc.cit., p. 53
[179] COIMBRA, L. Governo quer Petrobras para barrar estrangeiros no etanol. **Folha de São Paulo**, 03 de março de 2010
[180] CASANOVA, loc.cit., p. 54
[181] VALOR ECONOMICO, **Revista Multinacionais Brasileiras**, setembro de 2010, p. 68
[182] Ibid.
[183] Fundação Dom Cabral 2010, p. 16.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

empresa assumiu os blocos 18 e 31 em 2002, além de ser uma das proprietárias do *Oleoducto de Crudos de Petroleo* (OCP), juntamente com a espanhola Repsol, a canadense Encana e outras. O parque, que é uma das maiores reservas de bioesfera do mundo, reconhecidas pela UNESCO, encontra-se no território de diversas comunidades indígenas, em especial a Huaorani[184]. A atividade petrolífera já causou danos à vida nesse território, como graves doenças e contaminações nos seres humanos, e atingiu também as espécies, resultando em extinção que afeta a caça e pesca. Segundo Malerba/Rodriguez, há um duplo padrão de comportamento da Petrobras: considerando que, no Brasil, é proibida a atividade petrolífera e mineral dentro de parques nacionais e territórios indígenas, o comportamento extraterritorial da empresa indica que ela faz uso de legislações ambientais e sociais mais frouxas para atuar em outros países, com um padrão social e ambiental mais baixo e lucrativo, escapando aos padrões de rigidez existentes na legislação brasileira[185].

Organizações equatorianas já haviam denunciado diversas irregularidades e a atuação fraudulenta de empresas que, anteriormente, operavam os blocos 18 e 31, os quais passaram à responsabilidade da Petrobras. As denúncias levaram o governo Correa a instalar uma comissão de investigação que constatou , em 2008, algumas ilegalidades, como interpretação fraudulenta de informação técnica e entrega ilegal de informação privilegiada na adjudicação do campo Palo Azul (rico em petróleo de propriedade estatal) ao bloco 18, que pertencia ao consórcio privado Cayman, não registrado na Direção Nacional de Hidrocarbonetos[186]. Foi iniciado um processo de caducidade do contrato do bloco 18 e do campo Palo Azul. Posteriormente, ele foi renegociado, segundo Almeida, com forte influência do governo brasileiro, e retomado pela Petrobras[187]. As mesmas denúncias de irregularidades referentes ao bloco 18 também se estenderam ao bloco 31, que pertencia à argentina Perez Compac. Neste caso, a transferência de 40% das ações da Petrobras para a japonesa

[184] MALERBA. Juliana; RODRIGUEZ, Maria Helena. Extraterritorialidad y derechos humanos: el doble estándard de Petrobras en Yasuní (Ecuador). IN: MALERBA; LEROY (org.). **Petrobras, integracion o explotacion?** FASE, Rio de Janeiro, 2005.

[185] Ibid., p. 32-4. No Brasil, por exemplo, foi proibida a entrada da Petrobras no Parque Nacional de Abrolhos em 2005. Atividades em territórios indígenas somente são permitidas com autorização do Congresso Nacional e com consulta prévia à comunidade, conforme o convênio 169 da OIT.

[186] ALMEIDA, Alexandra. A Petrobras no Equador. IN: IRLS et. al. (org.).: **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 29-31

[187] Ibid., p. 32

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Teikoku, sem autorização ministerial, levaram à suspensão da licença[188]. Esse bloco se encontra numa área de grande sensibilidade por ser um território de comunidades indígenas em isolamento voluntário. Muitas delas, juntamente com organizações ambientalistas, se mobilizaram ao longo do ano de 2005 para pressionar politicamente o governo equatoriano para a suspensão da atividade petrolífera no Parque Yasuní e anulação das licenças concedidas[189]. Além de problemas ambientais e de intoxicação e contaminação, a construção de um porto no rio Napo para acesso ao bloco 31 pela empresa Skanska, subcontratada pela Petrobras, afetou comunidades indígenas, ocupando suas terras cultivadas, e gerando um inchaço populacional com a entrada de trabalhadores de construção. Estes, por sua vez, denunciam problemas trabalhistas, como racismo e falta de pagamento[190]. Apesar do posterior re-licenciamento, a Petrobras e o governo equatoriano assinaram um acordo mútuo de devolução do bloco 31 ao Equador em 2008, mediante o compromisso de utilização do oleoduto OCP pela Petroecuador, para transportar 70 mil barris de petróleo diário, com uma tarifa mais alta do que o oleoduto estatal[191]. Finalmente, devido às alterações constitucionais no país andino, que transformaram contratos de concessões para empresas petrolíferas em prestação de serviço, a Petrobras decidiu, em 2010, sair das atividades de exploração de petróleo no Equador, em negociações com participação direta do governo brasileiro, que discute, hoje, o valor da indenização a ser paga pelos ativos deixados[192].

Além das questões ambientais e sociais no Equador, organizações argentinas (assim como as brasileiras) denunciam os efeitos causados pela terceirização de trabalhadores da empresa, ao longo dos anos 1990 e 2000, que geram o risco de problemas técnicos, acidentes e derramamentos (devido ao menor número de mão de obra disponível e qualificada), além de problemas sociais relacionados às condições

[188] Ibid., p. 36
[189] Ibid., p. 37; MALERBA; RODRIGUEZ, loc.cit., p. 26
[190] CEPPAS e Coletivo Suecia: estudo de caso Skanska, apresentado no Tribunal Permanente dos Povos, Lima, Peru, 2008. Disponível em http://www.enlazandoalternativas.org/spip.php?article341
[191] ALMDEIDA, loc.cit, p. 40; MALERBA, J. Yasuní cinco anos depois: contribuições e desafios para o controle social e normativo sobre as empresas transnacionais brasileiras. IN: IRLS et. al., op.cit.
[192] SCHUFFNER; MOURA E SOUZA. Petrobras deixa exploração de petróleo no Equador. **Valor Econômico**, 23 de novembro de 2010. Hoje a disputa pela indenização dos ativos se dá em torno do valor: enquanto a Petrobras quer US$300 milhões, o governo equatoriano oferece US$ 160 milhões. Ver SCHUFFNER, C. Petrobras discorda de oferta de indenização do Equador. **Valor Econômico**, 14 de julho de 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

de trabalho e seguridade social[193]. Por sua vez, movimentos sociais da América Central demonstram preocupação com a entrada da Petrobrás na região através da expansão do etanol e a utilização de seus territórios como plataforma de exportação para o mercado norte americano[194]. Na Bolívia, onde a Petrobras é a principal operadora de gás, a empresa foi o centro de disputa entre os governos brasileiro e boliviano na tentativa deste último de reestabelecer a soberania sobre os recursos naturais, nacionalizando os hidrocarbonetos. O caso foi inédito em termos de conflito entre uma multinacional brasileira e um governo estrangeiro, e chamou a atenção da sociedade no Brasil, pela primeira vez, sobre a atuação internacional de empresas com sede no país. O conflito também evidenciou o papel relativamente ambíguo da Petrobras na América do Sul: ao mesmo tempo em que opera no exterior com uma lógica corporativo-empresarial, a empresa torna-se um ator da política externa brasileira, na medida em que é controlada pela União e sua atividade atende aos interesses governamentais de uma "integração energética". Somado a isso, a Petrobras está fortemente vinculada, no imaginário popular, ao "interesse nacional" brasileiro e à luta histórica pela controle soberano do Brasil sobre seus recursos naturais, chocando com o "interesse nacional" do povo boliviano de obter controle sobre seus recursos.

Desde 1996, a Petrobras havia investido US$1,5 bilhão em projetos de exploração e refino na Bolívia, além da construção de um gasoduto, que abastece o mercado brasileiro em até 50% do consumo de gás natural[195]. Anteriormente à eleição do primeiro presidente indígena na Bolívia, Evo Morales, o país levava a cabo uma série de modificações na legislação e na tributação dos hidrocarbonetos, impulsionada pela pressão de movimentos sociais e populares, que reagiam contra as graves consequências das privatizações de serviços e recursos básicos, resultado do período neoliberal no país andino. Em 2004, um plebiscito aprovou, com 92%, a

[193] SCANDIZZO; CALDERON. La gris estela de Petrobras en Argentina. In: MALERBA; LEROY (org.). loc.cit., p. 57-9

[194] ARAYA, Andrés; RAMIREZ, Alonso. A Petrobras na América Central: o caso dos agrocombustíveis. em IRLS et. al. (org.), op.cit.

[195] Notoriamente, a Petrobras operava na Bolívia através de sua filial na Holanda, que mantinha um acordo de proteção de investimento com o país andino. No entanto, a empresa não fez uso desse instrumento e preferiu negociar, ela própria, com o governo boliviano, atuando no marco da estratégia da política externa brasileira de buscar não um enfrentamento direto, mas uma negociação com os governos vizinhos. Ver LEO, S. Bolívia nacionaliza gás, ocupa instalações e eleva crise com Brasil. **Valor Econômico,** 2 de maio de 2006

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

nacionalização dos hidrocarbonetos[196]. Uma das principais bandeiras da eleição de Morales dizia respeito à mudança de propriedade, que retornaria os hidrocarbonetos para as mãos do Estado boliviano. Além disso, constava a revisão e aumento tanto do preço pago pelo metro cúbico do gás natural, como das taxas e impostos, os quais já haviam sido elevados de 50 para 82% pela nova lei dos hidrocarbonetos, votada pelo congresso boliviano, antes da eleição[197]. Após tomar posse em janeiro de 2006, Morales nomeou um dos principais pensadores críticos ao neoliberalismo para o cargo de ministro dos hidrocarbonetos, e iniciou a reestruturação da antiga estatal YPFB (que havia perdido importância com a privatização das reservas nos anos 90) para que reassumisse o controle de 51% de ações das refinarias e a gestão dos recursos naturais energéticos da Bolívia. Em primeiro de maio de 2006, Morales anunciou o decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos, desde o campo San Antonio, no departamento de Tarija, explorado pela Petrobras, ocupando militarmente as instalações, reservas, dutos e refinarias. Houve controle de estradas e revistas para impedir a retirada de documentos-chave da empresa[198]. No dia seguinte, o governo brasileiro reuniu-se com membros do governo boliviano e o presidente da Petrobras, afirmando que "a decisão do governo boliviano de nacionalizar as riquezas de seu subsolo e controlar sua industrialização, transporte e comercialização é reconhecida pelo Brasil como *ato inerente à sua soberania*. O Brasil, como manda sua Constituição, exerce pleno controle sobre as riquezas de seu próprio subsolo"[199]. Posteriormente, os presidentes do Brasil, Argentina, Venezuela e Bolívia reuniram-se pessoalmente em Missiones (Argentina) para discutir o assunto, reconhecendo a autonomia da Bolívia sobre seus recursos[200]. Por outro lado, a Petrobras anunciou a suspensão dos planos de aumento do investimento no país, e a não aceitação em migrar seu contrato para "prestação de serviço".

A aparente tensão entre a lógica corporativo-empresarial e a decisão política de buscar não um enfrentamento direto, mas uma negociação pacífica com

[196] COSTA, A. L. Uma ousadia de sucesso. **Carta Capital**, 10 de maio de 2006, p. 22
[197] VALOR ECONOMICO. Bolívia diz que fixará novo preço para seu gás, 2 de fevereiro de 2006
[198] LEO, S. loc.cit.
[199] Nota do Palácio do Planalto divulgada em 2/5/2006, grifo nosso, citada em RODRIGUEZ, A. Lula vai se encontrar com Morales e diz que nacionalização é "inerente à soberania" da Bolívia. **Valor Online**, 2 de maio de 2006
[200] ROMERO, C. Lula promete investir na Bolívia. Preço do gás será negociado**. Valor Econômico**, 5 de maio de 2006

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

reconhecimento das assimetrias e desigualdades entre os países (segundo Lula, o Brasil não poderia ser uma "ilha de desenvolvimento" ao lado dos vizinhos, e deveria "ajudar e contribuir para o desenvolvimento da Bolívia"[201]) revela um "quebra-cabeça" entre interesses privados e públicos. Ele pode ser compreendido como *tentativa* de construção de uma hegemonia regional, se consideramos que esta requer certas concessões aos países menores, para que o Brasil possa exercer seu papel com o *consentimento* desses. Esses governos veem na liderança do Brasil a realização de seus próprios interesses, contra uma liderança dos EUA, por exemplo. Esse consentimento é cultivado na constante representação do governo brasileiro como um "amigo" dos países vizinhos, com generosidade, objetivando uma integração solidária[202].

Acomodações e concessões aos interesses de países menores são feitas sempre de modo a não tocar ou alterar os interesses dos setores econômicos do Brasil. Apesar de o Estado boliviano ter assumido a propriedade dos hidrocarbonetos sem "indenizar" as empresas petrolíferas, todas mantiveram seus investimentos e seguiram atuando na Bolívia, não tendo nenhuma delas levado o país a tribunais internacionais. O governo boliviano recuou na tentativa de assumir as refinarias, e substituiu o ministro de hidrocarbonetos, que mantinha uma postura mais radical, por outro de perfil "técnico"[203]. O novo contrato assinado pela Petrobras garantiu as operações por mais 30 anos nos campos de San Alberto, San Antonio e Colpa-Caranda, além dos direitos de exploração dos blocos Rio Hondo, Ingre e Irenda. Acertou-se o pagamento de 80% referente a participação governamental e impostos (ante um percentual anterior de 95% referente ao Decreto da Nacionalização) e entre 2% a 32%, referentes à remuneração sobre o que foi produzido (até então 20%). Não houve confisco de equipamentos nem das instalações da empresa. O novo contrato manteve a tributação de 50%, fixa sobre as receitas da Petrobras, mas garantiu o ressarcimento dos custos operacionais após o pagamento do imposto. A YPFB e a Petrobras passaram a dividir

[201] Declarações divulgadas em LIRA, P. T.; SCHUFFNER, C. Alta do gás pode custar US$400 milhões à Petrobras. **Valor Econômico**, 9 de maio de 2006.
[202] Discorreremos sobre a política externa do governo Lula no capítulo a seguir.
[203] AGENCIA BRASIL. Recuo da Bolívia no caso Petrobras restitui normalidade a negociações, afirma Amorim. **Valor Econômico**, 15 de setembro de 2006

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

a receita considerando a produção, preço, investimento e depreciação[204]. Após o fechamento do novo acordo, as negociações se voltaram para o preço do gás, e o Brasil voltou a oferecer novos investimentos, como um polo petroquímico na Bolívia.

Apesar da notável atuação conservadora de setores domésticos, representados por partidos de oposição ao governo Lula, grandes grupos de mídia, assim como segmentos do empresariado, do meio acadêmico e diplomático, que apresentam posicionamento hostil a alguns governos na região sul-americana e se opuseram de forma rígida à atuação "amigável" do governo brasileiro[205], é possível verificar um fortalecimento do governo Lula no desfecho do conflito. O poder material-econômico brasileiro (no caso, de uma grande empresa frente a um país com o menor PIB da região) combinado à capacidade de persuasão, convencimento sobre a necessidade da "boa vizinhança", e a postura conciliadora que embute o poder de barganha do Brasil, garantiram ao capital com sede país, não um fechamento ou uma "insegurança jurídica" para novos investimentos, mas, ao contrário, caminhos abertos para progressiva expansão e acumulação.

Assim como a Petrobras, outra grande empresa, cujo início ocorreu com a estatização dos recursos naturais no Brasil foi a antiga Companhia Vale do Rio Doce, hoje Vale. Ela foi fundada em 1942, a partir da aquisição, pelo governo de Getúlio Vargas, da antiga *Itabira Ore Company*, uma mineradora inglesa instalada, desde o início do século XX, em Minas Gerais. Um acordo entre Brasil, Inglaterra e EUA acertou o financiamento e a tecnologia para montagem da mineradora (assim como da Companhia Siderúrgica Nacional) com o objetivo de produzir minério de ferro para abastecer a indústria bélica estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial. No período pós-guerra, a produção mineral e siderúrgica também contribuiu para a reconstrução da Europa e Japão, com exportações que chegaram a absorver 80% da

[204] GRABOIS, A. P. Petrobras não perde dinheiro em acordo com Bolívia, diz Gabrielle. **Valor Econômico**, 31 de outubro de 2006; SCHUFFNER, C.; LEO, S. Petrobras cede, mas garante remuneração maior e assegura o gás da Bolívia. **Valor Econômico**, 30 de outubro de 2006

[205] Segundo Amorim, "Há muita gente, hoje, com grande surpresa, que sempre foi flexível com as grandes potências. Com a Bolívia querem um diálogo como se fôssemos o Ted Roosevelt. Nossa política sempre foi, é e será da boa vizinhança, e não do porrete. Não temos marines e, se tivéssemos, não mandaríamos para desalojar os administradores bolivianos lá". AMORIM, C. O Brasil não usa marines. **Carta Capital**, 17 de maio de 2006, entrevista.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

produção em 1949[206]. Desse modo, o Brasil aprofundava sua industrialização, mantendo-a ou modificando-a de acordo com as demandas das grandes potências, como fornecedor de matérias primas e semielaboradas na ponta inferior da cadeia produtiva mundial.

A Vale foi listada na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro já em 1943. Em 1952, o governo assumiu o controle total da empresa e, nas décadas seguintes, ela consolidou seu monopólio no mercado doméstico, incorporando atividades relacionadas à sua cadeia produtiva, desde a pelotização, produção de aço, transporte de carga e infraestrutura ferroviária e portuária, até a extração de bauxita e ouro, transformando-se em um grande conglomerado industrial. Sendo estatal, a Vale contava com o apoio direto do governo brasileiro para negociações com empresas estrangeiras. A descoberta pela U.S. Steel, em 1970, da maior reserva do mundo de minério de ferro no Carajás, forçou a intervenção do governo para que esta entrasse em associação com a Vale que, por sua vez, assumiu o projeto por completo em 1977[207]. Também nesse período, ela se associou à canadense Alcan para produção de bauxita. Entre 1969-79, suas vendas ao exterior cresceram 285%, tornando-se a maior exportadora de minério de ferro do mundo até hoje[208].

Pode-se afirmar que a Vale nasce e se consolida no mercado interno já vinculada ao mercado externo e ao capital estrangeiro, e já com controle monopolístico sobre setores domésticos. Segundo Casanova, mesmo antes de ingressar em investimentos externos, a Vale passou por processos de internacionalização sob forma de associação com corporações estrangeiras ou por meio de obtenção de créditos internacionais. Além da associação com a U.S. Steel e a Alcan, ela se associou à japonesa Nippon Amazon Aluminium, à coreana Posco (pouco antes da privatização, para nova pelotizadora no Brasil), e adquiriu empréstimos do BID para o porto de Tubarão, hoje o principal porto de escoamento de minério do mundo[209]. Sua incursão para fora do Brasil inicia-se em 1984, quando a

[206] GODEIRO, N. ; MOURA, E. ; SOARES, P. ; VIEIRA , V. **Vale do Rio Doce. Nem tudo que reluz é ouro**. Da privatização à luta pela reestatização. São Paulo: Editora Sundermann, 2007, p. 10-11

[207] CASANOVA, L.; HOEBER, H. Vale: uma líder multinacional emergente. IN: RAMSEY; ALMEIDA (org.). **A ascensão de multinacionais brasileiras.** Rio de Janeiro: Elsevier; Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2010, p. 208

[208] GODEIRO et al., loc.cit., p. 11

[209] CASANOVA, loc. cit., p. 45-46

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Vale se vinculou a uma siderúrgica japonesa (Kawasaki Steel) para adquirir a California Steel Industries, maior produtora de aços planos dos EUA. Em 1992, ela adquiriu a francesa SEAS, que passa a chamar-se Rio Doce Manganese Europe[210]. Pouco depois, ela lança seu programa de ADRs (*American Depositary Receipts*) e vende ações na bolsa de Nova Iorque[211]. Nos anos 1990, antes da privatização, o governo permitiu que ela concorresse em licitações de plantas siderúrgicas recém privatizadas, de modo a consolidar sua posição como principal supridora de minério de ferro, resultando na aquisição de 57% do mercado nacional[212].

Esses processos prepararam o caminho para a controversa privatização da empresa. Ela entrou no Programa Nacional de Desestatização em 1995, mas seu leilão ocorreu somente em 1997. Nele foram vendidas 41,73% das ações ao consórcio Valepar, formado pela Companhia Siderúrgica Nacional e entidades financeiras, sendo seu principal consultor o gerente de investimentos do Bradesco, Roger Agnelli que, posteriormente, passou a ser seu CEO[213]. A privatização ocorreu em meio a protestos e ações judiciais. Críticos argumentam que o valor de seu patrimônio foi subavaliado em aproximadamente US$ 3 bilhões, tendo sido subestimados (ou mesmo não contabilizados) uma série de ativos como portos, quilômetros de ferrovias, frota de navios, produção de alumínio e ouro, muitos hectares de florestas replantadas, além de altíssimas reservas comprovadas de recursos minerais no subsolo[214]. Afirma-se que, pouco antes da privatização, a Vale reduziu sua avaliação de reservas minerais em 32%, porém não vendeu nenhuma mina. Nos anos seguintes, seus ativos e reservas voltaram a aumentar consideravelmente, demonstrando haver ocorrido uma subavaliação[215]. Mesmo sofrendo contestações judiciais, houve uma segunda etapa de privatização, em 2000, quando a Vale ganhou acesso ao mercado financeiro internacional através de listagem nas bolsas de Madrid, Latibex e NYSE[216]. Apesar da gestão privada, as entidades estatais BNDESPar e o fundo de pensão do Banco do

[210] CASANOVA; HOEBER, loc.cit., p. 213
[211] GODEIRO et.al., loc.cit.
[212] CASANOVA, loc.cit.
[213] Ibid., p. 46
[214] DOSSIE de impactos e violações da Vale no mundo. I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, Rio de Janeiro, abril de 2010. Disponível em http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie_versaoweb.pdf. P. 17 (acesso outubro de 2011).
[215] Ibid., p. 18. Existiriam hoje mais de 100 ações populares instauradas com a finalidade de anular o processo.
[216] CASANOVA, loc.cit., p. 47

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Brasil (Previ) são acionistas majoritários, formando uma maioria dentro do consórcio controlador da empresa, o Valepar. Ademais, a União possui *golden shares*, ações preferenciais que asseguram direito a veto em decisões críticas[217].

A gestão de Roger Agnelli, a partir de 2001, marca uma nova etapa em direção à expansão internacional. Ainda em 2000, ela ingressa no Oriente Médio adquirindo 50% da Gulf Industrial Investment Company (empresa de capital norte-americano); em 2001 e 2002, juntou-se à Codelco chilena para explorar cobre e projetos de minerais não-ferrosos no Peru e no Chile; e em 2003 adquire parte de uma empresa norueguesa, criando a Rio Doce Manganese Norway[218]. Segundo Casanova, a principal característica da gestão Agnelli foi sua capacidade de negociação de preços com plantas siderúrgicas na Ásia. Em 2005, ele assegurou um aumento de 71% para o preço do minério de ferro e, dois anos depois, em negociação com a chinesa Baosteel e outras siderúrgicas, conseguiu adicionar mais 9,5%. Com a Baosteel a Vale assinou, em 2001, um contrato de suprimento de minério de seis milhões de toneladas por ano, durante 20 anos[219]. As negociações entre as mineradoras mundiais e a Baosteel tornam-se referência para o preço do minério de ferro no mercado internacional[220]. Desse modo, a Vale, e com ela as exportações brasileiras de minério, tornaram-se estreitamente vinculadas à demanda chinesa, que configura, hoje, o destino de 17% de suas vendas. Casanova afirma que, para fortalecer a posição global da Vale na competição com grandes rivais, a gestão Agnelli diversificou os produtos da empresa e expandiu seu alcance global, tornando-a uma "one-stop-shop" para as indústrias siderúrgicas mundiais[221].

A África tornou-se um novo território de expansão para a mineradora entre 2003 e 2007, quando adquiriu subsidiárias no Gabão, Moçambique, Angola e África do Sul. A entrada em Moçambique, em 2004, deu início a uma terceira fase de internacionalização. A mina em Moatize é considerada um marco na estratégia de exploração de carvão e uma possível plataforma de expansão para outros países

[217] CASANOVA; HOEBER, loc.cit., p. 208
[218] Ibid., p. 211-2
[219] CASANOVA, loc.cit.
[220] BLAS, J. Baosteel abre as portas para reformulação de preços. **Valor Econômico** (Financial Times), 26 de março, 2010.
[221] CASANOVA, loc.cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

africanos[222]. Para Agnelli, estar na África é uma vantagem comparativa enorme devido às fontes de recursos naturais ainda intactas. Uma integração do continente africano com as Américas, complementando um ao outro, significaria uma nova "Pangeia"[223]. Atividades na África, apesar de apresentadas como um "mercado natural" para o Brasil (devido a similitudes de língua e histórica)[224], visam a garantir espaços de exploração na competição com empresas chinesas, com vistas ao mercado daquele país[225]. Atualmente, a empresa adquiriu uma das maiores reservas de minério de ferro no continente africano, a jazida de Simandou em Guiné.

Em 2006, a Vale deu o principal passo de expansão internacional ao adquirir a maior produtora mundial de níquel, a canadense Inco. A criação da Vale Inco teve impactos gerais na economia brasileira, tornando o Brasil, naquele ano, um investidor internacional, e não apenas um receptor de investimentos estrangeiros[226]. Essa compra compreendeu U$ 19 bilhões, sendo seu preço U$ 17,8 bilhões mais U$ 1,2 bilhão de dívida líquida[227]. Para isso, ela se associou a bancos internacionais, como Credit Suisse, UBS, ABN Amro e Santander, aumentando o endividamento da empresa para US$ 22 bilhões, em 2006[228]. A compra da Inco também significou a diminuição de sua base brasileira: de 98% dos ativos até 2006, passou a 60%[229]. A companhia incorporou projetos na Indonésia e Nova Caledônia. Em 2007, ela comprou a AMCI australiana, expandindo seu mercado de carvão para além do projeto da mina de Moatize.

Hoje, a Vale está em 33 países e é a principal produtora e exportadora de minério de ferro e níquel do mundo. Em 2010, do seu orçamento de US$12,9 bilhões, US$595 milhões direcionaram-se para Moatize, e US$1,2 bilhão para projetos na Argentina, no Canadá e em Omã. O atual projeto mais caro é o de produção de potássio no Rio Colorado, Argentina, estimado em US$ 4,1 bilhões[230]. Sua atual

[222] Ibid., p. 48; CASANOVA; HOEBER, loc.cit., p. 214
[223] AGNELLI, R. Uma nova Pangeia**. Folha de São Paulo**, 16 de agosto de 2009
[224] CASANOVA; HOEBER, loc.cit.
[225] A disputa da Vale com empresas chinesas no Gabão tornou-se exemplar disso. Ver MOREIRA. Como os chineses venceram a Vale no Gabão. **Valor Econômico**, 8 de setembro de 2011
[226] FUNDACAO DOM CABRAL. A decolagem das multinacionais brasileiras. *Press Release* de 3 de dezembro de 2007, disponível em www.fdc.org.br (acesso janeiro de 2009),
[227] CASANOVA, loc.cit., p. 48
[228] GODEIRO et.al, loc.cit., p. 61
[229] Ibid., p. 49
[230] VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras**, setembro de 2010, p. 50

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

expansão para o setor de fertilizantes também está ligada à internacionalização: os projetos na Argentina, Peru, Moçambique e Canadá visam à produção de potássio e fosfato, necessários para produção de fertilizantes, que será aumentada com a aquisição de parte dos ativos da estadunidense Bunge no Brasil[231].

Nota-se que a estratégia de internacionalização da Vale está ligada ao controle de toda a cadeia produtiva, no sentido de "integração para trás" na cadeia siderúrgica. Logo após a privatização, a Vale procurou "enxugar" suas operações e especializar-se em minério de ferro e logística, mas esse processo hoje se reverte. Sua logística é utilizada também pelo agronegócio e siderurgia, transportando produtos do aço, soja, fertilizantes, combustíveis, entre outros[232]. Seu controle sobre a cadeia de produção inclui o fornecimento de energia por meio de sua associação a projetos de usinas hidrelétricas, em especial no estado de Minas Gerais, mas também no norte do país, como Belo Monte, recentemente[233]. Observamos, portanto, que as atividades da Vale, vistas de forma conjunta, refletem o próprio modelo de desenvolvimento em curso no Brasil. A produção e exportação de produtos primários (como minerais e commodities agrícolas), usinas hidrelétricas, plantas siderúrgicas, estradas de ferro e projetos logísticos para exportação estão vinculados às demandas do mercado externo e do capital transnacional, revelando uma série de contradições de natureza ambiental, trabalhista e na relação com comunidades locais, se considerarmos os grupos e classes sociais mais vulneráveis, que são impactadas por esse projetos.

Conflitos com a Vale, no Brasil e no mundo, levaram organizações sociais, movimentos, sindicatos a se juntarem em um "encontro internacional dos atingidos pela Vale" no seu *headquater*, no Rio de Janeiro, em 2010, reunindo 160 representantes dos cinco continentes, além de diferentes regiões do Brasil[234]. No plano internacional, casos emblemáticos na relação com comunidades e referentes a problemas ambientais ocorrem no Chile, Moçambique, Nova Caledônia, Peru e Argentina. Neste último , organizações sociais se mobilizam contra o projeto Rio

[231] RIBERIO; FONTES; SCHUFFNER. Vale deve estimular expansão em fertilizantes. **Valor Econômico**, 18/01/2010.
[232]CASANOVA; HOEBER, loc.cit., p. 213
[233] ESTADO DE SAO PAULO, Vale entra na disputa pela hidrelétrica de Belo Monte, 23 de fevereiro de 2010.
[234] UCHOAS, L. Desenvolvimento assim não Vale; e Id.. Quem ganha com a expansão da transnacional brasileira?. **Brasil de Fato**, 22-28 de abril de 2010, pp. 4-5. Sobre os diferentes conflitos dentro de fora do Brasil, ver DOSSIE de impactos e violações da Vale no mundo, loc.cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Colorado, devido ao enorme risco de contaminação do rio que abastece toda a província de Mendoza, região de forte produção vinícola e atividade turística, podendo causar a salinização da água[235]. Recentemente, comerciantes locais e a câmara de deputados da província exigiram esclarecimentos da empresa sobre o não cumprimento do acordo sobre o uso de mão de obra e de fornecedores locais. A população protestou contra a Vale na abertura do festival de colheita da uva, em 2011[236]. No Peru, organizações locais e comunidades indígenas, na província de San Marcos em Cajamarca, organizaram-se para impedir a atividade da mineradora, que ingressou na região sob o nome de Miski Mayo (Rio Doce em quéchua). Essas organizações denunciam o uso de milícias paramilitares pela Vale para ameaçar os opositores ao projeto[237]. Comunidades indígenas também da Nova Caledônia buscam impedir que a Vale construa um duto de rejeitos no oceano, enquanto que entidades ambientalistas e etnias indígenas protestam no Newfoundland, Canadá, contra o uso da lagoa Sandy Pond para depósito de resíduos da empresa[238]. Já em Moçambique, a mineradora é acusada pela comunidade de Moatize de usar da tática de "dividir para reinar" no seu plano de reassentamento de mais de 700 famílias que viviam no local da mina de carvão[239]. Ao separar as famílias entre "rurais" e "semiurbanas", organizações moçambicanas afirmam que a empresa ofereceu territórios diferenciados para cada "categoria", movendo as famílias consideradas rurais para locais precários e distantes de qualquer centro urbano, piorando consideravelmente sua qualidade de vida. As casas construídas para essas famílias pela empresa Odebrecht apresentaram problemas de edificação e segurança, e eram mais precárias dos que a casa-modelo apresentada às famílias no momento da negociação sobre seu assentamento. Com isso, um número de famílias se negou a ser removida nas condições oferecidas, agravando o conflito com a mineradora[240].

Questões trabalhistas também levaram a enfrentamentos emblemáticos entre a Vale e seus trabalhadores. O conflito entre a empresa e os trabalhadores do sindicato *United Steel Workers* (USW), no Canadá, foi a mais longa greve da história da Vale,

[235] DOSSIE, loc.cit., p. 97
[236] RITTNER, D. Projeto bilionário da Vale na Argentina enfrenta protestos. **Valor Econômico**, 13 de abril de 2011
[237] DOSSIE, loc.cit., p. 99-100
[238] Ibid., p. 119-123
[239] SELEMANE, loc.cit.
[240] Ibid., p. 23-4

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

e uma das mais complexas e hostis enfrentada pelo sindicato. Ao comprar a Inco, em 2006, além de todos os seus ativos internacionais, a Vale adquiriu as operações dentro do Canadá nas unidades de Sudbury (Ontario), Port Colborne (Ontario), Thompson (Manitoba) e Voisey's Bay (Newfoundland), além de ter se comprometido a construir uma nova unidade de processamento de níquel em Newfoundland. O contrato de compra da Inco é sigiloso, porém a Vale acertou, de acordo com as leis canadenses de compra de uma empresa nacional por uma estrangeira, que não haveria prejuízo líquido para o Canadá. Publicamente, foi anunciado que a nova empresa não demitiria funcionários pelos próximos três anos[241]. Com o advento da crise econômica mundial, iniciada em 2008 nos EUA, gerando riscos de queda dos preços das commodities e desaquecimento da demanda global, a Vale procurou extrair concessões e vantagens sobre os trabalhadores ao redor do mundo, pelo que fez demissões em grande escala no Brasil[242] e quebrou a "promessa" de não demissão no Canadá, exonerando 250 funcionários[243]. Ao negociar acordos coletivos com as unidades de Sudbury, Port Colborne e Voisey's Bay, a empresa baixou os custos em direitos e remuneração dos trabalhadores, objetivando: a alteração do direito de bônus sobre o preço do níquel (os trabalhadores tinham direito a uma porcentagem calculada sobre o preço mundial do produto, que dependia da sua cotação, porém a Vale propunha limitar a remuneração para um máximo de 20% sobre o salário); mudança no plano de *seniority* ou aposentadoria (o plano conquistado garantia benefícios definidos e a cobertura de diferenças em caso de contribuições não suficientes, mas a empresa modificou o plano para contribuição por tempo de trabalho); ademais, a Vale propôs redefinir regras quanto ao agendamento e alocação de tarefas no local de trabalho, diminuindo direitos[244].

Cerca de 3,3 mil trabalhadores paralisaram imediatamente todas as atividades nas três unidades da Vale Inco. Os *Steelworkers* compõem um sindicato de mais de um século, tendo um histórico de lutas trabalhistas no Canadá e EUA (por exemplo, uma greve vitoriosa de nove meses na unidade de Sudbury da antiga Inco, na década

[241] RIBEIRO, A. Greve da Inco vera ícone para sindicalistas. **Valor Econômico**, 1 de julho de 2010; Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo, loc.cit., p. 103-4
[242] FOLHA ONLINE. Vale demite 1.300 funcionários e 5.500 têm férias coletivas; mais afetados estão em MG, 3 de dezembro de 2008
[243] UCHOAS, L. Imperialismo brasileiro: Vale explora trabalhadores no Canadá. **Brasil de Fato**, 27 de agosto a 2 de setembro de 2009, p. 5
[244] BALTHAZER, R. Disputa trabalhista compromete a Vale. **Valor Econômico**, 3 de novembro de 2009; Dossiê, loc.cit., p. 105

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

de 1970) que resultaram em uma melhoria das condições de trabalho, vida e direitos trabalhistas. Grevistas afirmaram que o aumento significativo do endividamento da Vale, juntamente com a queda relativa do preço mundial do níquel, no ano de 2009 (que logo voltou a subir[245]), pode explicar a postura da Vale frente aos trabalhadores canadenses. No entanto, estes se recusaram a arcar com os custos de um possível "mal negócio" da Vale[246], organizando-se em piquetes nas entradas da minas, viajando por diversos países em busca de solidariedade e apoio, e pressionando nas instâncias políticas ou aquelas que poderiam afetar a imagem da Vale[247]. Eles acusam a mineradora de usar táticas anti-sindicais, como o uso de *scabs* ("fura-greves") para seguir a produção e enfraquecer os grevistas, além da contratação de empresas privadas de segurança para intimidar seus membros, filmando dia e noite os locais de protestos e piquetes, e até mesmo perseguindo alguns dos sindicalistas em suas vidas privadas[248]. Por sua vez, a Vale acusou os grevistas de vandalismo e xenofobismo, afirmando serem contra estrangeiros[249].

A greve terminou após 11 meses em Sudbury e Port Colborne, mas ainda seguiu por mais sete meses em Voicey's Bay. Nove grevistas foram processados judicialmente e outros foram demitidos. As negociações durante os meses de paralisação tiveram que ser mediadas pelo *Labour Relations Board* da província de Ontario, dado o grau de animosidade entre as partes[250]. O USW sustentou financeiramente os trabalhadores parados através do seu fundo de greve e de doações internacionais de outros sindicatos. Tendo em vista a importância dos *Steelworkers* em termos de história e tamanho, e o peso corporativo mundial da Vale, o desfecho das negociações podem abrir precedente para outras negociações mundiais[251]. Notoriamente, esse conflito não envolveu o governo brasileiro. Apesar de o governo ter tido a possibilidade de intervenção através de sua participação acionária na empresa (por meio da Previ, BNDESPar ou mesmo seus *golden shares*), o conflito

[245] De uma queda para US$ 9 mil/tonelada na crise, poucos meses depois passou a US$ 18 mil/tonelada. Ver DURAO, V. D.; ROSAS, R. Resultado do terceiro trimestre já foi afetado pela greve. **Valor Econômico**, 3 de novembro de 2009
[246] DOSSIE, loc.cit., p. 104
[247] RIBEIRO, A.Greve na Inco vira ícone para sindicalistas. **Valor Econômico**, 1 de julho de 2010
[248] Id. Greve na Inco está perto do fim, Valor Econômico, **Valor Econômico**, 1 de julho de 2010; DOSSIE, loc.cit., p. 105-6.
[249] RIBEIRO, A. Vale diz que é vítima de campanha racista e xenófoba. **Valor Econômico,** 1 de julho de 2010
[250] Informações disponíveis na página web do greve: www.fairdealnow.ca
[251] RIBEIRO. Greve na Inco vira ícone para sindicalistas, loc.cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

manteve-se entre atores privados, mas contando com a solidariedade internacional dos sindicatos brasileiros, além de movimentos sociais envolvidos, no Brasil, na articulação dos "atingidos pela Vale". O conflito "privado" tem, naturalmente, impactos públicos, especialmente nos municípios e comunidades no Canadá, cujas atividades econômicas estão centradas nas unidades de produção da Vale Inco.

O resultado final do acordo fechado entre o sindicato e Vale é ambíguo em termos de resultados econômicos, uma vez que o sindicato teve que fazer concessões em seus direitos, apesar de ter conseguido manter benefícios[252]. Mais importante, entretanto, é compreender o significado político de uma greve histórica e sem precedentes, envolvendo uma multinacional brasileira no exterior. Além das questões econômicas, o aspecto político de "demonstrar força" e romper com padrões estabelecidos, nivelando para baixo os padrões trabalhistas canadenses com os de países em desenvolvimento (especialmente os planos de pensão, a participação nos lucros, e a relação entre empregado e empresa não mais mediada pelo sindicato) pareceu ser fundamental para a Vale[253]. Nesse sentido, ela age com uma lógica corporativa como outras multinacionais de potências tradicionais, visando ao lucro acima dos direitos estabelecidos em dada sociedade. Permite-nos, assim, verificar que as "vantagens" aferidas pela UNCTAD e pela CEPAL à atuação de transnacionais "emergentes" e "translatinas", gradualmente se dissolvem em meio à lógica guiada pelo lucro e pela competitividade dessas empresas com outras multinacionais. De que forma a expansão e crescimento internacional da Vale reverte para os trabalhadores brasileiros? Em que medida os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros "se beneficiam" do rompimento dos padrões de direitos e nível de vida dos trabalhadores canadenses? A resposta a essas perguntas demandaria uma pesquisa minuciosa que vai além do escopo do presente trabalho, cabendo-nos aqui observar que os debates atuais sobre a ascensão das multinacionais brasileiras vêm desconsiderando estes aspectos.

---

[252] USW. Membros do USW ratificam acordo coletivo de 5 anos com a Vale. *Press Release* de 8 de julho de 2010, disponível em www.fairdealnow.ca

[253] DURAO, V. S. Vale comemora redução de poder do sindicato no Canadá. **Valor Econômico**, 13 de julho de 2010

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Este capítulo teve por objetivo apresentar o debate sobre empresas multinacionais de "países emergentes" e seus reflexos sobre a discussão em torno das empresas multinacionais com sede no Brasil. Buscamos problematizar e demonstrar que a ascensão internacional de empresas brasileiras (como "translatinas") não é somente *consenso* (em torno do aumento da competitividade do Brasil no cenário internacional), mas também *conflito*. Argumenta-se, por um lado, que a internacionalização das empresas brasileiras é sinal de um novo estágio de "desenvolvimento" no qual já se encontra o país; de outro, há os que entendem que, sendo o Brasil um país "em desenvolvimento", as empresas deveriam priorizar investimentos internos. Esse dilema transpassa o debate sobre multinacionais e investimentos externos de "países emergentes" de modo geral. No entanto, ambas as opções escondem a questão mais ampla e profunda, relativa ao próprio modelo de desenvolvimento (e seus padrões ambientais, sociais e trabalhistas) ao qual o Brasil está submetido, ao mesmo tempo em que submete seus vizinhos e outros. Que tipo de crescimento e desenvolvimento está sendo criado? Para quê e a quem serve essa via de desenvolvimento? Que consequências traz para a população e trabalhadores no Brasil, e população e trabalhadores no exterior? Violações de direitos e impactos negativos aqui apresentados se dão dentro e fora do país. Sendo o Brasil um país com problemas graves de pobreza, desigualdade, injustiça, com uma história de inserção subordinada e periférica no sistema internacional, os enfrentamentos de comunidades locais e trabalhadores no país em defesa de seus direitos, territórios e recursos tornam-se mais complexos, quando esses mesmos enfrentamentos se expandem para fora, envolvendo empresas brasileiras. É preciso, pois, aprofundar o debate, incluindo nele os diferentes aspectos, atores e embates sociais e políticos que envolvem as políticas públicas de apoio à expansão internacional das empresas brasileiras, e o papel do Estado na expansão do capital com sede no Brasil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

4.

Políticas públicas e atores governamentais

"[É necessário] Uma relação íntima entre setor público e setor privado. Íntima no bom sentido, ou seja, uma relação de parceria, de cooperação, de apoio do governo às suas empresas, sejam privadas nacionais ou estrangeiras. Temos que fazer isso. Vamos entrar numa fase de internacionalização de parte das nossas grandes empresas e isso é um trunfo para o país. Todos os países que tiveram desenvolvimento sólido conseguiram estabelecer uma aliança, uma parceria (entre Estado e setor privado) para o que der e vier. Mas também não se quer inventar a roda. Você precisa ter o capitalista."[*]

O debate sobre qual deve ser o papel do Estado na economia sofreu uma mudança a partir da eleição de governos chamados "progressistas" na América do Sul, incluindo a eleição de Lula no Brasil. Distanciando-se da representação discursiva e construção ideológica dos anos 1990, quando o Estado foi colocado em oposição ao mercado, significando ineficiência e um "peso" burocrático frente à eficiência resultante do comportamento competitivo do setor privado, agora Estado e mercado passam, aparentemente, a ter interesses e ações convergentes e complementares para levar a cabo uma estratégia de desenvolvimento baseada em projetos de infraestrutura, energia e exportação de commodities. O apoio à internacionalização de empresas brasileiras acompanha essa mudança: a expansão dessas firmas num contexto de competitividade global é representada como um sinal de "novo estágio de desenvolvimento" do Brasil como um todo.

Alguns pesquisadores brasileiros concordam com a ideia de que deve haver uma política de Estado para promover a expansão internacional de firmas com sede no Brasil, dentro de um projeto de desenvolvimento mais amplo. Para Iglesias/ Motta Veiga, uma avaliação das políticas públicas de apoio a essa expansão deve considerar o resultado total para a economia da não realização do investimento no exterior versus o resultado de realizar o investimento externo. Se uma empresa é competitiva localmente e ainda tem oportunidades de investimento na economia doméstica, é possível que o investimento externo dessa firma diminua o emprego, as exportações e a renda no país de origem. Porém, se a empresa estiver perdendo competitividade, a

[*] Dilma Rousseff, em entrevista na sua antiga função de ministra. Ver SAFATLE; ROMERO. Governo quer companhias fortes e globais, diz Dilma. **Valor Econômico**, 24 de setembro de 2007

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

realocalização do investimento para outros mercados pode ajudar a melhorar a competitividade, equilibrar sua situação financeira, elevar a sofisticação das atividades e ter externalidades positivas sobre fornecedores[1]. Segundo os autores, há justificativa e benefícios em adotar políticas de apoio ao investimento externo, mas ela não precisa ser generalizada.

Do mesmo modo, Arbix/Salermo/De Negri afirmam que ações governamentais não devem ser irrestritas. Ao contrário, devem incentivar investidores voltados à inovação. A inovação tecnológica deve ser o parâmetro relevante para a adoção de ações governamentais de apoio à internacionalização das firmas brasileiras, pois essas, além de impulsionar as exportações, tornam mais virtuosa a inserção da empresa no comércio internacional ao agregar valor ao produto exportado[2]. Apesar das empresas com foco em inovação serem aparentemente a minoria entre as que principais multinacionais brasileiras[3], para os autores, o financiamento deveria considerar ações pré-estruturadas, fazendo com que as empresas que já fazem significativo esforço para realizar inovações tecnológicas ampliem esse potencial ao internacionalizar-se. Além disso, incentivos devem estar associados a mecanismos que fomentem o aumento dos gastos privados em atividade inovadoras no Brasil[4].

Seguindo a mesma linha, Tavares reafirma a necessidade de uma visão clara sobre quais são os objetivos estratégicos de desenvolvimento do país, a exemplo das políticas de apoio na Ásia, evitando promover a internacionalização pela internacionalização[5]. Em sua consulta com empresários, esses sugerem políticas públicas para apoiar o investimento por meio de: regras claras, transparentes e marco regulatório adequado; acordos bilaterais de comércio, fortalecimento do Mercosul e outros acordos comerciais regionais; reforma tributária, trabalhista e política;

[1] IGLESIAS; MOTTA VEIGA, loc.cit., p. 432
[2] ARBIX; SALERMO; DE NEGRI, loc.cit., p. 16
[3] Segundo Afonso Fleury (Poli-USP), não há uma estratégia brasileira de expansão internacional, mas sim a ocupação de espaços que se abrem em outros países. Americanos e europeus teriam deixado setores pesados, que exigem muita mão de obra e manipulação de material, como a mineração e a siderurgia, concentrando seus investimentos em empresas que agregam mais conhecimento e inovação, como a área de tecnologia e informação. Com isso, as empresas brasileiras desenvolveram competência e ocuparam espaços dessas indústrias mais pesadas, não sendo ameaçadas pela concorrência nesses setores, porém perpetuando o lugar do Brasil como exportador de produtos primários e importador de tecnologia. Ver declarações em VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras**, ano 4, número 4, setembro de 2011, p. 11-12
[4] ARBIX; SALERMO; DE NEGRI, loc.cit.
[5] TAVARES, loc.cit., p. 35

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

infraestrutura física e tecnológica; apoio as exportações; formação de parcerias e alianças, entre outros. Essas políticas favoreceriam um ambiente de negócios para promover uma internacionalização positiva, e não "às avessas"[6]. Mais recentemente, em pesquisa da Fundação Sobeet, os empresários declaram que, para aumentar seus investimentos no exterior, o governo brasileiro deveria aumentar o financiamento ao investimento e à atividade no exterior (29,3 %), reduzir impostos, seja por meio de tratados para evitar a bitributação (23%) ou com programas de dedução fiscal (21%), selar acordos de proteção contra risco político (15,1%) e dar apoio informal (9,4%)[7].

Tratados internacionais com outros países, cujos conteúdos dizem respeito ao comércio e investimento, o papel dos bancos públicos de financiamento e dos atores governamentais que almejam uma nova forma de atuação internacional do Brasil - em suma, estes são eixos fundamentais de políticas públicas de apoio e fomento a empresas, espelhadas em medidas governamentais em outros países "emergentes" ou nas potências tradicionais, que buscam alinhar o mercado doméstico ao externo. Pode haver políticas diretas, que objetivam, explicitamente, a ascensão internacional de grupos nacionais (financiamento de determinados projetos internacionais, missões de promoção comercial, etc.), ou indiretas, como incentivos à inovação ou reformas regulatórias.

Para Sennes/Mendes[8], as empresas brasileiras se encontram entre dois modelos. De um lado, há o chamado "modelo OCDE", que abarca firmas de países de "capitalismo maduro", refletindo o modelo liberal clássico de empresas com estratégia corporativa definida tanto na relação com investidores, quanto com agências governamentais e multilaterais. Elas são sensíveis e vulneráveis a riscos, uma vez que operam no mercado financeiro. Em geral, recebem apoio governamental por meio de crédito, fomento à inovação, capacitação, etc.[9]. De outro lado, há o "modelo de capitalismo estatal", cujas empresas seguem a linha política do país de origem. Seu desempenho está vinculado às prioridades políticas e estratégicas desse país. Elas são,

[6] Ibid., p. 36. Conforme já exposto, uma internacionalização às avessas, ou "desvio" de investimento, seria aquela motivada por melhores custos e menor risco do que o mercado doméstico.
[7] VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras** 2011, loc.cit., p. 9
[8] SENNES, R.; MENDES, R. Políticas públicas e multinacionais brasileiras. IN: ALMEIDA; RAMSEY (org.). **A ascensão das multinacionais brasileiras**. O grande salto de pesos-pesados regionais a verdadeiras multinacionais. Rio de Janeiro: Elsevier; Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2009
[9] Ibid., p. 159-60

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

em maioria, estatais ou parcialmente estatais, e recebem financiamento direto dos governos. Nesses casos, há menos sensibilidade à imagem corporativa, já que não dependem estritamente do mercado financeiro[10]. De acordo com os autores, as multinacionais brasileiras transitam entre esses dois polos, tendendo, em sua maioria, para o "modelo OCDE". Mesmo o Brasil não sendo signatário da sua regulação multilateral de investimentos, as empresas reproduzem, em boa parte, as condutas de negócios da organização[11].

Os autores apontam para categorias da UNCTAD para avaliar as políticas de facilitação e fomento à internacionalização. No que tange ao fluxo de capitais, o Brasil não tem restrições, não havendo limitações à saída de IED de empresas com sede no Brasil, com exceção de instituições financeiras, que precisam de aprovação prévia do Banco Central[12]. Com relação aos acordos internacionais, o Brasil não fechou nenhum acordo para proteção de investimentos com outros países. De acordo com Goldstein, em 2004 havia 653 Acordos Bilaterais de Proteção de Investimento entre países em desenvolvimento (28% dos 2300 acordos mundiais), assinados entre 113 países, sendo sua maioria (68%) na Ásia[13]. O Brasil, apesar de ter assinado acordos com 15 países ao longo dos anos 1990, não teve nenhum deles votado no Congresso Nacional, sendo posteriormente excluídos da agenda, por representarem uma possível ameaça aos direitos soberanos do país. Dois protocolos foram assinados no âmbito do Mercosul (Protocolos de Buenos Aires e de Colônia), porém não entraram em vigor no Brasil[14].

Hoje, há uma tendência a mudança desse quadro, dado o volume de investimento de empresas brasileiras na América do Sul e os conflitos gerados por elas. Em um documento de posicionamento estratégico, empresários representados na Confederação Nacional da Indústria afirmam que a agenda de interesses dos investidores brasileiros na América do Sul está organizada em torno de negociações comerciais e diplomáticas para facilitar o acesso a mercados; discussão e negociação de acordos de proteção de investimento; e reforma de aspectos do tratamento

[10] Ibid., p. 162
[11] Ibid., p. 163
[12] Ibid., p. 164
[13] GOLDSTEIN, Andrea. **Multinational companies from emerging economies.** Composition, conceptualization and direction in the global economy. London: Palgrave Macmillan, 2007, p. 102
[14] SENNES; MENDES, loc.cit., p.164

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

tributário dos lucros no exterior. Nesse sentido, considera-se imperativo avançar no funcionamento dos acordos de proteção de investimento, uma vez que os setores de infraestrutura e serviços seriam "os preferidos para as intervenções regulatórias arbitrárias que geram rompimento dos contratos e regras que os tratados protegem". Propõe-se fazer "uma revisão das experiências argentina e boliviana", analisando os condicionantes da ruptura e a evolução de negociações[15]. O governo Lula apontou para uma mudança de posicionamento, atendendo possivelmente a esses interesses empresariais: cláusulas de proteção de investimentos no exterior estão sendo gradualmente negociadas pelo Brasil no âmbito do Mercosul, recorrendo ao fato de países como Argentina e Uruguai possuírem acordos bilaterais de investimentos com países europeus e EUA[16].

Outro mecanismo de proteção de investimentos são os seguros privados contra riscos políticos. O Brasil não dispõe de tais dispositivos, porém as greves dos trabalhadores da Gerdau nos EUA, em 2005, e da Vale Inco no Canadá, em 2009, parecem estar forçando uma mudança desse quadro. Seguros privados lançaram apólice para risco político, como greves, nos países “desenvolvidos” como EUA[17]. Há, no entanto, outros mecanismos específicos para garantir investimentos, como o Convênio de Crédito Recíproco (CCR) da Aladi, que é coordenado pelos bancos centrais e serve como um instrumento de compensação de crédito. Esse mecanismo foi utilizado para o crédito do BNDES ao Equador para a construção da hidrelétrica San Francisco pela Odebrecht. Ademais, existe o Seguro de Crédito à Exportação, que cobre riscos políticos e comerciais relacionados à exportação, podendo incluir serviços de engenharia[18].

Além dos acordos de proteção de investimento, outra categoria da UNCTAD, também apontada pelos empresários, são os acordos para evitar a bitributação. Em 2006, havia 312 Tratados sobre Bitributação entre países em desenvolvimento, assinados por 94 países, representando 14% do total mundial[19]. O Brasil mantém

[15] Confederação Nacional da Indústria (CNI). **Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul**: Sumário Executivo. Brasília: CNI, 2007, p, 22-23
[16] RITTER, D. Bloco quer acordo para proteger empresas. **Valor Econômico**, 17 de dezembro de 2010, p. A4
[17] ROCHA, J. Apólice protege contra greve no exterior. **Valor Econômico**, 8 de fevereiro de 2010
[18] SENNES; MENDES, loc.cit., p. 166-7
[19] GOLDSTEIN, loc.cit., p. 103

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

acordos de bitributação com 29 países, sendo 16 da Europa, seis da Ásia, cinco da América Latina, um da América do Norte e um da África. Argumenta-se que a Receita Federal tem resistência a esses acordos, pois significariam a perda de arrecadação no Brasil sobre investidores desses países[20].

Ademais da importância dos acordos internacionais, empresários reafirmam o papel fundamental dos atores governamentais, como o apoio do Ministério de Relações Exteriores e das embaixadas, o bom relacionamento diplomático com países vizinhos e com a África e a atuação da Agência de Promoção à Exportação e Investimento (APEX)[21]. A Fundação Dom Cabral aponta o empenho do presidente Lula em tornar o Brasil um "líder regional" como um fator que explica a forte presença do capital brasileiro na América Latina[22]. Segundo Iglesias/Motta Veiga, uma das dificuldades para a internacionalização das firmas domésticas é a falta de conhecimento dos mercados externos e das regulamentações que afetam o investimento. Uma ação de organização e divulgação de informações deveria incluir dados sobre os mercados externos, sobre as políticas regulatórias do investimento no exterior, assim como sobre a organização de missões de empresários para o exterior e o estímulo de missões empresariais estrangeiras no país[23]. Esse papel vem sendo parcialmente cumprido pela APEX e pelos departamentos de promoção comercial das embaixadas que, segundo Sennes/Mendes, têm melhorado seus mecanismos de informação e assistência técnica[24]. Ao levantar informações, identificar setores estratégicos, abrir escritórios regionais a fim de facilitar a familiarização de empresas com novos mercados, e promover infraestrutura, a APEX ajudaria a que as vantagens comerciais, produtivas e tecnológicas da internacionalização transbordem para mercado interno[25].

Por fim, é afirmado que uma linha de financiamento de longo prazo é componente central de uma política para estimular o investimento no exterior. O país também desenvolveu mecanismos de financiamento à internacionalização de empresas

[20] VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras** 2011, p. 8
[21] TAVARES, loc.cit., p. 38
[22] Fundação Dom Cabral. **Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010.** Repensando as estratégias globais", loc.cit., p. 11
[23] IGLESIAS; MOTTA VEIGA, loc.cit., p. 442-3
[24] SENNES; MENDES, loc.cit., p. 165-6
[25] TAVARES, loc. cit., p. 39

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

brasileiras através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A linha de crédito do BNDES inclui a construção ou aquisição de unidade produtiva desde que como complementariedade à atividade exportadora. Custos, nível de participação e prazos são negociados caso a caso. São definidas metas de desempenho exportador e compromisso de manutenção do controle nacional do capital, mas somente durante o período de financiamento. O banco não assume risco político no país receptor[26]. Temos, com isso, dois pilares importantes da ligação entre Estado e empresas: a política de crédito e a política externa.

4.1 Política de crédito

Diversas formas de financiamento são apontadas como fonte de apoio à internacionalização das empresas multinacionais brasileiras, porém o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é indicado como um dos principais instrumentos[27]. O BNDES, criado em 1952, passou por transformações nas diferentes gestões governamentais e dinâmicas da economia brasileira e mundial. Ele atuou desde a consolidação do modelo de substituição de importações, até os processos de privatizações no Brasil, financiando parcial ou integralmente capitais estrangeiros e nacionais na aquisição das empresas estatais. A importância do Banco em termos de recursos é crescente, não somente para economia brasileira: desde 2005 o volume de créditos do BNDES aumentou 391% e é hoje maior do que o Banco Mundial. Em 2010, ele concedeu US$ 96,32 bilhões em empréstimos, significando 3,3 vezes mais que os US$ 18,6 bilhões concedidos pelo Banco Mundial naquele ano[28]. No mesmo ano, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) concedeu

[26] Ibid.
[27] Outras formas de financiamento são a participação em bolsas de valores, especialmente de Nova Iorque e São Paulo, assim como recursos próprios das empresas, ou empréstimos e apoio técnico de bancos no exterior.
[28] LEOPOLDO, R. BNDES já empresta três vezes mais que o Banco Mundial. **Estado de São Paulo**, 10 de março de 2011. É necessário notar, entretanto, que o Banco Mundial repassa recursos ao BNDES, como no caso do Empréstimo Programático para o Desenvolvimento em Gestão Ambiental Sustentável no valor de US$ 1,3 bilhão, em 2008. Isso teria levado a mudanças estruturais dentro do banco para desenvolver sua área ambiental. Ver TAUTZ, C.; SISTON, F.; LOPES PINTO, J. R.; BADIN, L. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. IN: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico: 2003-2010.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 283

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

US$ 11,4 bilhões e a Cooperação Andina de Fomento (CAF) US$ 4,6 bilhões[29]. Os fundos do BNDES são públicos, provindos do Tesouro Nacional, de impostos e contribuições públicas, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador. O Banco, porém, também capta recursos no mercado externo, bancos estrangeiros, além de agências de fomento de outros países, e multilaterais, como o próprio Banco Mundial[30].

Podemos afirmar que, no âmbito da gestão de Lula (2002-2010), o Banco passou por dois momentos fundamentais de internacionalização. O primeiro foi a criação, a partir de 2003, da linha de crédito específica para internacionalização das empresas brasileiras. O BNDES alterou seu estatuto e passou a apoiar empresas de capital brasileiro com projetos no exterior, desde que estas contribuam para o "desenvolvimento social e econômico do país"[31]. A discussão que leva a essa mudança de atuação baseia-se na já mencionada "necessidade" imposta pela globalização de melhorar a competitividade das firmas nacionais via acesso a recursos e mercados[32]. Alem/Cavalcanti argumentam que o investimento no exterior "transborda para trás", levando junto outras empresas prestadoras de serviço. Os autores estabelecem a relação entre desenvolvimento nacional e internacionalização das empresas: "em uma economia globalizada, a competitividade das firmas nacionais em mercados estrangeiros torna-se crescentemente importante para a performance do país como um todo. (...) Sem firmas competitivas internacionalmente, um país não

[29] Dados obtidos em "BNDES assina acordo com bancos de desenvolvimento dos BRICS", nota 14 de abril de 2011 em www.bndes.gov.br

[30] Segundo matérias do jornal Valor Econômico, outras captações internacionais recorrentes são a emissão de título de dívida e bônus no mercado global (que gerou, em 2010, US$1 bilhão) e a captação junto a agências estrangeiras como, por exemplo, a agência multilateral dos países nórdicos (NIB), através da qual conseguiu US$60 milhões, e o Japan Bank for International Cooperation, junto ao qual captou US$300 milhões, em 2010. O Banco Europeu de Investimentos (BEI) é outro importante emprestador, destinando 500 milhões de Euros em 2010 ao BNDES, para que esse repassasse a grupos europeus atuando no Brasil, como o Energias do Brasil, ArcelorMital e Comgás. Em 2011, o BNDES fechou o primeiro empréstimo com um banco privado desde 2000, o japonês Bank of Tokyo-Mitsubishi, no valor de US$ 300 milhões, Ver DURAO, V. S. BNDES quer financiar direto no exterior. **Valor Econômico,** 8-9-10 de janeiro de 2010; LUCCHESI, C. P. BEI planeja realizar empréstimos em reais no país pela primeira vez. **Valor Econômico**, 15 de março de 2010; MOREIRA, A. BEI mira o Brasil e empresa 500 milhões ao BNDES, **Valor Econômico**, 17 de fevereiro de 2010; GOES, F. BNDES troca emissões de bônus por empréstimos. **Valor Econômico**, 6 de outubro de 2011

[31] Artigo 9°, II, Estatuto Social do BNDES. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/Legislacao/estatuto_bndes.html

[32] ALEM, A. C. ; CAVALCANTI, C. E. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras. *Revista do BNDES*, v. 12, n. 24, dezembro 2005

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

pode melhorar a sua performance econômica"[33]. As contrapartidas ao aumento da competitividade dessas firmas seriam o aumento das exportações, a transferência de tecnologia e a repatriação de divisas[34]. Nesse sentido, no marco conceitual do Banco exposto por esses autores, interesses públicos e privados se unem: a necessidade de apoio às empresas é justificada pelos ganhos gerados para o país como um todo, e não somente para as próprias empresas.

O segundo momento foi a abertura de um escritório e uma subsidiária no exterior. A subsidiária BNDES *Limited*, aberta em Londres em novembro de 2009, é uma empresa de investimento com a finalidade de participação acionária em outras empresas. Ela também tem a função de captar recursos no mercado e nas agências financeiras, podendo, com isso, emprestar às empresas brasileiras diretamente do exterior, sem que esses recursos sejam repatriados ao Brasil. Ademais, a subsidiária serve como observador do mercado global e fornecedor de informações às empresas[35]. Além de Londres, o Banco abriu, em agosto do mesmo ano, um escritório no Uruguai, onde se situa a sede política do Mercosul, com o objetivo de aportar recursos diretamente nos projetos de integração regional. Segundo o vice-presidente do BNDES, João Carlos Ferraz, o processo de internacionalização do próprio banco é um movimento político por um lado, e econômico-financeiro por outro. Do ponto de vista financeiro, o banco teria vantagens em construir uma curva de juros de longo prazo para lançar ativos. Segundo Ferraz, é preciso estar presente permanentemente no mercado internacional para ser avaliado e ter um *rating*, aumentando assim o preço dos títulos do BNDES. A subsidiária de Londres é, desse modo, necessária para captação e também para oferecer melhores condições de relacionamento com outros atores financeiros. Do ponto de vista político, segundo Ferraz, interessa ao governo projetar as vantagens de os países terem um banco de desenvolvimento forte. O

[33] Ibid., p. 56
[34] Ibid., p. 69
[35] Empresários como o presidente da Vale, do Bradesco e da Bolsa de Valores de São Paulo participaram da inauguração da subsidiária do Banco em Londres. DURAO, V. S. BNDES quer financiar direto no exterior. **Valor Econômico**, 8-9-10 de janeiro de 2010; LAMUCCI, S. Para BNDES, momento é bom para aquisições no exterior. **Valor Econômico**, 5 de novembro de 2009; "Sistema BNDES" em www.bndes.gov.br

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

BNDES serviria como um modelo de banco desse tipo para outros países. Apesar desses objetivos, a filial em Londres não está, até o momento, operacional[36].

O Banco deu outros passos internacionais como, por exemplo, o fechamento de acordos de cooperação e parceria com outros bancos de desenvolvimento. Segundo Ferraz, essas parcerias são oportunidades para o Banco se fortalecer junto a outros bancos primos. Recentemente, na cúpula dos países BRICS em Sanya, em 2011, o BNDES fechou um acordo de cooperação com os bancos de desenvolvimento e Exim da China, Índia e Rússia. O acordo prevê a facilitação de transações e projetos em comum, fortalecimento das relações comerciais e econômicas, a composição de um arcabouço que possa prover financiamento e serviços bancários a projetos de investimento de interesse comum, assim como a possibilidade de criação de uma entidade interbancária no futuro. As partes se comprometeram a trocar informações sobre projetos de interesse compartilhado nas áreas de infraestrutura, energia, indústrias-chave, indústrias tecnológicas e setores exportadores, desenvolvendo mecanismos de apoio à internacionalização de empresas[37]. Em 2004, o BNDES já havia fechado um acordo com o banco estatal chinês CTIC, com o objetivo de investir em projetos de infraestrutura ferroviária e portuária na América do Sul para escoamento de produtos brasileiros pelo Pacífico[38]. Outros exemplos são o acordo de cooperação com o Exim Bank dos EUA, com o objetivo de promover investimentos e projetos de interesse de empresas brasileiras e estadunidenses, comprometendo-se a trocar informações e realizar encontros com o fim de identificar programas e setores de negócios[39]; com o Japan Institute for Overseas Investiment (JOI), o BNDES

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[36] Entrevista com João Paulo Ferraz em 10 de novembro em 2011 no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

[37] Memorandum on Cooperation among Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES and China Development Bank Corportion and Export - Import Bank of India and State Corporation Bank for Development and Foreign Economic Affairs (Venesheconombank), 15 de abril de 2011. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-por-altas-autoridades/memorando-on-cooperation-among-development-banks-of-bric-countries/at_download/file

[38] Segundo divulgado na imprensa, o banco chinês teria US$ 100 bilhões para investimentos fora da China. Os projetos de infraestrutura com investimento do CTIC e do BNDES estão no marco do projeto de integração física na América do Sul, sobre o qual discorreremos mais a frente. Ver MALTA, C. China é um shopping para realização de bons negócios, diz Lula. **Valor Econômico**, 25 de maio de 2004

[39] "BNDES e Ex-Im Bank dos EUA assinam acordo de cooperação", nota BNDES, 28/06/2010. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/financas/20100628_ex_im_bank.html

divulgou um memorando de entendimento com a intenção de ampliar a cooperação para as áreas de tecnologia de informação e indústria automobilística, além do setor de recursos naturais[40]; já com a Corporación de Fomento de la Producción (Corfo) do Chile, o banco assinou um memorando de entendimento para cooperação técnica, objetivando desenvolver instrumentos comuns para a implementação de políticas de apoio à inovação, fortalecimento de pequenas e médias empresas e o incremento dos investimentos brasileiros no Chile[41]. O BNDES também criou junto com o governo brasileiro, em 2010, uma agência de crédito à exportação como subsidiária integral do banco (EXIM Brasil), visando a centralizar e ampliar o apoio governamental ao setor exportador. Juntamente com essa agência, o Banco tornou-se administrador do Fundo Garantidor de Comércio Exterior (FGCE), responsável por prestar garantia às operações do EXIM Brasil[42].

Esses são apenas alguns exemplos, que não esgotam os diferentes passos dados pelo banco no sentido da internacionalização crescente de suas atividades e o alinhamento de seu perfil com outros bancos de desenvolvimento e apoio à exportação e ao investimento externo. No que tange a este último, segundo Ferraz, os projetos das empresas podem ser direcionados a três diferentes áreas do banco, a AEX (exportação de bens e serviços), a AINT (responsável pelo apoio às empresas, operações de títulos e relações institucionais no exterior) e as áreas operacionais, que podem apoiar empresas em processos menores e mais pontuais de internacionalização[43]. De acordo com o divulgado na revista "Multinacionais Brasileiras", do Valor Econômico, de 2005 até julho de 2011, o BNDES já proveu R$

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[40] "BNDES assina memorando com o JOI, entidade japonesa de promoção do investimento externo", nota BNDES, 21/07/2010. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/institucional/20100721_japao.html

[41] "BNDES e Corfo, do Chile, ampliam cooperação técnica", nota BNDES, 25/08/2008. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2008/20080825_not139_08.html

[42] Segundo noticiou o próprio Banco, a agência EXIM deverá "robustecer as vendas externas brasileiras, ampliando as oportunidades de acesso ao mercado internacional para produtos e serviços de alto valor agregado, fabricados e originados em nosso país". O Banco será responsável pela análise de risco das operações da EXIM de forma segregada do FGCE. O fundo, por sua vez, teria um patrimônio inicial de R$ 2 bilhões, sendo de natureza privada, não ficando submetido ao contingenciamento orçamentário. As notícias sobre o fundo não deixam claro, entretanto, o que significa ser uma entidade de natureza "privada" e como isso será operacionalizado pelo agente público. "Governo cria EXIM Brasil como subsidiária do BNDES", nota BNDES, 05/05/2010. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/todas/20100505_Exim_Brasil.html

[43] Entrevista João Carlos Ferraz, loc.cit.

12,7 bilhões em projetos de internacionalização, que envolvem aquisições, *joint ventures*, projetos novos (*greenfield*) e expansões. Nesse período, 18 empresas foram contempladas em 23 operações encaixadas nos critérios do Banco[44]. Seriam atendidas as demandas nacionais por projetos de inserção internacional, sem priorizar setores. Para a obtenção do crédito, elas devem apresentar uma gestão estruturada, e demonstrar que o projeto internacional gera vantagens para o país, como a transferência de tecnologia[45]. Os pedidos são analisados individualmente, e não há divulgação pública sobre os critérios específicos, os termos e os valores dos projetos financiados. Segundo uma amostragem interna do Banco, entre 140 empresas de 23 segmentos, os setores mais apoiados foram o de alimentos (16 empresas), veículos (13 empresas) e construção (10 empresas)[46].

O primeiro grande empréstimo desse programa foi de US$ 80 milhões ao frigorífico Friboi, para a compra de 85% da principal empresa de carne bovina na Argentina, a americana Swift Armour; dois anos depois, a holding do Banco para participação acionária, o BNDESPar, concedeu um novo empréstimo de R$ 4,5 bilhões ao conglomerado JBS-Friboi para a compra da Swift&Co. e Pilgrim's Pride Corp nos EUA, tornando a empresa, hoje, uma das mais internacionalizadas. Em 2008, o BNDESPar detinha 20% das ações da JBS-Friboi, passando, no último ano, para 35%, como forma de eliminar dívidas e debêntures, o que exemplifica, de forma categórica, um caso de mescla entre capital privado e estatal[47]. Outros exemplos recentes de financiamento de projetos internacionais pelo BNDES é a compra de uma fábrica na Índia pela WEG (aporte de R$ 65,4 milhões do banco) e diferentes aquisições da Eurofarma na América do Sul, nos anos de 2009 e 2010[48].

O Banco se tornou um ator da política externa brasileira, na medida em que é atualmente um dos principais financiadores da integração de infraestrutura sul-

[44] VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras** 2011, loc.cit., p. 18.
[45] Ibid., p. 19
[46] A amostragem considerou empresas com atividade fora do país que entre 2000 e 2010 tomaram ao menos R$ 10 milhões em empréstimos do banco para programas de internacionalização e/ou exportação. Ver ibid., p. 20
[47] SENNES; MENDES, loc.cit., p. 168; VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais brasileiras** 2008; e ALEM; CAVALCANTI, loc.cit.; VALENTI, G. BNDES terá 35% da JBS após trocar debêntures. **Valor Econômico**, 19 de maio de 2011; PRADA, P. Combate à inflação ressalta papel do BNDES na economia, Wall Street Journal Americas, em **Valor Econômico**, 13 de junho de 2011. O caso levou a Justiça Brasileira a abrir inquérito de investigação (ROSAS, R. Ministério Público abre inquérito sobre BNDES e JBS. **O Globo**, 15 de fevereiro de 2011)
[48] VALOR ECONOMICO. **Revista Multinacionais Brasileiras** 2011, p. 19

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

americana, conduzida, em boa medida, pelos conglomerados de engenharia e construção com sede no Brasil. O enfoque do Banco na integração da infraestrutura envolve a coordenação com outras instâncias governamentais, principalmente o Ministério de Relações Exteriores[49]. No plano doméstico, o BNDES é o principal financiador do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que integra a Iniciativa de Integração de Infraestrutura para a América do Sul (IIRSA). Lançada no ano 2000, a IIRSA é composta por projetos nas áreas de transporte, energia e telecomunicações, que abrangem doze países e divide a América do Sul em dez grandes eixos. Esses são pensados a partir da integração entre cadeias produtivas e do aumento do fluxo comercial regional, com a finalidade de convergir com o circuito de troca mundiais, de modo a facilitar o escoamento das exportação para os mercados dos EUA, Europa e Ásia- Pacífico.

Em 2003, durante a gestão de Carlos Lessa, o Banco criou um Departamento de Integração da América do Sul, ligado à área de comércio exterior[50]. As aprovações iniciais de créditos foram de US$ 600 milhões para a Bolívia, US$ 1 bilhão para obras de empresas brasileiras na Venezuela e, no marco da ajuda à Argentina na recuperação da crise de 2001/2, a criação de um fundo de US$ 1 bilhão para apoio ao comércio bilateral Brasil-Argentina em 2003, figurando, por primeira vez, o apoio do Banco à exportação de outro país[51]. Esse fundo também foi utilizado para operações e obras de empresas brasileiras na Argentina, como a construção de um gasoduto pela Petrobras[52]. O financiamento às obras de infraestrutura por empresas brasileiras na América do Sul exigiu a extensão do apoio à exportação para incluir o setor de serviços e certa flexibilização das operações do Convênio de Crédito Recíproco (CCR), de modo que os contratos fechados com países vizinhos passassem a garantir

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[49] ALEM; CAVALCANTI, loc.cit., p. 71. De acordo com o Ministério de Relações Exteriores, além do BNDES, participam das atividades para promoção do comércio e investimentos o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MiDIC), Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Banco do Brasil/Proex, Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) e Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Ver Ministério de Relações Exteriores (MRE). **Balanço da Política Externa 2003-2010**. Disponível em www.itamaraty.gov.br (acesso janeiro de 2011).

[50] HOLLANDA, D. BNDES cria departamento para apoiar integração sul-americana. **Valor Econômico**, 8 de agosto de 2003

[51] Id. Fundos do BNDES também cobrirá projetos de infraestrutura na Argentina. **Valor Econômico**, 6 de maio de 2003

[52] VALOR ECONOMICO. Petrobras usará recursos do BNDES e fundo argentino em novo gasoduto., 22 de setembro de 2004

que os seus bancos centrais também cobrissem os riscos das exportações de bens e serviços para realização das obras[53].

Segundo o Ministério de Relações Exteriores, apesar da contribuição financeira do BID, CAF e Fonplata para a elaboração dos projetos da IIRSA, a maior parte dos resultados obtidos no desenvolvimento da infraestrutura regional em termos de obras executadas podem ser atribuídos ao BNDES e ao Banco do Brasil-Proex, por meio de seus programas de financiamento à exportação. O Brasil aprovou, entre 2003 e 2010, mais de US$ 10 bilhões em financiamento de obras na região[54]. Em 2010, o valor dos desembolsos foi de US$ 687 milhões. Para 2011 foram projetados US$ 870 milhões e para 2012, US$ 1 bilhão[55].

Os grandes conglomerados de engenharia e construção, assim como alguns grandes fornecedores de manufaturas, são os principais beneficiados com os créditos públicos direcionados às obras. Nos últimos dez anos, o financiamento de obras

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[53]De acordo com o divulgado no jornal Valor Econômico, essas mudanças não foram simples e tiveram que ser introduzidas de forma gradual, mostrando um certo descompasso entre as mudanças na política externa, que exigiam um rápido apoio e financiamento de projetos de integração regional, e os procedimentos necessários no BNDES para exportação de capital. Apesar de nunca ter havido uma situação em que o CCR tenha sido efetivamente utilizado, esse mecanismo figurou como garantia nos casos de financiamento para: a Venezuela, um montante de US$ 121 milhões para exportação de equipamentos para a hidrelétrica La Vueltosa, US$ 78 milhões para financiar as obras da Odebrecht para a linha 3 do metrô de Caracas e US$ 20 milhões para a venda de colheitadeiras pela Cotia Trading ao país (nos anos anteriores já haviam sido liberados US$ 50 milhões de um total de US$ 77 milhões aprovados em 2001 para a linha 4 do metrô de Caracas); para a Argentina, em 2005, quando o governo Kirchner negociou com o governo brasileiro a aprovação de US$ 237 milhões do BNDES para financiar bens e serviços de engenharia em dois gasodutos (um deles com o empréstimo de US$ 200 milhões operado pela Petrobras), além da exportação de tubos da Confab e serviços da construtora Odebrecht na área de energia; e para o Equador, o CCR também garantiu o contrato de empréstimo de US$ 50 milhões para obras do aeroporto de Tena (Odebrecht), além de US$ 150 milhões do empréstimo de US$ 243 milhões, aprovado em 2000, para construção da hidrelétrica San Francisco. No caso da Bolívia, segundo o jornal, o BNDES relutou em emprestar por não atender aos requisitos mínimos de garantia. O país andino acabou recebendo cerca de US$ 25 milhões entre 2005 e o início de junho de 2006, do Proex-Financiamento, administrado pelo Banco do Brasil. Ver LEO, S. Brasil estuda apoio a sócios menores do Mercosul, **Valor Econômico**, 19 de junho de 2006 e AGENCIA BRASIL. BNDES poderá financiar novos projetos na América do Sul, diz Mantega. **Valor Econômico**, 24 de fevereiro de 2005.

[54] Segundo o MRE, a concessão de crédito a projetos de infraestrutura é fundamentada em arcabouço técnico-jurídico no âmbito de atuação dos seguintes órgãos: Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, por meio do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE). Ver Ministério de Relações Exteriores, loc.cit., sessão América do Sul, Infraestrutura.

[55] REUTERS. BNDES acelera desembolsos para obras na América Latina. 27 de setembro de 2011, disponível em http://economia.terra.com.br (acesso setembro de 2011)

regionais com recursos do BNDES repassados às empreiteiras aumentou 1.185%[56]. Nas palavras do MRE, "no tocante aos projetos de infraestrutura regional que contam com linhas de financiamento público, do BNDES e do PROEX, sua execução está a cargo de grandes construtoras brasileiras como Norberto Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e OAS. Entre as empresas fornecedoras de máquinas, equipamentos e materiais de transporte para os países da região, podem-se citar a Embraer, Alstom, Confab e Mercedes-Benz do Brasil"[57]. O Ministério relata as obras concedidas aos grandes grupos com financiamento público brasileiro: na Argentina, a construção e ampliação da rede de gasodutos com aprox. US$ 1,9 bilhão (pela Odebrecht e Confab), o aqueduto do Chaco com US$ 180 milhões (empresas CNO, Techint, OAS e ISOLUX), assim como a exportação de 20 Aeronaves EMB 190 para Austral/Aerolineas, com US$ 646 milhões (Embraer); na Bolívia, a rodovia San Ignacio de Moxos-Villa Tunari com US$ 332 milhões (OAS), o Projeto Hacia el Norte - Rurrenabaque-El-Chorro com US$ 199 milhões e a Rodovia Tarija- Bermejo com US$ 179 milhões (Queiroz Galvão); no Chile, ampliação do metrô de Santiago com US$ 209 milhões (Alstom) e apoio ao Projeto Transantiago com aprox. US$ 350 milhões (exportação de ônibus Mercedes-Benz); na Colômbia, a exportação de 127 ônibus para transporte coletivo urbano com US$ 26,8 milhões (San Marino); na Guiana, a construção da ponte sobre o rio Tacutu com US$ 17,1 milhões; no Paraguai, a construção da segunda ponte sobre o rio Paraná com US$ 200 milhões; no Peru, a Ponte Assis Brasil-Iñapari com US$ 17,1 milhões; no Uruguai, a Rede de Distribuição de Gás de Montevidéu com US$ 7 milhões (OAS); na Venezuela, a construção e ampliação do Metrô de Caracas, com aprox. US$ 943 milhões (Odebrecht) e a construção da Hidrelétrica La Vueltosa com US$ 121 milhões (Alstom)[58]. Soma-se a isso a construção de grandes usinas hidrelétricas no Peru, Venezuela, Equador, Colômbia e na República Dominicana pelas empresas Odebrecht, Camargo Correa e OAS[59]. De acordo com um representante da empresa Andrade Gutierrez, as relações internacionais do Brasil promovem empresas

[56] MELLO, P.C. Presença de empreiteiras se multiplica no exterior, **Folha de São Paulo,** 18 de setembro de 2011
[57] Ministério de Relações Exteriores, loc.cit., sessão 1.1.6 América do Sul, Infraestrutura
[58] Ibid.
[59] SENNES; MENDES, loc. cit., p. 168; VALOR ECONOMICO, **Revista Multinacionais Brasileiras,** setembro de 2010 e setembro de 2011, p. 33-34; RODRIGUES, E. Brasil faz obras nos vizinhos temendo a China, **Folha de São Paulo**, 27 de setembro de 2009

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

brasileiras "mostrando-as como dedicadas e competentes"[60], explicitando o entrelaçamento entre atores públicos e privados.

Já a América Central e Caribe são, segundo o Ministério, espaços de grandes obras "com a concessão de créditos a empresas brasileiras que participam de projetos na região" com financiamento que chegou a US$ 2,8 bilhões[61]. As principais obras envolvendo financiamento público para empresas brasileiras foram: em Cuba, o Porto de Mariel em 2009, com financiamento brasileiro de US$ 680 milhões (construtora Odebrecht); em El Salvador foi assinada uma Carta de Intenções entre o BNDES e o Banco Multisectorial de Inversiones (BMI) do país, para a renovação da frota de micro-ônibus e ônibus, envolvendo o financiamento de até US$ 300 milhões, além de um financiamento à exportação de US$ 108 milhões para quatro aeronaves EMBRAER; para Guatemala, foi concedido um financiamento do BNDES no valor de US$ 448,7 milhões para o novo sistema de transporte coletivo[62], que utilizará equipamentos e 3.150 ônibus fornecidos por um consórcio de empresas brasileiras, além do financiamento à exportação da ordem de US$ 117,5 milhões para seis aeronaves Super Tucano; no México, o projeto de aproveitamento dos recursos hídricos do estado de Michoacán, com financiamento de US$ 394,2 milhões do BNDES, com curso no CCR da Aladi; na Nicarágua, a usina hidrelétrica de Tumarín, com financiamento do BNDES aprovado, em março de 2010, de US$ 342 milhões (consórcio Eletrobrás e Queiroz Galvão); na República Dominicana, o Brasil aprovou, desde 2003, quase US$ 1 bilhão em financiamentos públicos com curso no CCR, como as Hidrelétricas de Pinalito, Palomino e Las Placetas, além do financiamento de US$ 52 milhões do BNDES para exportações de bens e serviços brasileiros para as obras do Corredor Viário Duarte (Odebrecht) e, por fim, a concessão de créditos do BNDES no valor de US$ 92 milhões para a exportação de nove aeronaves EMB-314 (Super Tucano) e pacote logístico, e US$ 46 milhões para exportação de 300 ônibus urbanos, pela Mercedes-Benz[63].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[60] VALOR, Revista Multinacionais Brasileiras 2011, p. 34

[61] Ministério de Relações Exteriores, loc. cit., Resumo Executivo, p. 23

[62] Segundo o MRE, "a cerimônia de inauguração contou com a presença do Presidente da Guatemala, Álvaro Colom, que agradeceu ao Brasil e, especificamente, ao Sr. Presidente da República a colaboração determinante para o êxito da iniciativa de implantação do sistema". Ministério de Relações Exteriores, loc.cit., sessão 1.2.4 América Central e Caribe. Infraestrutura e Transporte.

[63] Para a República Dominicana foi aprovada, no âmbito do COFIG, a eliminação do limite de concessão de crédito a financiamentos de projetos, possibilitando ao país pleitear novos financiamentos junto ao BNDES para projetos de infraestrutura, utilizando o CCR como garantia. Todos os exemplos

O mesmo modelo é reproduzido na África. Segundo o MRE, não confere novidade o investimentos de empresas brasileiras em infraestrutura no continente africano, contudo hoje há maior auxílio para a promoção comercial. A concessão de créditos do BNDES para projetos na África chegou a US$ 766 milhões em 2009, representando 36% dos desembolsos do Banco em financiamento internacional[64]. Ele aporta recursos em projetos de infraestrutura em Angola (infraestrutura urbana e rural, tratamento de esgoto, geração e distribuição de energia, aeroporto), Gana, Moçambique (porto e aeroporto) e África do Sul (transporte urbano)[65]. O Ministério cita alguns exemplos de financiamento público para empresas e conglomerados atuantes em obras de infraestrutura na África: crédito de US$ 3,5 bilhões para obras do projeto de reconstrução nacional do governo angolano, executadas pelas quatro maiores construtoras brasileiras instaladas em Angola; mecanismo de financiamento no valor de US$ 80 milhões pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) e pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) para o projeto do Aeroporto de Nacala, em Moçambique; financiamento do BNDES para as empresas Odebrecht e Andrade Gutierrez para a construção do Corredor Rodoviário Oriental de Gana, orçado em mais de US$ 200 milhões; construção da base no porto de Mtwara, região sul da Tanzânia, em parceria da Petrobras com a petroleira Ophir; crédito de US$ 8,5 milhões para a construtora Andrade Gutierrez realizar Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental para o projeto da barragem de Moamba Major, em Moçambique[66]. Na medida em que não há garantias nas relações com os países africanos, como ocorre com o CCR na América Latina, o governo brasileiro estuda a aplicação outras medidas, por exemplo, o uso de commodities e matérias primas como garantia de crédito para a exportação de bens e serviços. A chamada "conta-petróleo" já é usada no crédito para reconstrução de Angola e estaria sendo estudada, também para Gana[67].

Observamos que a atuação do Banco no apoio a empresas brasileiras conjuga com a estratégia mais ampla do governo brasileiro de expandir e aprofundar as

---

foram extraídos do Ministério de Relações Exteriores, loc.cit.

[64] LEO, S. País elabora estratégia para se tornar mais competitivo na África**, Valor Econômico**, 8 de novembro de 2011

[65] Slides de apresentação por FOLDERS, Sérgio:. "The financing of Brazilian companies in Africa. The role of BNDES", Seminário CEBRI, São Paulo, 12 de agosto de 2010

[66] Ministério das Relações Exteriores, loc.cit., sessão 2.2.13 África. Infraestrutura.

[67] LEO, S. País elabora estratégia para se tornar mais competitivo na África, loc.cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

relações com outros países do Sul. Segundo o vice-presidente do Banco, Ferraz, "não há nenhum caso de algum país que queira ocupar um espaço no concerto internacional que não tenha empresas poderosas", sendo parte do processo do capitalismo e da própria evolução do país. A internacionalização viria depois da ocupação do espaço doméstico, havendo, com isso, maior probabilidade de internacionalização das empresas competitivas no plano interno. Essas seriam precisamente as construtoras e as empresas do setor de commodities, que seriam "as joias" do capitalismo brasileiro. Esses setores mais competitivos têm, segundo Ferraz, maior capacidade de apresentar um bom projeto ao Banco[68]. Evidencia-se, entretanto, o risco de uma relativa priorização de alguns grandes grupos, que não representam necessariamente setores inovadores, contradizendo a argumentação do Banco sobre as vantagens da internacionalização das firmas para a economia brasileira como um todo, através da transferência de tecnologia e *know-how* adquiridos fora do Brasil. O maior empréstimo já feito a um frigorífico, o Bertin, de R$2,5 bilhões, foi superior ao orçamento dos fundos setoriais criados, em 1999, pelo governo para financiar pesquisa, desenvolvimento e inovação em setores como biotecnologia, aeronáutica e energia. Em 2007, 60% dos empréstimos do BNDES foram direcionados para áreas de baixa ou baixa/media tecnologia[69]. De 2003 a 2009, os empréstimos a setores intensivos em natureza (indústria de transformação, agropecuária, extrativa) totalizaram 27%, bem acima dos setores intensivos em trabalho, ciência e de escala, que totalizaram respectivamente 2%, 11% e 13%[70].

A concentração de capital, decorrente do direcionamento de grande volume de recursos públicos do Banco a determinados setores e grupos econômicos, pode resultar em tensões entre empresas de um mesmo setor ou entre diferentes setores, que disputam, sob uma lógica de acumulação no mercado, as vantagens da distribuição de recursos públicos. Conforme já mencionado no capítulo anterior, houve uma aceleração de fusões e aquisições em decorrência da crise econômica mundial iniciada em 2008. O ano de 2010 apresentou um recorde de mais de 700 operações de fusões e aquisições de empresas brasileiras[71]. Alguns dos principais

[68] Entrevista com João Carlos Ferraz, loc.cit.
[69] HERNANDES, R. Nossas campeãs mundiais. **Revista Retrato do Brasil**, nº 30, janeiro, 2010, p.10
[70] TAUTZ, et. al., loc.cit., p. 265
[71] O número de fusões apresentou variações significativas no decorrer da crise. Em 2007, o número de operações foi de 699, caindo para 663 em 2008 e 454 em 2009, subindo para mais de 700 em 2010, e registrando 379 no primeiro semestre de 2011, sendo 175 entre empresas brasileiras. REUTERS.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

financiamentos do BNDES a essas operações foram: R$6 bilhões ao grupo JBS para aquisições no Brasil e no exterior, tornando-a a maior produtora de carne do mundo; R$2,4 bilhões para a Votorantim Celulose adquirir a Aracruz Celulose, resultando também em uma das maiores produtoras de celulose, a Fibria; mais de R$1,5 bilhão para a fusão da Sadia com a Perdigão, tornando o grupo Brasil Foods o maior exportador mundial de frango[72]; R$7,6 bilhões para a operadora de telefonia Oi, controlada pela Andrade Gutierrez e pelo grupo La Fonte, criando o grande conglomerado na área de telecomunicações, a Brasil Telecom-Oi; R$29 bilhões para a Petrobras, rompendo uma regra do sistema financeiro, segundo a qual o Banco poderia emprestar até R$13 bilhões para empresas de um mesmo conglomerado[73] (anteriormente, a Vale havia recebido o maior empréstimo já concedido pelo Banco a uma única empresa, R$ 7,3 bilhões); por fim, o BNDES criou linhas de financiamento específicas para os setores de software nacional e para a indústria farmacêutica, fomentando planos de fusões e aquisições nesses setores, como a aquisição da Biosintética pela Aché, e da Logocenter pela Microsiga, adquirindo 16% em ações dessa última[74]. Além disso, entre 2008 e 2010, o BNDES recebeu R$ 180 bilhões do Tesouro Nacional como forma de o governo estimular a economia e evitar uma recessão e retração do crescimento devido à crise econômica mundial. O Banco concedeu entre R$115 e 168 bilhões aos maiores grupos econômicos do Brasil, somando entre 57% e 72% dos empréstimos, segundo diferentes fontes[75].

Esses exemplos de concentração em certos setores e grupos econômicos não se dão somente via empréstimos, mas também por meio de participação acionária direta do Banco, através da atuação de sua holding, BNDESPar, que realiza operações

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Fusões batem recorde, diz KPMG. **Valor Econômico**, 23 de dezembro de 2010; BASILE, J. Cade prevê volume recorde de fusões em 2010. **Valor Econômico**, 30 de julho de 2010; MALTA, C. Brasil deve bater recorde em fusões e aquisições. **Valor Econômico**, 6 de outubro de 2011.

[72] PRADA, P. Combate à inflação ressalta papel do BNDES na economia, **Wall Street Journal Americas**, em **Valor Econômico**, 13 de junho de 2011

[73] BALTHAZAR, R. Doze grupos ficam com 57% de repasses do BNDES. **Folha de São Paulo**, 08 de agosto 2010

[74] SENNES; MENDES, loc.cit., p. 169.

[75] De acordo com o jornal Folha de São Paulo, de 2008 até junho de 2010, doze grandes grupos privados receberam 57% dos 168 bilhões até então desembolsados. Já o Valor Econômico divulga que, entre 2009 e junho de 2010 foram desembolsados 115,84 bilhões, dos quais 83,45 bilhões foram destinados a empresas de grande porte, equivalentes a 72% do total. Como os juros pagos pelas empresas ao Banco são inferiores ao que paga o Tesouro Nacional no mercado (aprox. 7% frente a cerca de 11% da Selic), as empresas acabam sendo subsidiadas com recursos públicos. Ver BALTHAZER, R. Doze grupos ficam com 57% de repasses do BNDES. loc.cit.; CAMPOS, J. R. Grandes grupos detêm 72% do crédito bancado pelo Tesouro. **Valor Econômico**, 12 de agosto de 2010.

visando à capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados[76]. A participação acionária do BNDESPar em empresas com sede no país tornou-se um meio (além do financiamento direto) para aquisições no exterior, uma vez que essas empresas se fortalecem no mercado nacional, podendo, então, expandir para fora[77]. Em 2009, o BNDESPar detinha participação em 22 multinacionais com sede no Brasil, e investimentos que totalizavam R$ 92,8 bilhões, correspondentes a 4% da capitalização total do mercado acionário brasileiro[78]. Além dos casos de fusões acima citados, a participação do BNDES em empresas por ele financiadas também é consequência de dívidas e debêntures, que são pagas por meio de vendas de ações, como no já mencionado caso da JBS-Friboi, e também da Eletropaulo, entre outros[79].

A participação societária nas estruturas de controle de diversas empresas faz com que o BNDES (assim como os fundos de pensão das estatais) esteja no centro de diversas aglomerações corporativas, tornando-se, segundo Lazzarini, um "ator de ligação" que conecta essas aglomerações[80]. De acordo com esse autor, ao ser acionista da Vale e da Embraer, por exemplo, o BNDES (assim como o fundo de pensão Previ) conecta os demais acionistas das duas empresas entre si (e seus "pequenos mundos" corporativos), projetando conexões, laços, contatos e acesso privilegiado ao poder público, construindo, pois, um emaranhado de relações público-privadas entre os diferentes conglomerados e atores estatais. Nesse "capitalismo de laços", os próprios grandes grupos não são simples firmas, mas também atores de ligação, uma vez que seus proprietários têm investimentos em diversas empresas, projetando laços entre os donos. O "capitalismo de laços" se expressaria por conexões que se estabelecem entre grupos e dentro deles por meio dos mesmos proprietários, destacando-se como atores-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[76] O BNDESPar forma, junto com o BNDES Limited e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), o chamado Sistema BNDES, o grupo de três subsidiárias integrais do Banco. Ver http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/sistema_bndes.html

[77] VALOR ECONOMICO, Revista Multinacionais Brasileiras 2011, p. 19-20

[78] TAUTZ et.al., loc.cit., p. 261; LAZZARINI, Sérgio. **Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 50

[79] A Eletropaulo, controlada pelo consórcio Lightgas que, por sua vez, é controlado pela AES, recebeu US$ 1,2 bilhão do BNDES. Ao não pagar essa dívida, a empresa e o Banco fizeram um acordo de reestruturação societária, criando uma nova empresa (Brasiliana) na qual o Banco é sócio e tem um contrato de dívida potencialmente conversível em ações. Ver LAZZARINI, op.cit., p. 34

[80] Ibid., p. 8-9

chave de ligação as entidades estatais, especificamente o BNDES e os fundos de pensão de empresas estatais[81].

Lazzarini argumenta que os processos de privatizações, nos anos 1990, tornaram as redes de proprietários ainda mais complexas, formando inúmeros consórcios envolvendo múltiplos proprietários. Nos leilões de privatização surgiram consórcios mistos, envolvendo investidores privados e públicos e um grande volume de capital público provindo, em boa parte, do BNDES, que teve papel central na condução dos processos de venda das estatais[82]. Ligado a empresas privadas para a formação de consórcios, o BNDES acabou fortalecendo grandes grupos domésticos que, posteriormente, passaram a ter capital suficiente para participar de novas privatizações e concessões. O resultado foi, segundo o autor, a disseminação da participação estatal por meio de seus atores financeiros (fundos e BNDESPar) nas principais empresas no país, levando não a um "recuo" do Estado, mas sim ao aumento de seu papel e sua participação em empresas e no mercado.

Podemos identificar aqui duas posições críticas, situadas em lados opostos. Para autores de cunho liberal, como Lazzarini, o aumento do papel do Estado nas empresas como resultado paradoxal das privatizações leva a uma maior "ingerência" do governo nas decisões empresariais e a uma desigualdade de influência, acesso à informação privilegiada, aos recursos e à burocracia pública, propiciando relações clientelistas[83]. Em outras palavras, partindo dessa visão, as empresas estariam "capturadas" pela intervenção do governo, desconfigurando sua atuação como empresas privadas no livre mercado. Por sua vez, outra visão crítica ao aumento da participação do BNDES em empresas privadas parte do lado oposto: o Estado é "capturado" pelos grandes grupos e atores privados, fazendo-se mais presente na economia, porém não mais autônomo. Para Tautz et. al., durante o governo Lula, o BNDES aprofundou um padrão de acumulação do capitalismo brasileiro, já iniciado

[81] Ibid., p. 57-60
[82] Ibid., p. 30-1
[83] Para o autor, a participação estrangeira no Brasil não teria aumentado com as privatizações. Ao contrário, haveria um aumento de poder de influência dos atores locais, públicos e privados. A tentativa de colocar limites ao avanço de sócios estrangeiros nas empresas estratégicas teria levado a que "muitas vezes, o centro de poder está, justamente, na periferia" (Ibid., p. 13-14). O autor desconsidera, no entanto, a massiva entrada de capital estrangeiro, que não se restringe a participação acionária, mas se expande na listagem das grandes empresas em bolsas de valores estrangeiras e a captação de recursos e créditos em bancos estrangeiros.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

com as privatizações, que seria a formação e o fortalecimento de conglomerados privados, fomentados com recursos públicos. A maior atuação do Estado veio, assim, por meio do fortalecimento de grupos nacionais privados. No período pós-privatizações, o BNDESPar (assim como os fundos de pensão) garantiria a continuidade de transferência de recursos públicos, alavancando o capital das empresas privadas[84]. Segundo os autores, há um alinhamento do Estado à dinâmica e às demandas de grandes grupos empresariais, mantendo a posição do Brasil como exportador de primários e semielaborados no comércio internacional. Portanto, a maior presença estatal por meio da atuação do BNDES não se traduziu a um maior *controle público* da economia[85].

Entre essas duas posições está aquela do governo brasileiro durante a presidência de Lula. O fomento público à concentração de capital - tanto em setores de produtos primários de baixo valor agregado quanto naqueles com maior capacidade de inovação - é apresentada como parte da estratégia nacional de desenvolvimento, que visa à formação das "campeãs nacionais" com capacidade de competir globalmente. Segundo o presidente do Banco, Luciano Coutinho, "se o BNDES não apoiar as empresas nacionais, quem o fará?"[86]. Essa argumentação apresenta, entretanto, duas fragilidades. A primeira refere-se à sustentabilidade ou não de manter as bases "nacionais" desses grupos fomentados com recursos públicos. Tavares já apontava para a dificuldade de se definir a nacionalidade de uma empresa, podendo ser seu capital controlador, o país de sua sede ou o lugar em que se estabeleceu legalmente[87]. No que tange ao capital controlador, a imensa maioria das "campeãs nacionais" têm participação de capital estrangeiro, que pode variar de acordo com as transações globais dessas empresas. O Banco estabelece como critério a manutenção do controle nacional do capital durante o período de financiamento[88], o que não impede, como é constatado, que após a aquisição dos recursos, as empresas passem para controle estrangeiro. Exemplos emblemáticos da passagem de grupos nacionais e seus projetos para controle estrangeiro são o da Ambev, cuja fusão entre

[84] TAUTZ et. al., loc.cit., p. 250-1
[85] Ibid., p. 256
[86] JUNIOR, C. Coutinho defende a criação de grandes grupos nacionais, **Folha online**, 29 de abril de 2008; e SENNES; MENDES, loc. cit., p. 170.
[87] TAVARES, loc.cit., p. 20.
[88] Ibid., p. 39

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

duas grandes empresas brasileiras gerou o conglomerado de bebidas, com apoio de recursos públicos, tendo sido posteriormente comprado por outra empresa de capital belga, transferindo sua sede para o país europeu; o caso da usina de etanol Santa Elisa, também fortemente apoiada com recursos do BNDES, um pouco antes de ser comprada pela francesa LDC Dreyfuss; a associação da EBX com empresas de capital chinês e coreano, após conseguir aprovação de grandes volumes de crédito público para seus projetos; a venda da Alunorte e Almar para a norueguesa Norsk Hydro pela Vale[89].

A segunda fragilidade da argumentação é a própria vulnerabilidade dos setores financiados, como a mineração, pecuária, papel e celulose, usinas hidrelétricas, etanol, etc., em termos de seus impactos ambientais e sociais[90]. O Banco se depara, cada vez mais, com a contradição entre ser um ente público com função social, ao mesmo tempo em que fomenta, com gigantescos volumes, projetos com graves impactos sociais. No Brasil, um exemplo foi o financiamento à Usina São João, pertencente à empresa Brenco, que recebeu R$ 600 milhões em empréstimo, além de ter o BNDESPar como sócio. A Usina foi autuada pelo Ministério Público do Trabalho por manter 421 trabalhadores em situação análoga à escravidão, e entrou na "lista suja" do Ministério do Trabalho. O mesmo ocorreu com o frigorífico Bertin, financiado com R$2,5 bilhões e do qual o BNDESPar detém 27% em ações, que foi denunciado por manter gado em áreas ilegalmente desmatadas. Assim também, o grupo Alcoa, em Juriti, que recebeu empréstimo de R$500 milhões para exploração de bauxita em território com licença ambiental expirada e com diversos conflitos com a população local[91]. Outro exemplo é a *joint venture* da alemã ThyssenKrupp com a Vale, a TKCSA, que recebeu financiamento de R$ 1,5 bilhão, e que enfrenta a oposição de comunidades locais de pescadores e outros moradores, devido não só aos impactos ambientais na Baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro, como também ao elevado índice de poluição do ar, causando doenças na população que vive no entorno da siderúrgica. A empresa já sofreu dois processos por crime ambiental,

[89] Esses exemplos foram extraídos de TAUTZ et. al., loc.cit., p. 255
[90] Ver NOVOA, L. O Brasil e seu ´desbordamento´: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. IN: IRLS et.al. (org.), op.cit., p. 193-5.
[91] Exemplos relatados em TAUTZ et. al. , p. 280-3

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

instaurados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro[92]. O Banco demonstrou despreparo para lidar com esses desafios, não havendo critérios em seus financiamentos que prevejam tais situações.

Alguns projetos que envolvem conflitos também podem ser exemplificados nas grandes obras de infraestrutura na região sul-americana. Argumenta-se que a integração da infraestrutura regional da América do Sul, assim como a melhoria da infraestrutura, energia e transporte na África trazem benefícios para esses países. Na América do Sul, ela é parte da demanda por maior integração produtiva e energética, que se contrapõe à integração puramente comercial (ou o chamado "regionalismo aberto") dos anos 1990. A integração física é um elemento central da integração política entre os países sul-americanos, que naquele momento encontravam-se pressionados a negociar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) com os EUA. Entretanto, os *benefícios* da integração da infraestrutura, e os atores mais beneficiados por elas, geram também altos *custos*. Esses custos são os recorrentes impactos ambientais, a mobilização de mão de obra barata, que é submetida a condições precárias de trabalho[93], a formação de bolsões de miséria e focos de prostituição, além da cooptação de lideranças locais em troca de algumas compensações, de modo a legitimar dado projeto junto às comunidades[94] - enfim, a destruição de formas de vida tradicionais e a remoção de populações e comunidades que, até então, ocupavam e viviam de seu trabalho nos territórios, que são transformados para melhor atender aos interesses do projeto de desenvolvimento em curso. A relação custo-benefício é, portanto, desequilibrada, considerando a convergência de interesses entre Estado e capital, frente aos setores e grupos mais vulneráveis. O desenvolvimento, ora apresentado como "anti-hegemônico", autônomo

[92] MPRJ. Promotores do MPRJ denunciam Companhia Siderúrgica do Atlântico por crimes ambientais. Disponível em www.mprj.gov.br (acesso em 3 de dezembro de 2010).

[93] No início de 2011, uma revolta dos trabalhadores de uma das principais usinas hidrelétricas em construção, a usina de Jirau, em Rondônia na fronteira com a Bolívia, desencadeou a uma série de greves e revoltas de trabalhadores nas obras de usinas hidrelétricas, portos, estádios e outras grandes obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), revelando-se as precárias condições de trabalho e vida dentro e no entorno dos canteiros. Alguns conflitos foram mapeados nos jornais, como TAVARES; ALMEIDA; NOGUEIRA; BALBI. Com acordos, obras e usina e porto podem voltar, **O Globo**, 1 de abril de 2011, p. 23

[94] VERDUM, R. Obras de infraestrutura no contexto da integração Sul-Americana. IN: VERDUM et.al. (org.): **Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais**. Brasília: INESC, 2007, p. 17

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

e endógeno, torna-se um instrumento do próprio capitalismo para seu melhor funcionamento.

A IIRSA é, segundo Verdum, um espaço de inúmeras disputas e controvérsias, que envolvem os interesses econômicos, políticos, além das diferentes instituições e atores, que definem, priorizam e decidem sobre o que será financiado e quem serão os beneficiados com recursos públicos[95]. Para Novoa, a IIRSA não deve ser tratada somente como um conjunto de projetos físicos (necessários para a integração regional sul-americana). Ela cria, principalmente, novos marcos regulatórios para os setores de infraestrutura, novas formas de regulamentação social e ambiental, estabelecendo certo "nível admissível de reivindicação de direitos" por populações atingidas pelas grandes obras[96]. Conflitos sociais e ambientais, envolvendo obras e empreendimentos financiados pelo Banco, mostram que processos que almejam a *integração*, em muitos casos, levam também à *desintegração* das condições e formas prévias de vida, trabalho e produção de riqueza.

De fato, a lógica que orienta as políticas de desenvolvimento do Banco está voltada para o mercado, como aumento da competitividade, exportação e integração do país aos fluxos de capital internacional, desconsiderando, em grande parte, parâmetros sociais e ambientais para melhoria da vida das populações (brasileiras ou não) nos territórios de atuação de empresas brasileiras. Devido à não disponibilização pública dos projeto internacionais, com os termos, critérios e volumes dos empréstimos do BNDES[97], não se tem conhecimento sobre critérios socioambientais para o apoio à internacionalização dessas empresas, ainda que envolva o financiamento de obras de infraestrutura com riscos e custos para as populações socialmente vulneráveis. Tendo em vista que os recursos do BNDES são públicos, a falta de transparência é um fator de preocupação e reivindicação de algumas das principais organizações sociais brasileiras, que têm buscado uma reorientação dos financiamentos do Banco para fins sociais e públicos, ademais da co-responsabilidade

[95] Ibid., p. 26
[96] NOVOA, loc.cit., p. 200
[97] O Banco alega "sigilo bancário" para a não divulgação de informações sobre os financiamentos. A carteira de projetos no Brasil começou a ser divulgada com informações limitadas na página web do BNDES somente em 2008. Os projetos internacionais até hoje não são divulgados. Ver TAUTZ et.al., loc.cit., p. 276

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

do BNDES frente aos danos e impactos de projetos por ele financiados, não só no Brasil[98].

No plano internacional, um caso emblemático de conflito envolvendo o financiamento do BNDES refere-se ao empréstimo ao Equador para a construção da hidrelétrica de San Francisco pela empresa Odebrecht, conforme já relatado no capítulo anterior, que apresentou falhas graves, prejudicando comunidades e boa parte do fornecimento de energia no país. Já a Queiroz Galvão se viu obrigada a sair da Bolívia, acusada de graves fissuras na construção de uma estrada, deixando a obra para outra construtora brasileira, OAS, que, por sua vez, foi acusada de corrupção e fraude no processo de licenciamento[99]. Recentemente, o financiamento de US$ 332 milhões do BNDES à OAS, para a construção da rodovia San Ignacio de Moxos-Villa Tunari na Bolívia, gerou um dos mais sérios conflitos entre comunidades locais e o governo de Evo Morales. O planejamento da estrada passava por uma reserva indígena, o Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), onde vivem aproximadamente 12 mil pessoas de povos originários. Essas comunidades iniciaram uma marcha de protesto que paralisou as obras de construção da rodovia[100]. A marcha foi brutalmente reprimida pelo exército boliviano, com gravíssimas denúncias de violações de direitos humanos, como o assassinato e desaparecimento de pessoas, inclusive crianças, e a morte de um bebê de três meses por gás lacrimogêneo[101], gerando uma situação de tensão e crise em todo o país, entre movimentos sociais, sindicais, indígenas e o governo boliviano. O BNDES havia fechado o contrato com a empresa OAS para realização da obra, sem um estudo de impacto ambiental específico da área de reserva indígena[102], o que evidencia não somente a falta de critérios mais rígidos, mas também uma visão social mais ampla que possa prever e prevenir conflitos envolvendo empresas brasileiras, comunidades locais e o Banco.

[98] Essas entidades e organizações sociais se juntam em torno da chamada "Plataforma BNDES", que envolve redes, ONGs e Centrais Sindicais. Em 2009 foi organizado no Rio de Janeiro, sede do Banco, o I Encontro sul-americano de populações impactadas pelos projetos financiados pelo BNDES. Ver www.plataformabndes.org.br e Brasil de Fato – Edição Especial BNDES, ano 7, número 352, novembro de 2009.

[99] FOLHA ONLINE. Bolívia investiga projeto com financiamento do BNDES, 13/03/2009

[100] MURAKAWA, F. Índios declaram guerra a 'estrada brasileira' na Bolívia. **Valor Econômico**, 9 de agosto de 2011

[101] Ver as diferentes notas em www.fobomade.org.bo, e em www.bolpress.com; BOLPRESS. Brutal e inumana represión a la VIII Marcha Indígena, www.bolpress.com de 26 de setembro de 2011

[102] SANTOS, C. BNDES assinou contrato para obra na Bolívia sem estudo ambiental. **Valor Econômico**, 29 de setembro de 2011

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Finalmente, tanto o governo Morales quanto o BNDES suspenderam o financiamento e o andamento da obra até a solução da crise[103]. O Itamaraty, por sua vez, emitiu uma nota reafirmando que o projeto é "de grande importância para a integração nacional da Bolívia e que atende aos parâmetros relativos a impacto social e ambiental previstos na legislação boliviana", desconsiderando as violações de direitos humanos ocorridas no âmbito de um projeto financiado e executado por atores (banco e empresa) brasileiros[104]. Lula chegou a viajar (como ex-presidente) para a Bolívia semanas antes, a convite da empresa OAS, para dialogar com Evo Morales, na tentativa de viabilizar a construção da estrada[105]. Organizações sociais brasileiras apontam para a co-responsabilização do BNDES no conflito, uma vez que a obra se situa numa área protegida pela constituição boliviana, tendo sido iniciada sem consulta prévia vinculante às comunidades, o que é uma exigência do convênio 169 da OIT[106]. Questiona-se com que critérios sociais e ambientais o banco decide o financiamento de projetos em nome de um desenvolvimento econômico, dentro e fora do Brasil. Afinal, desenvolvimento para quê, para quem, e por quais vias e meios?

4.2 Política Externa

Além da política de créditos do BNDES, o outro principal pilar da relação entre o Estado e as empresas é a política externa brasileira. Esta oscilou, até os anos 90, entre o que Pinheiro chamou de "americanismo" (alinhamento ideológico ou instrumental com os EUA, visando a aumentar recursos de poder e capacidade de barganha) e o "globalismo" (diversificação das relações exteriores como condição de aumento de poder de barganha *frente* aos EUA)[107]. No âmbito dessas oscilações, a autora sustenta que, ao longo da história, a busca por "autonomia" e pelo

[103] MURAKAWA; LEO; SANTOS. Bolívia suspende obra de estrada em meio a grave crise no governo. **Valor Econômico,** 28 de setembro de 2011

[104] Ministério de Relações Exteriores. **Situação na Bolívia**. Nota à imprensa nr. 345 de 26/9/2011. Disponível em www.itamaraty.gov.br

[105] MURAKAWA, F. Lula viaja à Bolívia para interceder junto a Evo. **Valor Econômico**, 29 de agosto de 2011

[106] PLATAFORMA BNDES. O BNDES é (co)responsável pelos conflitos na Bolívia. Pela suspensão imediata do financiamento à construção da estrada. Nota de 29 de setembro de 2011, disponível em www.plataformabndes.org.br (acesso setembro de 2011)

[107] PINHEIRO, L. **Política externa brasileira**. Coleção Descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

"desenvolvimento econômico" foram elementos constantes que definirão o "interesse nacional" nas estratégicas de política externa. A valorização da "autonomia" se evidenciou na tentativa do Brasil de ser independente em suas ações dentro e fora das instituições, como, por exemplo, a política de não alinhamento, na década de 1970. Ao mesmo tempo, a política externa se pautou nos modelos econômicos predominantes em cada época, tendo um forte componente desenvolvimentista e de redução da vulnerabilidade externa[108]. Segundo Lima/Hirst, a política externa brasileira se caracterizou pela constante crença das elites de que o Brasil deveria assumir um papel "natural" de "grande país", gerando o anseio por influenciar regras e regimes internacionais, e, para isso, dando preferência a estratégias de "*soft power*"[109].

O governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), que coincide com o governo Clinton nos EUA, buscou ajustar o objetivo estratégico da busca pela "autonomia" ao projeto neoliberal. Para Vigevani/ Cepaluni[110], esse período pode ser chamado de "autonomia pela participação", que significava a adesão a regimes internacionais de cunho liberal, admitindo que, através da participação, seria possível ter maior influência nos fóruns de decisão internacional[111]. Isso resultou na participação em regimes de comércio, na adesão à OMC em 1994, na consolidação da Tarifa Externa Comum no Mercosul (com o Protocolo de Ouro Preto em 1994), na participação, também em 1994, na Cúpula de Miami, dando início às negociações da ALCA, na adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Em suma, buscou-se a adesão aos princípios e instâncias do multilateralismo, com a expectativa de influenciar essas agendas[112]. Podemos observar que esse período caracteriza o que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[108] Lima/Hirst apontam para duas "conjunturas críticas" que mostram a relação entre "desenvolvimento" e política externa: a primeira foi a crise do modelo agroexportador e introdução do modelo de substituição de importações, que se refletiu nas demandas externas do Brasil por um tratamento diferencial dos países em desenvolvimento, e na expansão das relações com outros países do Sul; a segunda foi a liberalização econômica dos anos 90, que fez com que o Brasil mudasse de posição, participando de instituições e regimes internacional, adequando-se às pressões da globalização. LIMA, M.; HIRST, M. Brasil como país intermediário e poder regional. IN: HURREL et.al. **Brics e a ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

[109] LIMA; HIRST, loc. cit., p. 43

[110] VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, vol. 29, nr. 2, julho-julho 2007, p. 273-335.

[111] Ibid, p. 283

[112] Ibid., p. 288

Robert Cox chamou de processo de "internacionalização do Estado"[113]: a economia doméstica foi reestruturada de modo a adaptar-se às exigências do mercado internacional com medidas de liberalização cambial, corte de subsídios, adoção de uma legislação sobre propriedade intelectual no modelo da OMC, liberalização de importações, maior liberalização de investimentos, renegociação da dívida externa e, principalmente, a privatização das principais empresas estatais. A burocracia estatal também correspondeu às exigências de mercado: a política externa passou a ser uma tarefa não só do Itamaraty, mas também do Ministério da Fazenda, Indústria e Comércio, Comércio Exterior, etc., que ganharam maior peso e passaram a negociar diretamente com outras agências exteriores. O próprio Itamaraty é adaptado ao programa neoliberal, ganhando subdivisões para novos temas, numa reforma influenciada por setores empresariais[114].

Segundo Lima/ Hirst, a ênfase na *credibilidade* marca esse período. A autonomia deveria derivar da capacidade do país de participar e cooperar com as potências na criação de regras e instituições[115]. Pinheiro adverte que, no plano global, a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso seguiu um viés institucionalista, aumentando a participação nas instituições e regimes para maximizar ganhos absolutos. Entretanto, no plano regional da América do Sul, a institucionalização foi pequena. O Brasil procurou acumular poder e liderança regional, porém sem fazer concessões ou arcar com os custos da cooperação, elaboração e implementação de regras na região. Interesses de curto prazo prevaleciam sobre interesse de longo prazo, e o Brasil intentou, assim, manter autonomia e flexibilidade em benefício próprio, preocupado com ganhos relativos (frente à Argentina e Venezuela, por exemplo)[116].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[113] Conforme veremos no capítulo 4, a internacionalização resulta, segundo Cox, na forma de Estado neoliberal, cuja função primordial é ajustar estruturas domésticas aos requerimentos do mercado mundial. *Accountability* se move de estruturas domésticas para a noção de obrigações internacionais, e ajustes são percebidos como necessidade do sistema como um todo, e não como vontade das forças e países dominantes. As pressões externas sobre economias nacionais são, assim, internalizadas. Ver COX, R. W. **Production, power and world order.** Social forces in the making of history. New York: Colombia University Press, 1987.

[114] VIGEVANI; CEPALUNI, loc.cit., p. 286

[115] LIMA; HIRST, loc.cit., p. 49

[116] PINHEIRO, L. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa contemporânea. *Contexto Internacional*, vol. 22, nr. 2, junho/julho 2000.

Isso muda com o governo Lula. Este procura maior cooperação na região, disposto a arcar com os custos de uma maior institucionalização política e econômica no América do Sul, de modo a assegurar interesses econômicos e políticos de longo prazo do país. De acordo com o programa do governo Lula em 2002, a política externa deveria vincular-se a um "desenvolvimento nacional alternativo", que garantisse uma inserção soberana do Brasil no mundo[117]. A relação interno-externo é concebida de forma dinâmica: a diplomacia representa um instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do país.

Podemos observar que se pretendeu combinar os objetivos "autonomia" e "desenvolvimento" com "credibilidade", como definidores das estratégias de política externa. Mineiro assinala que o programa do novo governo visava a combinar visões divergentes: objetivava romper com o modelo econômico vigente, baseado na abertura ao livre fluxo de capitais e na dependência externa, além de corrigir as vulnerabilidades macroeconômicas e, ao mesmo tempo, ganhar confiança dos mercados. Essa combinação viria por meio da convivência de interesses conflitantes (entre trabalhadores, atingidos, empresas, bancos, Estado, etc.), em um novo modelo de desenvolvimento, "fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade"[118]. De acordo com Mineiro, na tentativa de estruturar uma base de apoio para o governo, era necessário conciliar a base tradicional do PT, que almejava um projeto de mudança, com outros setores aliados, que buscavam a manutenção de políticas mais cautelosas, e permitiam diálogo mais amplo com partidos tradicionais e setores empresariais. Ambas as posições estavam representadas nos setores que exerciam pressão na formulação da política externa: de um lado, setores financeiros, vinculados ao Banco Central e Ministério da Fazenda e também setores da agroindústria exportadora e as grandes construtoras, e, de outro, setores sociais e sindicais, que tiveram, a partir de 2002-2003, abertura para participar em espaços de discussão e formulação da política externa[119].

[117] Programa do governo Lula de 2002, citado em MINEIRO, A. Desenvolvimento e inserção externa: algumas considerações sobre o período 2003-2009 no Brasil. IN: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 139
[118] Ibid., p. 137-8
[119] Ibid., p. 143

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Segundo o Ministério de Relações Exteriores, a América do Sul é "o eixo prioritário", sendo o Mercosul seu núcleo central; a África Ocidental seria uma "antiga fronteira esquecida", cujos laços foram reatados, e a Ásia se torna um "espaço essencial para a participação do Brasil no mercado global"[120]. O país buscou apresentar-se como um "amigo" e parceiro generoso aos vizinhos mais pobres, e alinhar-se a outros países "emergentes", como China, Índia e Rússia. Através disso, procurou estabelecer uma identidade própria no sistema internacional, e participar de instâncias internacionais como a ONU, OMC e, recentemente, o G20 financeiro, no mesmo patamar dos países "desenvolvidos". A integração regional na América do Sul e as novas articulações político-econômicas com outros países do Sul forneciam as bases para uma intervenção mais ampla no cenário mundial e um polo alternativo para negociar com as potências tradicionais. Esse aprofundamento da integração regional e as novas coalizões Sul-Sul articulavam tanto a base mais tradicional do PT, que se posicionava contra as negociações da ALCA e esperava uma mudança[121], quanto setores do meio empresarial, que tinham interesse na expansão comercial e dos investimentos de empresas com sede no Brasil[122]. Na relação com a grande potência, ao mesmo tempo em que perseguia uma estratégia de uma "identidade própria", baseada em princípios como o da não intervenção, que se opunha à política do governo Bush, buscava também estabelecer uma posição de "interlocutor privilegiado" dos EUA na região[123].

Essa nova dinâmica da política externa durante o governo Lula resultou em uma atuação diversificada, compreendendo: o fortalecimento e criação de novas instituições do Mercosul; a criação da UNASUL, do grupo de amigos da Venezuela, do Banco do Sul e outras iniciativas regionais; o estreitamento das relações com China, Índia, África do Sul, Rússia, criando a IBAS a partir de 2008, e os BRICS; o fim das negociações da ALCA, mas início de relações setoriais com EUA, por exemplo, no que se refere ao etanol; atuação de destaque na OMC, criando o G20 comercial; estreitamento de relações com países africanos; campanha pela reforma do

[120] Ministério das Relações Exteriores. **Balanço da Política Externa 2003-2010**. Resumo Executivo, p. 18, em www.itamaraty.gov.br , (acesso em janeiro de 2011)
[121] A defesa do Mercosul era um meio de enfrentar as negociações da ALCA (MINEIRO, loc.cit., p. 139)
[122] Ibid., p. 143
[123] Ibid., p. 144

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Conselho de Segurança da ONU[124]; mais recentemente, a intermediação de crises fora da região de influência imediata da América do Sul, como as negociações com o Irã e a mediação em Honduras; por fim, a participação nos fóruns e instâncias de desdobramento da crise econômica mundial, iniciada nos EUA em 2008, como o G20 financeiro, Basiléia e FMI.

É relevante observar que o início do governo Lula e sua inserção internacional está situada no contexto político mais amplo de relativa falência e declínio ideológico do neoliberalismo. A crise do modelo neoliberal e sua contestação política em quase todos os países da América Latina levou a sucessivas eleições de governos de cunho "progressista" na região, o que resultou num novo alinhamento político na América do Sul. Concomitante a isso, no plano global, a década de 2000 tem início com a virada neoconservadora nos EUA e a "guerra ao terrorismo", levando a um enfraquecimento dos fóruns multilaterais. Ademais, em 2001, o banco Goldman Sachs lança a ideia da sigla BRIC, agrupando países com mercados crescentes e atrativos para o capital, incluindo o Brasil. Segundo Soares de Lima, o Brasil chega ao século XXI com duas orientações de políticas públicas com impactos na inserção internacional: o aprofundamento da globalização e da interdependência econômica global e a criação de um mercado de consumo de massas, no plano interno. Ambos demandaram intensa atuação do Estado como agente indutor da economia[125].

De acordo com Lima/Hirst, a política externa no plano regional segue a premissa do Brasil como "estabilizador", ampliando sua responsabilidade na manutenção da estabilidade política regional, e atuando como mediador de conflitos através de uma política de *soft power*. Desde 2003, o Brasil intermediou as crises políticas na Venezuela, Bolívia, Equador, Haiti e, por último, Honduras[126]. A liderança da Missão de Paz no Haiti pretende mostrar a capacidade de intervenção em questões que não significam um ganho de curto, mas sim de longo prazo[127]. A "responsabilidade" regional do Brasil se expressou na combinação dos princípios clássicos da não intervenção, respeito à soberania e autodeterminação dos povos, ao

[124] Exemplos extraídos de VIGEVANI; CEPALUNI, loc.cit., p. 292 em diante
[125] SOARES DE LIMA, M. R. Brasil e os polos emergentes de poder mundial: Rússia, Índia, China, África do Sul.. IN: BAUMANN, R (org.). **O Brasil e os demais BRICS**: comércio e política. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010, p. 159-60
[126] LIMA; HIRST, loc. cit., p. 60
[127] VIGEVANI; CEPALUNI, loc.cit., p. 303-4

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

que o chanceler Celso Amorim denominou de "princípio da não indiferença". A política externa do governo Lula pretendeu defender e avançar os interesses do Brasil no mundo "sem se furtar a prestar solidariedade aos países mais necessitados"[128]. Ela seria solidária e humanista, ao passo que atende aos interesses brasileiros, na medida em que o país é melhor percebido no mundo quando contribui para a estabilidade global e para a redução das assimetrias. A não indiferença aos povos que atravessam dificuldades se daria por canais legítimos e com a aprovação do país beneficiário. Segundo Amorim:

> "É preciso ter noção de responsabilidade (…) o Brasil precisa exercer certa liderança (no âmbito do Mercosul) no melhor sentido da palavra. Essa liderança envolve também um determinado grau de generosidade, o que não quer dizer ser bonzinho, pois precisamos é ter consciência da responsabilidade (…) o Brasil não pode, com relação a países menores, sobretudo Uruguai e Paraguai, agir como se estivesse agindo com a União Europeia ou a República da China, que são gigantes"[129].

Para o chanceler, a política externa deve ser "coerente às dimensões do Brasil". Assim como a China e a Índia, o país se tornou imprescindível para a estabilidade global: "procuramos fazer com que o Brasil ocupe o papel no mundo que cabe a um país das nossas dimensões, com a nossa cultura, com as nossas credenciais democráticas"[130]. Nesse sentido, a aproximação com outros países em desenvolvimento e uma consequente universalização da agenda externa brasileira são parte da estratégia que visa a tornar o Brasil uma potência com legitimidade e aceitação dos países menores. Há, assim, a decisão de arcar com os custos de ter maior "responsabilidade" internacional, necessários para a construção de uma hegemonia regional que assegure o poder econômico e político de longo prazo.

Segundo Vigevani/Cepaluni, o governo Lula almejou "autonomia pela diversificação", com novas ênfases e novas formas de inserção internacional, mas mantendo a adesão aos princípios e normas internacionais e participação nas instituições[131]. Para os autores, as mudanças nos EUA pós-11/9 (que deslancharam

[128] AMORIM, C. Política externa é uma política pública como as demais. Está sujeita à expressão das urnas. **IPEA, Desafios do Desenvolvimento**, Edição 61, 13 de agosto de 2010 (entrevista). Disponível em www.ipea.gov.br/desafios

[129] Id.. Brasil ampara os pequenos para lidar com a Alca. **Gazeta Mercantil** 07 de fevereiro de 2003 (entrevista)

[130] Id. Política externa..., loc.cit.

[131] VIGEVANI; CEPALUNI, p. 283.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

um período de unilateralismo e despreocupação com normas e decisões multilaterais) fizeram com que a política externa brasileira buscasse, já no final do governo FHC, ampliar as relações para com outros parceiros comerciais (como a China, Índia, África do Sul e União Europeia)[132]. Igualmente, Cervo/Bueno[133] afirmam que a era Lula deu continuidade à linha política do *final* do governo Cardoso, que teria ido do neoliberalismo a um "ceticismo" ao formular o conceito de "globalização assimétrica". O Estado brasileiro teria adotado um paradigma de "Estado logístico", cuja função seria apoiar e legitimar iniciativas de outros atores econômicos e sociais, transferindo a estes responsabilidades e dando-lhes suporte para operar no exterior, de modo a obter benefícios da interdependência numa inserção "madura" na globalização[134]. Segundo Cervo/Bueno, a sociedade civil brasileira, representada por entidades de classe, teria alcançado um nível elevado de solidez, e caberia ao Estado apoiar a realização de seus diferentes interesses, articulando, assim, o nacional com o externo.

O Brasil passa a figurar como um mercado "emergente" e em constante crescimento: os saldos comerciais passaram de US$ 13 bilhões, em 2002, para US$ 45 bilhões, em 2005, e o volume de exportações saltou de US$ 60 bilhões, em 2002, para US$ 118 bilhões, em 2005; o volume de reservas internacionais passou de US$ 38 bilhões, em 2002 (dos quais US$ 23 bilhões provinham da assistência financeira acertada com as instituições financeiras para enfrentar a crise de 2002), para US$ 54 bilhões, em 2005, saltando, no final do governo Lula, para US$ 240 bilhões, já pagas as dívidas referentes à assistência financeira[135]. Essa nova situação econômica resulta, em boa medida, do adensamento das relações Sul-Sul, e forma as bases para pleito do país por uma reforma das instituições internacionais, com o objetivo de dar mais voz aos "países emergentes".

A aproximação com os novos polos emergentes de poder torna-se, assim, estratégica e é uma das construções diplomáticas do governo Lula. Em 2003, teve

[132] Ibid., p. 289-90
[133] CERVO, A.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
[134] Os autores contrapõem o "Estado logístico" ao paradigma do "Estado desenvolvimentista" (seria um Estado empresário, que busca o desenvolvimento nacional através da superação da dependência econômica e da autonomia na área de segurança) e do "Estado normal" da década de 90, que envolve parâmetros de conduta "subserviente, destrutivo, e regressivo". Ibid., p. 457
[135] MINEIRO, loc.cit., p. 150

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

lugar a constituição da IBAS (Brasil, Índia e África do Sul). A crise financeira global, a partir de 2008, acelerou o processo de articulação entre os BRICS, assim como sua atuação no âmbito do G-20 financeiro[136]. As possíveis saídas para a crise não mais poderiam ser viabilizadas sem a atuação desses emergentes, em especial a China. Como o poder militar desses países não acompanha seu crescimento econômico, eles buscam estrategicamente ascender dentro das instituições, sendo a reestruturação do poder decisório do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial um dos principais caminhos no contexto da crise mundial[137]. No âmbito das cúpulas do G-20, China, Brasil e Rússia anunciaram o objetivo de contribuir com US$ 50 bilhões (no caso da China) e US$ 10 bilhões (cada um dos demais), logrando efetivamente uma revisão das cotas no FMI. Essa revisão - apesar de tímida, uma vez que os EUA continuam com 17% de cotas e poder de veto - muda gradualmente o poder de barganha desses países no plano global, dando ao Brasil um novo status[138]. Além disso, os BRICS discutem uma possível substituição do dólar como moeda de troca global por uma cesta de diferentes moedas.

O Brasil do século XXI está, portanto, inserido em um contexto de reorganização da ordem global, conforme exposto no capítulo 1. De acordo com Cervo/Bueno, o país se caracterizaria atualmente pelo "globalismo industrialista"[139], cujos principais traços são o "multilateralismo da reciprocidade" e a internacionalização da economia brasileira. O primeiro significa que o governo Lula buscou participar dos regimes e regras do ordenamento multilateral como forma de mitigar a disparidade de poder, ou seja, almejando a reciprocidade de sua aplicação e dos seus efeitos, de modo a beneficiem todos, e não somente as potências. Suas

[136] SOARES DE LIMA, loc.cit., p. 160

[137] De acordo com Soares de Lima, Rússia e Brasil participam em 75 e 73 organizações internacionais, respectivamente. China participa em 71, a Índia em 69 e a África do Sul em 58 instituições. Notoriamente, observa-se que o país com maior participação em organizações internacionais são Estados Unidos, 81, seguidos pela Inglaterra, 75 (Ibid., p. 163).

[138] A crise econômica mundial levou a uma reestruturação do Fundo Monetário Internacional, na qual os países chamados "emergentes" tiveram suas cotas aumentadas, tendo, com isso, mais direito de voto no Fundo. O direito de voto do Brasil aumentou de 1,3% ,em 2008 para 2,32%, em 2010, passando a ser o décimo cotista. Ao mesmo tempo, os EUA continuam com 17,67% das cotas e direito de veto sobre decisões mais importantes. Ver CUCULO, E. Brasil aceita virar credor do FMI e emprestará até US$ 4,5 bilhões. **Folha online**, 9/4/2009; MOREIRA, A. Brasil é o segundo país que mais ganha com mudanças no FMI. **Valor Econômico**, outubro de 2010.

[139] Os autores o diferenciam do modelo chileno, que seria o "globalismo comercialista", baseado na adesão a tratados de livre-comércio e na economia primário-exportadora, mantendo os preceitos do neoliberalismo dos anos 90. Ibid., p. 495.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

manifestações foram desde o comércio internacional, questões climáticas, segurança, até as áreas de saúde e direitos humanos[140]. O segundo traço diz respeito à consolidação do "paradigma logístico" (ou seja, o Estado como apoiador e incentivador de iniciativas dos atores econômicos e sociais), assim como o acesso a mercados e à expansão dos investimentos de fora para dentro e de dentro para fora. Inclui-se aí a formação de empresas multinacionais com capacidade de competir em escala regional e mundial com apoio das instituições estatais, um diferencial da era Lula[141].

Nessa perspectiva, a "decolagem do Brasil"[142], como um projeto político e econômico de "potência do futuro", apresenta, como um dos principais pilares, a expansão internacional de empresas com sede no país. Para Arbix/Caseiro, a constituição de multinacionais de países emergentes contribui para aumentar seu poder de barganha internacional e, assim, reposicioná-los no plano internacional. Essas empresas reforçam o protagonismo dos "emergentes" e introduzem "novos ingredientes no redesenho do mundo dos negócios e da geopolítica mundial"[143]. De acordo com Cervo, o reforço de um poder nacional para influir sobre a ordem mundial seria resultado da presença de seus agentes econômicos nos espaços mundiais. No século XXI, o Brasil teria alcançado um estágio de "maturidade", ou "uma nova etapa do desenvolvimento", especialmente evidenciada na internacionalização da economia brasileira como um todo, e das empresas, em específico[144]. Teríamos passado de um país que "durante décadas estendeu o chapéu" na busca por investimento direto de empresas, capital e tecnologia estrangeiros (a "nacionalização da globalização" nos anos 1990), para uma economia que se internacionaliza, passando à fase de *global player* e superando a "dependência estrutural"[145]. Essa perspectiva traz a noção de que "o futuro chegou" - mesmo que ele seja "uma construção", conforme afirmou Marco Aurélio Garcia[146].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

---

[140] Ibid., p. 497-508
[141] Ibid., p. 509
[142] Expressão cunhada desde a reportagem *"Brazil takes off*" do semanário britânico *The Economist*, que teve ampla repercussão no Brasil. Ver The Economist, November 14th-20th 2009
[143] ARBIX, G.; CASEIRO, L. Que internacionalização? **Valor Econômico**, 5 de agosto de 2010
[144] CERVO, A. **A internacionalização da economia brasileira**. Livro na Rua, série Diplomacia ao alcance de todos nr. 20. FUNAG: Thesaurus editora, 2009, p. 4.
[145] Ibid., p. 13
[146] GARCIA, Marco Aurélio. Mundo enfrenta uma crise de liderança muito grande. **IPEA, revista**

Outros apresentam uma perspectiva menos otimista do futuro que entra sem bater. Mineiro observa que, no início do novo século, o Brasil aprofundou alguns elementos de inserção externa que estavam desenhados com a liberalização comercial e financeira dos anos 1990. A rápida ampliação das exportações de commodities agrícolas e minerais amplia a dependência econômica com relação a esses setores, fortalecendo-os politicamente e levando a que a estratégia de inserção internacional do país, especialmente no que se refere às negociações comerciais, considere substancialmente os interesses desses grupos econômicos[147]. O conjunto de empresas e setores, como os de recursos naturais, minerais, energéticos e agrícolas, que são beneficiados pela política de dinamizar o comércio exterior, passam a influenciar a condução da política externa não só pelo Ministério de Relações Exteriores, como também pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Desse modo, segundo o autor, passam a ser um instrumento e uma força incidente nas negociações comerciais levadas a cabo pelo governo Lula, influindo nas possibilidades de ganhos e na dinamização de suas estratégias empresarias[148].

Observamos que o aprofundamento da integração sul-americana e a expansão das relações Sul-Sul vão de encontro, em princípio, às demandas daqueles setores sociais que se posicionavam contra os acordos de livre-comércio com os EUA e a União Europeia. A política externa do governo Lula representa, nesse mérito, uma mudança com relação aos governos anteriores. As iniciativas de crescente protagonismo do Brasil em instâncias internacionais, como recentemente ocorreu na OMC e no G-20 financeiro, são apresentadas como autônomas, capazes de agir contra as imposições das potências hegemônicas. No entanto, podemos observar que há contradições entre os discursos e a apresentação dessas iniciativas, e seus reais efeitos e principais beneficiários. Mais do que gerar uma política externa que se proponha a transformar as hierarquias e os mecanismos mundiais de manutenção do sistema desigual, o governo Lula procurou ser parte do jogo internacional como um *player* reconhecido, para se tornar um dos que "ditam as regras". O resultado acaba sendo não a transformação, mas perpetuação e aprofundamento das próprias instituições e mecanismos de poder. Percebemos, portanto, uma ambiguidade entre, de um lado, o

Desenvolvimento, janeiro/fevereiro 2010, p. 18 (entrevista).
[147] MINEIRO, loc.cit., p. 153
[148] Ibid., p. 158

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

discurso de “autonomia” com relação aos países centrais e, de outro, a participação nos regimes, normas e regras construídas e ditadas por estes. Essa ambiguidade se evidencia nas práticas discursivas do presidente Lula ao defender o “verdadeiro livre-comércio” contra o protecionismo dos países centrais[149], nas insistentes tentativas do Brasil de seguir a rodada de Doha na OMC para liberalização dos mercados em benefício dos setores exportadores brasileiros (especialmente o agronegócio), assim como o recente apoio à reestruturação do FMI, passando de antigo devedor a credor.

Podemos notar que, nesse contexto de relativo declínio do poder econômico dos EUA e aumento de participação dos países "emergentes" nos fóruns globais, a opção política feita pelo Brasil (e pelos demais BRICS) foi não a de "virar a mesa" do seleto grupo de países poderosos, mas sim "senta à mesa" junto a eles. Assim, o governo brasileiro busca ajustar-se e se adaptar à ordem existente sem transformá-la substancialmente, levando a cabo a estratégia de ascender dentro das instituições, sem almejar a construção de novas estruturas institucionais, verdadeiramente mais igualitárias para todos. Evidencia-se, assim, a noção de Ikenberry/Whight[150] sobre a flexibilidade e capacidade das instituições construídas sob a hegemonia estadunidense de absorver as demandas dos países que pretendem nelas ter maior participação e voz ativa. Também se pode observar o que Hurrel[151] chamou de “balanceamento brando” dentro das instituições, por meio das quais os "países emergentes" (incluindo o Brasil) encontram formas de aumentar os custos e dificultar o exercício de poder unilateral dos EUA, sem fazer uso de poder militar. Nessa ascensão *dentro* da ordem (capitalista), o fortalecimento das relações com outros países do Sul, configurando uma suposta alternativa aos polos de poder tradicionais, implica necessariamente em novos espaços de acumulação do capital, em que as empresas com sede no Brasil têm papel fundamental.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[149] Esse discurso foi enfatizado na reunião ministerial da OMC em Cancún 2003. Desconsiderando consequências negativas do regime de livre-comércio mundial para pequenos produtores, Lula se coloca a favor de um “verdadeiro” livre-comércio, de modo a explicitar as contradições de políticas protecionistas dos EUA e Europa. Ver O GLOBO. Lula: livre comércio para o G 20, 13 de dezembro de 2003

[150] IKENBERRY, J.; WRIGHT, T. Rising powers and global institutions. A century foundation report. *The Century Foundation*, New York, 2008

[151] HURREL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual o espaço para potências emergentes?. IN: HURREL et.al. **Os BRICs e a ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

3.2.1 Relações Sul-Sul e a expansão do capital com sede no Brasil

Conforme já mencionado, a América do Sul tornou-se o eixo prioritário e a integração sul-americana passou a ser o objetivo estratégico da política externa brasileira. O adensamento das relações políticas e econômicas entre os países deve contribuir, segundo o Ministério de Relações Exteriores, "para o desenvolvimento socioeconômico e a preservação da paz na região; o desenvolvimento do mercado interno sul-americano e o aumento da competitividade dos países no mercado internacional; e o fortalecimento da capacidade de atuação do Brasil em outros foros internacionais"[152]. A integração sul-americana nesse período baseou-se em dois pilares, a Lansul e o Mercosul. O viés político do Mercosul foi expandido com a criação de novas instituições (como o Parlamento Mercosul e a Universidade latino-americana UNILA, entre outras), que reforçaram o caráter político e social do bloco, para além do comercial. O bloco incorporou a Venezuela em 2006, e ampliou o número de países associados com o ingresso do Peru (a partir de 2003), Colômbia e Equador (a partir de 2004), além de Chile e Bolívia (desde 1996). A criação da Unasul representou outro importante avanço na integração regional, com o primeiro conselho sul-americano de defesa, o conselho de saúde, o conselho de ciência, tecnologia e inovação, e a realização das cúpulas energéticas, a partir de 2007, visando à integração energética regional (parte da integração da infraestrutura)[153]. Além disso, pela primeira vez na história, os presidentes da América Latina e Caribe se reuniram, sem a presença dos EUA, na Cúpula América Latina e Caribe, realizada em 2008, no Brasil[154].

De acordo com Saraiva, no governo Lula a política externa foi (politica e academicamente) influenciada por um grupo - os "autonomistas" - que defendia a integração social e política sul-americana baseada em uma compatibilidade de valores e uma identidade relativamente comum entre os países. A integração seria alcançada sob a liderança do Brasil[155]. O chamado princípio da "não indiferença" implicou a

[152] Ministério de Relações Exteriores. **Balanço de Política Externa 2003-2010**, loc.cit. Resumo Executivo
[153] Ibid., p. 19
[154] AMORIM 2010, loc.cit. (entrevista) e ROSSI, C. Cúpulas buscam afirmar AL ante os EUA. **Folha de São Paulo**, 16 de dezembro de 2008.
[155] SARAIVA, Miriam. Brazilian foreign policy towards South America during the Lula

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

consideração das assimetrias e desigualdades entre os países, demonstrando "consciência" de que a estabilidade e a prosperidade nos vizinhos era essencial para a própria prosperidade do Brasil[156]. Os países maiores devem fazer concessões (arcar com custos) e "estender as mãos" aos menores[157]. Segundo o chanceler Amorim, a generosidade implica ter uma "visão de longo prazo dos interesses mais fundamentais, acima dos interesses mesquinhos e imediatos", considerando o que é "justo" nas relações com os vizinhos no Mercosul[158]. A criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), em 2004, com a finalidade de gerir recursos financeiros de apoio aos países e regiões mais pobres do bloco, representa um dos exemplos mais concretos dessa visão. Outro importante exemplo foram as negociações com o Paraguai para a revisão do Tratado de Itaipu, em que o Brasil atendeu, parcialmente, às demandas paraguaias por um reajuste de preço da energia vendida ao país, a cogestão plena na direção da hidrelétrica, a realização de uma auditoria da dívida no Paraguai e a possibilidade de vender energia a terceiros países. Juntamente com essa revisão do tratado, foram compromissados investimentos em infraestrutura, como a construção de pontes, ferrovias e uma linha de transmissão, beneficiando as empresas brasileiras de construção[159].

Conforme já apontado no capítulo 2, as pesquisas de entidades empresariais apontem que a América do Sul vem sendo o principal destino de expansão das multinacionais brasileiras[160]. O Ministério das Relações Exteriores reafirma a importância sua como principal destino dos investimentos de empresas brasileiras no exterior: "O continente é, por excelência, espaço para a expansão da produção de empresas brasileiras, favorecidas pela proximidade geográfica e afinidades culturais,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Administration: caught between South America and Mercosur. *Revista Brasileira de Política Internacional 53* (special edition), 2010, p. 151-168

[156] AMORIM 2010, loc. cit. (entrevista)

[157] Segundo Lula, "não adianta um só país crescer se, em torno de si, os outros países não conseguirem crescer" em AGENCIA BRASIL. Lula volta a defender que os mais ricos da América do Sul devem ajudar os mais pobres. **Valor Econômico**, 14 de dezembro de 2007

[158] Id. Generosidade do Brasil com parceiros do Mercosul não será bondade, mas justiça, diz Amorim. **Valor Econômico**, 19 de janeiro de 2007

[159] CASSOL, D. Paraguai conquista empate histórico. **Brasil de Fato**, 30 de julho a 5 de agosto de 2009, p. 11. Além de melhorar o "ambiente" de investimentos privados no país, que possibilitam a maior entrada de empresas brasileiras, o governo paraguaio também sinalizou melhorar as condições para o grande número de produtores de soja brasileiros no país, atendendo assim às demandas do governo brasileiro.

[160] A América do Sul foi destino de 53% das empresas pesquisadas pela Fundação Dom Cabral, seguida da Europa (17%) Ásia (15%), América do Norte (9%), além da África (5%) e Oceania (1%). Ver Fundação Dom Cabral 2010, loc. cit.

assim como pelo desenvolvimento de acordos comerciais e de marcos regulatórios, que favorecem investimentos brasileiros e a circulação de bens, serviços e mercadorias na região"[161]. Um dos efeitos da priorização da integração regional é a maior presença de empresas brasileiras no continente, de acordo com o Ministério, afirmando que "o Governo brasileiro tem lançado mão de políticas comerciais e de financiamento em suas relações com os países da região, criando oportunidades de diversificação de mercadorias para as companhias nacionais"[162]. A América do Sul deve ser compreendida no contexto de transformação da ordem mundial e da ascensão econômica dos países BRIC, sendo o continente hoje o "mais importante mercado internacional do Brasil e importante espaço de expansão das empresas brasileiras"[163].

Nesse sentido, para "aproveitar plenamente as oportunidades oferecidas na relação com os vizinhos", o Itamaraty afirma que é necessário fomentar uma integração produtiva, incentivando nichos de produção nos países de acordo com as necessidades brasileiras, complementando essas necessidades. Deve haver "uma política de investimentos estratégica associada a mecanismos de financiamento" de modo a promover maior "sinergia dos mercados regionais"[164]. Os investimentos brasileiros na região deveriam cumprir o "papel estratégico" de inclusão de produtos de alto valor agregado na pauta comercial com os países vizinhos, permitindo, futuramente, a complementação e integração produtiva[165].

De fato, enquanto a pauta exportadora brasileira é prioritariamente de commodities para o mundo, para a América do Sul o Brasil exporta, principalmente, produtos manufaturados. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 2007, os manufaturados representavam mais de ¾ das vendas, destacando-se os bens intensivos em economias de escala (40% das exportações totais em 2005-2006), seguido de bens intensivos em P&D e de bens de capital (ambas em torno de 15%), enquanto que as commodities básicas e semimanufaturadas têm peso reduzido. Os segmentos de serviços de infraestrutura, seguidos por serviços financeiros e TI, foram os que mais identificaram a região como prioridade na estratégia de

[161] Ministério de Relações Exteriores, loc.cit., sessão 1.1.6 América do Sul. Relação com países sul-americanos. Comércio e Investimento.
[162] Ibid.
[163] Ibid.
[164] Ibid.
[165] Ibid.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

internacionalização de seus negócios[166]. No período entre 2003 e 2009, as exportações brasileiras para os países da América do Sul cresceram de US$ 10,1 bilhões, em 2003, para US$ 27,0 bilhões, em 2009 (aumento de 165,6%). Já as importações provenientes da sub-região aumentaram 149%, crescendo de US$ 7,6 bilhões, em 2003, para US$ 19,1 bilhões, em 2009. O superávit comercial do Brasil com a região passou de US$ 2,5 bilhões, em 2003 para US$ 7,9 bilhões, em 2009 (aumento de 216,2%), sendo que esse saldo corresponde a 31,4% do superávit comercial total com o resto do mundo[167].

A FIESP auspiciou, em 2009, dois encontros do presidente Lula com chefes de Estado sul-americanos (da Colômbia e Chile), em sua sede em São Paulo, onde os presidentes firmaram acordos que iam além do âmbito comercial, envolvendo temas políticos (como o apoio ao Brasil para um assento no Conselho de Segurança da ONU, assim como à Missão de Paz no Haiti), evidenciando a estreita relação entre agentes estatais e empresariais na América do Sul[168]. A CNI ressalta que a onda de investimento direto brasileiro na região está relacionada com as "mudanças no entorno econômico e institucional das empresas criado após a abertura comercial, a estabilização e as negociações comerciais regionais"[169]. A Argentina tornou-se, desde a crise econômica de 2001-2, o destino preferencial para empresas brasileiras no início de suas estratégias de internacionalização. O volume total de investimentos realizados naquele país, entre 1997-2008, foi de aproximadamente US$ 9 bilhões, entre novos projetos, fusões e aquisições, reinvestimentos e ampliações[170].

As relações com América Central e Caribe também ganharam uma nova dimensão na política externa do governo Lula, tendo dois importantes pilares: a liderança da Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti (Minustah) e a expansão da cooperação técnica internacional e "ajuda para o desenvolvimento". Nesta última, inserem-se as obras de infraestrutura, a atuação de empresas com sede no Brasil e as políticas referentes ao etanol. Lula foi o primeiro presidente brasileiro a visitar a

[166] Confederação Nacional da Indústria (CNI): Os interesses empresariais brasileiros.... loc.cit., p. 11
[167] Ministério das Relações Exteriores, loc.cit.
[168] Ministério de Relações Exteriores. **Visita ao Brasil do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe** - São Paulo, 19 de outubro de 2009 - Comunicado Conjunto. Nota a imprensa 524, em www.itamaraty.gov.br; Id. **Visita ao Brasil da Presidente do Chile, Michelle Bachelet** - São Paulo, 30 de julho de 2009 - Comunicado Conjunto. Nota a imprensa 359 em www.itamaraty.gov.br
[169] CNI, loc.cit., p. 20
[170] Ministério de Relações Exteriores. **Balanço de Política Externa 2003-2010**, loc. cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Nicarágua, Honduras e Jamaica[171]. De acordo com o Itamaraty, o estreitamento das relações com a região é evidenciada não só pelo fato de o Brasil ter passado a ser, em 2004, observador junto à Comunidade do Caribe (Caricom), como também pelo aumento das visitas presidenciais, pela abertura de embaixadas na totalidade dos países da região, pelo fluxo de missões de cooperação (9% das iniciativas brasileiras) e pelo aumento do intercâmbio comercial[172]. Em 2005, Lula participou pessoalmente da Reunião de Cúpula da Caricom, que gerou, posteriormente, a I Cúpula Brasil-Caricom, marcando a aceleração do processo de aproximação entre os países. Foram discutidos temas como reforma das instituições financeiras e políticas internacionais, auxílio na reconstrução do Haiti, integração latino-americana e caribenha e intensificação de cooperação em várias áreas[173].

A energia foi a dimensão-chave das relações entre o Brasil e América Central e Caribe, de acordo com o Itamaraty, destacando-se as hidrelétricas e a promoção do etanol. As empresas brasileiras desse setor se beneficiaram com o apoio do governo à construção de usinas hidrelétricas de Tumarín, na Nicarágua (Eletrobrás), o projeto da hidrelétrica de Artibonite no Haiti, pesquisas em energias renováveis e a construção das hidrelétricas Pinalito, Lãs Barrias, Pryn Brazo e outras na República Dominicana (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão) e o desenvolvimento de projeto no setor sucro-energético em Cuba (CEMIG, Consert, Vale Soluções em Energia e Eletrobrás)[174].

No âmbito da produção do etanol e biodiesel, o Brasil assinou acordos visando ao fomento de sua produção na América Central e Caribe, "região de forte vocação agrícola e capaz de exitosamente produzir cana-de-açúcar"[175]. Um dos principais acordos foi o Memorando de Entendimento entre Brasil e Estados Unidos sobre bicombustíveis, que prevê a "cooperação triangular" para produção de etanol em Honduras, Guatemala, El Salvador, Jamaica, Haiti, República Dominicana e São

[171] Numa viagem presidencial em 2007, Lula visitou esses e mais dois países (México e Panamá) levando 50 empresários das áreas de infraestrutura e agrocombustíveis, dentre as empresas Ocean Air, Brasif, Norbeto Odebrecht, Andrade Gutiérrez, Petrobras, além da Embrapa e do BNDES. Ver AGENCIA BRASIL. Presidente faz viagens a cinco países na próxima semana. **Valor Econômico**, 1 de agosto de 2007

[172] Ministério de Relações Exteriores, loc.cit. Resumo Executivo, p. 20

[173] Ibid.

[174] Id., sessão 1.1.4 América Central e Caribe. Energia

[175] Ibid.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Cristóvão e Névis[176]. Alguns exemplos de medidas de cooperação para expansão desse setor são: o projeto Alternativas para a Produção de Biocombustíveis na Costa Rica (no valor de US$ 95, 610 milhões), o programa de capacitação de recursos humanos e transferência de tecnologia para modernização do setor de produção de cana de açúcar e etanol na Jamaica (U$ 64, 015 milhões), o projeto de adoção de técnicas modernas para produção de etanol em El Salvador (US$ 84, 456 milhões), e a missão ao Fórum Regional de Investimento em Agricultura do CARICOM na Guiana Francesa, com objetivo de identificar oportunidades no setor de etanol[177]. Em 2010, o presidente de El Salvador veio à sede da FIESP, em São Paulo e assinou com Lula, na presença de representantes das usinas de cana e álcool, um acordo de cooperação técnica, objetivando, especialmente, os investimentos nesse setor[178]. A produção de etanol na América Central e Caribe também envolve a ativa participação de outros atores estatais brasileiros, como a Petrobrás e a Embrapa, que abriu um escritório regional no Panamá.

O Itamaraty destaca a vantagem de a região ter facilidades tarifárias provenientes de acordos de livre comércio com os Estados Unidos (NAFTA, o CAFTA-RD e o acordo de livre comércio EUA-Panamá), que é o maior mercado mundial do produto[179]. Reforça-se, com isso, a noção de um papel da América Central e Caribe como "plataforma" de expansão do etanol para os mercados dos países centrais, como apontam Araya/Ramírez[180]. Segundo esses autores, a proximidade com o Canal do Panamá e o provável acordo de livre comércio entre a Costa Rica e a China também aumentam a "atratividade" da região para os interesses brasileiros em utilizar o território centro-americano para exportar à potência asiática. Somam-se a isso as negociações com a União Europeia para um Acordo de Associação com a América Central, que incluem um acordo sobre agrocombustíveis.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[176] Ibid.
[177] Dados extraídos de documento Excel disponível em http://www.aiddata.org/content/index/AidData-Raw/other-donor-datasets
[178] WATANABE, M. Com acordos, El Salvador quer atrair investimentos brasileiros. **Valor Econômico**, 10 de agosto de 2010
[179] Ministério de Relações Exteriores, loc.cit., sessão 1.1.4 América Central e Caribe. Energia
[180] ARAYA, A. L.; RAMIREZ, A. A Petrobras na América Central: o caso dos agrocombustíveis. In: IRLS et. al. (org.): **Transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 43-64

O setor de etanol é um dos exemplos que melhor demonstra a ligação entre a cooperação técnica e ajuda ao desenvolvimento com interesses comerciais e empresariais. Apesar desses interesses não serem os únicos que movem a cooperação internacional brasileira (há motivações geopolíticas, institucionais, histórico-culturais, entre outras), eles desempenham um importante papel em muitos casos. Durante o governo Lula, o Brasil passou de receptor para doador de ajuda internacional. A cooperação prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento saltou de aprox. US$ 1,5 milhão, em 2003 para mais de US$ 33 milhões em 2010, contabilizados somente projetos e atividades isoladas da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)[181]. Outras formas consideradas como cooperação e ajuda ao desenvolvimento, oferecidas pelo Brasil, são assistência humanitária, contribuição a organizações internacionais, concessão de bolsas de estudo a estrangeiros, participação em missões de paz e auxílio a refugiados (programas específicos de ajuda em Gaza e no Haiti, por exemplo), além de contribuições a bancos regionais (Banco Interamericano, Banco Africano de Desenvolvimento) e empréstimos do BNDES a empresas brasileiras atuando em países em desenvolvimento[182]. Somadas, as contribuições chegaram a US$ 2,9 bilhões[183]. De acordo com a ABC, nos dois últimos anos, a América do Sul, Central e Caribe receberam em torno de 40%, a África cerca de 50%, e Ásia e Oriente Médio 10% do volume total da ajuda brasileira. Os principais países receptores da cooperação são: Moçambique (15,78%), Timor Leste (15,16%), Guiné-Bissau (14,43%), Haiti (13,11%), Cabo Verde (9,79%), Paraguai (7,45%), São Tomé e Príncipe (6,99%), Guatemala (6,37%), Angola (4,76%), Uruguai (3,26%) e Cuba (2.9%)[184].

A cooperação é considerada um "investimento", na medida em que objetiva ganhos de segurança e de interesse nacional, ao promover a paz em regiões vizinhas e próximas. Ela promoveria ganhos econômicos, comerciais e políticos, uma vez que

[181] Ministério de Relações Exteriores, loc.cit.. 7.1.1 Anexo. Cooperação Internacional. Cooperação bilateral prestada

[182] COOPERACAO brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira Cooperação. Brasília 2010 . Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperao_Brasileira.pdf

[183] Ibid., p. 19. Segundo o jornal *The Economist*, a cooperação brasileira pode chegar a US$ 4 bilhões, se somadas as contribuições ao UNDP, World Food Programme, os compromissos no Haiti, Gaza e os empréstimos do BNDES para empresas brasileiras atuando em países mais pobres. Ver Brazil's Aid Programme. Speak softly and carry a blank cheque. **The Economist**, July 15th 2010

[184] Ministério de Relações Exteriores, loc.cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

"projeta internacionalmente o Brasil como um país que contribui para a construção de um mundo mais justo e equilibrado", facilitando, assim, o diálogo e o concerto de decisões nos fóruns internacionais[185]. No caso das chamadas Operações de Paz, o Brasil já investiu R$ 613,6 milhões em operações realizadas em 13 países. Juntamente com a atuação militar, o Brasil firmou com o Haiti em 2004 um Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica que, a partir de 2008, se tornou um "programa estratégico" que compreendeu os eixos "(1) segurança alimentar e nutricional e redes de proteção social; (2) desenvolvimento da agricultura sustentável e familiar; (3) fortalecimento institucional e; (4) pesquisa e extensão rural". A partir de 2009, foi dada ênfase à área de agricultura e segurança alimentar[186]. Alguns exemplos de projetos foram a construção de cisternas familiares para produção de hortaliças, aperfeiçoamento da produção de arroz, milho, feijão e mandioca, transferência de tecnologia para produção de caju, reflorestamento da Bacia do Mapou (cooperação triangular com a agência espanhola), aprimoramento do programa de imunizações (cooperação triangular com a agência canadense), gestão de resíduos sólidos (cooperação multilateral do fundo IBAS, com África do Sul e Índia), combate à violência contra a mulher (cooperação multilateral com ONU e Oxfam), combate ao trabalho infantil (cooperação multilateral com OIT), apoio ao processo eleitoral (cooperação multilateral com PNUD) e capacitação na provisão de merenda escolar (cooperação multilateral com Banco Mundial)[187]. De acordo com IPEA/ABC, "todas essas atividades, de uma forma ou de outra, apoiam-se na presença das tropas brasileiras"[188]. Declara-se que a cooperação no Haiti seria uma "via de mão dupla", pois fortalece o poder de influência do Brasil nos fóruns internacionais e auxilia em estratégias locais, como a "pacificação" nos morros cariocas[189].

Os projetos de cooperação no Haiti, assim como os de promoção do etanol, exemplificam a atuação brasileira em parceria com as potências centrais e agências multilaterais na chamada "cooperação triangular". Segundo o IPEA/ABC, a cooperação do Brasil com países e agências centrais para atuação em terceiros países

[185] SCHMITZ, G. Mapeando a cooperação para o desenvolvimento e MATEOS, S.B. Cooperação internacional. Ajuda ao próximo e ao distante. **IPEA, Desafios do Desenvolvimento**, ano 8, nr. 65, 2011.
[186] http://www.abc.gov.br/download/projetosAcordos2008Haiti.pdf
[187] Ibid. e http://www.aiddata.org/home/index
[188] Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009, loc.cit., p. 48
[189] MATEO. Cooperação internacional. Ajuda ao próximo e ao distante, loc.cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

é um meio para otimizar seus recursos para atuação em projetos de grande envergadura[190]. Os principais parceiros são Japão, Estados Unidos, Alemanha, França, Canadá, Argentina, Espanha e, mais recentemente, Austrália e Bélgica. O país também negociou Memorandos de Entendimento para cooperação em terceiros países com Itália, Egito e Israel. De acordo com IPEA/ABC, a atuação do Brasil com países desenvolvidos ou instituições multilaterais demonstraria um "reconhecimento explícito da excelência e da efetividade operacional" da cooperação internacional brasileira[191]. Além das motivações políticas de reconhecimento e credibilidade nas instâncias multilaterais, a cooperação triangular também envolve áreas e territórios estratégicos, como a África, que se tornou um importante território de atuação para o Brasil. O país coopera com os EUA na área de saúde, no combate ao HIV e à malária em Moçambique, em um num projeto de desenvolvimento agrícola da savana tropical junto com o Japão, naquele país, com a Suécia na produção de agrocombustíveis na Tanzânia, e com a China na distribuição de imagens de satélites aos países do continente africano[192].

Além da ABC, a Embrapa e a Fiocruz são outras duas atuantes entidades estatais, indicando duas esferas da cooperação brasileira: agricultura e saúde. O Brasil tornou-se referência para o combate ao HIV/AIDS e teve reconhecido engajamento nos fóruns multilaterais nessa área[193]. Segundo o IPEA/ABC, o país desenvolve mais de 160 projetos na área de saúde e realizou mais de 100 missões técnicas no exterior entre 2005 e 2009. De acordo com a Fiocruz, em 2007, o documento Mais Saúde do Ministério da Saúde apresentou que os objetivos estratégicos da política externa brasileira nesse campo, além do fortalecimento da cooperação técnica nos países da América do Sul, América Central, Comunidades dos Países de Língua Portuguesa e África, seriam "Contribuir para uma maior presença do Brasil nos organismos internacionais e multilaterais" e "Contribuir para integração regional"[194]. A Fiocruz abriu, em 2006, um escritório internacional em Moçambique, e atua em projetos na Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, África do Sul, Namíbia, Quênia e

[190] Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009, loc.cit., p. 34
[191] Ibid.
[192] Ministério de Relações Exteriores, loc.cit., Resumo Executivo.
[193] Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009, loc.cit., p. 38
[194] ENSP/FIOCRUZ. A cooperação internacional desenvolvida pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz com a África. Boletim técnico internacional 2008. Disponível em http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_235056090.pdf

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Zimbabwe, além dos países de língua portuguesa na África e Timor Leste[195]. A maioria dos programas está na área de educação em saúde e implementação de cursos e instituições de ensino, mas também há a construção de laboratórios e de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique[196]. A área de saúde recebe 24% do total investido em cooperação técnica do Brasil, sendo 49% dos recursos provindos do Ministério de Relações Exteriores, 24% do Ministério da Saúde e 20% da Fiocruz[197].

Na área de agricultura, de acordo com o IPEA/ABC, o Brasil possui reconhecida experiência em manejo de cultivos tropicais e contribui para que programas de cultivo de cacau sejam implementados em Camarões, Colômbia, Congo e Equador. Além disso, uma das principais iniciativas é a ação de Cooperação Internacional para a Difusão da Agroenergia, baseada na estruturação de programas de fomento à produção e ao uso de etanol e biodiesel em terceiros países. O governo brasileiro realizou duas edições do Ethanol Week para apresentar o processo de estruturação da indústria nacional de etanol combustível[198]. A Embrapa é um dos principais atores nessa área. Ela vem passando por um processo de internacionalização amplo, com escritórios e laboratórios em todos os cinco continentes. Na África, seu escritório é em Gana, onde possui um dos principais projetos de agrocombustíveis. A empresa estabeleceu dois projetos regionais no continente africano: a fazenda-modelo de produção de algodão em Mali (atuando nos países Cotton 4, Mali, Benin, Burkina Faso e Chade) e a fazenda experimental para produção de arroz no Senegal. Nesse país, a Embrapa também iniciou, em 2006, um programa de agrocombustíveis que passou, em 2009, à proposta de US$ 2 bilhões para construção de uma refinaria e uma usina de etanol[199]. A empresa atua em projetos de cooperação em Angola, Argentina, Bolívia, Colômbia, Afeganistão, Cazaquistão, Uzbequistão, Gana, Timor Leste, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Uruguai, Guiana, Moçambique, Angola, e em projetos de produção do etanol e agrocombustíveis no Equador, Paraguai, Suriname, Costa Rica, Gana, Sudão, Senegal e Nigéria[200]. Segundo declaração da Embrapa, a transferência de tecnologia e

[195] Ibid.
[196] MATEO. Cooperação internacional. Ajuda ao próximo e ao distante, loc.cit.
[197] Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009, loc.cit., p. 38
[198] Ibid., p. 37
[199] WHITE, Lyal. Understanding Brazil's new drive for Africa. *South African Journal of International Affair*, Vol. 17, No. 2, August 2010, p. 236
[200] Ibid. p. 236-7; e http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestada.asp

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

produtos se desdobra em negócios, uma vez que fomenta também a compra de insumos e equipamentos agrícolas do Brasil[201].

Nas relações do Brasil com a África também se encontra de forma clara a mescla entre interesses empresariais, político-estratégicos e a ajuda ao desenvolvimento. A cooperação na área de agricultura abrange, segundo White, "todas as facetas" da aspiração global do Brasil e seus objetivos de política externa, uma vez que alimentos e segurança energética são prioridades na agenda multilateral, que seria o principal foco do Brasil em suas atividades de decisão global. O deslocamento da produção mundial de alimentos e agrocombustíveis para a África e outros países em desenvolvimento se encaixaria na estratégia brasileira mais ampla de elevar a cooperação e a integração do mercado Sul-Sul. Desse modo, para o autor, a cooperação em agricultura e etanol torna-se "uma nova fronteira do engajamento entre o Brasil e o continente africano"[202].

De acordo com White, a cooperação faz parte de três categorias - "cooperação para o desenvolvimento, neo-mercantilismo e diplomacia política"[203] - que estruturam a relação do Brasil com a África. O sucesso dos programas sociais do governo Lula, no plano doméstico, teriam feito do Brasil um exportador de "tecnologia social" para outros países em desenvolvimento, revelando-se uma dimensão da "internacionalização do Brasil" que transcende os vetores sociais e comerciais e se tornando um importante componente da política externa para América Latina e África[204].

Já a diplomacia política e o engajamento multilateral do país, que priorizaram as relações Sul-Sul, conferiram ao continente africano atenção especial sem precedentes[205]. Segundo Sombra Saraiva[206], a agenda brasileira para a África, durante a presidência de Lula, representou uma combinação de mudanças ideológicas e estratégicas no próprio Brasil, tornando-se uma das principais frentes da inserção internacional do país no século XXI. A "volta" da África à política brasileira se daria sobre novas bases, ultrapassando parcialmente o discurso culturalista tradicional,

[201] Declaração em MATEO. Cooperação internacional. Ajuda ao próximo e ao distante, loc.cit.
[202] WHITE, loc.cit., p. 234-5, tradução ASG
[203] Ibid., p. 228-9, tradução ASG
[204] Ibid., p. 228
[205] Ibid.
[206] SOMBRA SARAIVA, J. F. The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian atlantic policy. *Revista Brasileira de Política Internacional* 53 (special edition), 169-183 (2010)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

legitimando-se na própria sociedade brasileira através de um consenso político e social amplo nas instituições, universidades, parlamento, grupos afro-brasileiros, empresas e agentes públicos interessados. A dívida histórica e moral foi, de acordo com o autor, reconhecida não somente nos discursos de Lula, mas também por boa parte da sociedade brasileira, demandando uma nova política externa[207].

Essa nova política externa para a África pode ser simbolicamente representada nas visitas presidenciais ao continente: em oito anos de governo, o presidente Lula visitou 29 países em dez viagens, totalizando mais visitas do que a somatória de todos os governos anteriores[208]. Das 35 novas embaixadas abertas durante o governo Lula, 16 se localizaram na África[209]. Logo no primeiro ano de governo, teve lugar o primeiro Fórum Brasil-África de política, cooperação e comércio, em 2003, em Fortaleza. Em 2009, Lula foi o convidado de honra da Cúpula da União Africana na Líbia, o que Celso Amorim denominou de "reconhecimento do engajamento pessoal do ex-presidente no continente"[210].

Para Sombra Saraiva, há uma estratégia coordenada, baseada no "interesse nacional", entre seus protagonistas, incluindo empresários a cargo da expansão do capitalismo brasileiro, e agentes diplomáticos[211]. Grande número de viagens oficiais (contando as visitas do chanceler Amorim) no contexto da "diplomacia presidencial" foram acompanhadas de delegações, constituídas de empresários, ministros e intelectuais. Isso significaria, segundo o autor, um gesto simbólico e o renascimento de um novo ciclo das relações do Sul-Atlântico[212]. A expansão do comércio e do investimento em países africanos seria, de acordo com o Itamaraty, uma forma de "ajudar, junto da implementação de outras políticas (como os projetos de cooperação técnica), a suprir as carências existentes no Continente Africano", além de garantir o fortalecimento da economia brasileira[213]. Para Celso Amorim, Lula revelou-se "o mais africano dos presidentes. Pediu perdão pelos crimes da escravidão, visitou mais de duas dezenas de países e abriu caminho para ações de cooperação e negócios".

[207] Ibid., p. 179
[208] Ministério de Relações Exteriores, loc.cit. Sessão 2.2.3 África, Comércio e Investimentos. O primeiro presidente brasileiro a ter viajado ao continente africano foi João Figueiredo, em 1982.
[209] AMORIM 2010 loc.cit. (entrevista)
[210] Ibid.
[211] SOMBRA SARAIVA, loc.cit., p. 179
[212] Ibid.
[213] Ministério das Relações Exteriores, loc.cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Segundo o ex-chanceler, o Brasil seria visto, por diversos países do continente, como um modelo a ser seguido, afirmando que "para cada problema africano existe uma solução brasileira"[214]. Nas palavras do próprio Itamaraty, esse *soft power* brasileiro é acompanhado de seu *hard power* econômico, com aspirações de poder e prestígio político:

> "Trata-se de uma política solidária e humanista, que almeja reduzir assimetrias, promover o desenvolvimento e combater a pobreza. Há, no entanto, ganhos concretos auferidos pelo Brasil em seu relacionamento com a África: acesso a mercados, vantajosas oportunidades econômicas e maior influência em foros multilaterais. Ou seja, o engajamento com a África eleva o perfil internacional do Brasil"[215].

Um exemplo simbólico dessa mistura de *soft* e *hard power* foi o anúncio de perdão da dívida da República Democrática do Congo com o Brasil (em torno de US$ 360 milhões), que deveria ser "trocada" pela compra de bens e serviços brasileiros para investimento na infraestrutura congolesa, gerando assim novas oportunidades de negócios para empresas com sede no Brasil[216]. Chegamos, assim, à terceira categoria exposta por White, o "neo-mercantilismo". Para esse autor, as empresas brasileiras dos setores de extração, construção e agricultura representam uma nova era de trocas comerciais nas relações entre o Brasil e o continente[217]. Segundo o Itamaraty, "empresas brasileiras já estão entre as principais investidoras em países africanos", instalando-se para atuar em três tipos de "negócios" diferentes: exploração das oportunidades dos mercados nacionais (ou regionais), extração de recursos naturais e construção de grandes obras públicas (tais como estradas, usinas de energia, etc.). O Ministério destaca o mercado líbio, a presença da Vale e da Petrobrás em vários países, e das empreiteiras brasileiras, que com o financiamento do BNDES e da Câmara de Comércio Exterior, realizaram obras por todo o continente[218]. As diversas viagens presidenciais, apesar de terem "um forte caráter político", visariam a fortalecer os laços econômicos, resultando, por exemplo, na criação de organizações empresariais, como a Câmara de Comércio Brasil-Gana, em 2005[219]. O Itamaraty destaca a atuação dos grandes grupos de construção e engenharia Odebrecht,

[214] Amorim cita a frase do queniano Calestou Juma. Ver AMORIM. A África tem sede de Brasil. **Carta Capital**, 28 de maio de 2011
[215] Ministério de Relações Exteriores, loc. cit., Resumo Executivo, p. 35.
[216] SANTOS, C. Brasil estuda perdoar dívida do Congo. **Valor Econômico**, 17 de outubro de 2007
[217] WHITE, loc.cit., p. 229
[218] Ministério de Relações Exteriores, loc.cit., p. 36.
[219] Id.., sessão África, Comércio e Investimentos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão, que atuam em diversos países, tais como Moçambique, Angola, Guiné Equatorial, Guiné Conacri, Mauritânia, Argélia e Líbia. Na Líbia, até a última operação da OTAN, as empresas brasileiras detinham uma carteira de mais de US$ 6 bilhões em obras, sendo US$ 3,5 bilhões para construção do novo aeroporto internacional e do anel rodoviário de Trípoli pela Odebrecht.[220]

Na área de extração dos recursos naturais, o Itamaraty destaca a atuação da Vale no Zâmbia, Gabão, República Democrática do Congo, Angola, África do Sul, Moçambique (onde está o complexo carbonífero de Moatize, que demandará, segundo o Itamaraty, mais de US$ 4,5 bilhões de investimentos) e na Guiné (onde comprou, por US$ 2,5 bilhões, 51% das operações da empresa BSG Resources, para exploração das jazidas de ferro de Simandou). Já a Petrobras trabalha com empresas locais e estrangeiras na prospecção em águas profundas e no seguimento de exploração e produção. Ela atua em Angola, Líbia, Namíbia, Tanzânia, e na Nigéria, que é o principal fornecedor do petróleo importado pelo Brasil. De acordo com o Ministério, "com a entrada em operação dos poços Agbami e Akpo, a Unidade da Nigéria será uma das maiores produtoras do Sistema Petrobras, fora do Brasil, no curto e médio prazo". Ademais, outros empreendimentos são relatados pelo Itamaraty, mostrando a forte relação entre empresas e agentes estatais: a produtora de ônibus Marcopolo atua no Egito e na África do Sul; a empresa RANDOM está na Argélia e no Quênia; o consórcio formado pela Eletrobrás, Furnas, Odebrecht e Engevix assinou contrato com os governos da Namíbia e de Angola para estudo de viabilidade de aproveitamento hidrelétrico em Baynes, no rio Cunene; a Odebrecht construirá usina de etanol em Gana e em Angola; a empresa brasileira HRT-Petroleum iniciou suas atividades de campo na Namíbia, em 2008; a empresa brasileira Dedini Indústria de Base S/A vendeu ao Sudão, em 2008, a primeira usina de etanol instalada naquele país[221].

Lula teria afirmado que as empresas brasileiras seriam lentas e tímidas quando comparadas às chinesas[222]. De fato, além dos vínculos históricos e culturais, a atuação da política externa brasileira e a promoção do investimento no continente africano

[220] Ibid.
[221] Ibid.
[222] WHITE, loc.cit., p. 231

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

devem ser compreendidas sob o aspecto geopolítico de competição por acesso a recursos naturais na concorrência com potências tradicionais e emergentes. Segundo White, o Brasil tem um engajamento situado entre o "estilo chinês" (que seria altamente político e apoiado pelo peso do Estado por trás dos investimentos e das iniciativas de cooperação) e o "estilo indiano" (caracterizado por investimentos e atividades empreendedoras do setor privado)[223]. Enquanto as exportações do Brasil para a África estavam em US$ 18,5 bilhões, em 2008 (e as importações, aprox. US$ 8 bilhões), as chinesas chegavam a US $107 bilhões[224].

Angola é um dos principais países em que a competição entre Brasil e China parece ter lugar de forma aberta, e onde interesses comerciais e estratégicos se confundem com ajuda ao desenvolvimento. O BNDES proveu uma linha de crédito de US$ 1,75 bilhão ao governo angolano para reconstrução do país, implicando a contratação de empreiteiras brasileiras. Embora significativo em termos políticos, ele é muito inferior às crescentes linhas de crédito chinesas para o país, que já está em US$ 4 bilhões[225]. Como garantia de pagamento de mercadorias e serviços que importa, o país africano oferece uma chamada "conta-petróleo"[226]. De acordo com a Agência Brasileira de Exportação e Investimento (APEX), que abriu um escritório no país, Angola tornou-se, a partir de 2003, "um dos principais sustentáculos da política brasileira para África", uma vez que é o maior receptor de investimentos brasileiros no continente[227]. Segundo a APEX, o Brasil tem se beneficiado do crescimento econômico angolano: as exportações ao país aumentaram 10 vezes, de US$ 200 milhões, em 2000, para quase US$ 2 bilhões, em 2008. O IED brasileiro, em Angola, totalizou US$ 58 milhões em 2008, destacando-se as empresas da área de construção civil e a Petrobras. Esta última atua em Angola desde 1979, e passou a ser operadora na exploração petrolífera, especificamente em águas profundas, e não apenas

[223] Ibid., p. 229
[224] Ibid., p. 230
[225] Ibid., p. 231. Foi notório o caso de Angola, que rompeu negociações com o FMI em 2003, em favor do crédito oferecido pelo governo chinês. Ver DENT, Christopher (ed.): **China and Africa Development Relations**. London, New York: Routledge, 2011
[226] De acordo com o jornal Valor Econômico, o mesmo mecanismo de garantia estaria sendo hoje negociado com Gana (Leo. S. País elabora estratégia para se tornar mais competitivo na África. **Valor Econômico**, 8 de novembro de 2011). Observa-se que a China já mantém esse mecanismo de troca entre financiamento de serviços de infraestrutura por matérias-primas e commodities, como no caso do Sudão, Zimbábue e outros. Ver Dent, op.cit.
[227] APEX-BRASIL. **Angola. Estudo de Oportunidades 2010**, p. 7; 13. Disponível em www.apexbrasil.com.br

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

exploradora de poços. Seu plano de negócios 2009-13 prevê 5% dos investimentos no exterior para o país. Já a Odebrecht atua em Angola desde 1984, e tem se inserido na economia angolana não apenas no setor de construção, mas também em segmentos como diamantes, petróleo e energia[228], além de supermercados, soja e etanol[229].

A APEX abriu escritórios em Pequim, Dubai, Miami, Havana, Varsóvia, Moscou, Bruxelas e Angola, com a missão de identificar oportunidades de negócios para expandir o comércio e investimento brasileiros nessas regiões. Isso demonstra a ligação, na política externa brasileira, entre diferentes atores (como o BNDES, Embrapa, APEX, MiDIC) com acordos diplomáticos e interesses empresariais, que é uma das principais características da política para a África e também para o Oriente Médio. Tanto na África quanto no Oriente Médio, a relação das empresas brasileiras e agentes estatais se estreita não só com a abertura desses escritórios da Agência, mas também com a participação em feiras de negócios e, ainda, com a organização de missões empresariais promovidas pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MiDIC) nesses países[230].

As relações com os países do Oriente Médio também se estreitaram de forma significativa durante o governo Lula. O presidente foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar o Mediterrâneo Oriental (Líbano e Síria em 2003, e Israel, Palestina e Jordânia, em 2010) e o primeiro a visitar o Irã (em 2010)[231]. Para o Ministério de Relações Exteriores, "o crescimento do perfil internacional do Brasil, durante o Governo do Presidente Lula, permitiu impulsionar a aproximação do País com o Oriente Médio", observando-se um significativo reconhecimento, por parte dos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

[228] Ibid., p. 19
[229] WHITE, loc.cit., p. 231
[230] A título de exemplo, no final de 2009 foi realizada missão empresarial com Ministro de Desenvolvimento Indústria e Comércio (MiDIC) em Angola, Moçambique e África do Sul, acompanhada por 93 empresas dos setores de alimentos e bebidas, agronegócio, casa e construção, indústria automotiva, energia, máquinas e equipamentos, varejo, cosméticos, materiais elétricos e eletroeletrônicos, calçados, defesa, infraestrutura e têxtil, resultando em US$ 115,2 milhões em negócios. Ver "APEX-Brasil lança Centro de Negócios em Angola", Nota APEX 25/11/2010, www.apexbrasil.com.br. Já no final de 2011, uma nova missão comercial foi realizada em Moçambique, Angola e África do Sul, com 53 empresas dos setores de casa e construção civil, máquinas e equipamentos, alimentos e bebidas e agronegócios, além de comerciais exportadoras e tradings. A APEX estima a geração de negócios no volume de US$ 19 milhões em Moçambique, US$ 51 milhões em Angola e US$ 52 milhões na África do Sul. Ver "Missão comercial à África conclui ações com expectativa de US$ 122 milhões em negócios", nota APEX de 1/12/2011, disponível em www.apexbrasil.com.br
[231] Ministério de Relações Exteriores, loc.cit., Resumo Executivo, p. 37.

atores regionais, do papel que o Brasil pode desempenhar nos diferentes processos em curso na região[232]. Mas, diferentemente das relações com a América Latina e a África, as relações com os países do Oriente Médio tiveram uma ênfase comercial e empresarial mais clara e aberta, menos cobertas por políticas sociais e culturais. Segundo o MRE, houve um maior número de visitas presidenciais ou ministeriais acompanhadas de missões empresariais à região, uma constante participação do Brasil em feiras e mostras internacionais, assim como certa complementaridade entre as economias brasileira e médio-orientais[233].

Um marco nas relações Sul-Sul durante o governo Lula foi a realização, em 2005, da I Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA), em Brasília, com o "objetivo de ampliar o conhecimento mútuo das duas regiões em termos políticos, econômicos e culturais", seguida pela II Cúpula em 2009 em Doha. Esse processo teria contribuído, de acordo com o Itamaraty, para uma sensível melhora nos fluxos comerciais e de investimentos entre ambas as regiões, tendo tido um ativo engajamento do meio empresarial (e um acompanhamento do foro empresarial), particularmente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, que atua como facilitadora do intercâmbio de informações entre o empresariado brasileiro e o médio-oriental[234]. Em 2004, no ano anterior ao lançamento da ASPA, o comércio bi regional era de US$ 11 bilhões, saltando para US$ 30 bilhões em 2008 (crescimento de 170%). Entre o Brasil e os países árabes (que envolvem o Oriente Médio e o Norte da África), o comércio passou de US$ 8,2 bilhões para US$ 20 bilhões (150% de crescimento) no mesmo período[235]. O Oriente Médio é de interesse de setores exportadores de bens alimentícios brasileiros, uma vez que o Brasil é um dos principais fornecedores de carne bovina e frango para a região, além de açúcar, grãos, milho e soja[236].

O governo Lula iniciou negociações de acordos comerciais com países da região. Durante a Cúpula, o Mercosul assinou um Acordo-Quadro de Cooperação Econômica com os Estados Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo. Negociam-se, atualmente, acordos de livre comércio e preferências entre o Mercosul e o Marrocos, e com a Síria[237]. Com Catar, o Brasil fechou um

[232] Id., sessão 2.4.15 Oriente Médio. Comércio e Investimentos.
[233] Ibid.
[234] Id. sessão 2.4.1 Oriente Médio, Cúpula América do Sul-Países Árabes
[235] Ibid.
[236] Id., Resumo Executivo, p. 39
[237] Ibid.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

acordo sobre bitributação no setor de transporte aéreo internacional em 2010, e um Acordo de Cooperação Econômica e Comercial entre Qatar Holding LLC e o BNDES, Vale e Previ. Com o Kuait, o Brasil assinou, em 2010, uma Emenda ao Acordo de Cooperação Econômica de 1975. Com o Barein, o país negocia um Acordo de Cooperação Econômica e Comercial e um Acordo para a Promoção e Proteção de Investimentos, tendo já firmado um Memorando de Entendimento para Cooperação entre a Câmara do Comércio e Indústria do Barein e do Brasil. Com a Jordânia, o Brasil firmou, em 2008, um Acordo de Cooperação Econômica e Comercial e um Acordo-Quadro (juntamente com o Mercosul) para a criação de área de livre-comércio[238].

O Mercosul fechou com o Egito, em 2010, e com Israel, em 2007, acordos de livre comércio e preferências que contemplam a abertura de mercados, com uma cláusula evolutiva sobre a possibilidade de entendimentos sobre acesso a mercados concernentes a serviços e investimentos. Os investimentos entre Brasil e Israel estão equilibrados: segundo o Itamaraty, entre 2001 e 2008, o IDE brasileiro em Israel totalizou US$19 milhões, enquanto que os israelenses no Brasil foram de US$19,4 milhões no mesmo período. Os investimentos se concentram em setores de tecnologia, telecomunicações, defesa e fármacos[239]. No setor de telecomunicações, estão no Brasil as israelenses GVT, ECI Telecom e a Milenia. No setor de defesa está a Elbit, por meio de sua subsidiária Aeroeletrônica (AEL), que fechou, em 2008, contrato com a Embraer para fornecimento de componentes do caça AMX, no valor de US$187 milhões até 2014. No setor farmacêutico, há a presença da empresa de genéricos Teva. Na área de tecnologias agrícolas, destaca-se a empresa de tecnologia israelense de irrigação Netafim Brasil. Com relação à presença de empresas brasileiras em Israel, o Ministério de Relações Exteriores destaca a Consist Software, que atua no setor corporativo e público com sistemas de software e consultoria, e a H. Stern, que atua no mercado israelense de comércio de diamantes. Uma missão empresarial brasileira a Israel, promovida pela Câmara de Comércio Brasil-Israel em 2010, apontou possibilidades de investimentos brasileiros na área da construção civil[240].

Chama a atenção o grande número de missões empresariais e participação em

[238]Id., sessão 2.4.15 Oriente Médio, Comércio e Investimentos
[239] Ibid.
[240] Ibid.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

feiras e eventos, configurando uma característica diferenciadora das relações do Brasil com o Oriente Médio. Durante o primeiro mandato do governo Lula (2003 a 2006), o Brasil promoveu missões empresariais para o Líbano, Kuwait, Israel, Emirados Árabes, Arábia Saudita, além de promover feiras e participar de eventos na Síria, Iraque, Israel[241] e Dubai, onde, em 2003, o Brasil participou, pela primeira vez, de uma feira de negócios no mundo árabe, com a presença de 86 expositores de produtos. Nessa mesma viagem, Lula percorreu um roteiro inédito desde Dom Pedro II, em 1870 - Damasco, Beirute, Dubai, Cairo e Trípoli - acompanhado, entre outros atores, de representantes de 45 empresas brasileiras[242].

Durante do segundo mandato (2007-2010), o Brasil participou de feiras e eventos na Arábia Saudita, Israel, Síria, Iraque e Irã[243]. A visita do governo brasileiro à Palestina, Israel e Jordânia em 2010 - que visou a sinalizar o interesse do Brasil em participar do processo de paz no Oriente Médio - foi acompanhada por representantes de 70 empresas, como construção civil (a empresa Camargo Correia está envolvida na construção de um túnel para conter degradação do Mar Morto e em projeto de irrigação de terra), a Embraer (interessada na venda de aviões "super-Tucano"), a Eurofarma, assim como empresas de segurança e vigilância (interessadas em associação com empresas israelenses)[244]. Também a Missão Empresarial, organizada pelo MiDIC ao Kuwait, Catar, Arábia Saudita, Síria e Emirados Árabes foi acompanhada de representantes de 75 empresas brasileiras dos setores de agronegócio, casa e construção, além de alimentos e bebidas[245].

O Brasil também procurou estabelecer-se como um interlocutor do Irã com as potências tradicionais. O país negociou uma solução para a questão nuclear, com vistas a despertar a confiança dos países ocidentais em um compromisso do Irã de uso de tecnologia nuclear para fins civis, de modo a reforçar a soberania brasileira e dos demais países em desenvolvimento para a questão nuclear. Após uma árdua negociação, Brasil, Turquia e Irã fecharam, em maio de 2010, um acordo inédito para

[241] Ibid.
[242] VALOR ECONOMICO. Diplomacia e mais comércio com os árabes pautam a viagem de Lula, 3 de dezembro de 2003
[243] Ministério das Relações Exteriores, loc.cit.
[244] Ver LEO, S. Lula faz visita política ao Oriente Médio. **Valor Econômico** 12 de março de 2010, e Id. Jordânia é vista como vitrine a grupos do país no Oriente Médio. **Valor Econômico**, 19 de março de 2010.
[245] Ver APEX. Missão empresarial brasileira visita cinco países do Oriente Médio, nota APEX, 25 de novembro de 2010, em www.apexbrasil.com.br (acesso em novembro de 2010).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

que o Irã pudesse enriquecer combustível nuclear no exterior[246]. Apesar de não ter conseguido impedir a aprovação de sanções contra o Irã pelo Conselho de Segurança da ONU, a atuação do país demonstrou credibilidade, segundo Celso Amorim, além de reconhecimento do valor e do peso relativo da atuação do Brasil e da Turquia[247].

Mas as relações com o Irã vão além dos aspectos políticos de mediação e afirmação do direito de desenvolvimento de tecnologia nuclear, abrangendo também os interesses econômicos de setores exportadores, setor de energia elétrica, construtoras, assim como as empresas Vale e Petrobrás, envolvendo créditos públicos para a ampliação de negócios de empresas brasileiras nesse país. Em visita do presidente iraniano Ahmadinejad ao Brasil em 2009, foi criado um Grupo de Trabalho Conjunto para promoção do comércio e investimento para produtos agrícolas, serviços de engenharia, logística, petróleo e gás, maquinário, têxteis e vestuário, produtos químicos, automóveis e partes automotivas, equipamentos de telecomunicação e dispositivos de automação de escritório e produtos eletrônicos. Foi fechado um acordo de cooperação na área de construção de usinas hidrelétricas, usinas termelétricas, redes de transmissão e distribuição de energia elétrica e equipamentos para essas construções[248]. Já a visita do presidente Lula ao Irã em 2010, por ocasião de fechamento do acordo mediado por Brasil e Turquia, foi acompanhada do Ministro da Indústria e Comércio, facilitando a expansão de setores de carne e outros alimentos, envolvendo as empresas Bunge alimentos, Mafrig, JBS, Berlin, Mataboi, Minerva, Granol, com investimentos de US$ 10 a 50 bilhões. Também houve a presença das empresas de construção civil, da Petrobrás (que ingressou em 2004 no Irã, mas já saiu) e da Vale. Foi lançada uma linha de crédito específica para facilitação de exportações ao Irã através da Caixa Econômica Federal, no valor de U$ 1bilhão, em cinco anos[249].

Na área de energia e petróleo, em que os países do Oriente Médio e Norte da África são os principais produtores mundiais, a Petrobras vem atuando para ampliar

[246] Ministério de Relações Exteriores, loc.cit. Resumo Executivo, p. 38, e COSTA, A.L. O Império contra-ataca. **Carta Capital**, 26 de maio de 2010.
[247] AMORIM, C. 2010, loc.cit. (entrevista)
[248] Ministério de Relações Exteriores. **Atos assinados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad** - Brasília, 3 de novembro de 2009. Nota à imprensa 602, disponível em www.itamaraty.gov.br (acesso novembro de 2010)
[249] Dados publicados nos artigos COSTA, R. Brasil usa Irã para reforçar soberania na área nuclear. **Valor Econômico** 14 de maio de 2010, e Id. Irã quer manter enriquecimento de urânio. **Valor Econômico**, 18 de maio de 2010).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

sua presença. Em 2005, a empresa formalizou um contrato com a estatal da Líbia National Oil Corporation (NOC), que lhe assegurou o direito de explorar óleo e gás na área 18 da seção líbia do Mar Mediterrâneo, com o compromisso de partilhar a produção. A estatal, que esteve ausente do país nos últimos 11 anos, destaca que a reaproximação diplomática com as autoridades da Líbia teve participação do ministério das Relações Exteriores, possibilitando a concretização do novo acordo[250]. Já em 2007, no contexto da crise de fornecimento de gás natural pela Bolívia, o então presidente da Petrobras, Gabrielli, visitou o Oriente Médio mantendo uma agenda com a Qatar Petroleum e subsidiárias de energia e gás natural. De acordo com o Itamaraty, essa teria sido a primeira visita de impacto desde a abertura da Embaixada em Doha, em abril de 2005. No Iraque, o tentativo processo de estabilização política (ainda sob ocupação das forças militares invasoras) abriria, para o Ministério, "oportunidades expressivas de participação da Petrobrás nos planos de modernização do setor petrolífero iraquiano". Em abril de 2009, o Ministro do Planejamento iraquiano foi recebido pelo Presidente da Petrobrás[251]. Na área de agrocombustíveis, também haveria "enormes oportunidades", apontadas pelo chanceler Amorim em sua passagem por Amã, em 2009, por ocasião do conflito na Faixa de Gaza, quando o monarca Hashemita e o chanceler jordaniano frisaram o interesse da Jordânia em agrocombustíveis e agricultura em região semiárida[252]. Por fim, outra área expansão do capital brasileiro no Oriente Médio e Norte da África é a de construção e engenharia. Executivos da construtora Andrade Gutierrez acompanharam a comitiva do governo brasileiro na Argélia em novembro de 2005, declarando que esse país seria um "mercado promissor", uma vez que o governo brasileiro planejou investir até US$ 60 bilhões em infraestrutura. Segundo informação publicada no jornal Valor Econômico, a empresa projetou a construção de lotes de uma rodovia de 900 quilômetros que cruza a Argélia de leste a oeste, ao custo de 2 bilhões de euros, além de disputar a construção de duas barragens[253]. Conforme já exposto, até a entrada das

[250] De acordo com o Valor Econômico, "a volta à Líbia está alinhada ao Plano Estratégico 2015 da Petrobras, que estabelece o objetivo de forte crescimento internacional em áreas-foco, entre elas as de águas profundas e ultraprofundas da costa do continente africano, onde a Companhia já atua em três outros países: Nigéria e Angola (na parte oeste), e Tanzânia (a leste)". VALOR ONLINE. Petrobras fecha contrato de exploração de óleo e gás com a Líbia, 15 de março de 2005

[251] Ministério de Relações Exteriores, loc.cit., sessão 2.4.9 Oriente Médio, Energia.

[252] Ibid.

[253] VALOR ECONOMICO. Andrade Gutierrez faz primeira obra na Espanha e cobiça Argélia, 23 de dezembro de 2005

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

forças militares da OTAN na Líbia, além da Andrade Gutierrez, também estavam no país a Odebrecht, a Queiroz Galvão e a OAS, que poderão voltar para finalizar as obras e iniciar novos projetos de reconstrução, após os conflitos militares. No atual momento de reconstrução do Iraque, essas construtoras, além da Petrobrás, mostram interesse no plano do governo para infraestrutura[254].

Afora as viagens presidenciais, acompanhadas de representantes de câmeras de comércio e empresários, facilitando o contato destes com os governos locais, Sennes/Mendes destacam mecanismos não institucionalizados, que demonstram "coincidir" as estratégias de política externa nas relações Sul-Sul com a lógica de investimentos das empresas. Um exemplo desses mecanismos é a abertura de embaixadas brasileiras em países em que há interesse de expansão do capital com sede no Brasil. Os autores citam, como exemplo, a atuação da Petrobras na Tanzânia e Guiné Equatorial, que coincide com a abertura de embaixadas brasileiras nesses países, facilitando o ganho de concessões de operação e concorrência[255]. Nas palavras do Itamaraty, na ocasião da visita do presidente da Petrobrás ao Oriente Médio em 2007, "aventou-se a possibilidade de que o Sultanato de Omã viesse a ser país fornecedor de gás natural liquefeito ao Brasil, o que motivou, adicionalmente, a abertura da Embaixada em Mascate, em abril de 2008"[256]. Além disso, a abertura dessa embaixada "levou em conta os investimentos da Companhia Vale do Rio Doce na construção de um moderno porto e de uma unidade industrial para a pelotização de minério de ferro nos arredores de Mascate", apesar do Itamaraty assumir que Omã tem "potencial demográfico reduzido (2,3 mi), não gerando fluxo comercial de monta", mas esperando que "a exportação de minério de ferro pode ser expressiva, dada a implantação de siderúrgicas"[257]. Desse modo, os contatos públicos tornam-se "catalisadores" para novos negócios de empresas multinacionais brasileiras.

No marco dessas novas relações Sul-Sul, a atuação do Brasil junto ao Irã teve grande relevância para as relações internacionais do Brasil como um todo. Apesar da controvérsia na opinião pública no plano doméstico, chegou-se a afirmar que o

[254] LEO, S. UE quer participação do Brasil na reconstrução da Líbia; e JUNQUEIRA, C. Após décadas de afastamento, Iraque e Brasil buscam negócios . **Valor Econômico**, 3 de novembro de 2011
[255] SENNES; MENDES, loc.cit., p. 172.
[256] Ministério de Relações Exteriores, loc.cit.
[257] Ibid., sessão Oriente Médio, Comércio e Investimentos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

episódio do acordo entre Irã, Brasil e Turquia representou um passo no deslocamento do "centro de gravidade" da geopolítica mundial. A ação do Brasil e da Turquia teria sido um marco no processo de reconfiguração do poder e do surgimento de novas potências, dado que ambos os países, que há pouco tinham papel "coadjuvante", projetam-se como lideranças críticas às potências tradicionais, "representantes" dos interesses de suas regiões e como potências médias de importância econômica[258]. Partindo da premissa de que a estrutura de governança mundial do pós Segunda Guerra não mais corresponde à configuração de poder mundial, Fiori[259] afirma que estaria em curso um processo de distribuição de recursos do poder global. Esse processo não é, entretanto, automático, e dependeria da capacidade estratégica e da ousadia dos governos envolvidos nessa transformação. Para Fiori, a iniciativa diplomática do Brasil criou uma nova realidade, que escapou ao controle dos EUA e seus aliados. Essa foi a primeira vez que o país interveio longe de sua zona imediata de interesse regional, o que deve ser compreendido como marco de um projeto de potência global, que deverá usar sua influência para ajudar a moldar o mundo além de suas fronteiras. O sucesso do acordo teria consagrado uma nova posição de autonomia do Brasil frente aos EUA, Inglaterra, França e também aos demais BRIC[260].

Segundo as análises desse autor, os países que projetaram seu poder para fora de si mesmos, e conseguiram se transformar em grandes potências, foram, em algum momento, periféricos e insignificantes dentro do sistema mundial[261]. As reflexões de Fiori se enquadram no marco realista da Economia Política Internacional, ao afirmar que um Estado que se proponha a expandir o seu poder internacional necessariamente deverá questionar e lutar contra a distribuição prévia do poder dentro do sistema, objetivando ampliar sua capacidade de decisão e iniciativa estratégica autônoma no campo político, econômico e militar, para poder difundir melhor e aumentar a eficácia de suas ideias e propostas de mudança no sistema mundial[262]. O futuro do sistema mundial dependeria de um jogo de poder entre os grandes países continentais, EUA,

[258] COSTA. O Império contra-ataca, loc.cit.
[259] FIORI, José Luis. Um acordo e seis verdades. **Valor Econômico,** 26 de maio de 2010
[260] Ibid.
[261] Id. Brasil: vocação natural e vontade de potência. **Valor Econômico**, 24 de fevereiro de 2010
[262] Id. O debate da política externa: os progressistas. **Valor Econômico**, 27 de janeiro de 2010

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Brasil, China, Rússia e Índia, sendo que estes últimos disputam hegemonias regionais e já projetam seu poder econômico ou diplomático para fora de suas regiões[263].

"De volta para o futuro", retornamos ao debate mais amplo sobre o Brasil do século XXI. Estaríamos hoje aprofundando um modelo de inserção internacional dependente ou, ao contrário, estaríamos usando as novas oportunidades para construir um novo papel internacional?[264] Para Cervo, teríamos alcançado (finalmente) a "terra prometida" pela modernização capitalista: "Se vivos estiverem, felizes devem estar, pois, os economistas cepalinos dos anos cinquenta e os teóricos da dependência da década seguinte, observando que o país galgou finalmente o processo de desenvolvimento em seu último patamar"[265]. Para Fiori, hoje seria impossível o Brasil sustentar seus objetivos e compromissos sul-americanos sem pensar e atuar, simultaneamente, na esfera global. O país teria maior potencial de expansão pacífica dentro da própria região, usufruindo da condição de potência desarmada, porque está situado na zona de proteção militar incondicional dos EUA, além de usufruir da condição de candidato herdeiro à potência, porque é o único que pertence inteiramente à matriz civilizatória dos EUA. Ademais, o Brasil teria contado, no período recente, com a liderança política de um presidente que transcendeu seu país, e projetou mundialmente sua imagem e influência carismática[266]. O projeto sul-americano dependeria cada vez mais das escolhas brasileiras e da forma pela qual o Brasil desenvolverá suas relações com os EUA. De acordo com essa visão, se o Brasil "quer mudar sua posição geopolítica, obedecendo as 'regras do jogo' do sistema internacional, terá que desenvolver um trabalho extremamente complexo de administração contínua das relações de competição, conflito e complementariedade com os EUA, e com as demais potências, tomando como norte os próprios interesses econômicos e geopolíticos"[267].

---

[263] Id. Brasil: vocação natural..., loc.cit.
[264] Essa pergunta foi colocada por João Carlos Ferraz, vice-presidente do BNDES, à plateia de estudantes de graduação numa palestra realizada em novembro de 2011 na PUC-Rio. A grande maioria dos estudantes presentes respondeu que estávamos aprofundando o modelo de inserção dependente.
[265] CERVO, Amado. **Internacionalização da economia brasileira**, op.cit., p. 14
[266] FIORI. Brasil: vocação natural..., loc.cit.
[267] Id. América do Sul à beira do futuro. **Valor Econômico**, 4 de novembro de 2009

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Nesse capítulo, demonstramos que a expansão das relações do Brasil com outros países e regiões do Sul significou um caminho de expansão também para os principais grupos econômicos no país, apoiado por políticas públicas e institucionais, em especial a política externa e a política de crédito, que foi reforçada, de forma significativa, através de mudanças ocorridas no BNDES a partir de 2003. Com isso, procuramos demonstrar que o projeto econômico (a expansão das empresas e grupos multinacionais sediados no Brasil) está integrado ao projeto político (o de ser uma potência). Ambos não estão livres de contradições, diferenciações internas, e mesmo distintos objetivos de diferentes sujeitos que os iniciaram e que os sustentam. Não consideramos, portanto, que haja uma linearidade entre intenções e resultados, mas apontamos para um *projeto de poder* - mesmo não sendo, por vezes, explícito ou homogêneo e mesmo não havendo uma formulação clara por parte dos tomadores de decisão nesse sentido. Ambos os projetos, político e econômico, estão ligados a uma reconfiguração da ordem mundial, em que os países chamados "emergentes" têm buscado maior capacidade de ação e incidência nas instâncias de decisão mundial, em um processo que se acelerou após o início da crise econômica em 2008.

Entendemos a relação entre capital e Estado, economia e política, como uma relação dinâmica, visando à compreensão da totalidade. Notamos que a frequente convergência de interesses e de atuação entre capital e Estado coloca, muitas vezes, os interesses das empresas como interesse "do Brasil". Nesses casos, a noção de "interesse nacional" é mesclada com o papel das empresas, no senso comum da sociedade. Elas são representadas, pelo governo e pelos meios de opinião pública, como os motores de "desenvolvimento nacional", símbolo de um Brasil "moderno" e novo, capazes de competir no mercado internacional entre "as grandes". Conforme afirma Cervo: "Bem percebeu o operário Luiz Inácio Lula da Silva, promotor da internacionalização da economia brasileira como Presidente, ao estimular os empresários a tomar o caminho do mundo e dizer-lhes: 'é bom para o Brasil'"[268]. Os interesses particulares são, assim, representados como universais. Nos casos da Vale e da Petrobras, as empresas usam símbolos e cores nacionais, mesclando sua identidade corporativa à do país. Mecanismos de marketing, "ações sociais" e formação de conhecimento e informação contribuem para a construção de um mito das empresas

[268] CERVO, op.cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

como motores do desenvolvimento, formando um consenso em torno de seu papel e o papel do Estado e incidindo sobre o senso comum popular[269]. Como desconstruir o mito, por exemplo, da Petrobrás, que representa a luta pela soberania sobre dos recursos energéticos brasileiros, ao passo que explora os bens e recursos naturais das populações de outros países e regiões?

Temos, assim, um complexo "quebra-cabeça", que mescla interesses e atores públicos e privados. Esse "quebra-cabeça" toca no profundo dilema entre ser "explorador" e "explorado", nem centro nem periferia. Desse modo, é necessário entendermos a interconexão dinâmica entre os mecanismos públicos de apoio às empresas, sua representação na opinião pública e os seus efeitos no sentimento nacional, que toca no senso comum e no imaginário popular da sociedade brasileira sobre um Brasil que é, ao mesmo tempo, pobre e desigual, mas "grande" e que se torna "importante" no mundo.

Podemos perceber, portanto, dois grandes desafios. De um lado, há o enfrentamento direto entre trabalhadores, comunidades e populações locais afetadas, e empresas e agentes do Estado que as apoiam, em torno de projetos que, para "os atingidos"[270], são destruidores de seus meios de vida, de trabalho, absorvedoras de créditos públicos e, por conseguinte, da renda da classe trabalhadora brasileira. De outro, temos o desafio dentro da própria sociedade brasileira, no sentido de desafiar e questionar a ideia de que somos maiores e mais "desenvolvidos" do que nossos vizinhos sul-americanos, ou que os africanos, ao mesmo tempo em que precisamos nos "desenvolver" no mesmo modelo europeu ou estadunidense, crescendo a partir de um projeto de "Brasil potência", difundido fortemente nos governos militares, e que hoje é retomado por outros meios.

[269] Gramsci definiu o "senso comum" como a concepção popular tradicional de mundo, uma coleção de ideias e opiniões fragmentadas, acríticas, incoerentes, que estariam ligadas ao folclore, mitos populares, crenças religiosas, etc. Oposto a ele estaria o "bom senso", o pensamento crítico, coerente e consciente, que une pensamento e ação de forma direcionada. A hegemonia das classes dominantes é construída na esfera da sociedade civil, a partir do senso comum, mas de maneira a guiá-lo no sentido coerente com o seu programa, criando um *consenso* em torno deste. Enquanto o senso comum para Gramsci é amplo e fragmentado, o consenso é ativamente construído e produzido pelas instituições da sociedade civil (mídia, universidades, marketing, nas associações, escolas, igrejas, etc.), de forma coerente com a ideologia do grupo que busca exercer liderança. Ver GRAMSCI. **Selections from the Prison's Notebooks.** Edited and translated by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers, 2008 (1971), p. 326-28; 419-20.

[270] O conceito de "atingidos" foi cunhado pelos movimentos sociais, e hoje há redes e organizações de "atingidos" pelas barragens, pelo BNDES, pela Vale, etc.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

Podemos nos direcionar para as reflexões teóricas que o conjunto de fatos apresentados nos remetem. Partimos, doravante, de constatações e elementos empíricos para desenvolver uma reflexão acerca de conceitos que caracterizam relações de poder e dominação na esfera internacional, buscando compreender em que medida esses conceitos podem ser usados, ou devem ser renovados ou redefinidos numa nova configuração de expansão do capital. Ao apresentar as diferentes abordagens e perspectivas sobre a construção da hegemonia e sobre o imperialismo capitalista, tomando os principais elementos desses conceitos, questionamos: qual o lugar e o papel do Brasil (e demais "países emergentes") na estrutura global de reprodução expandida do capital?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CB

5.

Capital, Estado, hegemonia e imperialismo: qual o lugar e o papel do Brasil e dos "países emergentes"?

"¿Es cierto que Brasil tiene una idea imperial de la diplomacia o es un mito? (Ríe.) No. Brasil tiene interés muy fuerte en el desarrollo de toda la región pese a las asimetrías entre los distintos países. No es un imperio, no quiere serlo ni quiere repetir los errores de los imperios. Al contrario. Cree en asociarse, en cooperar, en reformar un sistema internacional que se caracteriza, a mi juicio, por la convivencia de potencias centrales y de ex colonias, como nosotros. Los países más pobres, los países en desarrollo, tenemos intereses comunes para cambiar las reglas del mundo"[*]

Em que medida a hegemonia internacional pode ser desafiada por países nos quais as classes dominantes estão comprometidas com o próprio projeto hegemônico? A atual ascensão de países chamados "emergentes" configuraria uma perspectiva de ordem não hegemônica, ou esses países, e suas diferentes forças sociais, reproduziriam a lógica de acumulação capitalista, levando assim a mais um ciclo de expansão do capital global? Esses questionamentos foram apresentados no primeiro capítulo do presente trabalho. Ali, organizamos as respostas de acordo com diferentes perspectivas teóricas e visões de mundo. Primeiro, aquelas que contemplam ajustes e acomodações, e não mudanças radicais na ordem mundial, tendo como normatividade (ora implícita) o "bom funcionamento" e a manutenção da própria ordem mundial sob dominação dos EUA. Essa perspectiva, que, em grande medida, parte de pensadores situados no centro de poder global (os Estados Unidos) é mais frequentemente encontrada em autores das correntes teóricas dominantes das Relações Internacionais, o realismo e o institucionalismo. Segundo, aquelas que veem mudanças e o descolamento do centro de acumulação, com o declínio da hegemonia estadunidense em direção a uma ordem plural, e o possível deslocamento do centro de poder e acumulação de capital para o Leste Asiático, podendo significar uma transição do próprio capitalismo. Muitos pensadores vinculados à chamada abordagem do "sistema mundo", que se enquadram no campo marxista das RI, sustentaram essa ideia. Ela é revidada por realistas e marxistas (em uma terceira perspectiva), que analisam

[*] Samuel Pinheiro Guimarães, no cargo de Alto Representante do Mercosul, em entrevista ao jornal argentino Pagina 12, reproduzido por El País em 10 de maio de 2011

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

mudanças e configurações históricas que desembocam no aprofundamento do capitalismo com base no poder americano. Partindo de visões de mundo e métodos diferentes, alguns realistas e marxistas afirmam que a expansão global do capital é reproduzida pelos "países emergentes" como a China, impulsionando um novo ciclo expansivo. Desse modo, a expansão econômica na Ásia se situaria dentro da estrutura de poder capitalista estadunidense, não implicando uma "ameaça" a esse poder. Neste último capítulo, retornaremos a alguns desses autores das três diferentes perspectivas sobre a "emergência" de países como a China e o Brasil, analisando suas abordagens sobre a construção de uma ordem hegemônica e do imperialismo na sua fase atual.

A exportação de capitais (por meio de crédito e investimentos direitos) e um projeto de poder político são historicamente duas dimensões centrais dos fenômenos mundiais de hegemonia e imperialismo capitalista, que implicam intervenções em estruturas, relações sociais e formas de vida locais previamente existentes, além de reconfigurações territoriais, gerando conflitos. Essas dimensões compõem, por sua vez, importantes determinantes da ascensão e da atuação internacional dos países BRICS. Nos capítulos anteriores, demonstramos que a internacionalização de empresas brasileiras é decorrente tanto da formação de monopólios no mercado doméstico (não esgotando suas possibilidades de acumulação), quanto de políticas públicas proativas, que buscam a melhor inserção do país no marco da competição capitalista global. A expansão internacional dessas empresas está estreitamente relacionada à busca do país pela diversificação de relações político-comerciais, com a ampliação e o aprofundamento dessas relações com outros países e regiões do Sul, que formam as bases a partir das quais o país busca ter maior participação e incidência nas instâncias globais de concertação política. Consideramos, portanto, que a "emergência" do Brasil na atual ordem mundial é resultado tanto de um projeto político quanto econômico, ambos característicos de um projeto de poder, que não é necessariamente explícito, e exibe, por vezes, as contradições entre os diferentes grupos e forças sociais político-econômicas que o levam a cabo.

A atuação do Estado no governo Lula significou uma mudança do paradigma (neo)liberal para o paradigma (neo)desenvolvimentista, pressupondo uma mudança na compreensão sobre a relação entre Estado e capital. No pensamento liberal clássico, que forma as bases para o neoliberalismo, a economia teria uma lógica divorciada da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

política. O livre mercado exerceria uma "seleção natural" na vida da sociedade, na qual os mais produtivos e inovadores prevaleceriam sobre os menos produtivos. A intervenção do Estado, alheio a esse processo, obstaria o funcionamento espontâneo do mercado, em que os indivíduos, ao buscarem satisfazer seus interesses individuais, organizam a economia de forma eficiente (a "mão invisível"). No liberalismo "real", no entanto, o Estado *nunca* esteve ausente. No período neoliberal, o Estado esteve encarregado de garantir e manter um "bom ambiente de negócios", resguardando e garantindo os direitos de propriedade privada (na esfera física ou intelectual), o estado de direito e as instituições para o livre funcionamento do mercado e do comércio. Ele deveria garantir a qualidade e a integridade do dinheiro e estabelecer a estrutura legal para a "livre" negociação de obrigações contratuais entre indivíduos jurídicos no "livre" mercado[1]. Paradoxalmente, o bom funcionamento do livre mercado deveria ser sustentado pela coerção, através de estruturas legais, policiais, militares, em geral sob o monopólio do Estado. A "liberdade" deveria ser, assim, preservada a todo custo, ainda que por meios violentos. Mas as intervenções do Estado no mercado, segundo essa argumentação, não deveriam passar disso, sendo mantidas (teoricamente) em uma base mínima, uma vez que o Estado não possuiria informação suficiente e atuaria de forma tendenciosa e influenciado por grupos de interesse. Esse pensamento traduziu-se, na prática, entre outras coisas, na privatização massiva de ativos estatais e a mercantilização das esferas antes mantidas fora do mercado (água, terra, educação, saúde, pensões, passando, hoje, para o comércio de emissão de gás carbônico, árvores e biomas), com ação direta do Estado na criação desses novos mercados[2].

As contradições geradas pelo neoliberalismo no seio das sociedades latino-americanas (e outras) levou a convulsões sociais e políticas (cujo exemplo mais emblemático foi a crise argentina de 2001-2), resultando, na década de 2000, em eleições democráticas de sucessivos governos que indicavam um rompimento com o modelo anterior e a adoção de um novo paradigma. Com a eleição de Lula no Brasil, e de outros governantes de viés "progressista" (com claras diferenciações entre eles) na América do Sul, observa-se um deslocamento do ideário neoliberal para um ideário desenvolvimentista. O Estado, antes "fora" do mercado, agora passa a ser um *indutor* no mercado. Estado e mercado passam, assim, a ter interesses e ações convergentes e

[1] HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 2
[2] Ibid., p. 3; 64-5

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

complementares, para levar a cabo um projeto de desenvolvimento capitalista, baseado em infraestrutura, energia e exportação de commodities. Conforme já exposto, a expansão de empresas brasileiras num contexto de competitividade global é representada como um sinal de "novo estágio de desenvolvimento" do Brasil como um todo.

O paradigma novo-desenvolvimentista celebrou a "volta" do Estado na economia. Um *Estado forte*, com aparelhos e instituições sólidas, teria capacidade de regular a concorrência, as finanças, a economia em geral, criando, desse modo, um *mercado forte*, no qual o setor financeiro, por exemplo, seja voltado ao financiamento e não à especulação[3]. Diferentemente do chamado "velho" desenvolvimentismo, o Estado agora não deveria focar-se em políticas protecionistas, déficit de poupança e em funções produtivas e industriais. Ele deve preocupar-se em manter a concorrência entre empresas competitivas (estatais e privadas), com capacidade de exportação de produtos de alto valor agregado, estabelecer critérios para o controle do movimento de capitais e ser um indutor de investimentos - e não necessariamente um produtor direto - dentro de uma estratégia nacional de desenvolvimento[4].

Segundo Bresser-Pereira, no novo-desenvolvimentismo, o Estado deve guardar poupança para criar demanda efetiva quando necessário, mas, por via de regra, o "*setor privado nacional* tem recursos e capacidade empresarial para realizar boa parte dos investimentos necessários"[5]. Sicsú et. al. afirmam a necessidade de consolidar um "núcleo endógeno" empresarial para o desenvolvimento, "com grupos empresariais capazes de participar em condições de igualdade no pesado jogo de competição de comércio e investimento internacional". Sustenta-se, assim, que deve haver um "capitalismo forte" com um "*empresariado nacional forte*"[6].

De acordo com esses autores, a estratégia nacional-desenvolvimentista apoia-se no nacionalismo, significando que políticas econômicas e instituições devem ser formuladas tendo como critério o "interesse nacional". Este pressupõe certa coesão

[3] SICSU, J.; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que um novo desenvolvimentismo? *CORECON-RJ, Jornal dos Economistas* nr. 186, Janeiro de 2005
[4] BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 3, jul./set. 2006
[5] Ibid., p. 16, grifo nosso
[6] SICSU;DE PAULA;MICHEL, op.cit., grifo nosso

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

social e nacional frente ao "outro" internacional, em outras palavras, uma "razoável união de todos quando se trata de competir internacionalmente"[7]. Enquanto no paradigma neoliberal as estruturas do Estado eram transformadas de modo que atores transnacionais pudessem transitar e operar num mercado aberto sem vantagens exclusivas para atores com base nacional, no novo-desenvolvimentismo, o nacionalismo implica "defender *o capital e o trabalho do seu país* no mundo em que empresas competem por novos mercados e em que capitais financeiros buscam, além de suas fronteiras, aumentar sua rentabilidade exigindo menores riscos"[8]. Observamos aqui que a contradição capital-trabalho é superada (no nível ideacional) *dentro* do capitalismo. Capital e trabalho caminhariam juntos na defesa do nacional frente à "ameaça externa", sendo, nesse caso, a vulnerabilidade econômica frente ao mercado internacional. O pensamento novo-desenvolvimentista permeou os anos do governo Lula que, segundo Delfim Neto, "mudou o país de forma a salvar o capitalismo"[9].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

5.1 A relação capital-Estado e sua internacionalização

A natureza do Estado na sua relação com a economia é um complexo tema de debate na teoria política. Alguns oferecem interpretações mais elaboradas sobre a relação entre capital e Estado, entre público e privado, política e economia, que nos parecem mais adequadas e sofisticadas para compreensão dessa problemática. Nicos Poulantzas[10], por exemplo, elaborou uma profunda reflexão sobre a relação entre o Estado e as classes sociais, desenvolvendo uma teoria não do Estado em abstrato, mas do Estado capitalista. Poulantzas argumenta contra uma visão "instrumentalista" do Estado, como se houvesse uma "utilização do Estado por uma classe": o Estado como instrumento do mercado ou, conforme apontamos no capítulo 3, um Estado "capturado" pelos agentes econômicos. Para Poulantzas, há uma *natureza* de classe no

[7] BRESSER-PEREIRA, op.cit., p. 13
[8] SICSU et. al., loc. cit., grifo meu
[9] NETTO, Delfim. "O Lula mudou o país de forma a salvar o capitalismo". **O Globo**, 20 de setembro de 2009, entrevista. Ao ser questionado sobre seu papel de conselheiro do presidente Lula, Delfim responde: "Basta olhar os meus trabalhos desde 1954, quando saí da escola: não mudaram muito. Mas a esquerda mudou. Ela demora, mas aprende."
[10] POULANTZAS, Nicos. **State, power, socialism**. London, New York: Verso, 2000.

Estado capitalista[11], cuja principal característica é a separação peculiar entre o espaço do político e o espaço da economia no modo de produção, o que Wood caracterizou como "a principal mistificação da ideologia burguesa"[12]. No capitalismo, a autonomia específica do espaço político é exatamente a forma de presença da dimensão política na constituição e reprodução das relações de produção, uma vez que essas relações, as formas de controle, a alocação do trabalho, a distribuição de recursos, etc., são deslocados para a esfera "privada", obscurecendo a face política da economia e se tornando um eficiente mecanismo de defesa para o capital[13].

Para Poulantzas, o Estado exibe uma estrutura material peculiar - a "materialidade institucional do Estado" - composta por aparatos e instituições jurídicas, políticas e ideológicas. Nelas está inscrita a dominação política de classe, que sempre se transforma de acordo com as lutas sociais. Poulantzas dá centralidade ontológica à totalidade das lutas sociais (econômicas, políticas e ideológicas, e que englobam as questões de gênero, raças, ideologias, atravessadas pelas lutas de classe), que se materializam, de forma condensada, nos aparatos jurídico, político e ideológico do Estado[14].

A natureza do Estado capitalista não é, portanto, estática, ao contrário, é dinâmica. Ele não é monolítico, nem é redutível à relação entre membros de grupos que constituem seu aparato. É um campo estratégico de *relações*, um espaço de condensação material da relação entre forças sociais e frações de classes. A elaboração e implementação de políticas de Estado devem ser vistas, de acordo com Poulantzas, como resultado das contradições de classes inscritas na própria estrutura do Estado. Ele é, cada vez mais, "constituído-dividido" por contradições de classes[15].

A análise de Poulantzas baseia-se no conceito gramsciano do Estado ampliado e no processo de construção da hegemonia. Uma das reflexões mais sofisticadas, e o principal argumento contra uma simples visão instrumentalista do Estado, é seu papel-chave como organizador dos diferentes interesses particulares das frações da

[11] Ibid., p. 12-3
[12] WOOD, Ellen Meinkins. **Democracy against capitalism**. Renewing historical materialism. Cambridge University Press, 1995
[13] POULANTZAS, op.cit., p. 17; WOOD, op.cit., p. 20-1
[14] POULANTZAS, p. 14; 38-45
[15] Ibid., p. 132

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

classe dominante. O Estado capitalista representa e estrutura os interesses políticos de longo prazo, organizando uma unidade conflituosa entre os diferentes interesses particulares dentro do bloco no poder. Ele é capaz de unificar o bloco no poder na medida em que mantém uma *relativa* autonomia frente às várias frações de classe com seus interesses, de modo a conseguir avançar os interesses capitalistas *como um todo*. Essa autonomia é constitutiva do Estado capitalista, refletindo a separação entre a materialidade institucional do Estado e as relações de produção[16].

O processo de "unificar-organizar" os interesses contraditórios do bloco no poder depende também do papel do Estado em relação às classes dominadas. Segundo Poulantzas, os aparatos do Estado unificam o bloco através da "permanente desorganização das classes dominadas, as polarizando frente ao bloco no poder, e circunscrevendo suas próprias organizações políticas"[17]. A *organização* dos interesses burgueses e a *desorganização* das camadas subalternas são funções concomitantes e interdependentes, que só podem ser realizadas, de forma eficiente, pelo Estado capitalista. Este adota medidas materiais de importância significativa para as massas populares. Compromissos materiais são indispensáveis para manter o consenso em torno dos interesses de longo prazo do bloco hegemônico. Baseado em Gramsci, Poulantzas afirma que o Estado age dentro de um "equilíbrio instável" de compromissos entre classes dominantes e dominadas. Ele é a condensação material de uma *relação*[18]. Numa leitura poulantziana do Brasil durante o governo Lula, poderíamos dizer que este exemplifica, com maior clareza do que governos anteriores, uma unidade conflituosa de interesses divergentes das diferentes frações da burguesia brasileira e setores da classe trabalhadora em um equilíbrio instável. As contradições se refletem (estão inscritas) nos diferentes aparelhos e instituições, por exemplo, os interesses contraditórios de frações de classe representadas no Ministério da Agricultura de um lado, e no Ministério do Desenvolvimento Agrário de outro; as contradições de interesses em grandes projetos energéticos e de infraestrutura impulsionados através da Casa Civil e Ministério de Minas e Energia (além da Petrobras, Eletrobras, Vale, etc.), de um lado, e o Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, de outro; além disso, há os interesses das frações de classe ligados ao setor

[16] Ibid., p. 127
[17] Ibid., p. 140, tradução ASG
[18] Ibid. p. 140-45

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

financeiro internacional, representados no Ministério da Fazenda e no Banco Central, que ocupa um alto posto na hierarquia das diferentes burocracias estatais. Nessa leitura, políticas sociais (por exemplo, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Prouni, entre outras) podem ser analisadas como medidas de compensação para as classes subordinadas (e, em alguma medida, uma concessão das classes dominantes), de forma a manter seu apoio para o projeto hegemônico como um todo, que se reflete nos altos números de aprovação popular do governo ao final de seu mandato, e na eleição de sua sucessora. Nessa leitura poulantziana, o governo Lula, mais do que o governo anterior, logrou manter a legitimidade do bloco no poder, absorvendo certas demandas das classes subordinadas de modo a legitimar a estratégia de desenvolvimento capitalista em curso no Brasil[19].

Quais são as funções econômicas do Estado, e como o espaço do "político" está articulado com o espaço do "econômico" para a reprodução do capital? Para Poulantzas, no capitalismo monopolístico, as funções econômicas ocupam um espaço dominante dentro do Estado, de modo que suas operações, organizadas em relação ao seu papel econômico, estão diretamente relacionadas com o ritmo de acumulação e reprodução do capital, em dada conjuntura histórica. Essas funções econômicas estão também inseridas na materialidade do Estado, e estão relacionadas às especializações e relativo poder correspondente a cada aparelho. Contradições podem emergir dentro do Estado, em ocasiões em que suas funções econômicas colidirem com a função de manter a ordem e organizar o consenso[20].

Poulantzas afirma que as intervenções do Estado na economia devem ser compreendidas em relação à tendência da queda da taxa de lucro, no sentido da introdução de contra tendências. Estas dizem respeito essencialmente à reprodução expandida da força de trabalho, por exemplo, educação, capacitação, treinamento, moradia, saúde, transporte, mas também a pesquisa científica e inovações tecnológicas, que, por sua vez, visam a aumentar a produtividade, resultando no aumento da taxa de exploração. O Estado torna-se, de acordo com Poulantzas, um

[19] Essa leitura não pode ser aprofundada no escopo desse trabalho. Apontamos, contudo, que há análises gramscianas e poulantzianas muito mais aprofundadas e refinadas da relação de classes e seu aparelhamento no Estado brasileiro, como as de Sonia Regina de Mendonça, Armando Boito Jr., entre vários outros.
[20] Ibid., p. 168-70

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

promotor direto da centralização e concentração do capital, reorganizando as relações de produção através da reorganização do processo de trabalho[21]. Observamos, hoje, que o "espaço do político", correspondente às ações do Estado, está cada vez mais infiltrado pelo "espaço do econômico", criando novas formas de geração de lucro para as empresas e o setor privado. Capacitação, treinamento, fomento à pesquisa e inovação, além de ações sociais, levadas a cabo por empresas privadas em parceria com o Estado, retornam ao processo produtivo em um movimento circular, gerando mais produtividade. Além de ajudar na reprodução da força de trabalho e contrarrestar a tendência da queda da taxa de lucro, criam-se oportunidades de marketing e propaganda, legitimação junto às comunidades, benefícios fiscais, entre outros, cujos resultados beneficiarão as próprias empresas.

Robert W. Cox segue uma linha próxima a Poulantzas. Escrevendo dez anos depois, Cox pode analisar os processos resultantes da crise da década de 1970 sobre os Estados na sua relação com o mercado mundial. Ao contrapor-se à concepção neorrealista sobre as relações "inter-nacionais" (que considera o Estado como ator unitário, coeso, cujo poder refletiria suas capacidades materiais e bélicas, sendo constrangido pelo sistema de forma mecânica), Cox propõe uma metodologia dialética e histórico-materialista, tendo o complexo Estado-sociedade civil como unidade de análise do internacional, que se transforma de acordo com mudanças nas relações de produção ao longo da história[22].

Seu ponto de partida é o processo de produção com suas relações sociais, que estão relacionadas com o Estado de forma dinâmica [23]. As diferentes formas de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

[21] Ibid., p. 173-6

[22] COX, Robert W. Social forces, states and world orders. Beyond international relations theory. IN: LINKLATER, A. (Ed.). **International Relations: critical concepts in political science.** v. IV. Londres: Routledge, 2000 (1981). Conforme expusemos no capítulo 1, Cox trabalha com a noção de estruturas históricas compostas por instituições, ideias e capacidades materiais, que se transformam de acordo com as diferentes conjunturas históricas. Essas estruturas, por sua vez, determinam formas específicas de Estados, forças sociais e ordens mundiais, que estão inter-relacionados de forma dinâmica, não havendo a prevalência de um sobre outro.

[23] COX, Robert W. **Production, power and world order**. Social forces in the making of history. New York: Colombia University Press, 1987, p. 4. Cox cita doze modos de relações sociais de produção, que podem ser identificados no final do século XX: relações de subsistência, camponês-dono da terra, mercado de trabalho primitivo, trabalho doméstico, trabalho autônomo, mercado de trabalho empresarial, bipartismo, corporativismo empresarial, tripartismo, corporativismo estatal, produção comunal e planificação central. Segundo Cox, essas categorias não seriam "sacrossantas", mas cobririam boa parte do mundo do trabalho (ibid., p. 32). Cox havia passado muitos anos trabalhando na Organização Mundial do Trabalho, antes de ingressar na carreira acadêmica, o que, certamente, o

produção (e as relações sociais por elas geradas) tornam-se as bases para o poder do Estado e para a ordem mundial. A produção ocorre através de relações de poder, que podem se transformar em novos recursos de poder, provendo a base material para o Estado (poder financeiro, militar, ideológico, administrativo, etc.). Ao mesmo tempo, as estruturas de produção foram criadas, estimuladas e sustentadas sempre pelo Estado[24]. O Estado fornece a estrutura legal-institucional para as práticas econômicas da classe dominante, criando as bases para as relações sociais de produção, que condicionam seu desenvolvimento[25]. Podemos considerar, assim, que há uma "co-constituição" entre o Estado e as relações sociais de produção.

Cox trabalha com "formas de Estados", que são produto de duas configurações de forças: a configuração de classes sociais no bloco histórico e a permissividade da ordem mundial[26]. Formas de Estado interagem, pois, com forças sociais de produção e ordens mundiais. Se, de um lado, a relação interna entre Estado e produção é formada pela configuração de forças sociais que compõem um bloco histórico, por outro, o Estado e as relações sociais de produção são constrangidos pelas pressões da ordem mundial, expressas na forma militar e financeira, e nas ligações entre as burguesias internas e externas. Assim, os Estados desempenham um papel intermediário, mas autônomo, entre a estrutura global das forças sociais e suas configurações locais e nacionais. Segundo Cox, o surgimento de novas formas de Estado e as mudanças na ordem mundial estão associadas e se reforçam mutuamente[27].

No período da "pax americanna" no mundo capitalista do pós-guerra, o setor financeiro internacional tornou-se o principal regulador da organização política e produtiva de uma economia hegemônica, dando início a um novo padrão de relação entre Estados, produção e ordem mundial. Nesse período, Cox diferencia entre duas formas de Estado ("tipos ideais" no mundo capitalista do período bipolar da guerra fria): o "Estado neoliberal", no qual inserem os Estados europeus, como França e Itália, que tinham uma economia aberta com um sistema de bem-estar, e o "Estado

---

influenciou nessa formulação.
[24] Ibid., p. 5.
[25] Ibid., p. 148-9
[26] Por exemplo, o Estado liberal emergiu numa ordem mundial liberal moderna no final do século XIX, o Estado de bem-estar nacionalista e o Estado fascista corporativista emergiram na era de imperialismos rivais no início do século XX. Ver Ibid., cap. 5 e 6
[27] Ibid., p. 107-8.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

neo-mercantilista desenvolvimentista", em que figurariam alguns países de industrialização tardia do chamado "terceiro mundo". O "Estado neoliberal" se caracterizou pela participação em uma economia de mercado aberta, ajustando e adaptando sua economia interna de modo a facilitar o crescimento da economia mundial. Ele próprio se torna um ator econômico, atuando diretamente no processo de acumulação e, também, como mediador entre mercado global e grupos domésticos. Além disso, essa forma de Estado, em um primeiro momento, procurou proteger grupos vulneráveis das pressões de mercado. A estrutura de sua economia é segmentada e o "Estado neoliberal mediava entre grandes grupos oligopolistas do mercado mundial, que ditam as prioridades políticas, e pequenos grupos domésticos, que coexistem em competição com aqueles[28]. Nesses países, desenvolveu-se a prática de um "corporativismo informal", que consistiu, de um lado, na relação próxima entre agências centrais de governo e diretorias de grandes corporações, e, de outro, nas relações corporativas entre essas diretorias e trabalhadores estabelecidos. Essa estrutura de dois níveis corresponde ao que Cox chamou de *internacionalização* do "Estado neoliberal": um processo de reestruturação das hierarquias internas, relacionado à sua função de ajustar a economia nacional às demandas do mercado mundial, de forma a dar maior peso às agências ligadas a ele (como ministérios da fazenda, comércio exterior, tesouro nacional, agências de privatização, etc.), enquanto que outras, ligadas ao trabalho e sua reprodução (trabalho, habitação, saúde), tornavam-se subordinadas àquelas[29].

Países como a China, a Índia, e também o Brasil, resguardam alguns traços da forma de Estado "neo-mercantilista desenvolvimentista". Esta se caracterizou pelo controle dos instrumentos necessários para moldar a economia (mercantilismo) e pelo uso de determinados instrumentos para o crescimento e mudanças estruturais (desenvolvimentista)[30]. Objetivos neo-mercantilistas incluíram, em certos momentos, o controle da entrada de capital estrangeiro na extração de recursos e a nacionalização de setores estratégicos. Ao mesmo tempo, esses Estados buscaram aumentar o poder de barganha frente aos capitais estrangeiros sem romper com a dependência econômica externa. Essa forma de Estado, na medida em que intervinha na economia,

[28] Ibid.,p. 219-20
[29] Ibid., p. 228-9
[30] Ibid., p. 231

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

criava também vantagens ao capital estrangeiro. O "Estado neo-mercantilista desenvolvimentista" tem como uma de suas principais características o poder coercivo, e com ele, o exercício do controle sobre as organizações de trabalhadores (em muitos casos, incorporando-as ao Estado, criando instituições corporativas), e o uso de mecanismos e aparelhos de repressão para manter a "paz social" e a ordem política interna, protegendo o investimento estrangeiro e cumprindo com os serviços da dívida[31]. Assim, o sistema econômico permanecia ligado à acumulação capitalista no mercado mundial. A crescente penetração de capital estrangeiro trouxe novas estruturas de relação de produção e novas estruturas sociais. Forma-se, assim, uma nova estrutura de classe com base em uma potencial coalizão nacional, composta pela pequena burguesia, funcionários públicos, empregados de grandes corporações, grupos organizados de pequenos empresários e grupos de trabalhadores urbanos, entre outros. Esses grupos se beneficiam parcialmente do crescimento econômico induzido pelo capital estrangeiro[32].

Desse modo, Cox destaca dois processos centrais do período da "pax americanna": a internacionalização/fragmentação da produção e a internacionalização do Estado. A primeira significou a criação de uma economia mundial de produção, dentro de uma economia internacional de comércio já existente. A tecnologia e o conhecimento tornam-se fontes de poder, concentradas em poucas multinacionais e nos países centrais. Diferenças nos custos de trabalho são mantidas fragmentadas, aumentando as disparidades das condições de trabalho. Créditos de agências internacionais eram usados para direcionar a produção e exportação nos países em desenvolvimento[33]. Já o processo de internacionalização do Estado inicia-se a partir da forma de Estado neoliberal, disseminando-se de maneira intensa a partir da crise da década de 1970. Essa internacionalização baseia-se em três elementos: a formação de um consenso com relação às "necessidades" e requerimentos da economia mundial; a participação hierarquicamente estruturada pelas classes dominantes nos EUA, Europa

[31] Ibid., p. 232-3

[32] Ibid., 234-6. Para Cox, a liderança populista marca a primeira fase do desenvolvimento neo-mercantilista, sendo substituída posteriormente por regimes militares-burocráticos, formando Estados autoritários de tipo "cesarista" (ibid., p. 236-7). Cox refere-se ao que Gramsci chamava de "cesarismo", podendo ser, em alguns casos, sem um líder específico ("cesarismo sem César") ou com autócratas, como Pinochet. Segundo o autor, existem tanto formas progressivas e transformadoras de cesarismo, quanto reacionárias e repressoras. Seu denominador comum seria a dependência externa de uma revolução passiva "*from above*" (ibid., p. 238).

[33] Ibid., p. 244-6

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

e Japão nessa formação do consenso internacional; o ajuste das estruturas internas dos Estados, de modo a melhor internalizar as pressões externas sobre economias nacionais. Nesse processo, a *accountability* se move de estruturas domésticas para a noção de "obrigações internacionais"[34].

Segundo Cox, o governo estadunidense e as agências internacionais vinculadas a ele buscavam manter o consenso através de barganhas com fragmentos da burocracia de outros Estados. No nível mais alto dos países ricos, a formação do consenso se dava na interação entre as agências centrais dos Estados e as instituições internacionais. Esse processo teria ocorrido na forma de uma "osmose ideológica" entre governos e agências, onde o consenso neoliberal era implantado sem haver necessidade de imposições legais[35]. Já no chamado "terceiro mundo" (o autor escrevia no final da década de 1980), os elementos do consenso internacional eram impostos como condições de financiamento da dívida, conformando um regime rígido levado a cabo pelas instituições de Bretton Woods. As classes dominantes locais desempenharam um papel como "recrutas ideológicos" na internalização dessas normas. Políticas de desenvolvimento foram condicionadas pelas negociações de dívida e empréstimos das instituições internacionais, e foram conduzidas dentro de uma estrutura de complementação da produção para acumulação em nível mundial[36].

Cox observa que, do pós-guerra até a crise de 1970, o "Estado neoliberal" atuava como um "escudo amortecedor" de pressões do mercado internacional, acomodando-as junto às forças sociais internas; a partir de 1974, entretanto, com os desdobramentos da crise, o acirramento das contradições e aprofundamento das relações capitalistas, ele torna-se uma "corrente de transmissão" das demandas do mercado internacional, adaptando-as no plano doméstico. Nesse processo de internacionalização do Estado, notamos, porém, que a distinção entre o Estado neoliberal e o neo-mercantilista desenvolvimentista gradualmente se dilui. Ambas as formas de Estado tornam-se cada vez mais liberalizadas. Cox não analisa as diferentes maneiras em que os distintos tipos de Estado transformam-se nesse processo, resultando em novas formas ainda mais peculiares de Estado em relação ao capital. Van der Pijl aponta para a emergência de um Estado "hiperliberal" (modelo

[34] Ibid., p. 254
[35] Ibid., p. 261-2
[36] Ibid., p. 260-4

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Thatcher/Reagan) de base filosófica em Locke no final do século XX[37]. Arrighi, ao contrário, apontou a China como uma forma de "economia de mercado não capitalista", uma vez que, para esse autor, o Estado chinês não estava subordinado aos interesses da classe capitalista. Para ele, "pode-se acrescentar quantos capitalistas se queira à economia de mercado; se o Estado não estiver subordinado ao interesse de classe deste, a economia de mercado continua não capitalista"[38]. Esses desenvolvimentos peculiares, por exemplo, não puderam ser capturados por Cox na década de 1980.

Observamos que, tanto para Poulantzas quanto para Cox, há uma importante distinção subjacente entre natureza do Estado, formas de Estado e função do Estado. Panitch[39] afirma que, enquanto o processo de internacionalização do Estado para Cox é determinado de "fora para dentro", para Poulantzas, as transformações do Estado decorrem das formações contraditórias internas, i.e. conflitos entre frações da burguesia e demandas de trabalhadores. O autor critica a análise de Cox sobre as mudanças de hierarquia no aparato estatal (maior poder das burocracias ligadas às finanças e ao comércio internacional, subordinando outras ligadas aos setores sociais), de modo a melhor atender às pressões do mercado internacional. Segundo Panitch, não há uma simples mudança de hierarquia, mas uma transformação na essência das próprias agências ligadas ao trabalho e aos serviços sociais, reestruturando-as à lógica de acumulação do capital (por exemplo, a privatização e financeirização dos planos de pensão)[40].

Seguindo o amplo legado deixado por Poulantzas, Panitch/Gindin buscaram avançar a teorização sobre o Estado capitalista para a compreensão da globalização e do imperialismo nos dias atuais, apresentando três dimensões[41]. A primeira diz respeito à relação com o processo produtivo. A separação do político e do econômico no capitalismo possibilitou, como já mencionamos, que o Estado fosse distanciado da

[37] VAN DER PILJ, Keen. Transnational class formation and state forms. In: GILL; MITTELMAN (ed.): **Innovation and transformation in international studies**. Cambridge University Press, 1997, p. 122
[38] ARRIGHI 2008, p. 338
[39]PANITCH, Leo. Globalization and the state. *Socialist Register* 1994, p. 69. Disponível em http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5637
[40] Ibid., p. 72
[41] PANITCH, L; GINDIN, S. Superintending global capital. *New Left Review* 35, September-October 2005

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

organização da produção, investimento e apropriação da mais-valia. Por outro lado, ele manteve sua função judicial, regulatória e de infraestrutura (de modo que o processo produtivo possa ocorrer), além de policiar as relações capital-trabalho, administrar a macroeconomia e agir como emprestador de última instância. De acordo com os autores, o papel do Estado capitalista não é meramente reativo: ele desenvolveu mecanismos sofisticados de promoção e orquestração da acumulação capitalista. Segundo os autores, a autonomia relativa do Estado significa ter capacidade de agir em nome do sistema como um todo, ao passo que sua dependência da acumulação para sua própria legitimação e reprodução deixa essa mesma capacidade limitada[42]. Buscamos demonstrar isso na forma exemplar na qual os empréstimos públicos por meio do BNDES, e seu braço financeiro e de participação nos conselhos administrativos das empresas, o BNDESPar, funcionam como um mecanismo sofisticado do Estado para a promoção e orquestração da acumulação. O Banco, ao passo que é autônomo frente a um ou outro setor econômico, agindo estrategicamente na economia como um todo, é dependente da acumulação do capital para sua legitimação e reprodução, especialmente quando participa diretamente desse processo.

A segunda dimensão é, para Panitch/Gindin, a forma de dominação política. A separação entre Estado e sociedade no capitalismo envolve um distanciamento constitucional da dominação política de uma estrutura de classe. O estabelecimento do estado de direito como estrutura política liberal para os detentores de propriedade, bem como o estabelecimento (ou imposição, por meio de intervenções militares) da democracia liberal como forma-modelo para Estados capitalistas no pós-guerra, são alguns aspectos e exemplos disso. Por fim, a terceira dimensão diz respeito à forma nacional e territorial do Estado capitalista, com o aprofundamento das ligações econômicas em um território particular. O imperialismo capitalista significou a extensão espacial da lei do valor e das relações capitalistas, em um processo em que o Estado territorial e sua forma democrático-liberal foram universalizados e inscritos nas instituições internacionais e no direito internacional em meados do século XX. Porém, esse processo teve lugar sob a forma de um imperialismo informal, no qual

[42] Ibid., p. 1-2

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Estados particulares tomaram para si a responsabilidade de criar condições políticas e jurídicas para a extensão e reprodução geral do capitalismo no plano internacional[43].

Jessop também oferece uma das análises mais lúcidas e sofisticadas sobre a internacionalização do Estado[44]. Através do método dialético, o autor averigua três tendências e contra tendências geradas pelo processo de globalização. A primeira refere-se à chamada "desnacionalização da condição estatal do Estado". Segundo Jessop, com o crescente processo de globalização, o poder do Estado se move "para cima, para baixo e para os lados", implicando o deslocamento de autoridade para o nível supranacional (seja pela crescente tendência a regionalização, ou pelo exercício de poder e autoridade das instituições financeiras multilaterais sobre as economias nacionais) e para o nível subnacional (descentralização das tomadas de decisão e a "devolução" de autoridade a níveis subordinados de organização territorial)[45]. A contra-tendência a esse processo são as tentativas do Estado nacional de manter o controle sobre as diferentes escalas espaciais. Essas, incluídas também no processo produtivo (territorial, telemático, urbano, etc.) geram uma complexa hierarquia entrelaçada. Entretanto, na ausência de um poder supranacional equivalente ao do Estado, este tende a reafirmar seu poder através do direcionamento das relações entre as diferentes escalas de organização política e econômica[46].

Uma segunda tendência é a de "desestatização do sistema político", ou seja, a criação de uma governança múltipla. Isso significou um relativo deslocamento de "governo" para "governança" em uma rede de atores e agentes governamentais, não-governamentais, empresariais, "para-governamentais", em que o aparelho do Estado é apenas o primeiro entre os pares. Apesar de conservar a responsabilidade pela supervisão e sua função de manter a coesão social, o poder do Estado irá depender da capacidade de projetar sua influência e assegurar seus objetivos através da mobilização de conhecimento e recursos de parceiros não-governamentais e agentes financeiros[47]. A contra-tendência é, assim, a manutenção do governo na "operação da

[43] Ibid., p. 2-3. Discorremos sobre o "Império informal americano" mais adiante.
[44] JESSOP, Bob. A globalização e o Estado nacional. *Crítica Marxista*, v. 1, n° 7, p. 9-45, 1998. Disponível em http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica7_02.pdf. Para uma atualização desse artigo, ver JESSOP, Bob. **State power**. Cambridge: Polity Press, 2008.
[45] Ibid., p. 33-4
[46] Ibid., p. 37
[47] Ibid., p. 34-5

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

governança". Ele se envolve cada vez mais na "organização da auto-organização" de parcerias, redes e regimes de governança, desempenhando uma série de funções (como promoção e garantia de regras, arbitragem, etc.), além do próprio financiamento público a essas estruturas. Em caso de falha, os governos assumem responsabilidade política pela deficiência da governança[48]. Observamos que essa contra-tendência é reforçada em casos de crise, como a atual crise financeira, quando o Estado americano foi responsabilizado tanto pelo frágil monitoramento e regulamento do setor financeiro, quanto pela própria reconstrução econômica de agentes que, posteriormente, voltaram ao "autogoverno" dos mercados.

Por fim, com a globalização, houve a tendência à "complexa internacionalização dos regimes de formulação política", implicando a inclusão de agentes e instituições estrangeiras como "fatores de projeção, no equacionamento e na implementação da tomada de decisões" no nível doméstico. Essa tendência se reflete de forma direta na elaboração das políticas econômicas e sociais sob o imperativo da "competitividade internacional"[49]. Em reação, os Estados vêm lutando para moldar os regimes de acordo com os interesses de suas burguesias internas. A ambiguidade desse processo está no imperativo de "interiorização dos constrangimentos internacionais" aos paradigmas de política doméstica, que se estendem para além do nível nacional, atingindo o nível local e o regional, além das "cidades globais", em um fenômeno conhecido como "*glocalização*"[50].

Enfim, as análises apresentadas nessa seção reforçam, em diferentes graus, o ponto fundamental de Gramsci sobre o papel do Estado na formação da hegemonia da classe ou bloco dominante: a universalização do particular. Contesta-se, desse modo, a noção de uma suposta coesão entre forças sociais conflitantes em nome de um "interesse nacional" diante das pressões do mercado internacional e da crescente competição na era da globalização. Contesta-se ainda a noção de um mercado "avesso" ao Estado, que perderia sua importância frente à diversidade de outros atores (empresariais, não-governamentais) que, gradualmente, assumem funções públicas na sociedade. Conforme expõe Jessop, o poder do Estado nacional diante da crescente

[48] Ibid., p. 38
[49] Ibid., p. 35-6
[50] Ibid., p. 38-9

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

internacionalização dependerá sempre da coesão do bloco no poder[51]. Frente às transformações ocasionadas em função do neoliberalismo, o papel do Estado de organizar os interesses das diferentes frações da classe dominante (interna e externa), e de cooptar parcelas das classes dominadas, é cada vez mais fundamental para garantir a acumulação e a reprodução do capital.

Notamos que todas as análises baseiam-se essencialmente nas experiências e nos históricos dos países ocidentais capitalistas. Por mais abrangentes e inspiradoras, elas falham em não considerar formações sociais não ocidentais, ou mesmo especificidades no conjunto de países liberais capitalistas, com diferentes matrizes culturais. O caso do Brasil, entretanto, consideramos que se insere, em boa medida, nas análises aqui apresentadas. De um Estado capitalista de viés neoliberal passou-se para a construção de um Estado capitalista de viés desenvolvimentista. No processo de internacionalização em curso, ambos se fundem cada vez mais: tanto a construção discursiva do "fim" do papel do Estado mostrar-se insustentável, quanto a construção discursiva do "nacional" entra em contradição com a dinâmica de acumulação do capital na formação de conglomerados nacionais, cujo efeito concreto tem sido o fortalecimento do capital transnacional no plano doméstico e sua re-internacionalização via expansão internacional dessas mesmas empresas.

Esse debate nos demanda uma breve menção à questão das classes sociais. Argumenta-se que a internacionalização do Estado tem o efeito de gerar uma "classe transnacional capitalista"[52]. Esta seria um conjunto de atores envolvidos na produção, marketing e finanças globalizadas, que compõem (juntamente com intelectuais orgânicos, quadros burocratas e técnicos ligados a instituições multilaterais) um "bloco globalista" que não se vincula especificamente a nenhum Estado. Segundo Robinson, capitalistas transnacionais integram-se horizontalmente e se movem transversalmente, penetrando em inúmeros aparatos estatais e transnacionais (não somente os aparatos dos seus Estados de origem) para sustentar sua dominação, formando as estruturas do que ele chama de "Estado transnacional"[53]. A globalização seria, assim, não um projeto de algum Estado, mas um projeto de classe, que busca

[51] Ibid., p. 42-3
[52] ROBINSON, W. Gramsci and globalization: from nation-state to transnational hegemony. In: BIELER/MORTON (ed.). **Images of Gramsci**. London, New York: Routledge/RIPE, 2006.
[53] Ibid., p. 175

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

utilizar a infraestrutura política existente no sistema de Estados. Nesse processo, os Estados seriam "capturados" por grupos dominantes de orientação transnacional, que os usam para integrar seus países em estruturas capitalistas globais emergentes[54].

Robinson afirma que o dinamismo do leste asiático é inseparável da massiva entrada de capital transnacional. O fluxo de investimentos de empresas transnacionais mostra que os blocos regionais (UE, bloco asiático, etc.) estão mutuamente interpenetrados e integrados na cadeia produtiva. Elites locais na Ásia, por exemplo, não buscaram um circuito regional de acumulação em rivalidade com outros circuitos, mas uma completa integração aos circuitos globais[55]. Isso impediria que as relações políticas entre Estados fossem encaixadas em uma estrutura geopolítica antiga, como se estivessem em competição simples pela hegemonia global. Para Robinson, não se poder falar de hegemonia de um Estado. A hegemonia é sempre exercida por grupos sociais[56].

Robinson capta uma conjuntura importante, que é o grau de mobilidade do capital transnacional (especialmente o financeiro, como os fundos de investimento), que incide diretamente sobre os processos produtivos internacionalizados, aumentando, de forma significativa, o grau de interpenetração e entrelaçamento entre eles. Isso fez com que os países chamados BRICS, em especial a China, crescessem e passassem por um amplo processo de modernização, impulsionado pela entrada do capital transnacional. O autor confunde, entretanto, momentos conjunturais com uma análise estrutural. Como já discutimos acima, o capital transnacional dificilmente poderia operar fluidamente, sem a infraestrutura e a garantia dos Estados receptores e dos Estados de origem. Demonstramos isto, de forma empírica, no caso do Brasil. Robinson ignora o momento histórico no qual a expansão do capital se dava sob dominação do capital americano, sendo o Estado americano, com sua estratégia de poder global, fundamental nesse processo. Apesar de reconhecer que pode haver conflitos entre os distintos grupos do "bloco globalista", esses conflitos seriam solucionados dentro de canais estabelecidos e pré-existentes[57]. A classe capitalista transnacional parece ser, assim, "invencível". Robinson ignora que a dominação dessa

[54] Ibid., p. 167-9
[55] Ibid., p. 173
[56] Ibid., p. 170
[57] Ibid., p. 173

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

classe transnacional não é homogênea. Ela assume formas e tem efeitos diferenciados de acordo com territórios, Estados e formações sociais. Ela não é "democrática", no sentido de envolver as classes dominantes dos países mais pobres no mundo, sendo, de fato, um espaço de poucos. Suas tomadas de decisão partem de territórios específicos, lócus do poder mundial.

Por fim, Robinson não considera que contradições internas podem levar à derrota de seus próprios projetos de dominação[58]. Como nos lembra Wood, o capitalismo global é repleto de contradições e paradoxos inerentes, que são insolúveis dentro do mesmo sistema. Ao mesmo tempo em que o capital precisa manter baixos os custos dos salários (aumentando o número de horas e a eficiência do trabalho), ele precisa, também, que a sociedade, incluindo esses próprios trabalhadores, consuma cada vez mais; ao mesmo tempo em que precisa de um mercado livre, sem barreiras e sem intervenção do Estado, precisa, também, que o Estado pavimente e estruture o ambiente político e jurídico para que o mercado possa ser "livre"; ao mesmo tempo em que o capital precisa de mercados integrados, opera, sobre a fragmentação social, erguendo barreiras e controles migratórios para uns, e cidadania global para outros; e, ao mesmo tempo em que o capital precisa da ordem social mantida pelo Estado, através de pequenas concessões às demandas sociais dos trabalhadores, exerce pressão para desmantelar as estruturas de bem-estar social e bens públicos previamente existentes[59]. Para Wood, quanto mais globalizado está o mercado, mais ele precisa de um sistema de múltiplos Estados soberanos, que garantam a propriedade privada, a previsibilidade de regras e contratos e as condições de crédito. Nesse sistema de múltiplas soberanias, importa quem governa e onde. "Estados-falidos", "eixo do mal" e outras conotações, representam ameaças ao sistema como um todo[60].

Sobre a questão de classe, pensamos que o conceito de "burguesia interna" de Poulantzas pode ser útil para compreender essa dinâmica entre Estado e capital.

[58] Para citar alguns exemplos, a dificuldade de conclusão das rodadas de negociações comerciais no âmbito da OMC, as dificuldades de encontrar soluções comuns para a crise econômica mundial no âmbito do G20 e mesmo no próprio seio da União Europeia, ou a derrota do projeto da ALCA nas Américas.

[59] WOOD, Ellen M. Globalization and the state: where is the power of capital? In: SAAD-FILHO (ed.): **Anti-capitalism**, a marxist introduction. London: Pluto, 2003

[60] WOOD, Ellen M. **Empire of Capital**. 2nd. ed., New York: Verso, 2005

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Partindo da experiência da Europa, reconstruída através da massiva entrada de capital estadunidense, o autor afirma que a "burguesia interna" está ligada, por múltiplos elos de dependência, aos processos de divisão internacional do trabalho e concentração do capital sob dominação do capital americano, ao passo que possui um fundamento econômico e uma base para acumulação próprios no interior do seu país ou região. Desse modo, essa burguesia coexiste com setores e frações da "burguesia nacional" (mais propriamente doméstica e com vínculos locais e nacionais) e com a "burguesia compradora" (que não tem base nacional, age como "intermediária" do capital imperialista estrangeiro)[61].

No caso brasileiro, Florestan Fernandes captou as diferentes tensões e dilemas dessa burguesia interna, superando a noção de uma burguesia frágil e puramente dependente do capital externo[62]. Segundo o autor, a dominação burguesa, na forma específica das economias dependentes, apresenta algumas diferenças fundamentais com relação às burguesias nos países centrais. Em primeiro lugar, há uma forte dissociação entre capitalismo e democracia: na periferia, a revolução burguesa combina capitalismo e autoritarismo[63]. Essa burguesia surge articulada socialmente com bases nacionais (dado que passou pelo processo de descolonização), e tem que ser forte o suficiente para vincular-se e se associar à burguesia externa. Segundo Florestan, quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as potências centrais necessitam "parceiros sólidos" na periferia dependente, uma burguesia forte e capaz de saturar todas as funções políticas auto defensivas e repressivas da dominação burguesa[64]. Com isso, a burguesia interna no "'capitalismo possível"[65] detém, no caso do Brasil, um forte poder econômico e político com base nacional, além de possuir controle sobre os aparelhos do Estado e contar com apoio externo para modernizar as formas de socialização, cooptação, opressão e repressão, inerentes à dominação burguesa[66].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

[61] POULANTZAS, Nicos. **Classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, p. 76-7
[62] FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: editora Globo, 2005
[63] Ibid., p. 339-40
[64] Ibid., p. 341-2
[65] Ibid., p. 343
[66] Ibid., p. 355

Florestan salienta que a relativa superação ou controle do "atraso econômico" *não* implica necessariamente a supressão da dependência. Ele só modifica as condições em que a dependência se manifesta, fazendo com que a dominação burguesa tenha que se ajustar a um tipo de transformação capitalista, cujo elemento central é a "dupla articulação" entre o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa[67]. Essa dupla articulação gera tensão moral, psicológica e política no seio da burguesia: ela não pode deixar de ser pró-imperialista, ao mesmo tempo em que necessita desempenhar o papel de desenvolver as forças produtivas internas para seguir a dominação capitalista. A industrialização intensa e a modernização, induzidas de fora para dentro, tinham que ser constantemente controladas, e não poderiam se desdobrar em uma revolução nacional[68]. Isso significava que o desenvolvimento e a revolução teriam que ocorrer "dentro da ordem"[69]. O Estado converte-se, então, no núcleo de poder de decisão e atuação da burguesia. A centralidade do Estado no desenvolvimento do capitalismo explica a aproximação dos setores burgueses com os militares. O liberalismo e o desenvolvimentismo tornam-se totalitários[70].

O autor acrescenta um elemento importante à noção de "internacionalização do Estado", característico da burguesia interna na periferia: o deslocamento de ideais e lealdades para causas abstratas e supranacionais. Ideias e valores não ocorrem para melhorar a identificação das classes burguesas com os dilemas sociais das massas; ao contrário, a internacionalização das relações de mercado e da produção, com a correspondente internacionalização das superestruturas do Estado, aumentam a alienação filosófica-política da burguesia perante os problemas nacionais e das massas, fortalecendo sua insensibilidade a estas, desde que não perturbem a ordem capitalista[71]. De acordo com Florestan, as transformações no capitalismo mundial levaram a um aprofundamento da dupla articulação, "entrelaçando ainda mais a acumulação capitalista do desenvolvimento desigual e o dinamismo das empresas multinacionais, das nações imperialistas e do capitalismo mundial". A burguesia

[67] Ibid., p. 349
[68] Ibid., p. 355-8
[69] Segundo Florestan, as revoluções burguesas, no Brasil, foram "revoluções dentro da ordem": a "revolução institucional" de 1964, "revolução liberal" de 1930, Estado Novo e os governos nacional-desenvolvimentistas de Vargas e JK. Ver ibid., p. 350-1
[70] Ibid., p. 368
[71] Ibid., p. 367

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

brasileira torna-se "madura", apta para seguir a industrialização intensa e completar o ciclo da revolução burguesa, mas sob e dentro do capitalismo dependente[72].

5.2 Hegemonia, imperialismo e o lugar do Brasil

As análises sobre a relação entre capital e Estado demonstram que não há uma simples utilização ou instrumentalização de um sobre o outro, nem uma separação rígida entre política e economia. A compreensão da fluidez entre as esferas políticas e econômicas é indispensável para entender os processos dinâmicos de hegemonia e imperialismo, e suas transformações ao longo da história do capitalismo.

Conforme vimos, a internacionalização do Estado e a internacionalização da produção formaram duas faces da construção da hegemonia estadunidense no período pós-guerra. O papel específico das empresas multinacionais na construção dessa hegemonia foi destacado, entre outros, por Gilpin[73]. De acordo com o autor, os pilares da hegemonia dos EUA foram: a posição do dólar como moeda de troca internacional (gerando um enorme volume de dólares fora dos EUA, causando um déficit fiscal naquele país), a supremacia militar e nuclear, e a atuação das corporações multinacionais e os investimentos diretos em todo o mundo[74]. Estes três elementos se complementam mutuamente, mas Gilpin enfatiza o papel das empresas multinacionais, que se tornam o principal instrumento da hegemonia global americana[75]. As filiais das empresas instaladas em outros países exportam para outras empresas e para o país de origem, incrementando a balança comercial dos países destinatários, mas mantendo o controle empresarial sobre a produção internacional nos EUA, constituindo, assim, uma estrutura vertical de poder tecnológico, financeiro e político-empresarial. Através dos investimentos diretos foram construídas relações

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

[72] Ibid., p. 370-1
[73] GILPIN, R. **U.S. Power and Multinational Corporations**. New York: Basic Books, 1975.
[74] Ibid., p. 140.
[75] Ibid., p. 138-9

políticas e econômicas interligadas, que permitiram a expansão das áreas de influência e controle dos EUA[76].

Para Gilpin, os interesses das corporações e o interesse nacional estadunidense se sobrepõem e complementam: a expansão mundial das corporações atende aos interesses geopolíticos americanos, além de serem elas território de controle e legislação dos EUA, ajudando também a atenuar o déficit fiscal do dólar. Ao mesmo tempo, a política externa americana apoia a expansão das empresas, com crédito, acordos comerciais e seu peso como poder hegemônico mundial[77]. Os lucros obtidos pelas companhias no exterior ajudam o Estado americano a cobrir gastos pesados em operações diplomáticas e militares. Segundo o autor, a rentabilidade tecnológica e monopolística extraída pelas corporações estadunidenses em suas operações externas são essenciais para financiar a posição hegemônica global dos EUA[78].

Gilpin afirma que os EUA construíram sua hegemonia a partir da aliança formada com Europa e Japão, criando um "triangulo crucial de poder". No entanto, isso demandou concessões, como, por exemplo, a tolerância da concorrência econômica com esses países, em troca da aliança político-militar que garantia a posição de poder da potência[79]. Ao longo do tempo, instrumentos diretos de transferência de capital, como o plano Marshall, acarretaram para os EUA um custo financeiro de sustentação de sua hegemonia, o que não havia ocorrido com a Inglaterra, em seu período auge. Ambos geraram um desequilíbrio potencial entre os compromissos políticos globais assumidos e os recursos econômicos necessários para sustentar esses compromissos. Gilpin fala a partir do centro de poder, os EUA, reafirmando o peso de ser um *hegemon*, que inclui fazer certas concessões, arcar com custos de manutenção de regimes, regras e instituições, e comandar saídas de crises.

[76] O capital estadunidense constituía 52% do total de investimentos externos diretos no mundo em 1971. Apesar dos IED europeus crescerem a partir dos anos 1970, os norte-americanos ainda eram três vezes maiores que os europeus em 1973. Eles passaram de indústrias predominantemente extrativas para manufatureiras no período de 1948 a 1970. A produção de algumas transnacionais estadunidenses nos anos 1960 e 1970 era maior do que a economia total de muitos países do chamado "terceiro mundo". Ver Ibid., introdução.
[77] Ibid., p. 146-7
[78] Ibid.,p. 149
[79] Europa e Japão aceitaram o papel dos EUA como "banqueiro mundial" e apoiaram o papel do dólar como reserva em troca de ter sua segurança garantida pelos EUA. Assim, os EUA puderam manter seu déficit fiscal sem qualquer constrangimento, o que possibilitou sua expansão militar e de capital para fora. Ibid., p. 154-56

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Temos, assim, que a expansão de empresas multinacionais como um projeto econômico e político é um importante determinante da construção de uma hegemonia no caso dos EUA. Cabe notar que a construção da hegemonia estadunidense por meio da expansão de suas empresas teve efeitos específicos nos países periféricos. Na América Latina, isso significou a busca pela industrialização e modernização por meio da implantação de filiais dessas empresas multinacionais (não só estadunidenses), de modo a substituir as importações. Dessa forma, "importava-se" não produtos, mas investimentos de capital estrangeiro, procurando internalizá-los e usufruir de sua tecnologia para impulsionar o desenvolvimento. Esse processo de industrialização é articulado pela burguesia interna de acordo com as demandas do mercado externo, no marco do capitalismo dependente, como nos mostrou Florestan Fernandes[80]. Países periféricos intermediários (como o Brasil, mas também a China, Índia, etc.) absorveram a difusão de atividades industriais dos países centrais com capacidade política e econômica diferenciada, passando, eles mesmos, a constituir monopólios nacionais que hoje se expandem internacionalmente. O efeito dessa dinâmica, como mostramos ao longo deste trabalho, tem sido a ascensão econômica desses países, com o consequente aumento (ou ambições de aumento) do poder político.

Tendo sua ascensão impulsionada pelo capital transnacional, sob domínio do capital estadunidense, podem esses países hoje configurar um polo contra hegemônico, ou mesmo anti-imperialista? Ou a ascensão e expansão do capital com base nesses países reforçaria o próprio capital imperialista? Vejamos aqui a discussão entre Mandel e Poulantzas com relação à ascensão do capital europeu no pós-guerra. A reconstrução da Europa através da entrada de empresas e capital financeiro estadunidense desencadeou processos de fusão e centralização de capitais no plano regional. Mandel sustentou que o surgimento e desenvolvimento da comunidade europeia com a construção de estruturas políticas supranacionais no marco de uma integração regional deveria ser situado no contexto do processo de concentração e

[80] Os diferentes debates em torno da "teoria da dependência", que aqui não caberia aprofundar, demonstraram que a América Latina desempenhou papel-chave no avanço e consolidação do capitalismo como organização produtiva mundial desde seu início, reproduzindo no seu interior relações capitalistas associadas a modalidades arcaicas de exploração. Para uma análise crítica, ver BERNARDO, João. A viagem do Brasil da periferia ao centro: 1) Roteiro. 24 de abril de 2011, disponível em http:// passapalavra.info/?p=38691 (acesso janeiro de 2012)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

centralização internacional do capitalismo tardio[81]. Quanto mais internacionalizado, concentrado e centralizado o capital no nível regional, maior a pressão para a construção de órgãos estatais supranacionais na Europa. Para o autor, as intervenções estatais tornavam-se, cada vez mais, uma condição para manter a ordem capitalista que, no capitalismo tardio na Europa, se regionalizava. Ao apoiar política, militar e economicamente a reconstrução da Europa ocidental, os EUA acabaram contribuindo para a relativa independência da Europa e, com isso, a criação de uma concorrência a eles próprios. A integração regional e as crescentes fusões de capitais europeus em nível nacional e regional são, segundo Mandel, uma reação ao desafio colocado pelo capital estadunidense, podendo gerar uma competição entre capitais europeus e estadunidenses no mundo[82].

Essa interpretação foi contestada por Poulantzas, para quem a reestruturação interna do capital europeu correspondia à própria reprodução ampliada do capital americano. A concentração e centralização de capitais europeus não configuraria uma concorrência à penetração americana; ao contrário, era uma "fuga precipitada" que "só faz lançá-los frequentemente nos braços do capital americano"[83]. Segundo Poulantzas, a reprodução induzida do capitalismo monopolista americano no seio de outras metrópoles significava, igualmente, a reprodução ampliada das condições políticas e ideológicas do desenvolvimento do imperialismo americano[84]. Os Estados europeus e outros se encarregavam, eles mesmos, dos interesses do capital imperialista dominante no próprio seio de sua formação 'nacional'. Isso se dava de forma direta, como subvenções, isenções fiscais, etc., como é concedido ao seu capital autóctone, por vezes ajudando o capital americano a circundar o próprio Estado americano (legislação antitruste, por ex.); ou de forma indireta, através de uma política industrial desses países relacionada ao seu capital autóctone, visando à concentração e expansão internacional do capital americano[85]. Alguns caracterizaram esse processo como um "império por convite"[86], uma vez que a massiva entrada de

[81] MANDEL, Ernst. International capitalism and supra-nationality. *Socialist Register* 1967. Disponível em http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5368/2268
[82] Ibid.
[83] POULANTZAS 1975, p. 72
[84] Ibid., p. 50
[85] Ibid., p. 79
[86] LUDENSTAD, Geir. Empire by invitation? The United States and Western Europe, 1945-1952. *Journal of Peace Research*, Vol. 23, Nr. 3, Sept. 1986

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

capital financeiro e de empresas estadunidenses, por meio do Plano Marshall e a cooperação militar (no contexto do enfrentamento à União Soviética), eram encorajados e solicitados pelos governos europeus, além de serem amplamente apoiados pela opinião pública naquele continente. Os europeus puderam, assim, prosperar economicamente e "aproveitar-se" da expansão do império americano, ainda que isso significasse uma relação de dominação[87].

Esse antigo debate, que aqui recuperamos, é a base que sustenta o posicionamento, segundo o qual a ascensão dos países emergentes, em especial a China, indica um novo ciclo de expansão e acumulação do capital no marco da dominação estadunidense. Destacamos que o aspecto central é a "reprodução induzida da forma do poder imperialista dominante em cada formação nacional e *seu próprio Estado*"[88], garantindo, assim, a contínua acumulação capitalista dentro desses Estados, e desses para fora. Segundo Poulantzas, as intervenções do Estado em favor de certas frações do capital autóctone ou regional contra outras são, ao mesmo tempo, intervenções indiretas em favor de frações do capital americano contra outros, de que dependem as diversas frações e setores do capital autóctone[89]. Nesse sentido, "longe de representar a pretensa cooperação supranacional de capitais europeus contra o capital americano, ele corresponde à reprodução ampliada do capital transnacional sob dominação do capital americano no próprio seio dos países europeus (...)"[90]. Se trouxermos essa perspectiva para a análise atual, a reprodução induzida do capital imperialista através dos próprios Estados "emergentes" garantiria a contínua acumulação do capital americano, ainda que por meio da expansão do capital

[87] De acordo com Lundestad, os EUA construíram um império, com intervenções militares, políticas e econômicas em todo mundo. Mas o caso europeu era uma preocupação central dos americanos, uma vez que a Europa combinava um "anticomunismo" com a "liberdade de mercado". A expansão do império americano ocorreu sob a forma de "convite" e incentivos, especialmente por parte dos britânicos. As negociações do Plano Marshall foram caracterizadas pelas crescentes demandas por crédito e entrada de capital por parte dos governos europeus, mais até do os EUA efetivamente ofereciam. A cooperação militar foi ainda mais intensa. O autor afirma que os europeus, "desesperados" por assistência financeira, logram prosperar com a expansão do império americano. Entretanto, Ludenstad sustenta que o quadro começou a mudar, a partir do momento em que os europeus puderam "andar com as próprias pernas" no campo econômico e a integração europeia passou a avançar, enquanto os EUA começaram a sofrer derrotas, como a guerra do Vietnam, o choque do petróleo e a desestabilização financeira no início da década de 1970. As condicionantes anexadas aos acordos de empréstimos, que limitavam a liberdade de ação da Europa, eram cada vez menos aceitas. Para Ludenstad, o império não pode sustentar-se da mesma forma, uma vez que os custos dessa sustentação começaram a ser altos demais. Ver Ibid., p. 268 em diante.

[88] POULANTZAS 1975, p. 79

[89] Ibid., p. 80,

[90] Ibid., p. 86

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

autóctone. Para os que sustentam essa perspectiva, o poder americano não seria desafiado, mas reforçado[91]. O papel central do dólar como moeda de troca internacional e a supremacia militar americana - os dois outros elementos apontados por Gilpin - ainda não puderam ser desafiados de forma consistente, apoiando, ainda mais, essa posição.

Observamos que as análises de Poulantzas e Mandel com relação à Europa dizem respeito a um determinado momento histórico, e não podem ser abstraídas dele de forma simples. Apesar de resguardarem importantes reflexões que podemos hoje considerar, as condições estruturais mudaram nas últimas décadas, e a ascensão dos países BRICS (com diferenças importantes entre eles) dependerá dessas condições estruturais, cujos efeitos podem ser múltiplos e não previsíveis, acentuados com a atual crise econômica mundial.

Consideramos relevante, todavia, uma menção à possibilidade de processos de integração regional que tenham caráter autônomo e "anti-imperialista". Na América Latina, a integração regional tem sido apresentada como um mecanismo de resistência ao imperialismo estadunidense. Conforme mostramos no capítulo 3, a noção de uma integração produtiva, com medidas de integração política, social e cultural, faz frente à noção de um "regionalismo aberto", que visa a aprofundar os processos de abertura comercial e de liberalização, de modo a integrar a região aos circuitos globais do capital transnacional. Entretanto, apoiando-nos no posicionamento de Poulantzas para o caso da integração europeia, alguns dos processos de integração regional em curso, hoje, na América Latina (mais claramente a IIRSA) podem ser considerados espaços de reprodução do capital transnacional sob dominação do capital americano. Em um processo de integração regional com motivações políticas, a expansão do capital sediado no Brasil para Cuba ou Venezuela, por exemplo, por meio da preferência ou mesmo "convite" desses governos para o investimento brasileiro, poderia apoiar a ideia de uma tentativa de balanceamento de poder no nível regional. Cabe aqui notar que o fato da entrada de capital ser feita por meio de um "convite" dos próprios governos locais não configura, por si só, um indicador de que não há uma relação de poder e de dominação. Ele pode ser um acordo entre governos que (em diferentes

[91] Condizendo com as posições de Fiori e, especialmente, de Panitch sobre a ascensão da China, conforme expusemos no capítulo 1.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

graus) se opõem ao capital americano, e mesmo assim aprofundar as relações sociais de produção capitalistas. Consideramos, pois, que é importante atentar para as relações de classes, que não são suprimidas ou superadas somente por meio da relação entre Estados. As lutas anti-imperialistas dificilmente resultarão no objetivo de superação das desigualdades e na libertação dos povos, se não forem também lutas anticapitalistas, para dentro e para fora dos Estados.

A construção de uma hegemonia vai além da exportação de capital por meio da instalação de empresas multinacionais, que embutem um caráter político e não somente econômico, como mostrou Gilpin. A concepção predominante na academia norte-americana mantém a supremacia do poder militar, político e econômico de um Estado dominante como equivalente à hegemonia, que se apoia na noção do Estado em sua forma simples (instituição de autoridade política). Conforme vimos no capítulo 1, autores críticos e marxistas buscaram ir além da concepção de supremacia de um Estado no sistema, ao adequar o conceito gramsciano para as Relações Internacionais, complexificando a noção de hegemonia. O militante do partido comunista italiano foi destacado e popularizado pela elaboração do conceito de hegemonia sintetizada como "consenso e coerção". As reflexões de Gramsci, no entanto, têm como ponto de partida um questionamento específico num período histórico concreto: como explicar a vitória do fascismo na Itália? A complexidade e refinamento de sua teoria advêm da perspectiva de uma derrota (os inimigos estavam no poder), e de uma reflexão sobre as táticas e estratégias do inimigo, para poder derrotá-lo.

O conceito de hegemonia de Gramsci refere-se diretamente à sua noção de Estado não apenas como governo, ou instituição de autoridade política (como no realismo), mas sim de forma ampliada: sociedade política e sociedade civil. A hegemonia se forma com a supremacia de determinado grupo ou classe social e sua liderança moral e intelectual em uma sociedade. Esse grupo exerce liderança antes de chegar ao governo, na verdade é uma das condições para que chegue lá. Nesse momento ele se torna dominante e, mesmo depois de se afirmar no poder, não pode deixar de "liderar"[92]. Para Gramsci, "dominar" não é igual a "liderar": este requer

[92]GRAMSCI. **Selections from the Prison's Notebooks.** Edited and translated by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers, 2008 (1971), p. 57-8

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

certas concessões aos grupos subordinados, para que eles "concedam" (mesmo que indiretamente) e se tornem parte do projeto de dominação de dado grupo.

A hegemonia pressupõe, portanto, levar em consideração os interesses e tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia deve ser exercida, e a formação de certo equilíbrio compromissado, o que significa que o grupo dominante terá que fazer certos sacrifícios de tipo econômico-corporativo. Isso ocorre, porém, desde que não toquem no essencial: o poder econômico da classe ou grupo dominante[93]. Esses compromissos e concessões (que não alteram a estrutura de poder) fazem com que o desenvolvimento e expansão do grupo *particular* sejam concebidos e apresentados como força-motriz de uma expansão *universal*, como o desenvolvimento de *todas* as "energias nacionais", de maneira coordenada com parte dos interesses gerais dos grupos subalternos. Segundo Gramsci, o Estado se torna o reflexo desses interesses particulares, apresentados como universais: "a vida do Estado é o contínuo processo de formação e suplantação do equilíbrio instável (no plano jurídico) entre o interesse do grupo fundamental e aqueles dos grupos subordinados – equilíbrio no qual os interesses do grupo dominante prevalecem, mas somente até certo ponto, i.e., limitando-se para que não cheguem a interesses estritamente econômicos corporativos"[94].

A hegemonia da classe dominante é institucionalizada no Estado, mas formada e sustentada no seio da sociedade civil (Estado ampliado). Quando a classe dominante perde o consenso na sociedade, ela não exerce liderança, mas dominação, precisando, para isso, utilizar força coerciva, o que significa que as massas se desligaram de suas ideologias tradicionais. Para Gramsci, isso ocorreu logo após a (primeira) Guerra Mundial, quando se abriram brechas nos aparatos hegemônicos em todos os lados, e o exercício da hegemonia tornou-se difícil e aleatório[95].

[93] Ibid., p. 161

[94] Ibid., p. 182, tradução ASG. O Estado incorpora ambos papeis, de educar e de punir ("escolas" e "cortes") e seu principal instrumento é a lei, que cumpre ambas as funções (ibid., p. 146-7). Desse modo, as "regras do jogo" são parte integral do sistema de dominação. O aparato coercivo para garantir -essas regras indica o caráter particular do Estado, aparentando princípios universais. Ver BUTTIGIEG, Joseph. Gramsci on Civil Society. *Boundary* 2 22, no. 3, 1995, p. 10

[95] GRAMSCI, loc.cit., p. 80. Entre a força e o consentimento está a corrupção e a fraude, quando o exercício da hegemonia é difícil e o uso da força é muito arriscado. Procura-se assim paralisar e desmoralizar o inimigo, comprando seus líderes (ibid.).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

A ideologia liberal buscou separar o Estado da sociedade civil, afirmando que a atividade econômica pertence àquela, e o Estado não deve intervir nem regulá-la. Mas se sociedade civil e Estado são parte do mesmo todo, então, segundo Gramsci, "deve estar claro que o liberalismo também é uma forma de regulação estatal, introduzida por meios legislativos coercivos"[96]. Hegemonia e sociedade civil são, portanto, dois conceitos interdependentes e devem ser pensados de forma conjunta: o sucesso em adquirir e manter controle do Estado moderno depende do trabalho realizado pelo grupo dominante na sociedade civil antes de sua ascensão ao poder, e da capacidade deste em estender sua influência sobre crescentes segmentos da sociedade[97].

Baseado em Gramsci, Cox define hegemonia no plano mundial como uma dominação de forma particular, em que um Estado dominante cria uma ordem baseada, ideologicamente, em ampla medida de consentimento, funcionando de acordo com princípios gerais que, de fato, asseguram a contínua supremacia do Estado líder, e classes sociais dominantes, oferecendo, ao mesmo tempo, alguma medida de satisfação aos menos poderosos[98]. Desse modo, para se tornar hegemônico, um Estado precisa fundar ou proteger uma ordem que seja universal em sua concepção, não baseada na exploração direta de outros, mas em que outros Estados (submetidos à sua hegemonia) sintam, em parte, compatível com seus próprios interesses[99].

Assim, a hegemonia, no âmbito mundial, é um projeto da classe dominante em um determinado Estado dominante, porém vai além, sendo capaz de construir globalmente um consenso em torno do seu projeto hegemônico e implementá-lo em outros países do sistema. Dessa forma, é necessário pensar o papel das classes e forças sociais na construção da hegemonia mundial e da contra hegemonia.

Para Cox, como também para Arrighi, uma ordem mundial hegemônica pode ser formada somente através de um Estado no qual a hegemonia social interna foi ou

[96] Ibid.,p. 160. O liberalismo apresenta assim uma contradição inerente: o mercado tem que ser imposto por lei, acarretando sempre elementos de coerção, como retaliação, condicionalidades e ameaças.
[97] BUTTIGIEG 1995, op. cit., p. 3; 27
[98] COX 1987, p. 7.
[99] COX, Robert: Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: GILL, Stephen (ed.). **Gramsci, historical materialism and International Relations**. Cambridge University Press, 1993, p. 61

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

está sendo fundada[100]. Segundo Arrighi, um Estado se torna hegemônico mundialmente quando pode reivindicar com credibilidade que é a força-motriz da uma expansão universal do poder coletivo de seus dominantes com relação a outros Estados, assim como com relação às classes subalternas[101]. Esse tipo de reivindicação é crível em situações de caos sistêmico, onde há falta de organização generalizada e escalada de conflitos[102]. Na medida em que o caos sistêmico aumenta, a demanda pela instalação de ordem (antiga ou nova) se generaliza entre dominantes e dominados. Segundo o autor, qualquer Estado em condições de satisfazer essa demanda se apresenta como potencial *hegemon*. Em outras palavras, o Estado deve *liderar* no sistema de Estados.

Nos três casos históricos de formações hegemônicas mundiais (hegemonia holandesa, britânica e americana), os Estados dominantes demonstraram liderança intelectual e moral para guiar o sistema mundial para a saída do caos, e formaram ordens mundiais correspondentes aos valores, regras, normas e ideologias do *hegemon* (livre-comércio no caso britânico, livre-empresa no caso americano). As instituições criadas davam relativa margem de liberdade aos outros Estados, mas eram sempre reguladas através da dominação do Estado hegemônico. Estes puderam incorporar parte dos interesses de classes e países subordinados no seu projeto de dominação[103].

No período do pós-guerra, a construção da hegemonia estadunidense se deu por meio de organizações internacionais em um sistema multilateral. Cox considera

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

[100] Segundo Cox, nos períodos da "Pax Britannica" e da "Pax Americana", a ordem hegemônica mundial foi fundada por um país onde a hegemonia social estava estabelecida, e era suficientemente expansiva para se projetar para fora. Nesses períodos, a hegemonia estava firmemente estabelecida nos países centrais, enquanto que, na periferia, o uso da coerção era mais evidente. Nela, alguns elementos foram absorvidos e adaptados de maneira desigual e os conflitos de classe são mais intensos. COX 1987, op. cit, p. 149-50; 266-7

[101] ARRIGHI, Giovanni. The three hegemonies of historical capitalism. In: GILL, Stephen (ed.). **Gramsci, historical materialism and International Relations**. Cambridge University Press, 1993, p. 151

[102] Arrighi diferencia entre caos e anarquia. Enquanto caos é a falta de ordem generalizada, a anarquia é a falta de uma autoridade central, podendo ser, no entanto, ordenada através de princípios, regras e normas.

[103] Ibid., p. 158. Arrighi associa a emergência do sistema moderno de dominação ao desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial. De um lado, há uma lógica de dominação "territorialista" - que concebe o capital e a riqueza como subprodutos da busca incessante de expansão territorial – e, de outro, a lógica "capitalistas" - a expansão territorial como subproduto da busca incessante de acumulação do capital. A característica essencial do mundo moderno tem sido a oposição entre essas duas lógicas, e a resolução dessa contradição tem sido a constante reconfiguração do espaço político-econômico mundial pelos Estados líderes capitalistas em dada época (Ibid., p. 153-4).

que essas organizações foram os principais mecanismos de universalização de normas e valores do *hegemon*. Assim como para Gramsci, em uma sociedade hegemônica, o conflito social não é eliminado, mas regulado e institucionalizado, e a institucionalização do conflito dentro da potência dominante torna-se a base para essa institucionalização também no plano global. As organizações internacionais funcionam como processos através dos quais instituições hegemônicas e sua ideologia são desenvolvidas. Regras são incorporadas, de modo a facilitar a expansão de ordens mundiais hegemônicas, legitimando, ideologicamente, as normas dessa ordem. Ao mesmo tempo, elas mesmas são produto da hegemonia de um Estado dominante, e são capazes de facilitar a cooptação de elites dos países periféricos e absorver ideias contra hegemônicas. Dessa forma, organizações internacionais promovem a expansão de forças econômicas e sociais dominantes, ao passo que permitem ajustes para incorporar interesses subordinados a um "custo mínimo"[104].

Autores de viés institucionalista tenderiam a convergir com Arrighi e Cox no que diz respeito à relativa estabilidade do sistema através da formação de uma ordem mundial hegemônica baseada em instituições. Conforme já expusemos no capítulo 1, Ikenberry baseia-se na ideia de que as instituições têm capacidade de auto restringir o poder do próprio *hegemon*, garantindo legitimidade e durabilidade à ordem mundial, constituída por ele com bases "constitucionais"[105]. Keohane, por sua vez, argumenta que uma ordem hegemônica estável depende de regimes fortes, com regras precisas e seguidas por todos[106]. Os regimes fortes se sustentam na medida em que Estados menores têm incentivos e ganhos ao colaborar com eles . Eles não seriam, assim, uma imposição do Estado mais forte, mas um espaço de cooperação, em que os ganhos em permanecer nos regimes e instituições seriam maiores do que os custos de sair deles. Para Keohane, regimes internacionais fortes dependem de um poder hegemônico, ao passo que a fragmentação desse poder e sua distribuição entre países em competição leva à fragmentação do regime. A concentração de poder indica, portanto, estabilidade[107].

[104] COX 1993, loc.cit., p. 62.
[105] IKENBERRY, J. **After Victory**... op.cit.
[106] KEOHANE, Robert. **Instituciones internacionales y poder estatal**. Ensayos sobre teoria de las relaciones internacionales. Grupo Editor Latinoamericano, colección Estúdios Internacionales, 1993
[107] Juntamente com Kindleberger e Gilpin, Keohane é um expoente da teoria da estabilidade hegemônica. Conforme já exposto no capítulo 1, esses autores contemplam ajustes e acomodações

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

A hegemonia pode ser, assim, "benévola", uma vez que ela garantiria o "bem comum" (estabilidade, paz, ordem), sendo a desigualdade social e internacional um "mal necessário" para garantir a ordem do sistema. Contrariamente, para Gramsci e os autores nele baseados, o conceito de hegemonia explicita formas de manutenção da subalternidade de uma classe frente à outra, bem como relações de poder opressoras na ordem mundial. A estabilidade da ordem hegemônica é constituída de uma ordem hierárquica de Estados poderosos, as classes dominantes mundiais sobre as classes subalternas e Estados na periferia, que são submetidos ao disciplinamento econômico e político ditado de cima para baixo. O poder hegemônico se caracteriza por conseguir apresentar seus interesses particulares como universais, garantindo que grupos subalternos sejam complacentes e assumam o projeto hegemônico como parte de seu próprio interesse. Assim, a hegemonia na ordem mundial não significa apenas a dominação de um Estado sobre outro, mas também um consentimento ideológico (consciente ou inconsciente) ao projeto de poder, que não é necessariamente "benevolente" para todos de maneira igual, apesar de aparentar tal universalidade. A hegemonia está "inscrita nas mentes"[108], implicando a naturalização de relações de poder, de condições sociais, materiais e culturais, e a dificuldade de abertura do imaginário para pensar alternativas.

Conforme mostramos nos capítulos anteriores, os "países emergentes" e o Brasil têm buscado ascender dentro das instituições existentes, com o objetivo de maior participação e voz dentro delas. Para alguns, como Ikenberry/Wright[109], isso significa que essas instituições, construídas sob hegemonia estadunidense com base nos seus valores, normas e princípios, são capazes de absorver as demandas desses países, não implicando uma mudança. Argumenta-se, também, que esses países têm

dentro da ordem, e não sua transformação. Keohane afirma que países maiores e menores têm vantagens em cooperar num regime internacional: "a potência hegemônica ganha capacidade de configurar e dominar seu entorno internacional, enquanto que administra um fluxo suficiente de benefícios às pequenas e médias potências para convencê-las de que coincidem [em interesses]". Por outro lado, na medida em que a distribuição de recursos (especialmente econômicos) se torna mais equitativa, aumentam os custos do *hegemon* em manter estabilidade e o cumprimento das regras, e os regimes se debilitam. Os incentivos dos Estados secundários também mudam, e estes reduzem seu apoio ao regime. Inicia-se assim um período de transição e de instabilidade. Ver KEOHANE, op.cit., p. 115 (tradução ASG)

[108]COX, Robert W. Middlepowermanship, Japan and future world order. In: COX; SINCLAIR (ed.): **Approaches to World Order**. Cambridge University Press, 1999(1989), p. 245

[109] IKENBERRY, J.; WRIGHT, T. 2008, loc.cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

buscado um "balanceamento brando", dificultando ações unilaterais dos EUA dentro das instituições[110].

No âmbito da América do Sul, entendemos que o Brasil procura acumular poder com base na legitimação e na liderança junto aos vizinhos. Ao mesmo tempo em que protege e promove seu poder econômico, o faz buscando legitimar-se como amigo e solidário com os parceiros menores, solucionando conflitos com base em negociações que, naturalmente, têm implícito o poder de barganha de cada um. Quando envolvido em casos de conflito, o governo Lula buscou dialogar, e não entrar em enfrentamento direto com outros governos. No caso específico do conflito entre a Petrobras e o governo boliviano em 2006, a prudência do governo brasileiro em buscar o diálogo, e não a força – recebendo apoio de vários setores da esquerda contra setores das classes dominantes, que apresentam um posicionamento hostil a alguns governos na região sul-americana – pode ser compreendida como uma *tentativa* de construção de uma hegemonia regional, se consideramos que esta requer certas concessões aos países menores, para que o Brasil possa exercer seu papel com o *consentimento* destes. Esses governos veem na liderança do Brasil a realização de seus próprios interesses, contra uma liderança dos EUA, por exemplo.

Tal consentimento é cultivado na constante representação do governo brasileiro como um "amigo" dos países vizinhos, "generoso", objetivando uma "integração solidária". Entretanto, acomodações e concessões aos interesses de outros países são feitas sempre de modo a não tocar ou alterar os interesses fundamentais dos setores econômicos do Brasil, como foi o caso dos desfechos das negociações da Petrobras na Bolívia, da Odebrecht no Equador e das alterações no contrato de Itaipu com o Paraguai. Conforme afirma Marco Aurélio Garcia,

> "o Brasil não tem aspirações de liderança (...). A opção que fizemos é de integração solidária, crescermos juntos. Todos esses incidentes tiveram desfechos favoráveis. Com a Bolívia, normalizamos as relações e continuamos importando gás (...). Com o Equador, foi um incidente que opôs uma empresa ao governo local, que, a meu ver, agiu de forma precipitada. Mas nós não perdemos um centavo e o Equador continua pagando as dívidas que havia

[110]HURREL 2009, loc.cit. Um exemplo disso foi a abstenção conjunta dos países que compõem os BRICS na votação sobre a intervenção da OTAN na Líbia no âmbito do Conselho de Segurança da ONU em março de 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

> contraído. Com o Paraguai, estamos discutindo civilizadamente as diferenças e tenho certeza de que vamos chegar a bom termo"[111].

A tentativa do Brasil de construção dessa hegemonia com base na liderança regional, em alguma medida legitimada pelos demais governos, pode ter também um efeito político paradoxal. De um lado, o país teve papel fundamental em situações de crises nos países vizinhos, que levaram a golpes, sequestros (como no caso da Venezuela em 2003 e Honduras em 2009) e que beiraram uma guerra civil (como na Bolívia), apoiando de forma ativa os governos democraticamente eleitos. De outro, o governo Lula foi representado pelas classes economicamente dominantes nesses países (e nos países centrais) como um "modelo" de um governo "responsável", colocando o grupo Lula/Kirchner/Tabaré supostamente em oposição ao modelo Chávez/Evo/Correa. Com efeito, tivesse o Brasil, a partir de 2002, incorrido em transformações radicais que indicassem uma mudança mais profunda, podemos imaginar que esse processo (que certamente sofreria sérios ataques de forças sociais dominantes internas e externas) teria tido um efeito disseminador na região, apoiando os processos de transformação nesses outros países. Entretanto, o modelo adotado no Brasil ajudou, em certa medida, a "conter" os processos de transformação nos países andinos dentro de suas respectivas fronteiras. Segundo Katz,

> "(...) los principales gobiernos de centroizquierda han cumplido una función clave en la contención política en Venezuela, Bolívia y Ecuador. Muchos analistas omiten este papel, al evaluar positivamente la acción de esas administraciones frente a la contraofensiva imperial. En los hechos, la capacidad de detener esta embestida ha sido muy reducida. Colombia reafirmó la instalación de las bases norteamericanas y el golpismo se recicló en Honduras, sin prestar mucha atención al disgusto de los presidentes progresistas"[112].

Seu papel complexo e muitas vezes paradoxal na região torna o Brasil "ao mesmo tempo imperialismo e motor imprescindível para a integração"[113]. Hegemonia

[111] GARCIA, Marco Aurélio. Perto do príncipe, ma non troppo. **Estado de São Paulo**, 29 de março de 2009, entrevista. Com essas declarações, compreendemos que Marco Aurélio se dirige aos setores conversadores no Brasil, opositores ao governo Lula e críticos da política externa brasileira e dos governos de esquerda na América do Sul. Entretanto, procuramos mostrar que a discussão é mais complexa e envolve mais fatores e atores, do que uma dicotomia entre "governo Lula" vs. "oposição".

[112] KATZ, Claudio. El peculiar ascenso de Brasil. *Rebelión*, 19 de enero de 2010. Disponível em http://www.rebelion.org/noticias/2010/1/98699.pdf.

[113] STEFANONI, Pablo. O Brasil é ao mesmo tempo imperialismo e motor imprescindível da integração. **Brasil de Fato**, 23 de dezembro de 2010 (entrevista)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

e imperialismo são dois conceitos usados, muitas vezes, de forma intercalada para explicar o estabelecimento de uma determinada ordem internacional sob dominação de uma potência. O exercício da liderança é um elemento em comum entre eles, porém há divergência sobre a finalidade, forma e os instrumentos com os quais essa liderança é exercida. Podemos observar que os processos de construção da hegemonia nas abordagens gramscianas priorizam os elementos de convencimento, consentimento e construção de consensos ideológicos em torno de um projeto de dominação, sempre resguardando, como instrumento para isso, elementos coercitivos de cunho econômico e militar. Por sua vez, o imperialismo não é uma categoria estática, ao contrário, representa processos dinâmicos em diferentes espaços e territórios ao longo da história, expressando novas formas de concentração e expansão do capital, e, por consequência, novas expropriações e conflitos.

O uso do termo "imperialismo" foi, por um longo tempo, restrito ao campo marxista e a setores da esquerda. Segundo Borón e Foster[114], depois dos eventos de 11 de setembro de 2001, o termo foi retomado a partir de seu próprio "centro", os EUA, com a "guerra ao terror". A mídia e a academia norte-americana e mundial voltaram a discutir os termos "império" e "imperialismo" econômico, militar ou cultural, estes vistos como separados e dissociados do capitalismo, podendo ter inclusive uma conotação benévola de caráter civilizatório[115].

Alguns pensadores não marxistas, como Cohen, buscaram elaborar definições e usos do conceito de imperialismo de forma "neutra" ou objetiva[116]. Cohen define o imperialismo como "*qualquer relação de dominação ou controle efetivo, político ou*

[114] BORON, Atílio. A questão do imperialismo, e FOSTER, John Bellamy. O redescobrimento do imperialismo, ambos em BORON; AMADEO; GONZALES (orgs.). **A teoria marxista hoje**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular , 2006.

[115] Mesmo antes, no governo Clinton, o império "deixa de ser uma condição censurável a partir de raciocínios éticos e políticos para transformar-se em uma obrigação humanitária" (BORON 2006, p. 461). Posteriormente, com governantes e pensadores neoconservadores, o termo "império" é usado com significado "benévolo", apoiado em pressupostos religiosos ou messiânicos. O governo Bush intensifica a visão de que um império americano teria a função de instituir em todo o globo a democracia liberal capitalista. A administração Bush afirma, assim, uma "soberania contingente" e o direito de intervenção preventiva naqueles que não se encaixam no modelo liberal.

[116] COHEN, Benjamin. **A questão do Imperialismo**. Economia política da dominação e dependência. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 21, grifo no original. O autor afirma que, ao mesmo tempo em que o termo é usado como "slogan" de panfletos políticos, sua definição tornou-se demasiadamente restrita, limitando-se somente a alguns países, a certos mecanismos de controle, ou a um determinado sistema econômico. Seria necessário um método apropriado para reter o termo, dando-lhe um significado "bem definido, eticamente neutro e objetivo" para que seja útil à análise da economia política das Relações Internacionais. Ver Ibid., p. 15

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

econômico, direto ou indireto, de uma nação sobre outra"[117]. O conceito seria, assim, "operacional"[118]. A forma do imperialismo pode ser o controle direto (através da extensão da soberania política), ou indireto (penetração econômica, pressões diplomáticas ou militares) e pode ter natureza econômica ou político-militar. Para Cohen, a raiz principal do imperialismo não é econômica, mas política. Próximo ao realismo, ele afirma que a política de poder determina a ação dos Estados, e a anarquia internacional disciplina o comportamento destes, levando-os à busca por maximização de seu poder individual, a fim de garantir sua segurança nacional. A existência de múltiplas soberanias nacionais gera, desse modo, a necessidade de concorrência para acumular poder e garantir a segurança de cada Estado[119].

A conclusão de Cohen reflete o paradigma realista do sistema internacional, cuja principal característica é a "política de poder" (territorial, econômica, política e militar), justificada para assegurar a própria sobrevivência, ou para acumular mais poder relativo ao adversário. A política de expansão do Estado imperial torna-se uma "escolha racional", perdendo elementos morais e éticos. O poder se torna um conceito neutro, a política de poder e sua expansão aparecem como um movimento quase mecânico. As consequências da guerra, racismo, superexploração e subalternização de outras nações, povos e classes acabam sendo silenciadas. Ao tratar do imperialismo, o principal expoente do realismo, Hans Morgenthau, chega a afirmar que impérios que lutam para manter seu status quo *não* agem de forma imperialista[120]. Imperialista não seria qualquer política de acréscimo de poder, mas somente aquela que visa a alterar o status quo das relações existentes. Qualquer ação revisionista que almeja a alteração do status quo seria imperialista e deveria ser contida[121]. Porém, um império que busca "manter-se império" não agiria de forma "imperialista", o que parece conveniente para as potências que já acumularam poder, e objetivam conter as ações revisionistas ou contestadoras dos outros.

[117] Ibid., p. 21, grifos no original.
[118] Ibid., p. 20
[119] Ibid., p. 223
[120] MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações.** São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 98-9
[121] Ibid., p. 131. Morgenthau utiliza como exemplo a política expansionista da Alemanha - a partir de 1935. Entretanto, podemos pressupor que o viés da política externa estadunidense de contenção da URSS até os anos 1970 certamente era um exemplo para a formulação teórica de Morgenthau nesse momento.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Morgenthau critica as teorias econômicas do imperialismo, em especial a marxista. Segundo ele, "o que querem o imperialista pré-capitalista, o imperialista capitalista e o capitalista 'imperialista' é o poder, e não o ganho econômico"[122]. Observamos nesses autores a distinção de imperialismos de tipo militar, econômico e cultural, e a dissociação entre capitalismo e imperialismo, que é um aspecto predominante, notoriamente, para Schumpeter[123]. Para ele, o imperialismo e a guerra são frutos de estruturas atávicas, irracionais, pré-capitalistas, e não do capitalismo. Os impulsos imperialistas são disposições gerais de algumas sociedades pré-capitalistas, que não continham objetivos específicos (eram "*objectless*"). O impulso à expansão territorial e à dominação de outros povos advinha de tradições religiosas e culturais[124]. Assim como para autores liberais clássicos[125], também, aqui, o livre-comércio e o livre mercado seriam mais propícios à paz. Calculados racionalmente, os custos de manutenção de colônias seriam demasiadamente onerosos e significariam uma intervenção dos Estados, desviando o comércio verdadeiramente "livre" no mercado mundial. A tendência seria, portanto, a dissolução de colônias e estruturas de dominação territorial direta[126]. A "recaída" ou nova corrida imperialista no final do século XIX, correspondia, segundo Schumpeter, a estruturas pré-capitalistas remanescentes, influenciando as sociedades e gerando inclinações instintivas e irracionais à expansão. Atores da classe aristocrática, que obteriam vantagens imediatas com as guerras, continuavam tendo peso nas sociedades, pois as burguesias não dominavam o poder dos Estados por completo. Tendências imperialistas seriam

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

[122] Ibid., p. 108.
[123] SCHUMPETER, Joseph. **Imperialism and social classes**. Ohio, Meridian book, World Publishing Company, 1966.
[124] Ibid., p. 23-54 (Imperialism in practice)
[125] Refiro-me aqui a SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 e ANGELL, Norman. **A grande ilusão**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
[126]Autores como Smith e Angell tratam do período do colonialismo ligado ainda à fase mercantilista, especialmente a expansão espanhola, portuguesa e holandesa (chamada de "velho imperialismo"). Hobson difere o colonialismo do "novo" imperialismo através da ocupação territorial direta com extensão da soberania, de um lado, e a não necessidade de ocupação territorial direta para a dominação, de outro. O colonialismo seria a ocupação territorial com dominação formal, ou a expansão da nacionalidade de um Estado para outro território (dominação com extensão da soberania). Já o imperialismo não é necessariamente o colonialismo aberto. Ele envolve novos mecanismos de dependência e dominação, como a dependência do capital financeiro. Ele seria a expansão de um Estado para além da nacionalidade. Ver HOBSON, J. A. **Imperialism**. **A Study**. Ann Arbor Paperbacks, The University of Michigan Press, 1964.

externas ao capitalismo, e, desse modo, frutos do atavismo, tendendo a desaparecer com a racionalidade instrumental[127].

De fato, a relação entre imperialismo e capitalismo torna-se mais clara e nítida somente no período pós-segunda guerra mundial. Wood e outros argumentam que a ligação entre capitalismo e imperialismo não é simples e direta[128]. Comumente se afirma que as origens do capitalismo estão no colonialismo e na acumulação primitiva, ou seja, a conquista de colônias e os recursos delas advindos teriam gerado as condições para início do capitalismo na Europa. Nesse caso, o capitalismo seria "resultado" do imperialismo colonialista. Mas, para Wood, a relação entre capitalismo e imperialismo vai depender das relações de propriedade no seio do poder imperial, das condições sistêmicas de reprodução associadas às relações de propriedade, e do processo econômico colocado em andamento por elas[129]. A autora sustenta que o imperialismo é resultado do desenvolvimento capitalista na Inglaterra, e não o inverso.

Segundo Wood, somente na Inglaterra a riqueza colonial foi transformada em capital industrial. A apropriação das terras comuns dentro e fora da Inglaterra justificou-se, filosoficamente, através do princípio de *improvement* de John Locke, que definiu a propriedade como aquilo que deriva da produtividade do trabalho. Cria-se valor através do "melhoramento" da terra, aumentando seu valor de troca. De acordo com essa leitura do pensamento de Locke, a terra improdutiva, onde não há trabalho inserido, seria propriedade "de ninguém" e poderia ser tomada, de modo a ser "melhorada". Desse modo, a possibilidade de uso da terra no capitalismo agrário inglês (expandido para a Irlanda) justifica a expropriação em massa de terras e bens coletivos, os cercamentos na Inglaterra e expropriação de terras aborígenes nas colônias. O imperialismo se justifica, portanto, pelo princípio capitalista de uso produtivo da propriedade para lucro privado[130].

[127] SCHUMPETER 1966, p. 58-9; 64-6
[128] WOOD, Ellen M. **The origins of capitalism**. London, New York: Verso, 2002.
[129] Ibid., p. 149
[130] Ibid., p. 157-8; 162-4. Conforme veremos adiante, Harvey afirma que esse processo de acumulação primitiva não é "anterior" ao capitalismo, mas uma prática constante e inerente à lógica de acumulação capitalista. As dimensões disso, hoje, são múltiplas. Podemos apontar os grandes projetos extrativos e do agronegócio vigentes no Brasil e na América do Sul, transformando e "melhorando" territórios

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Wood afirma que o capitalismo, apesar de ter se desenvolvido em um sistema internacional de comércio, foi um produto "doméstico", tendo emergido primeiro em um país específico. Depois disso, ele nunca mais emergiu novamente da mesma forma. Segundo a autora, não é da natureza do capitalismo ficar "em casa" por muito tempo, sua necessidade ilimitada de acumulação, de que depende sua própria sobrevivência, produziu novos e distintos imperativos de expansão. O capitalismo cria novas possibilidades imperialistas ao gerar imperativos econômicos, compulsões de mercado, que vão além da dominação política direta. Desse modo, o capitalismo britânico produziu um imperialismo, respondendo aos requerimentos específicos da acumulação capitalista. Iniciado em um Estado nacional e desenvolvendo-se em outros locais, sendo seguido por outros Estados, o capitalismo se espalhou, não apagando fronteiras nacionais, mas reproduzindo sua organização social, criando novas economias e Estados nacionais[131].

Lênin e outros militantes comunistas refletiram e escreveram sobre os processos e as condições de expansão do capitalismo no momento histórico descrito por Wood, ou seja, quando a dominação de novos territórios e suas matérias primas nas outras regiões do mundo tornava-se um imperativo para o próprio desenvolvimento do capitalismo na Europa. Esses militantes, que refletiam a partir de lutas sociais concretas, trabalharam o conceito de imperialismo de forma mais complexa e abrangente, vislumbrando a totalidade de suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Para Lênin[132], o imperialismo do final do século XIX não é uma política, mas sim um estágio do desenvolvimento do capitalismo nos países europeus, a saber, a constituição dos monopólios e do capital financeiro[133]. A centralização de capital-dinheiro dos conglomerados industriais em alguns bancos

ocupados por populações tradicionais para atividades econômicas de lucro privado, como reflexos atuais da expansão do capitalismo imperialista.

[131] Ibid., p. 175-6

[132] LENIN, V.I. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2005 (1916).

[133] Os monopólios se formam com a junção de fases sucessivas de elaboração de matéria-prima de dado setor, ou com a formação de conglomerados de setores auxiliares que compõe uma mesma indústria (LENIN, op.cit., p. 19). Schumpeter buscou rebater a noção de que a formação de monopólios nos países centrais (gerando capital excedente) seria o impulso principal à expansão imperialista, conforme propôs Lênin, com base em Hobson e Hilferding. Segundo Schumpeter, monopólios são temporários, na verdade, o capitalismo seria sempre de concorrência. A inovação tecnológica confere um ganho monopolista inicial, porém a economia de mercado tende a dissolver os monopólios. Eles seriam ineficientes, e seriam vencidos pela concorrência, de modo que o próprio mercado daria conta de dissolvê-los. Ver SCHUMPETER 1966, p. 84-9

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

modifica a função destes, dando-lhes poder de controle e disciplinamento da economia de toda uma sociedade. Lênin explica que a relação entre banqueiros e industriais se torna uma "união pessoal": se os industriais só têm acesso a seu capital através dos bancos, também estes precisam alocar esse enorme capital em investimentos de retorno. Assim é formado o "capital financeiro", o capital bancário transformado em capital industrial[134]. Este é, segundo Lênin, o principal processo de transformação do capitalismo em imperialismo, e dá início a seu processo chave: a exportação de capital. O excedente, em poucos países ricos, busca lucratividade e retorno através de investimentos no exterior, ou seja, sua exportação para territórios pré-capitalistas, que são incorporados ao circuito do capitalismo mundial[135]. O imperialismo torna-se "usurário" na medida em que a concessão de crédito e de empréstimos públicos vai, gradualmente, se tornando o principal mecanismo das relações de dependência. A dominação passa a se dar entre países e classes credoras (*rentiers*) e devedores.

Assim como, hoje, as instituições de Bretton Woods e bancos de desenvolvimento operam por meio de "condicionalidades" políticas e econômicas, de modo a beneficiar as economias dos países credores, já naquele momento, Lênin apontava para os "pacotes" de empréstimos dos bancos nos países centrais, envolvendo trocas de vantagens ou serviços. Segundo o autor, era corrente que, entre as cláusulas dos empréstimos, se impunha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos ao país credor, por exemplo, armamentos, embarcações, etc. A

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

[134] HILFERDING, apud LENIN, op.cit., p. 47. A "união pessoal" dos bancos com as maiores empresas significa a fusão de uns com outras mediante a posse de ações, participação dos diretores de bancos nos conselhos de administração das empresas, e vice-versa. É formada, assim, uma *oligarquia financeira.* A união entre bancos e industriais se completa com a relação pessoal de uma e outra sociedade com os governos. Segundo Lênin, lugares da administração são confiados a personalidades de renome e antigos funcionários do Estado, os quais facilitam as relações com autoridade. Ibid., p. 57

[135] Ibid., p. 64-65. Segundo o autor, no fim do século XIX temos uma situação monopolista nesses poucos países ricos (notoriamente Inglaterra, França, Alemanha, posteriormente também nos EUA), onde a acumulação de capital atingia proporção gigantesca, produzindo um enorme excedente. Porém, "enquanto o capitalismo for capitalismo" segundo Lênin, esse excedente não é investido de modo a melhorar a qualidade de vida das massas de trabalhadores "pois significaria a diminuição dos lucros do capitalistas". O capital busca lucratividade através de investimentos em outros territórios, que são incorporados à órbita de circulação do capitalismo mundial. São construídas as principais vias férreas e são asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc.

exportação de capitais passava, assim, a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias[136], uma prática comum a todos os bancos "Exim" hoje.

Segundo Lênin, os monopólios capitalistas partilham o mercado interno entrelaçado ao externo, criando o mercado mundial. Essa divisão do mundo entre os cartéis internacionais precede a partilha entre as grandes potências. O autor escreve no momento histórico quando a política colonial dos principais países já havia completado a ocupação dos territórios não capitalistas e se iniciava a dura concorrência pelas fontes de matérias primas[137]. Lênin estabelece uma relação causal entre os diferentes estágios de desenvolvimento capitalista nos países centrais: concentração de capital em monopólios e conglomerados; exportação desse capital para regiões que possam ser incorporadas ao mercado mundial como fornecedoras de matérias primas; ocupação e divisão desses territórios entre as potências, gerando, como resultado, a competição e a guerra entre elas. Assim, as lutas políticas (militares, ideologias, raciais) – a chamada "superestrutura extra econômica" – estavam estreitamente relacionadas com as lutas econômicas (expansão do capital financeiro e criação dos cartéis internacionais). A diplomacia, afirmava, é "fiel amiga" do capital financeiro[138].

A disputa político-econômica tornava a guerra inevitável. Ao discutir com Kautsky, Lênin afirmava que "faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências (...) apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia"[139]. Perguntava, então, "como podem resolver-se as contradições, *sob o capitalismo*, a não ser pela força?"[140]. O conflito internacional tinha, assim, origens na luta de classes: as raízes sociais do imperialismo situavam-se na canalização para fora de "rancores e raivas" da classe trabalhadora inglesa, na forma de nacionalismo e racismo frente às populações colonizadas, subornando as camadas superiores da classe trabalhadora

[136] Conforme declarava o *Die Bank*, "nas transações internacionais deste gênero o credor obtém quase sempre algo em proveito próprio: um favor no tratado de comércio, uma base hulheira, a construção de um porto, uma concessão lucrativa ou uma encomenda de canhões" (Die Bank, apud LENIN, p. 64)

[137] Para Lênin, as associações capitalistas se esforçam para tirar do adversário toda a possibilidade de concorrência. Com a "rapidez incrível da técnica", não apenas as fontes de matérias primas já descobertas tinham importância para o capital financeiro, mas também as possíveis futuras. Ibid., p. 83.

[138] Ibid., p. 86.

[139] Ibid., p. 92. Para ele, Kautsky confundia ,"convenientemente" , conteúdo e forma em sua teoria do "ultra-imperialismo".

[140] Ibid., p. 97, grifo no original

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

para seu consentimento ao imperialismo[141]. Alianças "ultraimperialistas" poderiam ser somente tréguas entre guerras: "As alianças pacíficas preparam as guerras e, por sua vez, surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não pacíficas entre a economia e a política mundial"[142]. Conflitos poderiam assumir diferentes formas, entretanto não são solucionados no capitalismo.

Observa-se que o mesmo processo histórico caracterizado por Lênin como guerra inter-imperialista, para Gilpin seriam os ciclos de guerra e paz hegemônica[143]. Segundo esse autor, marxistas e realistas compartem da visão de que, enquanto for possível a expansão territorial e de recursos, a lei do desenvolvimento desigual pode operar sem alterar a estabilidade do sistema como um todo; no entanto, quando seus limites são alcançados, o sistema entra em crise. Os choques entre Estados por territórios, recursos e mercados aumentam em frequência e magnitude, até culminar, ao final, em uma "guerra hegemônica". Assim, o esgotamento do espaço político e econômico levou a uma intensificação do conflito e ao colapso final do sistema em duas grandes guerras mundiais[144].

Uma "guerra hegemônica" irá resultar em uma nova estrutura de poder internacional. Esta se caracteriza pela contestação direta entre poder dominante e poderes revisionistas, por mudanças na natureza e na governança do sistema (sendo ela simultaneamente uma guerra política, econômica e ideológica) e, por fim, pela abrangência e meios de violência quase ilimitados[145]. As grandes transformações na história mundial foram derivadas de guerras hegemônicas entre rivais políticos, cujo resultado é o reordenamento do sistema a partir de ideias e valores do Estado vencedor, que governará o sistema.

O autor também ressalta o sentido da paz e da estabilidade dentro de uma ordem mundial hegemônica: a paz equivale a uma “estabilidade hegemônica”, uma

[141] Nas palavras do político inglês Cecil Rhodes, “para salvar 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios. (...) O império, sempre tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas” (ROHDES, apud LENIN: 80). Desse modo, o imperialismo serviu para "acalmar" a classe operária na metrópole.
[142] LENIN, p. 121
[143] GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge University Press, 1981.
[144] Ibid.,p. 201
[145] Ibid., p. 200

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

vez que ela é assegurada e vigiada pelo poder dominante, que coordena a política mundial a partir da sua visão de mundo. Assim como um "Leviatã" pode dar fim a um "estado de natureza de todos contra todos", também o *hegemon* pode minimizar os efeito ou, ao menos, administrar a anarquia internacional. O sistema, no entanto, se "desequilibra" na medida em que os custos de manutenção da sua posição forem maiores do que os recursos disponíveis ao *hegemon* para que possa exercer sua função de manter a estabilidade. Ele será, então, contestado por outra potência crescente, que tentará desafiá-lo[146]. Enquanto Gilpin vê um movimento cíclico de guerra e paz hegemônicas como forma de mudanças *no* sistema, para Lênin, o conflito internacional (que embute o conflito de classes) assumiria formas pacíficas ou não pacíficas, porém é recorrente, enquanto não leve a uma ruptura e a uma mudança *do* sistema capitalista.

Essas teorias sozinhas não podem dar conta da complexa realidade política hoje existente. A atual conjuntura desafia os preceitos de Lênin no sentido de uma rivalidade inter-imperialista que possa desembocar em uma grande guerra, e principalmente os de Gilpin, uma vez que a conjuntura não configura nem uma estabilidade hegemônica, nem uma perspectiva de guerra sistêmica. Com a ascensão de países emergentes, em especial a China, temos, hoje, o debate sobre as possibilidades de uma "ascensão pacífica", que poderia apontar para um rompimento do ciclo de guerra e paz hegemônicas. Conforme indicado no capítulo 1, autores de diferentes perspectivas teóricas argumentam que, à vista do alto grau de entrelaçamento e interdependência econômico-financeira entre a China e os EUA, e da supremacia militar mundial estadunidense, é provável, hoje, que uma mudança hegemônica ocorra sem uma guerra mundial. Fiori sustentou que a internacionalização americana associada ao crescimento chinês teria produzido "uma mudança estrutural de longa duração no sistema mundial", que não se daria no advento de uma guerra hegemônica. Se, de um lado, devemos nos preparar para uma nova corrida imperialista e intensificação dos conflitos, de outro, não devemos esperar um "duelo final" entre China e EUA, dada a "fusão financeira" entre os dois países[147]. Ikenberry/Wright entendem que as formas possíveis de transição na ordem atual são diferentes daquelas do passado, em especial a recorrência histórica de guerras

[146] Ibid., p. 210
[147] FIORI 2008, loc.cit., p. 67

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

hegemônicas, uma vez que o desenvolvimento de armas nucleares teria tornado difícil a chance de uma guerra mundial nos dias atuais. Para eles, quanto mais a ordem hegemônica for baseada em instituições e regras, for aberta e consensual, quanto mais forem distribuídos seus benefícios materiais, é mais provável que Estados emergentes assegurem seus interesses integrando-se à ordem, e não a desafiando[148]. Por fim, Arrighi afirma que, se a China vier a ser um *hegemon* global, seus poderes cultural e econômico seriam muito mais relevantes que o poder militar. Uma nova época asiática, se existir, seria portadora de uma "hibridização fundamental" dos legados ocidentais e orientais[149]. O autor traça um paralelo entre a transição hegemônica da Grã-Bretanha aos EUA e a atual ascensão chinesa, afirmando que os EUA não precisaram desafiar militarmente a Inglaterra para consolidar seu crescente poder econômico. Com a atual potência envolvida hoje em uma guerra sem desfecho previsível (e com um altíssimo endividamento público causado, em boa parte, pelo excessivo gasto militar), a China teria interesse em deixar os EUA se exaurirem em termos militares e econômicos na "guerra ao terror", enriquecer com o fornecimento de bens e crédito aos EUA e, por fim, usar a expansão de seu mercado doméstico para conquistar aliados na construção de uma ordem mundial centrada na própria China, porém ainda sem ser militarmente dominada por ela[150].

Observamos que uma guerra inter-imperialista ou hegemônica não significa somente uma guerra entre a potência atual e a revisionista, mas um colapso do sistema como um todo, com suas próprias contradições. Uma mudança de hegemonia sem guerra é um importante desafio da realidade política atual frente às próprias experiências históricas, que sustentam as teorias aqui trazidas. O principal elemento dessa discussão é a relativa perda de centralidade da questão militar em um novo ciclo hegemônico mundial. As disparidades de poder militar entre os "países emergentes" (por exemplo, o Brasil têm capacidade militar muito inferior à da Rússia e da Índia, que apresentam um alto investimento no setor) impedem que estes, mesmo se agirem em conjunto, enfrentem a capacidade militar dos EUA. Desse modo, se consideramos o elemento militar como determinante histórico da construção de uma potência hegemônica ou de um país imperialista, o Brasil, a China e os demais "emergentes"

[148] IKENBERRY; WRIGHT, loc.cit., p. 10
[149] ARRIGHI 2008, loc.cit., p. 25
[150] Ibid., p. 320

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

não figurariam como tal. Porém, na atual fase do imperialismo capitalista, o poder militar talvez não seja o principal mecanismo de dominação.

Isso é o que apontam alguns autores marxistas atuais, que iniciam seu debate sobre o imperialismo apontando para falhas das teorias marxistas clássicas. Ao discutir com pensadores clássicos, Panitch/Gindin sustentam que uma nova teorização do imperialismo necessita transcender a teoria "estagista" da rivalidade interimperial[151]. Ao enfatizarem as "fases", os autores clássicos falharam em apreciar adequadamente a dimensão espacial da internacionalização. Ademais, teriam elevado um momento conjuntural da rivalidade inter-imperialista a uma "lei imutável da globalização capitalista"[152]. A exportação de capital não estaria fundamentada no excedente de capital na metrópole, mas "nas oportunidades e pressões de competição acelerada, e nas estratégias e capacidades emergentes de um capitalismo em desenvolvimento, que empurrava e facilitava o expansionismo internacional do fim do século XIX"[153]. Desse modo, não teria havido exaustão de possibilidades de consumo nos países centrais; novas prospecções de acumulação interna eram introduzidas através do desenvolvimento tecnológico e da desigual competição. O imperialismo demonstrava ser não um movimento unilateral de expansão capitalista "de dentro para fora", mas um movimento duplo e simultâneo de aprofundamento das relações capitalistas para dentro e sua expansão para fora[154]. Assim, apesar da expansão para fora significar que se tenha chegado a certo grau de monopolização no plano doméstico, não significa que os monopólios e conglomerados tenham esgotado as possibilidades de acumulação.

Panitch/Gindin afirmam que a relação entre o imperialismo e o capitalismo precisa ser compreendida através de uma extensão da teoria do Estado capitalista. Quando Estados pavimentam o caminho para a expansão de seu capital para fora, ou quando monitoram e administram essa expansão, isto só pode ser entendido em termos do papel relativamente autônomo do Estado na manutenção da ordem social e na garantia das condições de acumulação do capital[155]. Na fase do imperialismo sob

[151] PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Global capitalism and American Empire. *Socialist Register* 2004. London: Merlin Press.
[152] Ibid.,p. 5
[153] Ibid.,p. 6, tradução ASG
[154] Ibid.
[155] Ibid., p. 7

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

dominação dos EUA, seria necessário que uma nova teorização buscasse compreender "o que fez plausível a insistência do Estado americano de que ele não era imperialista, e como isso foi posto em prática e institucionalizado, ao passo que hoje, inversamente, é *implausível* a insistência do Estado americano de que não é imperialista"[156]. Esses autores apontam, portanto, a necessidade de analisar o imperialismo em sua dinâmica histórica e social em relação às transformações do capitalismo.

Para eles, redes imperiais e ligações institucionais, antes relacionadas à relação Norte-Sul (impérios formais e colônias), no período pós Segunda Guerra, começaram a ser construídas entre os EUA e os principais países capitalistas, em especial na Europa. Conforme expusemos no capítulo 1, o "império informal americano" se caracteriza pela capacidade do Estado americano de penetrar e coordenar os outros Estados líderes capitalistas[157]. O dinamismo do capitalismo americano e o seu apelo mundial, combinado a uma linguagem universalista da ideologia de democracia liberal, apoiam a capacidade do império informal de ir além dos impérios anteriores. Ao construir as corporações multinacionais modernas, com investimento externo direto em produção e serviços, o império informal americano provou-se capaz, mais que outros, de penetrar em outras formações sociais, mesmo nas economias mais desenvolvidas.

Panitch/Gindin afirmam que o imperialismo americano foi hegemônico frente a outros Estados e classes capitalistas. Porém, mesmo com toda a penetração cultural e econômica dos EUA em outras sociedades, nunca se tornou uma "transferência de lealdade popular direta" de outros povos ao próprio EUA. Os autores buscam se diferenciar de teóricos críticos baseados em Gramsci, ao afirmarem que os EUA não tiveram que incorporar demandas das classes subordinadas em outros Estados dentro da construção de seu império. O consentimento ativo para a dominação do império informal foi mediado pela legitimidade que os outros Estados mantinham para si, ou reuniam em nome de qualquer projeto particular do Estado americano, através da

[156] Ibid., p. 4, tradução e grifo ASG

[157] Impérios informais são formados pela penetração econômica e cultural nos outros Estados, sustentada pela coordenação política e militar com governos independentes. Para os autores, o principal fator que determinou a mudança na extensão de impérios formais, após 1880, foi a inabilidade da Inglaterra em incorporar os recentes poderes capitalistas emergentes, Alemanha, EUA e Japão, no seu "imperialismo de livre-comércio". Ibid., p. 8.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

atuação das classes dominantes nesses países[158]. Assim, a ordem capitalista mundial foi organizada e regulamentada mediante a reconstrução de outros Estados como Estados capitalistas, com instituições e práticas burocráticas, coercivas e jurídicas que assegurassem a acumulação de capital em todos os lugares, sendo a ocupação territorial direta, de acordo com os autores, não mais uma estratégia prioritária. Observamos, entretanto, que intervenções militares ao redor do mundo tornam-se recorrentes, demonstrando que a legitimidade do império americano é muitas vezes difícil de ser alcançada, e a formação de um consenso dentro das instituições hegemônicas não é suficiente.

Para Wood, as teorias do imperialismo clássico pertencem a uma época na qual o capitalismo ainda não tinha se tornado um sistema econômico global[159]. A lógica dessas teorias representa a mudança de foco de operações internas nos países capitalistas avançados para relações externas, ou interações e conflitos entre Estados capitalistas e o mundo não capitalista. A coerção militar e geopolítica ainda eram os principais instrumentos da relação entre esses "dois mundos". Isso, no entanto, para a autora, se transforma na atual fase do imperialismo capitalista, cujos principais instrumentos são a competição e compulsão econômica[160].

Enquanto no imperialismo tradicional a dominação colonial e a exploração econômica eram transparentes, a principal caracterização do "novo imperialismo" é a dominação não-direta, mediada, que torna as relações de dominação e ocupação opacas, muitas vezes ambíguas. Wood faz um paralelo entre as formas de relação social no feudalismo e no capitalismo: assim como não havia nada de opaco na apropriação dos serviços e rendas dos camponeses pelos senhores feudais, também a relação coercitiva entre os senhores coloniais e seus subalternos era razoavelmente clara, forçando-os a entregar suas riquezas; no capitalismo moderno, ao contrário, a relação capital-trabalho se caracteriza pela ausência de força direta, não sendo imediatamente óbvio o que compele o trabalhador a entregar sua força de trabalho. As formas de coerção puramente econômicas são diferentes daquelas militares e políticas: a "compulsão" é impessoal, opera como imposição do "mercado",

[158] Ibid., p. 32
[159] WOOD, Ellen M. **Empire of capital.** 2nd. ed. New York: Verso, 2005
[160] Ibid., p. 124-128

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

aparentando ser uma questão de escolha entre indivíduos supostamente iguais e livres[161].

Semelhante à opacidade da relação coerciva capital-trabalho, também hoje não há uma relação típica de coerção indireta entre nações ricas e pobres. As compulsões são econômicas, impostas "pelos mercados". As relações são formalmente reconhecidas e se dão entre entidades legalmente iguais, ou seja, Estados soberanos, assim como compradores e vendedores, credores e devedores. Mas, segundo Wood, a coerção "extra econômica" (política, militar, jurídica) se mantém essencial também na atual fase do imperialismo capitalista, mesmo quando (ou especialmente quando) ações militares dos principais países são fundamentadas pela "neutralidade dos interesses da sociedade internacional"[162].

Wood afirma que é necessário entender as especificidades do poder capitalista e a natureza da relação entre forças econômicas, políticas, militares e ideológicas para compreender o "novo imperialismo". O capitalismo é especialmente capaz de dissociar o econômico do extra econômico, porém, não há poder econômico do capital sem o apoio das forças extra econômicas. Para a autora, o Estado é mais que nunca essencial ao capital, especialmente na sua forma global. Ele desempenha um papel fundamental, tanto nas economias "imperiais" quanto nas subordinadas, na criação e manutenção das condições de acumulação do capital[163]. Segundo Wood, nenhuma outra instituição internacional pode substituir o Estado nacional como garantidor administrativo e coercivo da ordem social, das relações de propriedade, da estabilidade e previsibilidade contratual, ou de qualquer outra condição básica requerida pelo capital em seu cotidiano. Com isso, o novo imperialismo, mais que as antigas formas de impérios coloniais, depende, cada vez mais, de um sistema de múltiplos Estados e soberanias locais, estruturadas em uma complexa relação de dominação e subordinação, para exercer as funções administrativas e coercivas necessárias para sustentar a ordem jurídica, econômica e social do capitalismo. Ao mesmo tempo, a autora coloca que, para administrar esse múltiplo sistema de Estados,

[161] Ibid.,p. 1-3
[162] Ibid.,p. 5
[163] Ibid., p. 139

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

é necessário um poder militar único e predominante, capaz de manter todos "na linha", função exercida pelos EUA[164].

Wood escreve no momento da invasão dos EUA (e aliados) ao Iraque. O sistema de dominação consolida-se, na era Bush, como um "imperialismo de excedente", que combina a centralidade da força militar com a força econômica dos EUA[165]. Por que um aparato militar tão grande quando não há um inimigo claro a ser combatido? Este é, para Wood, o paradoxo do novo imperialismo: o poder militar não está desenhado para conquistar novos territórios nem derrotar um inimigo, é um imperialismo que não busca dominação territorial ou física. No entanto, ele produziu uma capacidade militar desproporcional com alcance global. Isto se dá, segundo a autora, precisamente por não haver inimigos nem objetivos claros e finitos. Trata-se de uma dominação sem fronteiras da economia global e de um múltiplo sistema de Estados para administrá-la, requerendo uma ação militar sem propósito ou tempo determinado - uma "guerra sem fim"[166].

Harvey também argumenta que os clássicos, ao tentarem completar o projeto teórico de Marx, falharam em lidar com a dinâmica espaço-temporal do imperialismo de sua época[167]. Eles acrescentaram vários elementos à "lista de afazeres" deixada por Marx[168] - como o nacionalismo, autodeterminação, o aspecto contínuo da acumulação primitiva, as relações com formações sociais não capitalistas, etc., além do papel dos monopólios, do capital financeiro - entretanto, as soluções dadas por eles, em seu momento, foram somente *ad hoc*[169]. Desse modo, segundo Harvey, "qualquer um que se coloca a tarefa de conceitualizar o 'novo imperialismo' está entrando em um caldeirão de visões dissidentes que carregam nas costas uma enorme bagagem de

[164] Ibid., p. 142
[165] Ibid., p. 143
[166] Ibid., p. 144. Para Wood, essa nova forma imperial rompe com doutrinas tradicionais de guerra, abrindo espaço para um novo princípio, o de que uma ação militar pode estar justificada sem expectativa de que seu objetivo será alcançado, ou ainda, que uma ação militar sequer necessita ter um objetivo específico, criando-se um princípio de "war *without end*" (p. 149, grifo no original). Segundo a autora, noções como "guerra ao terrorismo", "guerra às drogas" ou "intervenção humanitária" introduzem o uso da força para propósitos políticos mais difusos e incipientes. Uma nova doutrina de intervenções defensivas cria uma guerra total e infinita na sua duração, seus objetivos, meios e alcance territorial (p. 151).
[167] HARVEY, David. In what ways is the 'new imperialism' really new?. *Historical Materialism* 15 (2007) 57–70.
[168] Harvey refere-se, provavelmente, à lista de tópicos deixados por Marx nos *Grundrisse*, que não chegaram a ser trabalhados por ele.
[169] Ibid., p. 59

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

controvérsias passadas"[170]. Para o autor, precisamos não somente de uma nova teoria do imperialismo, mas também uma nova teoria do Estado capitalista que dê conta das formas e poderes institucionais do Estado, que seriam hoje radicalmente diferentes daqueles de trinta anos atrás[171]. Assim como demonstra Jessop, também para Harvey o Estado está enredado em uma complexa hierarquia de arranjos institucionais, que têm implicações sobre como o "novo imperialismo" está sendo construído. O Estado é fundamental, mas seus poderes soberanos mudaram[172]. Para o autor, existiram muitos tipos de império e devemos cultivar a ideia de que existem diferentes imperialismos[173].

Ao discutir com Wood, Harvey afirma que, enquanto a autora buscou compreender a "novidade" do "novo imperialismo" a partir de mudanças nas condições materiais, que fazem com que teorias, que foram outrora plausíveis, já não o são hoje, ele mesmo apresentou essa "novidade" a partir do emprego de um novo aparato conceitual para interpretar os acontecimentos ao longo da história. Enquanto Wood preocupou-se com a compreensão das razões de o capitalismo se tornar um sistema universal que atinge todo o mundo, Harvey desenvolveu uma teoria espacial da acumulação capitalista, preocupando-se com a geopolítica do capitalismo e o desenvolvimento geográfico desigual, reformulando a questão do imperialismo com relação à dinâmica espaço-temporal inerente à acumulação capitalista[174].

A mercantilização de áreas previamente não mercantilizadas ("pre capitalistas") é para Harvey a principal característica da nova fase do capitalismo global[175]. Ele distingue o novo imperialismo pela prática constante e contínua de acumulação primitiva[176] - "acumulação por espoliação" - que é baseada em práticas

[170] Ibid., p. 60, tradução ASG
[171] Ibid., p. 67. Aqui pressupomos que Harvey discute com autores que se apoiam em Poulantzas.
[172] Ibid. p. 67
[173] Ibid., p. 60
[174] Ibid., p. 57-8
[175] HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004
[176] Em Marx, a acumulação primitiva é um estágio inicial do capitalismo, um processo histórico de divórcio entre o produtor e os meios de produção. Ele significou, de um lado, o saque e a espoliação dos povos nas Américas, de outro, a expulsão de camponeses na Inglaterra do processo produtivo, criando uma massa expropriada, "livre" para vender sua força de trabalho no mercado. Ambos os processos são acompanhados por atos de violência e barbárie. Na Inglaterra, a usurpação das terras comuns deu-se, gradualmente, nos séculos XV e XVI, chegando à legislação dos "cercamentos" no século XVIII (concentração de terra para atividade pastoril, reforma da propriedade da igreja e decreto parlamentar "Act of Parliament for the enclosure of commons"). Segundo Marx, "*The spoliation of the church's property, the fraudulent alienation of the State domains, the robbery of the common lands, the*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

violentas de novas e contínuas expropriações. A acumulação primitiva não seria momento original, mas uma contínua força da geografia e história de acumulação do capital, no qual o Estado tem papel crucial. Para Harvey, a partir da década de 1970 inicia-se uma nova onda de "expropriação de terras comuns": a transferência para entidades privadas (por meio de coerção, violência ou cooptação por parte do Estado) de direitos comuns de propriedade obtidos após décadas de guerras e lutas de classe, como o sistema público de saúde, aposentadoria, bem-estar, etc. A privatização de recursos antes partilhados, como água, terra e serviços básicos, assim como a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas, naturais e de criatividade intelectual, são principais formas de acumulação por espoliação[177].

O autor baseia-se em Rosa Luxemburg, que sustentava a ideia da necessidade de áreas externas ao capitalismo para que este pudesse seguir acumulando. Para ela, o subconsumo nos países centrais teria levado a uma crise de realização do capital, que buscou territórios pré-capitalistas para seguir expandindo. A troca desigual com formações pré-capitalistas apoiou a contínua extração de mais-valia, uma vez que, nas metrópoles, o capitalismo chegava "às suas fronteiras". Na medida em que as fronteiras territoriais capitalistas fossem se expandindo para o resto do mundo, e as áreas pré-capitalistas fossem cada vez mais escassas, o conflito violento era inevitável[178]. Para Harvey, a crise de realização do capital não advém do subconsumo, mas da sobre acumulação ou excedente[179]. A sobre acumulação em um dado sistema territorial gera excedente de capital, que é deslocado, significando uma nova ordenação ("fix") espaço-temporal[180]. Em outras palavras, o excedente pode ser deslocado *temporalmente*, mediante investimentos em projetos de longo prazo ou gastos sociais; e *espacialmente*, com a abertura de novos mercados, novas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

---

usurpation of feudal and clan property, and its transformation into modern private property under circumstances of reckless terrorism, were just so many idyllic methods of primitive accumulation. They conquered the field for capitalistic agriculture, made the soil part and parcel of capital, and created for the town industries the necessary supply of a "free" and outlawed proletariat." (MARX, Karl. **Capital. Volume I.** London, Pinguin Classics, 1990, p. 895). A acumulação primitiva foi o primeiro momento de expropriação violenta, seguida da reprodução expandida do capital.

[177] HARVEY 2004, op.cit, p. 121-126

[178] LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976

[179] HARVEY 2004, p. 116-120

[180] "Fix" tem duplo sentido: certa parcela de capital fica *fixada* em território, em forma física, por um período longo de tempo. Alguns gastos sociais também são territorializados. Mas o termo "fix" também significa *consertar* algo, uma solução particular de crises de excedente por meio de adiantamento do tempo e deslocamento no espaço. Ibid.,p. 99-102

capacidades produtivas, novas possibilidades de recursos e trabalho em outros territórios.

Temos, assim, a questão central de Harvey para a compreensão das dinâmicas do imperialismo: o "onde" e o "como" com o capital excedente. Segundo o autor, os capitalistas se confrontam com a perpétua dificuldade de encontrar formas lucrativas de aplicar as quantidades cada vez maiores de excedente que produzem (mediante a exploração do trabalho, mudanças tecnológicas, aumento da produtividade, etc.). Harvey afirma que as crises se tornaram a saída. Crises no capitalismo seriam longas e abrangentes fases de desvalorização e destruição do capital excedente, que não pode ser absorvido de forma lucrativa[181]. As tendências de crise sempre implicam novas tentativas de derrubar barreiras para essa absorção, como ocorreu, a partir da década de 1970, com o avanço do neoliberalismo, as políticas de desmantelamento dos sistemas de bem-estar na Europa e nos EUA, as negociações multilaterais mais intensas para liberalização comercial, a integração de mercados e livre circulação do capital na globalização, as privatizações de ativos públicos, como moradias na Inglaterra, terras no México, serviços básicos na Argentina e na África do Sul, entre outros. O capital excedente também migrou para o mercado financeiro nos EUA, criando novas atividades especulativas por meio de *hedge funds* com potencial para "bolhas" especulativas. Crises fiscais e desvalorizações localizadas tiveram lugar ao longo dos anos 90 e 2000 (no México, na Rússia, nos países asiáticos, na Argentina, etc.), resultando em novos deslocamentos geográficos do capital[182].

Para Harvey, investimentos externos diretos financiados por crédito são deslocamentos espaço-temporais, que respondem, de forma ampla e sempre temporariamente, ao problema de absorção do capital excedente. A temporalidade (por ex., o financiamento estatal através de um sistema de crédito, como no caso do BNDES no Brasil) envolve investimento de capital de longo prazo (por ex., infraestrutura) com deslocamento espacial, que implica uma expansão geográfica, com a abertura de novos mercados, exportação de capital e de commodities, até o aprofundamento e expansão colonial, imperial e práticas neocoloniais[183]. O resultado é um desenvolvimento desigual ao longo da história geográfica do capitalismo.

[181] HARVEY 2007, p. 61-2
[182] Ibid., p. 64-5
[183] Ibid., p. 64

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Assim, o problema global da absorção-desvalorização do excedente agregado traduz-se, segundo o autor, na desvalorização do capital em determinada localização territorial, e sua absorção em outro território[184]. Seguindo o raciocínio de Harvey, a atual situação de desindustrialização e crise nos países centrais, de um lado, e o crescimento econômico acelerado nos "países emergentes", de outro, pode ser compreendido através da dinâmica desvalorização-absorção do capital excedente em diferentes espaços geográficos.

Harvey argumenta que, para identificar o que é "novo" no "novo imperialismo", é preciso "seguir a trilha dos excedentes de capital e olhar para as práticas geográficas e territoriais que acompanham sua absorção ou sua desvalorização"[185]. Para o autor, vivemos em um mundo onde o problema de absorção do excedente é mais crônico que nunca, uma vez que, hoje, excedentes enormes estão sendo acumulados no Leste e Sudoeste da Ásia. Começam a surgir "práticas imperialistas" nessa região, com a China se preparando para depositar seu próprio capital excedente, reafirmando sua própria lógica e concepção de poder territorial. Não há, segundo o autor, um imperialismo no singular, mas uma série de práticas imperialistas dispersas através de uma geografia desigual de distribuição do excedente de capital[186]. Harvey destaca, portanto, que a compreensão do imperialismo ultrapassa a noção tradicional de dominação Norte-Sul. O deslocamento do capital excedente para "países emergentes" gera, por sua vez, uma nova dinâmica de acumulação, que não se limita aos territórios desses países, mas se expande para além deles.

Notamos que as demais teorias e autores apresentados acima, apesar de trazerem importantes elementos para a compreensão do imperialismo capitalista e sua relação com os Estados nacionais, permanecem no marco das análises tradicionais de poder Norte-Sul, ainda não conseguindo abranger a dinâmica, na qual os "países emergentes" não são mais somente receptores de investimento estrangeiro, mas também exportadores de capital, ocupando um lugar na cadeia imperialista. Como compreender as relações "Sul-Sul" na estrutura de reprodução ampliada do capital imperialista? Essas relações são uma alternativa "anti-imperialista", no sentido de uma oposição ao imperialismo estadunidense? Ou a expansão internacional do capital

[184] Ibid.
[185] Ibid., p. 70, tradução ASG
[186] Ibid.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

a partir dos chamados "países emergentes" (China, Brasil, Índia e outros) os coloca na órbita da expansão das relações capitalistas, reproduzindo também (a seu modo peculiar) uma lógica imperialista?

Parece-nos que a noção do império informal americano, construído através da dominação e coordenação da política de outros Estados, de modo a garantir a reprodução das relações capitalistas em nível global (conforme indicam Panitch/Gindin,) combinada com os deslocamentos espaço-temporais do capital excedente (como trazido por Harvey), pode gerar práticas imperialistas também a partir desses territórios. Mas, uma resposta positiva implica, ademais, pensar as noções de dependência e imperialismo de maneira combinada. Países como o Brasil são dependentes na estrutura produtiva, tecnológica e financeira global, ao mesmo tempo, estão em uma relação de dominação político-econômica com outros países e povos, exercendo também a contínua exploração da classe trabalhadora, dentro e para fora de suas fronteiras.

Um dos poucos que refletiram sobre a combinação da dependência com o imperialismo foi Ruy Mauro Marini. Ele procurou compreender o capitalismo dependente em função da acumulação do capital em escala mundial, formulando as bases da economia política da dependência, o que hoje é reconhecido como uma teoria marxista da dependência[187]. Para Marini, a criação de um mercado mundial contribuiu para o aumento da mais valia relativa, resultado do aumento da produtividade nos países centrais, elevando a tendência de queda da taxa de lucro. A América Latina entra em jogo no sentido de contrarrestar essa tendência, contribuindo para a queda dos custos da matéria prima (reduzindo o valor do capital constante), mas também aumentando a taxa de exploração do trabalho. Segundo Marini, o capitalista na periferia "lança mão de uma maior exploração da força de trabalho" como um mecanismo de compensação para os termos de troca no mercado mundial desfavoráveis aos países periféricos, uma vez que o preço de produtos primários são subvalorizados frente aos manufaturados[188]. Assim, a superexploração do trabalho

[187] OSORIO, Jaime. **Critica a la economía vulgar. Reprodución del capital y dependencia.** Colección América Latina y el Nuevo Orden Mundial. México, Miguel Angel Porrua/AUZ, 2004
[188] Ibid., p. 139; MARINI, Ruy Mauro. Desenvolvimento da dependência. In: TRANSPADINI; STEDILE (org.): **Ruy Mauro Marini. Vida e Obra**. São Paulo, Expressão Popular, 2005, p. 148

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

torna-se o elemento fundamental da dependência[189], através do qual as classes burguesas, nas nações desfavorecidas, extraem mais-valor (de modo a "compensar" a troca desigual) e transferem parte dele também para os países centrais.

Um efeito da superexploração do trabalho é uma ruptura entre a esfera da produção e a da circulação, uma vez que o que é produzido está distante das necessidades de consumo das massas[190]. De acordo com Marini, enquanto nos países centrais existe mercado de consumo e demanda por mercadorias, na produção latino-americana, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ele é sacrificado em favor do mercado externo[191]. Há, assim, uma ausência de mercado interno (pois o sacrifício do consumo do trabalhador deprime os níveis de demanda interna), tornando o mercado mundial a única saída para a produção[192]. A superexploração do trabalho explica, portanto, a forma fundamental de produção de mais-valia e a separação entre aparato produtivo e esfera da circulação, produzindo um capitalismo de extremas contradições[193].

Marini acompanha as transformações no capitalismo mundial e suas implicações no capitalismo dependente, ao analisar, no final da década de 1970, o papel do Brasil na estrutura global imperialista. Segundo o autor, a construção da hegemonia dos EUA através da expansão de filiais de suas empresas (no processo que apontamos como internacionalização/fragmentação da produção) supera o modelo simples de centro-periferia[194]. A expansão do capital industrial para áreas extrativas e agrícolas, e a extensão e diversificação em escala mundial da indústria manufatureira estadunidense, levou a um aumento significativo de investimentos industriais na América Latina, mudando a configuração de algumas das economias latino-americanas. A industrialização integrada à economia capitalista mundial foi ostentada, de acordo com o autor, pela superpotência, os EUA: a estrutura produtiva se altera de

[189] Ibid., p. 153-154; 157. A superexploração do trabalho é a intensificação da produtividade, gerando a exaustão da força de trabalho e- mantendo a remuneração (salário) abaixo de seu valor.
[190] OSORIO, loc.cit., p. 139
[191] MARINI 2005, loc.cit., p. 163. De acordo com Marini, no capitalismo dependente, o ciclo do capital se dá da circulação para a produção (da vinculação ao mercado mundial para o impacto disso sobre a organização interna do trabalho), e de volta à circulação. Portanto, a circulação se efetua no mercado externo, não no interno.
[192] Ibid., p. 165. O consumo das classes mais altas seria, por sua vez, satisfeito por meio das importações, sem contrapartida no mercado interno.
[193] OSORIO, loc.cit.
[194] MARINI, Ruy Mauro. La acumulacion capitalista mundial y el subimperialismo.. *Cuadernos Políticos*, n. 12. Mexico: Ediciones Era, 1977, p. 8, disponível em www.marini-escritos.unam.mx, p. 8

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

modo a convergir e satisfazer a indústria estadunidense[195]. Isto resultou em uma nova hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal. Surgem centros médios de acumulação, potências capitalistas médias. A exportação de manufaturas (componentes da produção produzidos por filiais de empresas estrangeiras) avança para a exportação de capital[196], um processo que Marini denomina de "sub-imperialismo"[197].

Segundo esse autor, o sub-imperialismo é a forma que assume uma economia dependente, ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro, com um alto grau de concentração e centralização do capital, acentuado pelo investimento estrangeiro associado às empresas locais. Seus componentes principais são uma composição orgânica média dos aparatos produtivos na escala mundial e uma política expansionista relativamente autônoma, mas com sua integração no mercado determinada pelos países centrais. Para Marini, somente o Brasil, na América Latina, expressa plenamente essas condições[198].

O sub-imperialismo brasileiro é resultado de um fenômeno econômico, mas também da luta de classes e de um projeto político, que tem seu início com o regime civil-militar[199]. Do lado econômico, ele é resultado do *boom* financeiro, a partir de 1970. O Brasil se colocou "na primeira fila" de receptores para a captação de dólares no exterior por meio de empréstimos oficiais (direcionados para investimentos em grandes projetos de infraestrutura e indústrias de base), assim como empréstimos massivos do setor bancário privado internacional, direcionados especialmente à indústria manufatureira[200]. Politicamente, os governos da ditadura civil-militar armaram a estrutura jurídica e institucional para essa captação de recursos externos, e intervieram para a criação ou subvenção de demanda interna e externa da produção. Ademais, asseguraram campos de investimento no exterior, por meio de operações de empresas estatais (especialmente a Petrobras, como mostramos no segundo capítulo), créditos intergovernamentais ou garantias a operações privadas, expandindo

[195] Ibid., p. 12
[196] Ibid., p. 14-5. Segundo Marini, o crescimento industrial ainda não encontra sua realização no mercado interno, uma vez que – este ainda é truncado pela superexploração da força de trabalho e pela concentração de renda.
[197] Ibid., p. 8
[198] Ibid., p. 17. Outros países em condições similares seriam Espanha e Israel.
[199] Ibid., p. 18
[200] Ibid., p. 19

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

investimentos na América Latina e África. O Brasil se lança, assim, na órbita do capital financeiro, atraindo fluxos monetários sem ser capaz de assimilá-los integralmente como capital produtivo e, portanto, reintegrando parte deles, novamente, ao movimento internacional de capitais. Segundo Marini, o Brasil entra, com seu estilo dependente e subordinado, na etapa de exportação de capitais e na espoliação de matérias primas e fontes de energia no exterior, como petróleo, ferro e gás[201].

Baseando-se em Bukharin, Marini aponta para um processo dialético da internacionalização da economia, que requer, ao mesmo tempo, o reforço do próprio Estado nacional. Para a entrada de capital estrangeiro nas zonas periféricas, é necessário que o Estado tenha crescente capacidade para obras de infraestrutura, defesa do mercado interno, realização de negociações comerciais e financeiras com o exterior, financiamento interno e criação de condições políticas favoráveis para o investimento, especialmente no que diz respeito aos custos trabalhistas[202]. Assim, a exportação de capital dos países centrais e sua conversão em capital produtivo dentro das economias periféricas, exigiu que o Estado receptor garantisse sua realização e reprodução. Para isso, a burguesia brasileira precisou estar coesa e preparada para assumir sua integração subordinada aos centros imperialistas. Suas desvantagens frente à burguesia imperialista fizeram com que ela optasse pelo reforço do Estado nacional como instrumento de intermediação[203]. Entretanto, segundo Marini, o Estado brasileiro não é um simples instrumento do capital: seu projeto de uma *política* sub-imperialista exige uma autonomia relativa dos distintos grupos capitalistas, para que possa organizar e arbitrar sobre a vida econômica com um grau de racionalidade superior ao que teria o capital nacional ou estrangeiro. Isto lhe permite compelir os grupos capitalistas a implementar esse projeto, tanto com base nos interesses econômicos desses mesmos grupos, quanto com base nos interesses políticos que expressavam a elite tecnocrático-militar: o interesse de ser potência[204].

Quais são as condições atuais do sub-imperialismo? De acordo com Luce, o sub-imperialismo brasileiro assume uma nova forma sob o novo modelo

[201] Ibid.
[202] Ibid., p. 20
[203] Ibid., p. 21
[204] Ibid.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

exportador[205]. A expansão internacional de indústrias intensivas em recursos naturais leva a uma maior capacidade de controle e dominação sobre as fontes de matérias primas e energia de outros povos e países. Esse controle ocorre sob formas que vão além da exportação de capital por meio de aquisições, fusões e investimento direto (conforme demonstramos ao longo deste trabalho). Segundo Luce, é possível ao Brasil exercer controle sobre os bens naturais e territoriais dos países vizinhos mediante a importação de energia barata, pressionando por novos megaprojetos, como grandes hidrelétricas no Peru, Bolívia, América Central, além dos projetos de etanol, gás e petróleo. Ademais, esse controle é exercido através da reconfiguração de territórios para escoamento da produção brasileira, como no caso das grandes estradas, pontes e projetos de infraestrutura portuária no marco da IIRSA[206]. Para o autor, haveria duas novas conjunturas que impulsionam a tendência sub-imperialista: uma reversão conjuntural dos termos de troca do comércio internacional em favor das economias dependentes, através da alta conjuntural dos preços das matérias primas e commodities; e uma nova conjunção entre os interesses de setores da burguesia brasileira e setores do governo Lula, no sentido de aproveitar essas oportunidades para converter o país em uma potência no setor de agronegócios e agrocombustíveis, o que explicaria as diferentes tentativas, formas e vias de abertura de mercados e liberalização comercial agrícola.

Luce também aponta que a exploração da força de trabalho em outros países não se reverte em vantagens para a classe trabalhadora brasileira, convergindo com o que já discutimos no capítulo 2. A expansão capitalista implica, entre outras coisas, o acirramento da contradição capital-trabalho, dentro e fora das fronteiras nacionais. Conforme já mencionamos, estudos sobre vantagens da internacionalização de empresas brasileiras (como o aumento de divisas do país por meio das exportações, aumento da capacidade produtiva, inovação e da qualidade do emprego) carecem de uma análise mais rígida sobre as condições de vida e de trabalho do povo, relacionadas a essa expansão[207]. Entendemos que, apesar da ampliação das políticas sociais no governo Lula, as contradições sociais no Brasil permanecem. Por exemplo,

[205] LUCE, Mathias. El subimperialismo brasileno en Bolívia y América Latina. Disponível em http://www.fobomade.org.bo/art-1310 (acesso 29 de agosto de 2011)
[206] Ibid.
[207] Referimo-nos aqui aos estudos apresentados nos capítulos 2 e 3 deste trabalho, como de Alem e Cavalcanti, Tavares, Iglesias e Motta Veiga, e Arbix, De Negri e Salermo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Luce menciona que, embora o país se apresente como um grande produtor e exportador de carnes, commodities agrícolas, serviços de engenharia e infraestrutura, dentre outros, grande parcela do povo brasileiro ainda sofre com problemas de acesso a alimentação farta e de qualidade, transporte, ruas pavimentadas e infraestrutura básica[208]. Consideramos, portanto, que as demandas sociais e as lutas de classe tendem a não diminuir com a ascensão econômica e política do Brasil.

Fontes[209] busca avançar na compreensão do papel do Brasil na estrutura de expansão global do capital. Ela se diferencia de Marini no que se refere às noções da superexploração da força de trabalho e a ausência de mercado interno dela resultante. Segundo a autora, o rebaixamento do valor da força de trabalho não é um traço distintivo e limitado à periferia. Ele seria um "truncamento estrutural" da lei do valor, que se volta, hoje, contra as próprias classes trabalhadoras nos países centrais[210]. Não somente na periferia, mas nos países centrais, emergiram novas formas de superexploração nas últimas décadas - a expropriação de direitos, a conversão em capital de parcelas dos salários (através dos fundos de pensão, planos de saúde, seguros, educação), novas modalidades de trabalho sem contrato, "autônomo", sem limite de jornada - gerando a disponibilização de massas de trabalhadores obrigados a vender sua força de trabalho abaixo de seu valor[211]. Com relação a uma ausência de um mercado interno de consumo de massas, Fontes afirma que, a partir da década de 1970, esse mercado passou a ser fomentado com a consolidação de um sistema financeiro, que resultou na intensa difusão do crédito ao consumidor. A industrialização por substituição de importações voltava-se ao mercado interno e sua expansão alterava suas condições[212]. Na atualidade, é notória a expansão do consumo de massas no Brasil, resultado de políticas sociais de transferência de renda, a difusão intensa de crédito ao consumidor (como créditos populares, compras parceladas, cartões de crédito, etc.) além do gradual aumento do salário mínimo[213].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

---

[208] Luce, loc.cit.
[209] FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Editora UFRJ, 2010.
[210] Ibid., p. 352; 356
[211] Ibid., p. 335
[212] Ibid., p. 357-8.
[213] Processos semelhantes de aumento do mercado interno podem ser observados nos demais "países emergentes", sendo que, na China, o aumento de salários e de direitos trabalhistas é resultados de lutas e greves nas zonas de produção.

Fontes trabalha com o conceito de "capital-imperialismo". Este expressaria o processo histórico de reprodução expandida do capital que, a partir da segunda guerra mundial, se caracteriza pelo domínio do capital monetário em um nível sem precedentes de concentração e centralização de capital, pelas profundas modificações na vida social (novas formas de trabalho, organização social e política, produção científica e cultural) e por novas formas de expropriações de condições de produção, de direitos, das próprias condições ambientais e biológicas de vida de populações inteiras[214].

De acordo com a autora, o capital-imperialismo não é uma política, nem pode ser reduzido a atuação política de um país dominante. Ele seria uma forma de extração de mais-valor, dentro e fora das fronteiras nacionais, em um processo de expansão que ocorre de forma desordenada e desigual, permeada de lutas de classes[215]. Vinculado a essa expansão está, de um lado, o "encapsulamento" nacional das massas trabalhadoras e das lutas sociais e, de outro, o formato político eleitoral-representativo-[216]. A "espiral" capital-imperialista é forjada, em grande medida, pela socialização da produção mundial mediante a expansão internacional de empresas multinacionais[217]. Sua teia é tecida por instituições multilaterais com papel político, econômico e ideológico, como o Grupo Banco Mundial, bem como pelos diferentes *think tanks* e entidades empresariais "cosmopolitas", que formam "frentes móveis de ação" do capital transnacional[218].

As formas de luta tornam-se, assim, mais complexas do que a tradicional luta pela independência nacional. O anti-imperialismo na América Latina não resultou diretamente em "anti-capitalismo": setores populares se posicionam "contra os EUA", mas a favor de um desenvolvimento nacional entendido como expansão do mercado e de processos produtivos capitalistas. Com isso, Fontes afirma que o capital-imperialismo se estendia "de forma tentacular", passando a constituir interesses diretos nos "países secundários", como o Brasil, implantando-se localmente, enraizando-se na vida social, econômica e cultural, e acirrando, ainda mais, as

[214] Ibid., p. 146; 149
[215] Ibid., p. 152; 154
[216] Ibid., p. 149
[217] Ibid., p. 164-9
[218] Ibid., p. 170-4

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

desigualdades[219]. A autora não anula o papel crucial dos EUA como potência militar e policial do capital imperialismo, mas afirma que suas dimensões ultrapassam os limites do capital estadunidense[220]. Como epicentro desse processo, os EUA teriam forjado uma expansão contraditória que, através da socialização da produção, foi capaz de "entrincheirar-se internamente em países que não compunham seu polo central"[221]. Consequentemente, as burguesias nesses países passaram a operar com interesses capital-imperialistas, atuando no conjunto de investimentos transnacionais, garantindo a mobilidade do capital e, ao mesmo tempo, a contenção da força de trabalho dentro das fronteiras. Surgem, assim, tendências capital-imperialistas originadas em países secundários, como os que compõem os BRICS[222]. Para Fontes, estes países são profundamente diversos, mas teriam em comum sua integração aos padrões internacionais predominantes, uma forte base industrial ao lado de grande concentração de capitais, uma força de trabalho de baixo valor, um adestramento dessa força de trabalho e sua disponibilidade ao mercado, além de uma extensa retirada de direitos[223].

O Brasil, historicamente integrado de forma subalterna à divisão internacional do trabalho e, a partir do regime militar, também com o predomínio do capital monetário no campo doméstico, converte-se em um país capital-imperialista[224]. As condições fundamentais para isso foram a industrialização e monopolização do capital, um Estado com relativa autonomia, capaz de garantir a manutenção da acumulação expandida por meio de uma atuação externa consequente e, por fim, formas de contenção de reivindicações e pressões populares[225]. A burguesia brasileira (e não "nacional") se fortalece com a entrada de capital estrangeiro e passa a integrar a órbita internacional de capitais a partir de suas bases locais, acopladas ao processo de concentração, guiado pelo fortalecimento do capital portador de juros[226]. O capital-imperialismo manifesta-se através da "fuga para frente" das burguesias brasileiras

[219] Ibid., p. 207-8
[220] Ibid.,p. 204; 208
[221] Ibid., p. 209
[222] Ibid.
[223] Ibid., p. 210
[224] Ibid., p. 304
[225] Ibid., p. 307
[226] Convergindo com Florestan Fernandes, Fontes afirma que a burguesia brasileira torna-se uma fronteira interna de defesa do capitalismo, resultado da dupla articulação entre o desenvolvimento desigual interno e o imperialismo. Ibid., p. 313; 333-5

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

com a exportação de capital para extração de mais valor no exterior, assegurando fontes de matérias primas e energéticas e explorando a força de trabalho em outros países[227]. No plano doméstico, organizações filantrópicas com forte base patronal fazem o trabalho de convencimento e apaziguamento, conforme já apontava Gramsci, com os aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil. Segundo Fontes, o Estado amplia-se em articulação com elas, na direção da construção de uma hegemonia adequada ao capital-imperialismo atual, enquanto mantém seu recurso à violência e à repressão das populações mais pobres[228].

A autora conclui que o conceito de "sub-imperialismo" - apoiado nas premissas da superexploração do trabalho restrito à periferia e ausência, a ele relacionada, de um mercado interno - não abrangeria as atuais condições do capital-imperialismo. Hoje, no Brasil, há modificações substantivas na concentração de capital, uma reconfiguração do Estado de modo a apoiá-la e promovê-la, e novas formas de expropriação e acumulação no conjunto das relações sociais no interior do país[229]. O "capital-imperialismo", conforme apontado por Fontes, é um processo mais abrangente, tratando-se de uma estrutura de reprodução expandida do capital, em que o Brasil, apesar de dependente do capital estrangeiro, não mais ocuparia um lugar *sub*ordinado.

Nesse capítulo, apresentamos diferentes abordagens, concepções e teorias sobre os conceitos que caracterizam relações de poder e dominação: hegemonia e imperialismo. Esses conceitos estão diretamente relacionados à discussão sobre a relação entre Estado e capital, e suas diferentes formas de internacionalização, que aqui apresentamos por meio de leituras no campo da teoria marxista e da teoria crítica. Buscamos, ao longo do capítulo, relacionar elementos elencados nos capítulos anteriores sobre a relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo, com vistas a compreender o papel e o lugar do Brasil, e de outros "países emergentes", na estrutura global de reprodução expandida do capital.

[227] Ibid., p. 339
[228] Ibid., p. 346-8
[229] Ibid., p. 359

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Os conceitos de hegemonia e imperialismo são dinâmicos, seu conteúdo se transformou, no pensamento político e nas lutas sociais, de acordo com os próprios processos sociais, econômicos e políticos ao longo da história. Consideramos que eles não devem ser aplicados de forma mecânica, mas questionados sobre seu conteúdo sempre em relação à realidade social concreta. Muitos dos elementos trazidos pelas diferentes teorias e abordagens aqui apresentadas, podem ser verificados, em maior ou menor grau, no caso do Brasil. Dentre eles, estão: o Estado como um espaço de relação entre forças sociais dominantes e dominadas, com uma relativa autonomia, de modo a organizar os interesses conflituosos de diferentes frações da burguesia, de um lado, e desorganizar (por meio de concessões materiais a determinados segmentos) a classe subalterna, de outro; diferentes mecanismos e instrumentos de universalização de interesses particulares, no sentido da construção de um consenso hegemônico; a liderança moral com concessões materiais aos subordinados, de modo que estes concedam ao projeto hegemônico, o percebendo como sendo de seu próprio interesse; o papel do Estado como organizador do campo jurídico e político para a acumulação capitalista; o imperialismo como um movimento simultâneo de expansão do capital para fora e o aprofundamento das relações capitalistas para dentro; o papel das empresas multinacionais na construção de uma hegemonia internacional; a formação de monopólios e do capital financeiro, em grau e profundidade sem precedentes de concentração e centralização de capital (união "pornográfica" entre capital bancário e industrial[230]), gerando as condições internas e externas para a exportação de capital; a dinâmica desvalorização-absorção do capital excedente, impulsionando um deslocamento espaço-temporal do capital por meio de investimentos em infraestrutura física financiados de créditos públicos. Embora as teorias aqui tratadas abarquem uma grande parte das diferentes experiências e formas históricas de dominação, elas sozinhas não são suficientes para compreender a atual fase do capitalismo.

A realidade política na atual ordem mundial desafia, por exemplo, o preceito da recorrência de guerras sistêmicas (inter-imperialistas, hegemônicas) para uma alteração do centro global de poder, podendo, assim, desafiar a noção da necessidade de um Estado ser uma potência militar para se tornar uma potência mundial. Esse desafio reflete um momento conjuntural (na medida em que a China ainda não pode

[230] Expressão utilizada por Fontes, loc.cit.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

concorrer com os EUA em termos militares), mas pode ser revertido, caso haja uma crescente militarização de países revisionistas, que decidam por um enfrentamento direto. Essa *não* tem sido a tendência dos países que hoje compõem os BRICS. O rápido crescimento econômico desses países, nas últimas décadas, não se traduziu, de forma automática, em poder militar e político. Eles procuram, conjunturalmente, ascender "dentro da ordem", buscando um "balanceamento brando" por meio de maior participação nas instituições financeiras internacionais e fóruns multilaterais de decisão global, sem alterar substancialmente as regras e normas existentes. Com isso, não consideramos que a ascensão dos países BRICS configure uma tentativa de construção "contra hegemônica" ou "anti-imperialista". Embora suas estratégias de desenvolvimento persigam, em muitos casos, caminhos que objetivam "ultrapassar barreiras" e romper monopólios (científicos, industriais, comerciais, militares) criados pelas potências tradicionais[231], eles o fazem *dentro* da ordem capitalista, ocupando um lugar cada vez mais importante na reprodução expandida do capital global.

As teorias aqui apresentadas (com exceção de Marini e Fontes) também não abarcam as relações de dominação e poder entre países periféricos. Hoje as condições para as relações de dominação são mais abrangentes do que à época de Marini. Mecanismos, tais como programas de cooperação e "ajuda ao desenvolvimento" a outros países "do Sul", podem potencializar as possibilidades de construção de um consenso hegemônico (no sentido gramsciano) ou uma "política sub-imperialista" do Brasil frente esses outros países e regiões periféricas. Consideramos que o Brasil ocupa uma posição paradoxal, sendo ao mesmo tempo "explorador" e "explorado", um país subordinado, ao passo que subordina outros. Dessa forma, o Brasil, apesar de ocupar um lugar dependente na estrutura produtiva, tecnológica e financeira global, também ocupa (juntamente com os demais "países emergentes") um lugar cada vez

[231] Especialmente a China vem aumentando, de forma significativa, sua participação na produção científica mundial. O indicador da participação em publicações e periódicos indexados internacionalmente demonstra que os países BRICS representavam juntos, em 1996, 9,1% (frente 32% dos EUA), mas saltaram para 21,8% em 2010 (frente a queda para 22% na participação dos EUA). O motor desse crescimento é a China que, comparada com os demais BRICS, passou de 30% em 1996 para mais de 60% em 2010, em termos de participação em publicações e periódicos indexados. A China foi a segunda maior investidora mundial em P&D em 2009, cujo impulsor vem sendo o setor empresarial. Com isso, a China também vêm crescendo sua participação no registro de propriedade intelectual. Ver BRICS Policy Center; Núcleo de Sistemas de Inovação e Governança do Desenvolvimento. O desenvolvimento desigual na era do conhecimento: a evolução da participação dos BRICS na produção científica e tecnológica mundial, de 1996 a 2010. *Policy Brief*, Dezembro de 2011. Disponível em http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/3226/doc/1436536132.pdf

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

mais importante na estrutura global de reprodução expandida do capital, reproduzindo também, a seu modo peculiar, uma lógica imperialista, caracterizada por relações de dominação político-econômica com outros países e povos, exercendo a contínua exploração da classe trabalhadora, dentro e para fora de suas fronteiras.

A tendência imperialista do Brasil (e dos demais BRICS) frente a outros países e regiões do Sul global enfrenta também contra tendências, seja por meio das resistências e lutas sociais (impulsionados por forças sociais de contestação nos territórios onde se encontram projetos de dominação), seja por constrangimentos estruturais. Esses resultam do fato de os EUA ainda serem o epicentro de poder global, que detêm o controle sobre a tecnologia e conhecimento (impedindo sua difusão para os demais países), além do alto poder de persuasão nas instituições e fóruns multilaterais, ademais de serem a potência militar que, hoje, não pode ser desafiada por nenhum outro país. Esses constrangimentos também resultam da própria relação intra-BRICS, mais precisamente da dependência da demanda chinesa para a produção e comércio brasileiro em seu setor principal econômico, o de commodities, além da concorrência entre esses países na disputa por territórios, recursos naturais e relações privilegiadas com países da África, da América Latina, da Ásia e do Oriente Médio. A combinação entre imperialismo e dependência perpetua, assim, esse papel paradoxal do Brasil na ordem mundial.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

6.
Conclusão

A presente pesquisa teve três objetivos. Primeiro, buscamos compreender de que maneira a internacionalização de empresas brasileiras está vinculada à expansão e aprofundamento das relações do Brasil com outros países e regiões "do Sul" e, por sua vez, ao crescente papel internacional do país nas instâncias de concerto e decisão global. Mostramos, no capítulo 2, que o Brasil vem se consolidando como um investidor internacional. Estudos e debates sobre empresas multinacionais de países em desenvolvimento ganharam maior peso em meados da década de 2000, com o crescente fluxo de investimentos Sul-Sul. Nessa década, a América Latina se consolidou tanto como receptora de investimento estrangeiro, quanto como investidora internacional, sendo a própria região o principal território de aquisições das "translatinas". A crise econômica nos EUA e na Europa, iniciada em 2007, levou a uma relativa diminuição do papel dos países centrais no fluxo global frente ao aumento dos investimentos provenientes de países em desenvolvimento, que representaram, em 2010, 30% do IED global.

O investimento brasileiro no exterior, apesar de ser, ainda, inferior ao IED de países asiáticos, mostra uma tendência crescente. Como parte das "translatinas", ele passou por diferentes fases de internacionalização, tendo seu início nos anos 1960 e 70, com relativo refluxo na década de 1980, sendo retomado nos anos 1990, quando a internacionalização esteve associada aos preceitos neoliberais, no sentido da abertura das economias à concorrência internacional e as privatizações das principais empresas públicas. Os dados do Banco Central mostram a consolidação de um processo acelerado de internacionalização de empresas brasileiras ao longo dos anos 2000. Na segunda metade da referida década, pesquisas de fundações próximas ao meio empresarial confirmaram a procura do mercado externo pelas grandes empresas brasileiras, motivadas, entre outros, pela busca por novos mercados, pelo aumento da competitividade, pelo aumento de ativos, por recursos, etc. A partir de 2003, com

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

o governo Lula, tem início, no Brasil, uma nova (quarta) fase de internacionalização, que é marcada pelo papel decisivo das políticas públicas e do crédito direto.

Tratamos, no capítulo 3, das políticas públicas de apoio às multinacionais brasileiras, mostrando os diferentes atores, projetos e políticas que viabilizam a expansão dessas empresas para outros países e regiões do Sul. Mostramos que o BNDES desempenhou papel fundamental, ao criar uma linha de crédito específica para apoiar projetos envolvendo empresas brasileiras no exterior. O Banco teve expressivo volume de empréstimos (sendo maior que o próprio BID e o Banco Mundial), consolidando-se na região sul-americana como o principal financiador de projetos de infraestrutura envolvendo multinacionais sediadas no Brasil. Estrategicamente, ele visa a apoiar a formação de "campeãs nacionais": grandes grupos e conglomerados que ocupam expressiva fatia do mercado doméstico e tenham capacidade de competir no mercado global no mesmo patamar que multinacionais consolidadas. Ademais da concessão de créditos para fusões e aquisições e para projetos fora do país, o Banco adquire ações, participando, assim, diretamente, de empresas por meio de sua holding BNDESPar. O próprio Banco passa atualmente por um processo de internacionalização, com a abertura de filiais em Montevidéu e em Londres.

Desse modo, o BNDES se tornou, também, um ator da política externa brasileira, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MiDIC), a Agência Brasileira de Exportação e Investimento (APEX), a Câmara de Comércio Exterior, as próprias empresas, além do Itamaraty (e, como parte dele, a Agência Brasileira de Cooperação). Com o governo Lula, o país diversificou suas relações políticas e comerciais, aprofundando e expandindo as relações com os países da América Latina, Caribe, África e Oriente Médio. Na América do Sul, principal território de expansão de empresas brasileiras, o país impulsionou novas instituições da integração, além das econômicas, ademais de apresentar-se como um parceiro "solidário" e "generoso" com os países menores, e atuar como um "estabilizador" de crises políticas na região. Esse papel também se estendeu para a América Central e Caribe (onde o Brasil lidera a missão de paz no Haiti), reforçando suas relações por meio da "cooperação para o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

desenvolvimento", que teve as áreas de infraestrutura e energia como importantes pilares. O Brasil passou a ser um doador, e não mais um receptor de cooperação internacional, impactando também as relações com a África. Nesse continente, a Fiocruz (na área de saúde) e a Embrapa (na área de agricultura e etanol) têm importante papel, inclusive com escritórios locais. A África ganhou relevância sem precedentes para a política externa brasileira, assim como as relações com países do Oriente Médio, por onde passaram diversas missões empresariais do governo, além de abertura de escritórios da APEX e novas embaixadas. Todas essas políticas, projetos e atores formaram vias facilitadoras da expansão de empresas multinacionais brasileiras.

Demonstramos, assim, que o projeto econômico (a expansão das empresas e grupos multinacionais com sede no Brasil) está integrado ao projeto político (o de ser uma potência). A expansão internacional de empresas com sede no país é resultado tanto da formação de monopólios no mercado doméstico (não esgotando suas possibilidades de acumulação), quanto de políticas públicas proativas, que objetivam a melhor inserção do país no marco da competição capitalista global. Ambos são ligados a uma reconfiguração da ordem mundial, em que os países chamados "emergentes" têm buscado maior capacidade de ação e incidência nas instâncias de decisão mundial, em um processo que se acelerou após o início da crise econômica, a partir de 2008.

O debate sobre empresas multinacionais de "países emergentes" se reflete no debate sobre multinacionais brasileiras. Inicialmente, mostrou-se um dilema entre internacionalizar para aumentar a capacidade de competição *versus* priorizar os investimentos no plano doméstico. Para os pesquisadores apresentados nessa tese, este dilema, numa economia aberta e liberalizada, está, hoje, resolvido: a internacionalização torna-se um imperativo, sinalizando um novo "estágio" de desenvolvimento. Ela traria, segundo essa interpretação, benefícios ao país como um todo, no sentido da maior entrada de divisas por meio da repatriação e aumento das exportações, acesso a novas tecnologias, acesso a recursos e mercados, aumento da competitividade da economia nacional frente à globalização e à integração de mercados e aumento da qualidade do emprego. No entanto, esse debate oculta reflexões mais abrangentes e profundas sobre o próprio

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

modelo de desenvolvimento (e seus padrões ambientais, sociais e trabalhistas) ao qual o Brasil está submetido, ao mesmo tempo em que submete seus vizinhos e outros.

Com isso, o segundo objetivo foi lançar luz a elementos, fatores e sujeitos excluídos das análises convencionais, que estão limitadas a aspectos quase exclusivamente econômicos. Partindo de uma perspectiva "de baixo para cima", e tendo o complexo Estado/sociedade como unidade de análise, problematizamos o processo de expansão do capital sediado no Brasil nos seus diferentes impactos e conflitos com comunidades, trabalhadores e meio ambiente, ou seja, considerando a exploração das duas principais fontes de riqueza do capital: o trabalho e a natureza.

Nos capítulos 2 e 3, argumentamos que a internacionalização de empresas brasileiras não é somente um consenso (em torno do aumento da competitividade do país), mas também conflito, dentro e fora do Brasil. A expansão internacional das empresas de engenharia, da Petrobras e da Vale mostraram diferentes impactos negativos nos territórios e nas relações com trabalhadores e governos locais. Ressaltamos, também, que projetos financiados pelo BNDES a empresas e setores com alta vulnerabilidade social e ambiental, têm gerado impactos e conflitos. Assim, consideramos ser necessário debater de forma ampla e democrática as políticas públicas de apoio à internacionalização das empresas, considerando, principalmente, as classes sociais que vivem do trabalho nos seus territórios.

Acreditamos que qualquer estudo ou análise que pretenda averiguar as vantagens do aumento do fluxo de investimentos Sul-Sul, e do aumento de participação de países em desenvolvimento na economia global, precisa, necessariamente, olhar de frente (enfrentar) a situação vivenciada por essas populações que vivem de seu trabalho, que têm nos territórios sua fonte de subsistência, que são expropriadas de seus direitos, como o direito de viver em um ambiente saudável e com saúde, de ter moradias dignas, de manter suas formas de cultura e vida, de ter condições de trabalho dignas e respeitadas - enfim, a condição social de vida do povo nas periferias das cidades, no campo e nas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

florestas. Aqueles formuladores e executores de políticas públicas que objetivam um "Brasil do futuro", um país que iniciou sua "decolagem" rumo a um novo patamar na ordem mundial, não podem considerar os direitos humanos (em seu sentido amplo) obstáculos ao desenvolvimento. Que tipo de crescimento e desenvolvimento está sendo criado? Que consequências traz para os trabalhadores no Brasil e fora? A que e a quem beneficia o modelo de desenvolvimento levado a cabo no Brasil e transferido, a partir da atuação internacional brasileira, para outros países do Sul? – estes questionamentos permearam o trabalho.

Apontamos que a convergência de interesses e de atuação entre capital e Estado coloca, muitas vezes, os interesses das empresas como interesse "do Brasil", mesclando a noção de "interesse nacional" com o papel das empresas no senso comum da sociedade. Os interesses particulares são, assim, representados como universais. Nos casos da Vale e da Petrobras, as empresas usam símbolos e cores nacionais, mesclando sua identidade corporativa à do país. Mecanismos de marketing, "ações sociais" e formação de conhecimento e informação apoiam a construção de um mito das empresas como motores do desenvolvimento, formando um consenso em torno de seu papel e o papel do Estado, incidindo sobre o senso comum popular. A dinâmica relação entre capital e Estado gera, portanto, um complexo "quebra-cabeça" que mescla interesses públicos e privados. Tal "quebra-cabeça" toca no profundo dilema entre ser "explorador" e "explorado", nem centro nem periferia.

O terceiro objetivo foi refletir sobre o campo teórico e suas consequências para as lutas sociais e políticas. O capítulo 1 situou o tema no campo das Relações Internacionais, apresentando o debate sobre mudanças na ordem mundial com o relativo declínio do poder dos EUA e a ascensão de países chamados "emergentes", como a China, Índia, e também o Brasil. Apresentamos três posições: visões que não contemplam transformações, mas sim ajustes e acomodações dentro da ordem existente sob dominação dos EUA (especialmente os realistas e institucionalistas), aqueles autores para os quais estamos vivenciando uma conjuntura de mudança e declínio da hegemonia estadunidense em direção a uma ordem plural, com um possível deslocamento do centro de poder e acumulação de capital para o Leste Asiático (posição sustentada por

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

alguns teóricos críticos e marxistas), e, por fim, aqueles que afirmam que a expansão global do capital estadunidense é reproduzida pelos países emergentes como a China, levando a que sua ascensão se situe dentro da própria estrutura de poder capitalista estadunidense. Oferecemos, assim, alguns elementos teóricos para a reflexão mais aprofundada sobre processos de mudança na ordem mundial.

No capítulo 4, aprofundamos a leitura sobre os conceitos de imperialismo e hegemonia, e o debate marxista e crítico sobre a relação capital-Estado, trazendo, quando possível, os elementos empíricos suscitados nos capítulo 2 e 3. Partindo, assim, de constatações e elementos empíricos, objetivamos desenvolver uma reflexão acerca de conceitos que caracterizam relações de poder e dominação na esfera internacional, buscando averiguar de que maneira as teorias existentes sobre hegemonia e imperialismo são apropriadas, ou necessitam ser reformuladas e renovadas diante das novas dinâmicas nesta fase atual do capitalismo.

Consideramos que os conceitos de imperialismo e hegemonia são dinâmicos, seu conteúdo deve ser considerado em relação à realidade social concreta em determinado período histórico. Muitos de seus elementos refletem o caso do Brasil, conforme já apontamos: o papel das empresas multinacionais na construção de uma posição de poder internacional; a liderança moral com concessões materiais aos subordinados, de modo que estes concedam ao projeto hegemônico, o percebendo como sendo de seu próprio interesse; o papel do Estado como organizador do campo jurídico e político para a acumulação capitalista; diferentes mecanismos e instrumentos de universalização de interesses particulares, no sentido da construção de um consenso hegemônico; o papel dos monopólios e capital financeiro, resultado hoje da concentração e centralização de capital em níveis gigantescos, gerando as condições para a exportação de capital; a desvalorização e absorção do capital excedente, gerando um deslocamento espaço-temporal por meio de investimentos em infraestrutura física, financiados através de créditos públicos; o imperialismo como um movimento simultâneo de expansão do capital para fora e o aprofundamento das relações capitalistas para dentro. Embora essas teorias abarquem uma grande parte das diferentes experiências e formas históricas de dominação, elas não são suficientes para compreender a atual realidade política.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

A atual realidade política desafia, por exemplo, o preceito da recorrência de guerras sistêmicas para uma alteração do centro global de poder. Ela também pode desafiar a própria noção da necessidade de ser uma potência militar para se tornar, também, uma potência político-econômica. A maior parte das teorias sobre imperialismo e hegemonia, que geralmente tratam (de forma implícita ou explícita) da dominação Norte-Sul, ou da dominação global dos EUA (inclusive sobre as outras potências ocidentais, como no caso de Poulantzas e Panitch/Gindin) tampouco logram abarcar as formas de dominação de países periféricos sobre outros países "do Sul", o que implica compreender uma peculiar combinação entre dependência e imperialismo. Um dos poucos que logrou essa compreensão, Rui Mauro Marini, desenvolveu o conceito do sub-imperialismo na década de 1970. Além de Marini, outros trabalharam o mesmo conceito para os casos da Índia, África do Sul, e outros[1]. Fontes buscou compreender as condições atuais do imperialismo em um processo mais amplo, o capital-imperialismo. Este implicou novas formas de dominação e expropriações, que ultrapassaram o escopo do próprio capital estadunidense, desenvolvendo tendências capital-imperialistas nos países intermediários como o Brasil, significando um papel não mais subordinado do país na estrutura mundial de acumulação do capital.

Consideramos que o conjunto dos países BRICS não configura, na atual conjuntura, um bloco "anti-imperialista" ou "contra hegemônico", uma vez que eles visam a ascender dentro da ordem capitalista, por meio de um "balanceamento brando" nas instituições e fóruns de decisão global, sem alterá-los substancialmente. Se, por este meio, eles reforçam o próprio poder estadunidense, conforme concluíram realistas e marxistas, não é possível dizer. Abordagens institucionalistas têm, por sua vez, poder explicativo para um momento *conjuntural*, mas não podem compreender o conjunto das relações sociais e sujeitos, que possam apontar para uma mudança estrutural. Já os teóricos críticos e marxistas que preveem o declínio do poder americano e o início de um ciclo hegemônico na China, com características distintas do atual capitalismo, buscam

[1] Um estudo abrangente sobre o conceito de sub-imperialismo foi recentemente realizado por Mathias Luce em sua tese de doutorado *A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria*. pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

compreender mudanças estruturais, no entanto, se adiantam demais em "previsões", que não puderam ser comprovadas no marco desse trabalho. Aqui, procuramos mostrar tendências em um processo que, por ser contraditório e paradoxal, pode se reverter.

Concluímos, assim, que o Brasil, apesar de ocupar um lugar dependente na estrutura produtiva, tecnológica e financeira global, também ocupa (assim como os demais BRICS) um lugar cada vez mais importante na estrutura global de reprodução expandida do capital. Ele produz, a seu modo peculiar, uma lógica imperialista, caracterizada por relações de dominação político-econômica com outros países e povos, exercendo a contínua exploração da classe trabalhadora, dentro e para fora de suas fronteiras. O Brasil ocupa, assim, uma posição paradoxal, sendo ao mesmo tempo "explorador" e "explorado", um país subordinado, ao mesmo tempo em que subordina outros. Mecanismos tais como programas de cooperação e "ajuda ao desenvolvimento" a outros países "do Sul", podem potencializar as condições de construção de um consenso hegemônico (no sentido de concessões parciais, de modo a obter o consentimento dos países/classes subordinados, legitimando sua posição de poder) ou uma "política sub-imperialista" do Brasil frente a esses outros países e regiões periféricas. Todavia, a tendência imperialista do Brasil (e demais BRICS) não está livre de contra tendências, sejam elas as resistências e lutas sociais e/ou os constrangimentos estruturais impostos nas relações com os mais poderosos no sistema.

A presente pesquisa não teve a ambição de avançar no campo teórico, desenvolvendo um modelo teórico que pudesse abranger a combinação peculiar entre dependência e imperialismo sob as atuais condições de mudança na ordem mundial. Deixamos aqui um importante tema para uma agenda de pesquisa. Outra agenda relevante é avançar em um estudo minucioso sobre o aumento dos investimentos de empresas dos "países emergentes" e do Brasil nos países do Norte. Trouxemos, neste trabalho, o exemplo do conflito da mineradora Vale com os trabalhadores no Canadá. Empresas brasileiras avançam significativamente nos EUA, como ocorre com os frigoríficos JBS-Friboi e Marfrig, além da Odebrecht e outras empresas de construção. A crise econômica na União Europeia tende a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

abrir espaço para a disputa de mercado por multinacionais "emergentes". Em que medida esses Estados estão atuando para "proteger" os ativos de empresas neles sediadas ou, ao contrário, em que medidas eles buscam facilitar a entrada de capital advindo dos "países emergentes"? O avanço do capital chinês (e outros) nos EUA e na Europa pode acelerar o aumento de poder político desse(s) país(es) frente às potências tradicionais? Essa problemática não pode ser abordada no escopo deste trabalho, porém, é um importante passo para completar a pesquisa empírica aqui realizada. Outro tema relevante é o estudo sobre as ações de "responsabilidade social corporativa" de empresas brasileiras no exterior. Interessa-nos investigar quais são as formas e vias de formação do consenso social nos territórios, onde se encontram os projetos realizados por essas empresas, de modo a viabilizar a construção de uma hegemonia nas sociedades receptoras do investimento brasileiro. Já existem estudos aprofundados sobre os aparelhos privados de hegemonia e a formação do consenso hegemônico junto às camadas pobres e à classe trabalhadora no Brasil. A mescla entre público e privado apoia a representação dos interesses particulares das empresas como interesses gerais da sociedade. De que maneira isso é construído fora do Brasil, junto à sociedade e à classe trabalhadora em outros países nos quais atuam as empresas brasileiras? Essa questão pode incitar também uma continuação desta pesquisa.

Entendemos que há alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista hoje vigente. Recusamos a noção de que haveria somente uma via de desenvolvimento, se quisermos alcançar os países atualmente desenvolvidos. Consideramos que estamos diante de um duplo desafio: de um lado, os enfrentamentos diretos de trabalhadores, comunidades e populações locais afetadas em torno de projetos que são destruidores de seus meios de vida, de trabalho, e de outro, o desafio no campo do imaginário, no sentido de superação da ideia de que somos maiores e mais desenvolvidos que nossos vizinhos sul-americanos, ou que os africanos, ao mesmo tempo em que precisamos percorrer as mesmas vias do desenvolvimento capitalista europeu ou estadunidense. O esforço de crescimento do Brasil é um esforço da classe trabalhadora. Advêm do trabalho da população a geração do valor, que se torna lucro para os atores econômicos, e fonte de recursos para o Estado. Entendemos que essa riqueza e esses recursos, ao

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

serem transferidos para os bancos, as corporações e as instituições financeiras internacionais, estão sendo usados de forma perversa, contra os interesses de justiça social, trabalhista e ambiental da classe trabalhadora.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

7.

Referências Bibliográficas

ADACHI, V. Brasileiros compram banco local dos EUA. Valor Econômico, 05 de abril de 2010.

_____. BNDESPar deve tornar-se sócia do frigorífico Friboi. **Valor Econômico**, 25 de maio de 2007.

AGENCIA BRASIL. Acordo amplia atuação de empresas em Angola. **Valor Econômico,** 30 de novembro de 2010.

_____. Empresários veem oportunidades na África. **Valor Econômico**, 06 de julho de 2010.

_____. Lula quer produzir biocombustíveis no Quênia. **Valor Econômico**, 07 de julho de 2010

_____. Lula quer Petrobras em Cabo Verde. **Valor Econômico**, 05 de julho de 2010.

_____. Brasil vai levar polêmica sobre biocombustível e segurança alimentar ao Bric, diz Amorim. **Valor Econômico,** 15 de maio de 2008.

_____. Brasil, Argentina e Colômbia podem intermediar negociações na Bolívia. **Valor Econômico,** 11 de setembro de 2008.

_____. Discussão com Paraguai sobre Itaipu deve começar ainda este mês. **Valor Econômico**, 05 de setembro de 2008.

_____. Lula volta a defender que os mais ricos da América do Sul devem ajudar os mais pobres. **Valor Econômico**, 14 de dezembro de 2007.

_____. Lula volta a defender que os mais ricos da América do Sul devem ajudar os mais pobres. **Valor Econômico**, 14 de dezembro de 2007.

_____. Presidente Lula viaja à África na próxima semana para estreitar relações comerciais. **Valor Econômico**, 11 de outubro 2007.

_____. Brasil quer aumentar cooperação com Haiti. **Valor Econômico**, 13 de setembro de 2007.

_____. Em carta, Amorim afirma que responsabilidade por usinas do Madeira é do Brasil. **Valor Econômico**, 13 de julho de 2007.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

_____. Generosidade do Brasil com parceiros do Mercosul não será bondade, mas justiça, diz Amorim. **Valor Econômico**, 21 de julho de 2007.

_____. Itamaraty afirma que Bolívia não vai atrasar usinas do Rio Madeira. **Valor Econômico**, 13 de julho de 2007.

_____. Presidente faz viagens a cinco países na próxima semana. **Valor Econômico**, 1 de agosto de 2007.

_____. Lula sugere novas parcerias com países africanos e defende fim das guerras. **Valor Econômico**, 25 de maio de 2007.

_____ . Generosidade do Brasil com parceiros do Mercosul não será bondade, mas justiça, diz Amorim. **Valor Econômico**, 19 de janeiro de 2007.

_____. Lula BNDES poderá financiar novos projetos na América do Sul, diz Mantega. **Valor Econômico**, 24 de fevereiro de 2005.

_____. Recuo da Bolívia no caso Petrobras restitui normalidade a negociações,afirma Amorim. **Valor Econômico**, 15 de setembro de 2006.

_____. BNDES vai investir US$ 900 milhões em projetos com a Venezuela. **Valor Econômico**, 15 de fevereiro de 2005.

_____. BID pode emprestar US$ 1 bi ao BNDES para repasse a pequenas empresas. **Valor Econômico**, 13 de novembro de 2003.

_____. Lula defenderá investimento em infra-estrutura em reunião no Peru. **Valor Econômico,** 23 de maio de 2003.

_____. Lula vai aos Emirados Árabes em dezembro. **Valor Econômico**, 10 de novembro de 2003.

_____. Lula diz que Brasil vai ajudar Uruguai a enfrentar dificuldades. **Valor Econômico**, 12 de maio de 2003.

AGENCIA BRASILEIRA DE PROMOCAO DA EXPORTACAO E INVESTIMENTO (APEX). **Angola: Estudo de Oportunidades 2010**. Disponível em www.apexbrasil.com.br (acesso agosto 2011).

_____. Apex-Brasil lança Centro de Negócios em Angola. Nota Apex 25 de novembro de 2010, www.apexbrasil.com.br (acesso em novembro de 2010).

_____. Missão empresarial brasileira visita cinco países do Oriente Médio, nota APEX, 25 de novembro de 2010, em www.apexbrasil.com.br (acesso em novembro de 2010).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

AGNELLI, Roger. Uma nova Pangeia. **Folha de São Paulo**, 16 de agosto de 2009.

ALBUQUERQUE, José A. G. Com Lula, na trilha de Bush e Teddy Roosevelt. **Valor Econômico**, 02 de outubro de 2009.

ALEM, A.; GIAMBIAGI, F. (org.). **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro: BNDES 2010. Disponível em www.bndes.gov.br.

ALEM, Ana C.; CAVALCANTI, C.. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras. *Revista do BNDES*, v. 12, n. 24, dezembro 2005.

ALMEIDA, A.; VASCONCELLOS, E. Gestão de conhecimento, estrutura organizacional e internacionalização: o caso da construtora Norberto Odebrecht. In: VASCONCELLOS (org.): I**nternacionalização, estratégia e estrutura**: o que podemos aprender com o sucesso da Alpargatas, Azaléia, Fanem, Odebrecht, Voith e Volkswagen. São Paulo: Atlas, 2008.

ALMEIDA, Alexandra. A Petrobras no Equador. In: IRLS et. al.: **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina**: **um debate necessário**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

ALMEIDA; CRETOIU. Internacionalização de empresas: a experiência brasileira e o contexto latino-americano. **Fundação Dom Cabral, Revista Dom,** ano II, nr. 5. março/junho 2008.

AMADO, A. O etanol e a diplomacia. **Valor Econômico**, 15 de agosto de 2010.

AMORIM, Celso. A África tem sede de Brasil. **Carta Capital,** 28 de maio de 2011.

_____. Política externa é uma política pública como as demais. Está sujeita à expressão das urnas. **IPEA, Desafios do Desenvolvimento**, Edição 61, 13 de agosto de 2010 (entrevista). Disponível em www.ipea.gov.br/desafios.

_____. O Brasil não usa marines. **Carta Capital**, 17 de maio de 2006 (entrevista).

_____. Brasil ampara os pequenos para lidar com a Alca. **Gazeta Mercantil** 07 de fevereiro de 2003 (entrevista).

ANGELL, Norman. **A grande ilusão**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 2002.

ARAYA, A. L.; RAMIREZ, A. A Petrobras na América Central: o caso dos agrocombustíveis. In: IRLS et. al. (org.): **Transnacionais**

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

brasileiras na América Latina: um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ARBIX, Glauco; CASEIRO, Luiz. Qual internacionalização? **Valor Econômico**, 05 de agosto de 2010.

ARBIX, Glauco; SALERMO, Mario; DE NEGRI, João A. Internacionalização gera emprego de qualidade e melhora a competitividade das firmas brasileiras. Disponível em www.arbix.pro.br/wp-content/.../denegri_arbix_salerno_paperabc_v9.pdf (acesso setembro 2011).

ARRIGHI, Giovanni. The winding paths of capital. Interview by David Harvey. *New Left Review* 56, March-April 2009.

_____. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

_____. The three hegemonies of historical capitalism. In: GILL (ed.). **Gramsci, historical materialism and International Relations**. Cambridge University Press, 1993.

AVERBURG, M. A propósito do BNDES. **Valor Econômico**, 20 de julho de 2011.

BALTHAZAR, R. Disputa trabalhista compromete a Vale. **Valor Econômico**, 03 de novembro de 2009.

_____. Doze grupos ficam com 57% de repasses do BNDES. **Folha de São Paulo**, 08 de agosto 2010.

_____. Fundo de investimentos apoiará empresas brasileiras, diz Mantega. **Valor Econômico,** 19 de outubro de 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Capital Brasileiro no Exterior (CBE)** - data base 2001 - 2006. Disponível em http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE.asp (acesso em agosto 2011).

_____. **Capital Brasileiro no Exterior (CBE)** - ano base 2010. Disponível em http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2010.asp (acesso em setembro 2011).

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. BNDES assina acordo com bancos de desenvolvimento dos BRICS. Nota BNDES, 14 de abril de 2011 em www.bndes.gov.br.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

_____. BNDES assina memorando com o JOI, entidade japonesa de promoção do investimento externo. Nota BNDES, 21 de julho de 2010. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/institucional/20100721_japao.html.

_____. BNDES e Ex-Im Bank dos EUA assinam acordo de cooperação. Nota BNDES, 28 de junho de 2010. Disponível em www.bndes.gov.br siteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/financas/20100628_ex_im_bank.html.

_____. Governo cria EXIM Brasil como subsidiária do BNDES. Nota BNDES, 05 de maio de 2010. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/todas/20100505_Exim_Brasil.html.

_____. Coutinho fala sobre futuro do crédito em encontro de entidades da América Latina e Europa. Nota BNDES, 04 de novembro de 2008. Disponível em http://www.bndes.gov.br.

_____. BNDES sedia encontro internacional de instituições de crédito. Nota BNDES, 03 de novembro de 2008 em www.bndes.gov.br.

_____. BNDES e Corfo, do Chile, ampliam cooperação técnica. Nota BNDES, 25 de agosto de 2008. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2008/20080825_not139_08.html.

_____. Mantega abre encontro sobre projeto de Integração física da América do Sul. Nota BNDES, 23 de novembro de 2005. Disponível em www.bndes.gov.br.

BARBIERI, C. Grandes empresas ficam cada vez maiores. **Folha de São Paulo**, 25 de maio de 2008.

BARBOSA, R. Itaipu, Canal do Panamá do Brasil? **O Globo**, 12 de maio de 2009.

BASILE, J. Cade prevê volume recorde de fusões em 2010. **Valor Econômico**, 30 de julho de 2010.

BATISTA, F. Cosan e Shell ampliam escopo para atuação sucroalcooleira global. **Valor Econômico**, 26 de agosto de 2010.

BATISTA, F. Indústria do Brasil de olho em projetos de usinas na África. **Valor Econômico**, 26 de fevereiro de 2010.

BATISTA; NOVO; NOGUEIRA. O mundo é o limite. **O Globo**, 05 de marco de 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

BBC BRASIL. De olho em negócios, Lula promove Vale e Petrobras na Tanzânia, 07 de julho de 2010.

BERNARDO, João. A viagem do Brasil da periferia ao centro: 1) Roteiro. 24 de abril de 2011, disponível em http:// passapalavra.info/?p=38691 (acesso janeiro de 2012).

BLAS, J. Baosteel abre as portas para reformulação de preços. **Valor Econômico** (Financial Times), 26 de março, 2010.

BOLPRESS. Brutal e inumana represión a la VIII Marcha Indígena. Disponível em www.bolpress.com de 26 de setembro de 2011.

BORON, Atílio. A questão do imperialismo. In: BORON; AMADEO; GONZALES (orgs.): **A teoria marxista hoje**. São Paulo: Editora Expressão Popular; Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BOSTON CONSULTING GROUP. **2011 BCG Global Challengers**. Companies on the move. Rising stars from rapidly developing economies are reshaping global industries. Disponível em http://www.bcg.com/expertise_impact/publications/publicationdetails.aspx?id=tcm:12-70057 (acesso agosto 2011).

BRAGA, P. BNDES firma convênio com bancos argentinos. **Valor Econômico**, 16 de abril de 2004.

BRASIL DE FATO. Edição Especial BNDES, ano 7, número 352, novembro de 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Imperial ou imperialista? **Folha de São Paulo**, 15 de agosto de 2010.

_____. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 3, jul./set. 2006.

BRICS Policy Center; Núcleo de Sistemas de Inovação e Governança do Desenvolvimento. Desenvolvimento desigual e mudanças estruturais na economia mundial: a evolução da participação dos BRICS no PIB global, de 1900 a 2008. *Policy Brief,* Outubro de 2011. Disponível em http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/940/doc/1786116251.pdf.

_____. O desenvolvimento desigual na era do conhecimento: a evolução da participação dos BRICS na produção científica e tecnológica mundial, de 1996 a 2010. *Policy Brief*, Dezembro de 2011. Disponível em http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/3226/doc/1436536132.pdf.

BUTTIEGIG, Joseph. Gramsci on Civil Society. *Boundary* 2 22, no. 3, 1995.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

CABRINI JR, A. Itaipu: nova oportunidade para Paraguai e Brasil. **Valor Econômico**, 16 de maio de 2011.

CACCIA BRAVA, S. Gigante pela própria natureza. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Fevereiro 2009.

CAMAROTTO, M. BNDES terá capital de fundo soberano do Oriente Médio. **Valor Econômico**, 14 de maio de 2010.

_____. Com cenário mundial positivo, empresas latino-americanas avançam em processo de internacionalização. **Valor Econômico**, 06 de dezembro de 2007.

_____. Membros da Fiesp e da indústria indiana passarão a se "reunir" semanalmente, diz diretor. **Valor Econômico**, 14 de abril de 2008.

CAMPOS, J. R. Grandes grupos detêm 72% do crédito bancado pelo Tesouro. **Valor Econômico**, 12 de agosto de 2010.

CAMPOS, Pedro Henrique. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. In: IRLS et. al (org.): **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

CARDOSO, J. Governo do Equador decide que Odebrecht deixará de operar no país. **Valor Online**, 9 de outubro de 2008.

CARRASCO; PINHO DE MELLO. Os efeitos da privatização: o caso da Vale. **Valor Econômico**, 26 de marco de 2011.

CARVALHO, L. C.; BARCELLOS, E. Petrobras: internacionalização e desafios da gestão intercultural. In: ALMDEIDA; RAMSEY (orgs.). **A ascensão das multinacionais brasileiras**. O grande salto de pesos-pesados regionais a verdadeiras multinacionais. Rio de Janeiro: Elsevier; Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2010.

CASANOVA, L. **Global Latinas**. Latin America´s emerging multinationals. Palgrave Mcmillan, 2009.

CASANOVA, L.; HOEBER, H. Vale: uma líder multinacional emergente. In: ALMEIDA; RAMSEY (org.). **A ascensão de multinacionais brasileiras**. Rio de Janeiro, Elsevier; Belo Horizonte, Fundação Dom Cabral, 2010.

CASSOL, D. Paraguai conquista empate histórico. **Brasil de Fato**, 30 de julho a 5 de agosto de 2009.

CEPAL. **O investimento estrangeiro direto na América Latina e Caribe 2010**. Disponível em http://www.eclac.org (acesso em agosto 2011).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

CEPPAS; Coletivo Suecia. **Estudio de caso Skanska**. Apresentação no Tribunal Permanente dos Povos, Lima, Peru, 2008. Disponível em http://www.enlazandoalternativas.org/spip.php?article341.

CERVO, A. **A internacionalização da economia brasileira**. Livro na Rua, série Diplomacia ao alcance de todos nr. 20. FUNAG: Thesaurus editora, 2009.

CERVO, A.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CHIN, G. The emerging countries and China in the G20: reshaping global economic governance. *Studia Diplomatica*, Vol. LXIII, nr. 2-3, 2010.

CHON, G. Interesse do JBS por Sara Lee mostra ascensão de brasileiras. The Wall Street Journal em **Valor Econômico**, 20 de dezembro de 2010.

COHEN, B. **A questão do Imperialismo**. Economia política da dominação e dependência. Rio de Janeiro: Zahar Editores 1976.

COIMBRA, L. Governo quer Petrobras para barrar estrangeiros no etanol. **Folha de São Paulo**,03 de março de 2010.

_____. Governo quer Petrobras para barrar estrangeiros no etanol. **Folha de São Paulo**, 03 de março de 2010.

CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA: Os Interesses Empresariais Brasileiros na América do Sul. Sumário Executivo. Brasília: CNI, 2007.

COOPERACAO brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira Cooperação. Brasília 2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperao_Brasileira.pdf.

CORONADO, J. Peru: Del Cristo Redentor, Odebrecht y otros demonios. **Servicio Informativo Alai-amlatina**, 23 de junho de 2011.

COSTA, A. C. BNDES deve retomar internacionalização em 2011. **Veja**, 31 de janeiro de 2011. Disponível em http://veja.abril.com.br/noticia/economia/bndes-deve-retomar-internacionalizacao-em-2011.

COSTA, A. L. O Império contra-ataca. **Carta Capital**, 26 de maio de 2010.

_____. Uma ousadia de sucesso. **Carta Capital**, 10 de maio de 2006.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

COSTA, R. Brasil usa Irã para reforçar soberania na área nuclear. **Valor Econômico,** 14 de maio de 2010.

_____. Irã quer manter enriquecimento de urânio. **Valor Econômico**, 18 de maio de 2010.

_____. Para russos, Lula tem credibilidade para estabelecer diálogo com Irã. **Valor Econômico**, 13 de maio de 2010.

COX, Robert W. Entrevista realizada por Ana Garcia, Miguel Sá e Alessndro Biazzi em Cabbagetown, Toronto, maio de 2009 (manuscrito).

_____. Social forces, states and world orders. Beyond international relations theory. In: LINKLATER, A. (Ed.). **International Relations: critical concepts in political science**. v. IV. London: Routledge, 2000 (1981).

_____. Middlepowermanship, Japan and future world order. COX; SINCLAIR (org.): **Approaches to World Order**. Cambridge University Press, 1999 (1989).

_____. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: GILL, Stephen (ed.): **Gramsci, historical materialism and International Relations**. Cambridge University Press, 1993.

_____. **Production, power and world order**. Social forces in the making of history. New York: Colombia University Press, 1987.

CUCULO, E. Brasil aceita virar credor do FMI e emprestará até US$ 4,5 bilhões. **Folha online**, 9 de abril de 2009.

CUNHA, F. H.; MOURA, F. Revoluções e riscos para as empresas brasileiras. **Valor Econômico**, 18 de março de 2011.

CYRINO, A.; CARVALHO, F. **Ranking das Transnacionais Brasileiras 2008**: Internacionalização segue crescendo, mas resultados ainda são limitados. Fundação Dom Cabral, 2008. Disponível em http://www.fdc.org.br/pt/pesquisa/internacionalizacao/Paginas/publicacoes.aspx (acesso dezembro de 2010).

CYRINO, A.; PENIDO, E. Vale a pena internacionalizar? **Fundação Dom Cabral**, **Revista DOM**, ano I, nr. 1, 2006.

DELGADO, M.L. Lula volta pela 3ª vez à África para encontros políticos. **Valor Econômico**, 26 de julho de 2004.

DENT, Christopher (ed.): **China and Africa Development Relations**. London, New York: Routledge, 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

DOSSIE de impactos e violações da Vale no mundo. I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, Rio de Janeiro, abril de 2010. Disponível em http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie_versaoweb.pdf. P. 17 (acesso outubro de 2011).

DUARTE, P. Onda nacionalista ameaça integração regional. **O Globo**, 02 de maio de 2006.

DURAO; GOES; BARCELOS. BNDES confia na renovação de parceria com Vale em Carajás. **Valor Econômico**, 07 de abril de 2004.

DURAO; GRABOIS. Lula garante estar "neutro" em relação à compra da Xstrata pela Vale. **Valor Econômico**, 25 de janeiro de 2008.

DURAO; RIBEIRO. Os desafios do novo comandante da Vale. **Valor Econômico,** 04 de abril de 2011.

DURAO; ROSAS, R. Resultado do terceiro trimestre já foi afetado pela greve. **Valor Econômico**, 3 de novembro de 2009.

DURAO, V. S. Cresce interesse chinês no minério brasileiro. **Valor Econômico,** 28 de julho de 2010.

_____. Fim da greve não reduz críticas à gestão adotada na Inco. **Valor Econômico**, 16 de julho de 2010.

_____. Vale comemora redução de poder do sindicato no Canadá. **Valor Econômico**,13 de julho de 2010.

_____. BNDES quer financiar direto no exterior. **Valor Econômico**, 8 de janeiro de 2010.

_____. Múltis ficaram com 10% do total dos empréstimos do BNDES em 2005. **Valor Econômico**, 19 de janeiro de 2006.

_____. BNDES vai montar fundos de investimento. **Valor Econômico**, 15 de março de 2005.

ENSP; FIOCRUZ. **A cooperação internacional desenvolvida pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz com a África**. Boletim técnico internacional 2008. Disponível em http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_235056090.pdf
ESTADO DE SAO PAULO, Vale entra na disputa pela hidrelétrica de Belo Monte, 23 de fevereiro de 2010.

FARIELLO, D. Analistas vêem riscos na integração energética da AL. **Valor Econômico**, 09 de março de 2010.

_____. Brasil quer construir pequena usina no Haiti. **Valor Econômico,** 14 de dezembro de 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

FELICIO, C. Brasil vai participar de projetos de infra-estrutura no Haiti, diz Lula. **Valor Econômico**, 29 de maio de 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: editora Globo, 2005.

FERRAZ, João Carlos. Entrevista realizada em 10 de novembro de 2011 no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

FERREIRA SIMOES, A. Quem descobriu a América (do Sul)? **Valor Econômico**, 10 de agosto de 2010.

FIORI, José Luis. Um acordo e seis verdades. **Valor Econômico,** 26 de maio de 2010.

_____. Brasil: vocação natural e vontade de potência. **Valor Econômico**, 24 de fevereiro de 2010.

_____. O debate da política externa: os progressistas. **Valor Econômico**, 27 de janeiro de 2010.

_____. América do Sul à beira do futuro. **Valor Econômico**, 4 de novembro de 2009.

_____. O sistema inter-estatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI; MEDEIROS; SERRANO (org.). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

_____. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES; FIORI (org.) **Poder e dinheiro:** uma economia política da globalização. Petrópolis, Editora Vozes, pag. 87-147, 1998.

FLEURY;FLEURY. Internacionalização de empresas brasileiras: em busca de uma abordagem teórica para os *late movers*. In: FLEURY; FLEURY (org.). **Internacionalização e os países emergentes**. São Paulo:Atlas 2007.

FOLDES, S. The financing of Brazilian companies in Africa. The role of BNDES. Seminário CEBRI, São Paulo, 12 de agosto de 2010 (slides de apresentação).

FOLHA DE SAO PAULO. Empresários brasileiros vão à África plantar soja e algodão, 17 de junho de 2010.

_____. Novos projetos da Petrobras na Bolívia continuam no papel após um ano, 17 de dezembro de 2008.

FOLHA ONLINE. JBS-Friboi descarta entrar em confronto com BRF, 22 de setembro de 2009

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

_____. Bolívia investiga projeto com financiamento do BNDES, 13 de março de 2009.

_____. Vale demite 1.300 funcionários e 5.500 têm férias coletivas, 3 de dezembro de 2008.

FONTES, S. Odebrecht entra em nova fase nos EUA. **Valor Econômico**, 30 de agosto de 2010.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo.** Teoria e história. Rio de Janeiro, EPSJV, UFRJ, 2010.

FOSTER, John Bellamy. O redescobrimento do imperialismo. In: BORON; AMADEO; GONZALES (orgs.). **A teoria marxista hoje**. São Paulo: Editora Expressão Popular; Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FREITAS BARBOSA, A. Brasil e África: outro horizonte. **Valor Econômico**, 07 de dezembro de 2010.

_____. O Brazil, na visão da revista inglesa 'The Economist'. **Valor Econômico**, 11 de fevereiro de 2010.

FUNDACAO DOM CABRAL. A decolagem das multinacionais brasileiras. *Press Release*, acessado em www.fdc.org.br.

FUSER, Igor. A (des)integração energética na América do Sul: uma crítica ao brasil-centrismo. GEPAL, Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Imperialismo, Nacionalismo e Militarismo no século XXI. 14-17 de setembro de 2010, Londrina, UEL.

FUZO, A. Equador anuncia auditoria em contratos de petróleo. **Valor Econômico**, 08 de outubro de 2007.

_____. Lula cancela missão e mostra insatisfação com governo equatoriano, **Valor Online**,9 de outubro de 2008.

GALVAO, A. Mantega tem novo assessor na área internacional. **Valor Econômico**, 19 de setembro de 2006.

GARCIA, M. O que faz o BNDES?. **Valor Econômico,** 08 de julho de 2011.

GARCIA, Marco Aurélio. Mundo enfrenta uma crise de liderança muito grande. **IPEA, Desafios do Desenvolvimento,** janeiro/fevereiro 2010, p. 18 (entrevista).

GILPIN, R. **O desafio do capitalismo global**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2004.

_____. **War and change in world politics**. Cambridge University Press, 1981.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

_____. **U.S. Power and Multinational Corporations**. New York: Basic Books, 1975.

GODEIRO, N; MOURA, E.; SOARES, P.; VIERIA, V. **Vale do Rio Doce. Nem tudo que reluz é ouro**: da privatização à luta pela reestatização. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

GOES, F. BNDES troca emissões de bônus por empréstimos. **Valor Econômico**, 6 de outubro de 2011.

_____. BNDES liberará este ano só 21% do capital para obras na América do Sul. **Valor Econômico,** 04 de maio de 2005.

_____. Odebrecht evita comentar se negociará resgate de brasileiro. **Valor Econômico**, 24 de janeiro 2005.

GOES; LANDIM. Brasil desiste de ajudar sócios menores do Mercosul. **Valor Econômico**, 19 de janeiro de 2007.

GOLDSTEIN, A. **Multinational companies from emerging economies**. Composition, conceptualization and direction in the global economy. London: Palgrave Macmillan, 2007.

GOMES BASTISTA. País vai liberar recursos para o Paraguai. **Valor Econômico**, 27 de agosto de 2004.

GOULART, J. Eletrobras e Suez estudam parcerias no exterior. **Valor Econômico**, 03 de setembro de 2010.

GRABOIS, A. P. Petrobras não perde dinheiro em acordo com Bolívia, diz Gabrielle. **Valor Econômico**, 31 de outubro de 2006.

_____. Pela integração, Brasil deve ser tolerante com vizinhos, avalia economista. **Valor Econômico**, 16 de junho de 2009.

GRAMSCI. **Selections from the Prison's Notebooks.** Edited and translated by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers, 2008 (1971).

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

_____. **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

_____. In what ways is the 'new imperialism' really new? *Historical Materialism* 15 (2007) 57–70.

HERNANDES, R. Nossas campeãs mundiais. **Revista Retrato do Brasil**, nº 30, janeiro, 2010.

HOBSON, J. A.: **Imperialism. A Study**. Ann Arbor Paperbacks, The University of Michigan Press, 1964.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

HOLLANDA, D. BNDES cria departamento para apoiar integração sul-americana. **Valor Econômico**, 8 de agosto de 2003.

_____. BNDES precisa de recursos entre R$ 5 bi e R$ 15 bi, diz Furlan. **Valor Econômico**, 02 de outubro de 2003.

_____. Fundos do BNDES também cobrirá projetos de infraestrutura na Argentina. **Valor Econômico**, 6 de maio de 2003.

HURREL, A. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual o espaço para potências emergentes?. In: HURREL et.al. **Os BRICs e a ordem global.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

IGLESIAS, Roberto M.; MOTTA VEIGA, Pedro. **Promoção de exportações via internacionalização de firmas com capital brasileiro**, 2002, p. 369. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_desafio/Relatorio-09.pdf (acesso setembro 2011).

IKENBERRY, J.; WRIGHT, T. Rising powers and global institutions. A century foundation report. *The Century Foundation,* New York, 2008.

IKENBERRY, John. **After victory**. Institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars. Princeton University Press, 2001a.

_____. Getting hegemony right. *The National Interest* 63, pgs. 17-24, Spring 2001b.

JESSOP, Bob. **State power**. Cambridge: Polity Press, 2008.

_____. A globalização e o Estado nacional. *Crítica Marxista*, v. 1, n˚ 7, p. 9-45, 1998. Disponível em http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica7_02.

JUNIOR, C. Coutinho defende a criação de grandes grupos nacionais. **Folha online**, 29 de abril de 2008.

_____. Eletrobras exigirá mais garantias em parcerias na América do Sul. **Folha Online**, 09 de dezembro de 2008.

JUNQUEIRA, C. Após décadas de afastamento, Iraque e Brasil buscam negócios, **Valor Econômico**, 3 de novembro de 2011.

KATZ, Claudio. El peculiar ascenso de Brasil. *Rebelión*, 19 de enero de 2010. Disponível em http://www.rebelion.org/noticias/2010/1/98699.pdf.

KEOHANE, Robert. **Instituciones internacionales y poder estatal**. Ensayos sobre teoria de las relaciones internacionales. Grupo Editor

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Latinoamericano, colección Estúdios Internacionales, 1993.

KINDLEBERGER, Charles: **The world depression**, 1929-1939. University of Califórnia Press, 1973.

KPMG. **Pesquisa de Fusões e Aquisições 2010**, 3° trimestre. Disponível em: http://www.kpmg.com/BR/PT/Estudos_Analises/artigosepublicacoes/Documents/.

LAMUCCI, S. Para BNDES, momento é bom para aquisições no exterior. **Valor Econômico**, 5 de novembro de 2009.

LANDIM, R. Itamaraty e empresários divergem sobre prioridade na relação com América do Sul. **Valor Econômico,** 29 de fevereiro de 2008.

LANDIVAR, N. Os padrões de comportamento das 'transbrasileiras' no Equador: extraterritorializando a responsabilidade do Estado brasileiro. In: IRLS et.al. **Transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

LAPPER, R. Brasil acelera investimento na África. **Uol**, 10 de fevereiro de 2010. Disponível em http://noticias.bol.uol.com.br/internacional/2010/02/10/brasil-acelera-investimento-na-africa.jhtm.

LARA, J. F. Biocombustibles sobresalen en visita de Lula a Costa Rica. **La Nación**, 03 de junho de 2009. Disponível em http://wvw.nacion.com/ln_ee/2009/junio/03/pais1984268.html.

LAZZARINI, Sérgio: **Capitalismo de laços:** os donos do Brasil e suas conexões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LENIN, V.I. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

LEO, Sergio. TARSO LYRA, P. Argentina propõe parceria na área de energia. **Valor Econômico**, 20 de novembro de 2007.

LEO, S. País elabora estratégia para se tornar mais competitivo na África, **Valor Econômico**, 8 de novembro de 2011.

_____. UE quer participação do Brasil na reconstrução da Líbia, **Valor Econômico**, 3 de novembro de 2011.

_____. Líbios prometem ao Brasil honrar negócios de US$ 5 bilhões. **Valor Econômico**, 24 de agosto de 2011.

_____. Por que ajudar os vizinhos, **Valor Econômico**, 30 de maio de 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

_____. Fortalecer Mercosul é prioridade, diz Amorin. **Valor Econômico,** 08 de setembro de 2010.

_____. Está na hora de o Mercosul ter metas, diz Celso Amorim. **Valor Econômico**, 09 de agosto de 2010.

_____. Para indústria paulista, prioridade deve ser acordo com México. **Valor Econômico**, 21 de julho de 2010.

_____. Problemas no comércio Venezuela-Brasil, **Valor Econômico**, 19 de julho de 2010.

_____. Jordânia é vista como vitrine a grupos do país no Oriente Médio. **Valor Econômico**, 19 de março de 2010.

_____. Lula faz visita política ao Oriente Médio, **Valor Econômico** 12 de março de 2010.

_____. A política externa do PT e a do governo, **Valor Econômico**, 08 de fevereiro de 2010.

_____. Brasil estuda apoio a sócios menores do Mercosul. **Valor Econômico**, 19 de junho de 2006.

_____. Bolívia nacionaliza gás, ocupa instalações e eleva crise com Brasil. **Valor Econômico**, 2 de maio de 2006.

_____. Lula faz visita política ao Oriente Médio. **Valor Econômico**,12 de março de 2010.

_____. Diretor de Itaipu admite discutir tarifas da empresa. **Valor Econômico**, 07 de maio de 2008.

_____. Em meio a incertezas, ministros decidem objetivos do Banco do Sul. **Valor Econômico**, 08 de outubro de 2007.

_____. Lula faz reunião para identificar "gargalos" na América do Sul. **Valor Econômico**, 11 de outubro de 2007.

_____. Banco do Brasil e BNDES terão escritórios no Uruguai. **Valor Econômico**, 18 de dezembro de 2007.

_____. Lula pede a Camarões para contratar empresas brasileiras. **Valor Econômico,** 11 de abril de 2005.

_____. Lula pede perdão para reforçar opção pela África. **Valor Econômico**, 15 de abril de 2005.

_____. Missão chinesa chega para negociar produtos de varejo. **Valor Econômico**, 12 de maio de 2004.

LEOPOLDO, R. BNDES já empresta três vezes mais que o Banco Mundial. **Estado de São Paulo**, 10 de março de 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

LEROY, Jean Pierre; MALERBA, Julianna (orgs). **Petrobras: ¿Integración o explotación?** FASE /Projeto Brasil Sustentável e Democrático, Rio de Janeiro, 2005.

LESSA, Carlos. Petrobras e a nação brasileira. **Valor Econômico,** 01 de fevereiro 2010.

_____. Empresa privada e o Projeto Nacional. **Valor Econômico**, 22/12/2010.

LIMA, A. Bradesco e BB põem o pé na África. **Valor Econômico**, 10 de agosto de 2010.

LIMA, Maria R. S.; SANTOS, Fabiano. A encruzilhada da oposição no debate da política externa. **Valor Econômico**, 05/04/2010.

LIMA, Maria R.S. ; HIRST, M. Brasil como país intermediário e poder regional. IN: HURREL et.al. **Brics e a ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LIRA, P. T.; SCHUFFNER, C. Alta do gás pode custar US$400 milhões à Petrobras. **Valor Econômico**, 9 de maio de 2006.

LOBATO, P.H. Camponeses lutam para evitar hidrelétricas na região de Cajamarca, Peru. **Estado de Minas**, 07 de agosto de 2011.

LUCCHESI, C. P. BEI planeja realizar empréstimos em reais no país pela primeira vez. **Valor Econômico**, 15 de março de 2010.

_____. BNDES capta US$ 1 bilhão; Daycoval lança eurobônus. **Valor Econômico**, 29 de maio de 2008.

LUCE, Mathias. El subimperialismo brasileno en Bolívia y América Latina. Disponível em http://www.fobomade.org.bo/art-1310 (acesso 29 de agosto de 2011).

_____. A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria. 2011. 225 f. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LUDENSTAD, Geir. Empire by invitation? The United States and Western Europe, 1945-1952. *Journal of Peace Research*, Vol. 23, Nr. 3, Sept. 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MALERBA, J. Yasuní cinco anos depois: contribuições e desafios para o controle social e normativo sobre as empresas transnacionais brasileiras. IN: IRLS et. al. (org.). **Transnacionais Brasileiras na**

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

América Latina: um debate necessário. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MALERBA.J. ; RODRIGUEZ, M. H. Extraterritorialidad y derechos humanos: el doble estándard de Petrobras en Yasuní (Ecuador). IN: MALERBA; LEROY (org.). **Petrobras, integracion o explotacion?** FASE, Rio de Janeiro, 2005.

MALTA, C. China é um shopping para realização de bons negócios, diz Lula, **Valor Econômico**, 25 de maio de 2004.

_____. Brasil deve bater recorde em fusões e aquisições. **Valor Econômico**, 6 de outubro de 2011.

MANDEL, Ernst. International capitalism and supra-nationality. *Socialist Register* 1967. Disponível em http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5368/2268.

MANDL, C. Em Londres, Lula e empresários vão mostrar vantagem de se investir no Brasil. **Valor Econômico**, 03 de novembro de 2009.

MARCILIO, R. De presas a predadores. **Valor Econômico**, 12 de julho de 2010.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRANSPADINI; STEDILE (org.): **Ruy Mauro Marini. Vida e Obra**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

_____. La acumulacion capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos,* n. 12. Mexico: Ediciones Era, 1977. Disponível em www.marini-escritos.unam.mx .

MARREIRO, F. Em clima eleitoral, Peru lança PAC e beneficia brasileiros. **Folha Online**, 03 de abril de 2011.

MARX, Karl. **Capital. Volume I**. London: Pinguin Classics, 1990.

MATEOS, S.B. Cooperação internacional. Ajuda ao próximo e ao distante. **IPEA, Desafios do Desenvolvimento**, ano 8, nr. 65, 2011.

MATHEWS, R. G. Demanda chinesa de aço sustenta aumentos de preço. The Wall Street Jounal em **Valor Econômico**, 11 de janeiro de 2010.

MAZZOLA; OLIVEIRA JUNIOR; GIAO. Conhecimento compartilhado na internacionalização de serviços de engenharia. IN: em OLIVEIRA JR et. al. (org.) **Multinacionais brasileiras: internacionalização, inovação e estratégia global**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MEIMAN, K. Brasil-EUA: mais do que mil palavras. **Valor Econômico**, 26 de novembro de 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

MELLO, P.C. Presença de empreiteiras se multiplica no exterior. **Folha de São Paulo**, 18 de setembro de 2011.

MEMORANDUM on Cooperation among Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES and China Development Bank Corportion and Export - Import Bank of India and State Corporation Bank for Development and Foreign Economic Affairs (Venesheconombank), 15 de abril de 2011, disponível em http://www.itamaraty.gov.br.

MERCADANTE, A. Brasil, quinta economia do mundial? **Folha de São Paulo**, 28 de dezembro de 2009.

MINEIRO, A. Desenvolvimento e inserção externa: algumas considerações sobre o período 2003-2009 no Brasil. IN: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MINISTERIO DE RELACOES EXTERIORES (MRE). **Balanço da Política Externa 2003-2010**. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso em janeiro de 2011).

_____. **Situação na Bolívia**. Nota à imprensa nr. 345 de 26 de setembro de 2011. Disponível em www.itamaraty.gov.br.

_____. **Cooperação entre o Itamaraty e o BNDES para a Promoção dos Biocombustíveis em Países em Desenvolvimento**. Nota nº 61, 17 de fevereiro de 2011. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Atos assinados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad** - Brasília, 3 de novembro de 2009. Nota à imprensa 602, disponível em www.itamaraty.gov.br (acesso novembro de 2010).

_____. **Visita ao Brasil do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe** -São Paulo, 19 de outubro de 2009 - Comunicado Conjunto. Nota a imprensa 524, em www.itamaraty.gov.br(acesso novembro de 2010).

_____. **Visita ao Brasil da Presidente do Chile, Michelle Bachelet** - São Paulo, 30 de julho de 2009 - Comunicado Conjunto. Nota a imprensa 359 em www.itamaraty.gov.br(acesso novembro de 2010).

_____. **Visita ao Brasil da Secretária das Relações Exteriores do México, Patricia Espinosa Cantellano** - Brasília, 23 de julho de 2009 - Comunicado Conjunto. Nota nº 339. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

_____. **Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia** - Bogotá - Missão empresarial. Nota nº 380, 11 de setembro de 2008. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Vietnã e à Indonésia** - Missão empresarial. Nota nº 363, 08 de julho de 2008. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____ _____. **Visita do Ministro Celso Amorim ao Vietnã e a Cingapura**. Nota nº 82, 22 de fevereiro de 2008. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Comunicado conjunto da visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores de Honduras, Milton Jiménez Puerto** - Brasília, 9 de janeiro de 2008. Nota nº 08, 09 de janeiro de 2008. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita de Estado ao México do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva** - Comunicado Conjunto. Nota nº 360, , 06 de agosto de 2007. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita de Estado do Presidente do Benin, Senhor Thomaz Boni Yayi**, 14 a 17 de agosto de 2007. Nota nº 376, 14 de agosto de 2007. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Bolívia** - La Paz, 17 de dezembro de 2007 - Declaração Conjunta. Nota nº 621. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Honduras** - Comunicado Conjunto. Nota nº 364, 07 de agosto de 2007. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Atos assinados por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Nicarágua** - 7 e 8 de agosto de 2007. Nota nº 368, 09 de agosto de 2007. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

___ _____. **Visita Oficial do Ministro de Relações Exteriores de El Salvador, Francisco Esteban Laínez Rivas, ao Brasil** - Comunicado Conjunto. Nota nº 338, 24 de julho de 2007. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

_____. **Visita de Estado ao Brasil do Presidente da República Dominicana, Leonel Fernández** - Comunicado Conjunto. Nota nº 291, 20 de junho de 2007. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____ _____. **Visita de Estado ao Brasil do Presidente do Equador, Rafael Correa Delgado** - Comunicado Conjunto. Nota nº 152, 05 de abril de 2007. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Argélia** - Comunicado Conjunto. Nota nº 97, 09 de fevereiro de 2006. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Acordos firmados entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo**. Nota nº 447, 06 de setembro de 2005. Disponível http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita Oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guatemala** (12 de setembro de 2005) - Declaração Conjunta. Nota nº 469, 13 de setembro de 2005. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Missão aos Emirados Árabes Unidos e à Arábia Saudita**. Nota nº 596, 17 de novembro de 2005. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Comunicado Conjunto da visita oficial ao Brasil do Senhor Fradique Bandeira Melo de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe**. Nota nº 411, , 19 de agosto de 2005. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita ao Brasil do Presidente da República de Botsuana, Festus Gontebanye Mogae**. Nota nº 357, 23 de julho de 2005. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita do Ministro Celso Amorim a Luanda, Angola, por ocasião da X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Nota nº 352, 18 de julho de 2005. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita oficial do Presidente da República do Congo ao Brasil**. Nota nº 300, 10 de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

junho de 2005. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita do Ministro Celso Amorim à República Dominicana**. Nota nº 279, 06 de junho de 2005. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita de Estado do Presidente da República Oriental do Uruguai, Tabaré Vázquez, à República Federativa do Brasil** - Comunicado Conjunto. Nota nº 140, 01 de abril de 2005. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____ _____. **Visita do Ministro Celso Amorim a Trinidad e Tobago** (Comunicado Conjunto). Nota nº 15, 13 de janeiro 2005. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Viagem do Ministro Celso Amorim a Países Africanos**. Nota nº 14, 13 de janeiro de 2005. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita ao Brasil do Rei do Marrocos, Mohammed VI** - 26 de novembro de 2004 - Comunicado Conjunto. Nota nº 570. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita ao Brasil do Ministro das Finanças da Turquia, Kemal Unakitan**. Nota nº 459, 07 de outubro de 2004. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Encontro dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías** - Comunicado Conjunto. Nota nº 425, 16 de setembro de 2004. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

___ _____. **Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul**. Nota nº 292, 14 de julho de 2004. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China**. Nota nº 213, 24 de maio de 2004. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Comunicado Conjunto do Ministro das Relações Exteriores do Brasil e do Secretário das**

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Relações Exteriores do México. Nota nº 152, 13 de abril de 2004. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Missão Comercial Conjunta do Mercosul ao México**. Nota nº 554, 19 de novembro de 2003. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África**. Nota nº 502, 31 de outubro de 2003. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Comunicado Conjunto à Imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos**. Nota nº 454, 14 de outubro de 2003. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Declaração Conjunta dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina** . Nota nº 463, 16 de outubro de 2003. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Participação Conjunta do Mercosul na Feira ANUGA 2003**. Nota nº 429, 01 de outubro de 2003. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita à Argélia da Ministra de Minas e Energia - Missão empresarial brasileira**. Nota nº 367, 05 de setembro de 2003. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Missão Empresarial Brasileira à Líbia**. Nota nº 256, 30 de junho de 2003. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Visita de Trabalho do Presidente da República Oriental do Uruguai ao Brasil** - Comunicado Conjunto à Imprensa. Nota nº 159, 12 de maio de 2003. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

_____. **Missão Empresarial Brasileira acompanha Ministro Celso Amorim à África do Sul**. Nota nº 148, 05 de maio de 2003. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br (acesso agosto de 2011).

MORAIS SILVA, M; MEDEIROS, B. Soja: a expansão dos negócios. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Fevereiro 2009.

MOREIRA, Assis. Como os chineses venceram a Vale no Gabão. **Valor Econômico**, 8 de setembro de 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

_____. Brasil é o segundo país que mais ganha com mudanças no FMI. **Valor Econômico**, outubro de 2010.

_____. BEI mira o Brasil e empresa 500 milhões ao BNDES, **Valor Econômico**, 17 de fevereiro de 2010.

_____. Cúpula Brasil-UE deve ignorar acordo com a África para a produção de etanol. **Valor Econômico**, 07 de julho de 2010.

_____. Os riscos da governança global. **Valor Econômico**, 04-06 de junho de 2010.

_____. Emergente investe US$ 1,2 tri no exterior. **Valor Econômico,** 13 de abril de 2010.

_____. Europeu aluga terra para etanol na África, **Valor Online,** 18 de fevereiro de 2010.

_____. Emergentes fecham acordo de corte de tarifas. **Valor Econômico**, 26 de novembro de 2009.

_____. Lula e Cristina Kirchner debatem comércio sem dólar. **Valor Econômico**, 16 de novembro de 2007.

MORENO, L.M. Integração sul-americana volta à agenda. **Valor Econômico**, 16 de maio de 2011.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações.** São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 2003.

MOURA E SOUZA. Nova lei de mineração pode afetar Vale em Moçambique. **Valor Econômico**, 07 de julho de 2011.

_____. Violência ronda empresas brasileiras, mas não inibe investimento no México. **Valor Econômico,** 03 de setembro de 2010.

_____. Braskem hesita em investir na Bolívia. **Valor Econômico**, 09 de dezembro de 2009.

_____. Odebrecht já demitiu quase 3.800 equatorianos. **Valor Econômico**, 24 de novembro de 2008.

MOURA E SOUZA; GOES. Equador questiona dívida de US$ 243 mi com o Brasil. **Valor Econômico**, 21 de novembro de 2008.

MOURA E SOUZA; RITTNER. Peru cancela hidrelétrica da OAS e da Eletrobras. **Valor Econômico**, 15 de junho de 2011.

MPRJ. **Promotores do MPRJ denunciam Companhia Siderúrgica do Atlântico por crimes ambientais**. Disponível em: www.mprj.gov.br (acesso em 3 de dezembro de 2010).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

MURAKAWA, F. Índios declaram guerra à estrada brasileira na Bolívia. **Valor Econômico**, 9 de agosto de 2011.

_____. Lula viaja à Bolívia para interceder junto a Evo. **Valor Econômico**, 29 de agosto de 2011.

MURAKAWA; LEO; SANTOS. Bolívia suspende obra de estrada em meio a grave crise no governo. **Valor Econômico,** 28 de setembro de 2011.

NAKAGAWA, F. BID deve liberar US$ 3 bi para BNDES até o fim do mês, diz Mantega. **Valor Econômico**, 13 de setembro de 2005.

_____. BNDES poderá financiar novos projetos na América do Sul, diz Mantega. **Valor Econômico**, 24 de fevereiro de 2005.

NETTO, Delfim. O Lula mudou o país de forma a salvar o capitalismo. **O Globo**, 20 de setembro de 2009 (entrevista).

NOVOA, L.F. O Brasil e seu ´desbordamento´: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: IRLS et.al. (org.): **Empresas transnacionais brasileiras: um debate necessário**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

O GLOBO. Lula: livre comércio para o G 20, 13 de dezembro de 2003.

ODEBRECHT, Emilio. O Estado e a Economia. **Folha de São Paulo**, 09 de maio de 2010.

OSORIO, Jaime. **Critica a la economía vulgar. Reprodución del capital y dependencia.** Colección América Latina y el Nuevo Orden Mundial. México, Miguel Angel Porrua/AUZ, 2004.

PANITCH, Leo. Giovanni Arrighi in Beijing: an alternatve to capitalism? *Historical Materialism*, Volume 18, Number 1, 2010, 2010.

_____. The new imperial state. *New Left Review* 2, March-April 2000.

_____. Globalization and the state. *Socialist Register* 1994 . Disponível em http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5637 .

PANITCH, L; GINDIN, S. Superintending global capital. *New Left Review* 35, September-October 2005.

_____. Global capitalism and American Empire. *Socialist Register*, London, Merlin Press, 2004.

PATRICK, S. Irresponsable stakeholders? The difficulty of integrating rising powers. *Foreign Affairs*, November/December, 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

PINHEIRO GUIMARAES, S. Brasil no quiere repitir los errores de los imperios. Pagina 12, reproduzida em **El País,** 10 de maio de 2011 (entrevista).

PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004 (coleção Descobrindo o Brasil).

_____. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa contemporânea. *Contexto Internacional*, vol. 22, nr. 2, junho/julho 2000.

PINTO, L. Votorantim e JBS devem ampliar lista de emissores. **Valor Econômico**, 20 de julho de 2010.

PLATAFORMA BNDES. O BNDES é (co)responsável pelos conflitos na Bolívia. Pela suspensão imediata do financiamento à construção da estrada. Nota de 29 de setembro de 2011, disponível em www.plataformabndes.org.br (acesso setembro de 2011).

POULANTZAS, Nicos. **State, power, socialism**. London, New York: Verso, 2000.

_____. **Classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

PRADA, P. Combate à inflação ressalta papel do BNDES na economia, Wall Street Journal Americas em **Valor Econômico**, 13 de junho de 2011.

PURCELL, S. Brasil assume curso independente. **Valor Econômico**, 05 de janeiro de 2010.

PWC. **Fusões e Aquisições no Brasil**. Dezembro de 2010. Disponível em http://www.pwc.com.br/pt/estudos-pesquisas/assets/relatorio-ma-dez2010.pdf .

RAMSEY, J.; BARAKAT, L. **Ranking das Transnacionais Brasileiras 2009**: Investimentos no exterior crescem, apesar da crise mundial. Fundação Dom Cabral, Agosto, 2009. Disponível em http://www.fdc.org.br/pt/pesquisa/internacionalizacao/Paginas/publicacoes.aspx (acesso dezembro de 2010).

RAMSEY, J.; BARAKAT, L.; CRUZ, L.; CRETOIU, S.: **Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010**: Repensando as estratégias globais. Fundação Dom Cabral, Junho, 2010. Disponível em http://www.fdc.org.br/pt/pesquisa/internacionalizacao/Paginas/publicacoes.asx (acesso dezembro de 2010).

REUTERS. BNDES acelera desembolsos para obras na América Latina. 27 de setembro de 2011, disponível em http://economia.terra.com.br (acesso setembro de 2011).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

_____. Principal candidato do Peru recebe recursos de construtoras brasileiras. **Valor Econômico**, 10 de fevereiro de 2011.

_____. Fusões e aquisições batem recorde, diz KPMG.” **Valor Econômico** de 23 de dezembro de 2010.

RIBEIRO, A. Eletrobras será mais ousada nos EUA. **Valor Econômico**, 22 de setembro de 2010.

_____. Greve da Inco vira ícone para sindicalistas. **Valor Econômico**, 1 de julho de 2010.

_____. Greve na Inco está perto do fim. **Valor Econômico**, 1 de julho de 2010.

_____. Vale diz que é vítima de campanha racista e xenófoba. **Valor Econômico**, 1 de julho de 2010.

RIBEIRO, A. Brasil deveria ajudar mais outros países, diz pesquisador. **Valor Econômico,** 25 de junho de 2010.

_____. FMI quer contrapartida cambial dos emergentes. **Valor Econômico**, 08 de outubro de 2010.

_____. Eletrobras será mais ousada nos EUA. **Valor Econômico**, 22 de setembro de 2010.

_____. Emergentes superam países ricos até 2015, diz o Banco Mundial. **Valor Econômico**, 28 de setembro de 2010.

_____. Brasil e EUA farão acordo de cooperação militar. **Valor Econômico**, 07 de abril de 2010.

_____. Equador cobra mais investimentos da Petrobras no país. **Valor Econômico**, 23 de março de 2010.

_____. Brasil quer facilitar comércio com Paraguai. **Valor Econômico**, 21 de maio de 2007.

RIBEIRO, B. Após tratado de livre comércio, missão empresarial brasileira vai a Israel”. **Valor Online**, 19 de dezembro de 2007.

RIBEIRO, I. Camargo Corrêa monta fábrica em Angola. **Valor Econômico**, 29 de julho de 2010.

_____. Gerdau em 10 no ranking mundial. **Valor Econômico**, 01 de julho de 2011.

_____. Grupo Votorantim fará alumínio em Trinindad e Tobago. **Valor Econômico**, 04-06 de dezembro de 2009.

RIBEIRO; FONTES. Internacionalização da CSN sofre novo revés. **Valor Econômico**, 24 de fevereiro de 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

RIBEIRO; FONTES; SCHUFFNER. Vale deve estimular expansão em fertilizantes. **Valor Econômico**, 18 de janeiro de 2010.

RICUPERO, R; BARRETO, F. A importância do investimento direto estrangeiro do Brasil no exterior para o desenvolvimento socioeconômico do país. In: ALMEIDA (org.): **Internacionalização de empresas brasileiras**. Perspectivas e riscos. Rio de Janeiro: Elvesier, 2007.

RITTER, D. Economia uruguaia cresce, mas país teme "Brasildependência". **Valor Econômico**, 25 de julho de 2011.

_____. BB será banco da Vale na Argentina. **Valor Econômico**, 28 de junho de 2011.

_____. Projeto bilionário da Vale na Argentina enfrenta protestos. **Valor Econômico**,13 de abril de 2011

_____. Argentinos ameaçam cassar concessão de mina da Vale. **Valor Econômico**, 13 de abril de 2011.

_____. Odebrecht cresce na Argentina e alcança US$ 3,7 bi em projetos. **Valor Econômico**, 21 de março de 2011.

_____. Mercosul define prazos para eliminar distorções. **Valor Econômico**, 17 de dezembro de 2010.

_____. Bloco quer acordo para proteger empresas. Valor Econômico, 17 de dezembro de 2010.

_____. Empreiteiras ganham mina da Vale. **Valor Econômico**, 10 de setembro de 2010.

_____. Mercosul acaba com cobrança em dobro da TEC. **Valor Econômico**, 03 de agosto de 2010.

_____. Mercosul conclui acordo comercial com Egito. **Valor Econômico**, 03 de agosto de 2010.

_____. Argentina e Brasil acertam parceria na área nuclear. **Valor Econômico**, 04 de agosto de 2010.

_____. Brasil revê projetos de cooperação com Quito, **Valor Econômico**, 26 de novembro de 2008.

_____. Jobim busca apoio para Conselho Sul-Americano de Defesa. **Valor Econômico**, 14 de abril de 2008.

RITTER; MOURA E SOUZA. Peru cancela hidrelétrica da OAS e da Eletrobrás. Vitória da luta indígena. **Valor Econômico**, 15 de junho de 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

ROBINSON, W. Gramsci and globalization: from nation-state to transnational hegemony. In: BIELER/MORTON (ed.). **Images of Gramsci**. London, New York: Routledge/RIPE, 2006.

ROCHA, A. Marfrig busca mais sinergias antes de fechar novas compras. **Valor Econômico**, 01 de setembro de 2010.

ROCHA, J. Apólice protege contra greve no exterior. **Valor Econômico**, 8 de fevereiro de 2010.

_____. BNDES financiará projetos na Argentina, diz Furlan. **Valor Econômico**, 10 de outubro de 2006.

ROCHA; BRAGA; MAGALHAOES. Friboi inicia internacionalização dos frigoríficos de carne bovina. **Valor Econômico**, 31 de agosto de 2005.

RODRIGUES, E. Brasil faz obras nos vizinhos temendo a China. **Folha de São Paulo**, 27 de setembro de 2009.

RODRIGUEZ, A. Lula vai se encontrar com Morales e diz que nacionalização é "inerente à soberania" da Bolívia. **Valor Online**, 2 de maio de 2006.

ROMERO, C. Brasil vai se opor no G-20 à idéia de taxar os fluxos de capital. **Valor Econômico**, 25 de junho de 2010.

_____. Odebrecht vai investir US$ 3,5 bi em petróleo. **Valor Econômico**, 10 de setembro de 2010

_____. Brasil quer ser pólo financeiro regional. **Valor Econômico**, 18 de fevereiro de 2010.

_____. BB fecha compra do Patagonia. **Valor Econômico**, 22 de abril de 2010.

_____. Conflito entre Petrobras e Equador é menor do que aparenta, diz Lula. **Valor Econômico**, 07 de maio de 2008.

_____. BNDES não acredita que outros países seguirão Equador sobre dívida. **Valor Econômico**, 01 de dezembro de 2008.

_____. Brasil quer reduzir desequilíbrios comerciais com países vizinhos. **Valor Econômico**, 14 de dezembro de 2007.

_____. Lula promete investir na Bolívia. Preço do gás será negociado. **Valor Econômico**, 5 de maio de 2006.

_____. Lula diz que Petrobras deve ser mais ambiciosa e crescer no exterior. **Valor Econômico**, 03 de novembro de 2003.

ROSAS, R. Ministério Público abre inquérito sobre BNDES e JBS. **O Globo**, 15 de fevereiro de 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

_____. Petrobras só sai do Equador se for compensada, diz Amorim. **Valor Econômico**, 08 de outubro de 2008.

ROSAS; DURAO. Preço do Minério spot volta a subir. **Valor Econômico**, 21 de julho de 2010.

ROSSI, C. Cúpulas buscam afirmar AL ante os EUA. **Folha de São Paulo**, 16 de dezembro de 2008.

_____. Pivô de crise, Odebrecht saúda cúpula e pede 'integração. **Folha de S. Paulo,** 15 de dezembro de 2008.

_____. Presidente do Paraguai cobra do Brasil ‘soberania energética. **Folha de São Paulo**, 17 de dezembro de 2008

_____. Unasul cria conselho regional de defesa. **Folha de São Paulo**, 17 de dezembro de 2008

SACCOMANDI; LEO. Governo e empresas do Brasil divergem em eleição no Peru. **Valor Econômico**, 01 de junho de 2010.

SAFATLE; ROMERO. Governo quer companhias fortes e globais, diz Dilma. **Valor Econômico**, 24/09/2007.

SANTOS, C. BNDES assinou contrato para obra na Bolívia sem estudo ambiental. **Valor Econômico**, 29 de setembro de 2011.

_____. BNDES libera US$ 1,5 bilhão para Angola. **Valor Econômico**, 10 de junho de 2008.

_____. Brasil estuda perdoar dívida do Congo. **Valor Econômico**, 17 de outubro de 2007.

SANTOS; DURAO. BNDES emprestou menos para múltis na gestão Lessa. **Valor Econômico,** 29 de novembro de 2004.

SARAIVA, Miriam. Brazilian foreign policy towards South America during the Lula Administration: caught between South America and Mercosur. *Revista Brasileira de Política Internacional 53* (special edition), 2010.

SAUVANT, Karl. The rise of TNCs from emerging markets: the issues. In: SAUVANT (ed.). **The rise of transnational corporations from emerging markets**. Threat or opportunity? Cheltenham (UK): Edward Elgar, 2008.

SCAMARUZZO, M. Braskem fecha contrato com a Pemex. **Valor Econômico**, 24 de fevereiro de 2010.

SCANDIZZO; CALDERON. La gris estela de Petrobras en Argentina. In: LEROY; MALERBA (orgs.). **Petrobras: ¿Integración o explotación?** FASE /Projeto Brasil Sustentável e Democrático, Rio de Janeiro, 2005.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

SCHMITZ, G. Mapeando a Cooperação para o Desenvolvimento. **IPEA, Desafios do Desenvolvimento**, Ano 08, nº65, 2011.

SCHUFFNER, C. Petrobras discorda de oferta de indenização do Equador. **Valor Econômico**, 14 de julho de 2011.

SCHUFFNER, C.; LEO, S. Petrobras cede, mas garante remuneração maior e assegura o gás da Bolívia. **Valor Econômico**, 30 de outubro de 2006.

SCHUFFNER; MOURA E SOUZA. Petrobras deixa exploração de petróleo no Equador. **Valor Econômico**, 23 de novembro de 2010.

SCHUMPETER, J. **Imperialism and social classes**. Ohio: Meridian book, World Publishing Company, 1966.

SELEMANE, Tomás. **Questões a volta da mineração em Moçambique**. Centro de Integridade Pública, Maputo, 2010. Disponível em: http://www.cip.org.mz/cipdoc/50_Questoes%20a%20volta%20da%20mineracao%20em%20Mo%C3%A7ambique_TS_CIP_2010.pdf (acesso março 2011).

SENNES, R. ; MENDES, R. Políticas públicas e multinacionais brasileiras. In: ALMDEIDA; RAMSEY (orgs.). **A ascensão das multinacionais brasileiras**. O grande salto de pesos-pesados regionais a verdadeiras multinacionais. Rio de Janeiro: Elsevier; Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2009.

SICSU, J.; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que um novo desenvolvimentismo?. *Jornal dos Economistas* nr. 186, Janeiro de 2005.

SILVEIRA, V. Para fortalecer área de defesa, Odebrecht cria nova empresa. **Valor Econômico**, 08-10 de marco de 2011.

SMITH, A. A **Riqueza das Nações**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

SOARES DE LIMA, M. R. Brasil e os polos emergentes de poder mundial: Rússia, Índia, China, África do Sul.. IN: BAUMANN, R (org.). **O Brasil e os demais BRICS**: comércio e política. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

SOMBRA SARAIVA, J. F. The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian atlantic policy. IN: *Revista Brasileira de Política Internacional* 53 (special edition), 169-183 (2010).

STEFANONI, P. O Brasil é ao mesmo tempo imperialismo e motor imprescindível da integração. **Brasil de Fato**, 23 de dezembro de 2010 (entrevista).

TAUTZ, C.; SISTON, F. LOPES PINTO, J. R.; BADIN, L. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: **Os**

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

anos Lula: contribuições para um balanço crítico: 2003-2010. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

TAVARES, Márcia. **Investimentos brasileiros no exterior**: panoramas e considerações sobre políticas públicas. CEPAL, Serie Desarollo Productivo 172, 2006.

TAVARES, Márcia; FERRAZ, João Carlos. Translatinas: quem são, por onde avançam e que desafios enfrentam? IN: FREURY; FLERUY. **Internacionalização e os países emergentes**. São Paulo: Atlas, 2007.

TAVARES; ALMEIDA; NOGUEIRA; BALBI. Com acordos, obras e usina e porto podem voltar. **O Globo**, 1 de abril de 2011.

TEIXEIRA, A. Angola deve US$ 2 bi a empreiteiras. **Valor Econômico,** 23-25 de outubro de 2009.

TEIXEIRA, F. Camargo amplia negócios na África. **Valor Econômico**, 14 de junho de 2010.

_____. Camargo Corrêa leva contrato de US$ 2,2 bi na Venezuela. **Valor Econômico**, 25 de agosto de 2010.

THE ECONOMIST. Brazil's Aid Programme. Speak softly and carry a blank cheque, July 15th 2010.

_____. Brazil takes off, November 14th-20th 2009, p. 3-18 (reportagem especial).

TOLEDO, R.G. Brasil: dentro da nova ordem mundial. **Brasil de Fato**, 07-13 de janeiro de 2010.

TORREZ GONZALES, G. Pressão pela força. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Fevereiro 2009.

TRASPANDINI, R; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini**. Vida e Obra. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

TRAVAGLINI, F. Caixa capta fundo no exterior. **Valor Econômico**, 27 de maio de 2010.

UCHOAS, L. Desenvolvimento assim não Vale. **Brasil de Fato**, 22-28 de abril de 2010.

_____. Quem ganha com a expansão da transnacional brasileira? **Brasil de Fato**, 22-28 de abril de 2010.

_____. Imperialismo brasileiro: Vale explora trabalhadores no Canadá. **Brasil de Fato**, 27 de agosto a 2 de setembro de 2009.

UNCTAD. **Informe sobre inversions extranjeras en el mundo 2011**. Formas no accionariales de producción internacional y desarollo, p. 1,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

disponível em http://www.unctad-docs.org/files/UNCTAD-WIR2011-Overview-es.pdfm (acesso agosto de 2011).

_____. **World Investment Report 2011,** figura 1.9, p. 9, disponível em http://www.unctad-docs.org/files/UNCTAD-WIR2011-Full-en.pdf .

_____. **Informe sobre las invesiones en el mundo 2006**. La inversión extranjera directa de los paises en desarrollo y economias en transición: consecuencias para el desarrollo. p. 22, disponível em http://www.unctad.org/en/docs/wir2006_en.pdf (acesso agosto de 2011).

UOL. Empresários brasileiros exploram oportunidades de investimento em Honduras, 04 de junho de 2006.

_____. Fusões e Aquisições bateram recorde histórico em 2010, publico em 24 de dezembro de 2010 em http://www2.uol.com.br/canalexecutivo/notas101/2412201013 .

USW. Membros do USW ratificam acordo coletivo de 5 anos com a Vale. Press Release de 8 de julho de 2010, disponível em www.fairdealnow.ca .

VALENTI, G. BNDES terá 35% da JBS após trocar debêntures. **Valor Econômico**, 19 de maio de 2011.

VALOR ECONOMICO. Braskem avança nos EUA e México, 28 de junho de 2011.

_____. Para Amorim, é possível para empresas brasileiras aumentar negócios com Irã, 13 de abril de 2010.

_____. Marfrig usará Keystone para crescer na Ásia**,** 17 de junho de 2010.

_____. Braskem busca expansão nos EUA, 25 de maio de 2010.

_____. Novas regras no Equador podem inviabilizar negócios da Petrobras, 29 de junho de 2010.

_____. Nova missão quer fechar acordo com Angola, 10 de novembro de 2009.

_____. Itaú vai comprar o BankBoston também no Chile e Uruguai, 03 de agosto de 2006.

_____. Odebrecht vai reparar danos do Katrina , 22 de fevereiro de 2006.

_____. Bolívia diz que fixará novo preço para seu gás, 2 de fevereiro de 2006.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

_____. Andrade Gutierrez faz primeira obra na Espanha e cobiça Argélia, 23 de dezembro de 2005.

_____. Petrobras usará recursos do BNDES e fundo argentino em novo gasoduto, 22 de setembro de 2004.

_____. Brasil, África e Índia criam conselho empresarial, 08 de março de 2004.

_____. BNDES dará prioridade à área de infra-estrutura neste ano, 16 de janeiro de 2004.

_____. Diplomacia e mais comércio com os árabes pautam a viagem de Lula, 3 de dezembro de 2003.

_____. Aproximação comercial do Brasil com Cuba ganha impulso, 29 de setembro de 2003.

_____. Empresas precisam abrir filiais no exterior, diz Furlan, 29 de maio de 2003.

_____. Exportação de serviços pode ter apoio do BNDES, 20 de agosto de 2003.

_____. BNDES cria fundo p/ financiar comércio entre Brasil e Argentina, 06 de maio de 2003.

_____. Lula diz que aprendeu com Kadafi e convida Líbia a investir no Brasil, 11 de dezembro de 2003.

_____. Lula promete abrir mercado a Angola, 04 de novembro de 2003.

_____. **Revista Multinacionais Brasileiras**, ano 4, número 4, setembro de 2011.

_____. **Revista Multinacionais Brasileiras**, setembro 2010.

_____. **Revista Multinacionais Brasileiras**, outubro 2009.

_____. **Revista Multinacionais Brasileiras**, 2008.

VALOR ONLINE. JBS corrige foco para crescer na Argentina, 04 de julho de 2011.

_____. Etanol embala retomada sucroalcooleira, 18 de fevereiro de 2010.

_____. Mantega diz que fundo terá entre US$ 10 bi e US$ 20 bi e confirma subsidiária do BNDES no exterior. **Valor Econômico**, 07 de maio de 2008.

_____. Correa acusa a Odebrecht de corruptora, 27 de novembro de 2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

_____. BNDES concederá US$ 89,5 milhões a quatro empresas exportadoras, 23 de maio de 2006.

_____. BNDESPar investirá R$ 60 mi em exportador de pescados e, em troca, ficará com 33% da empresa, 03 de fevereiro de 2006.

_____. Petrobras fecha contrato de exploração de óleo e gás com a Líbia, 15 de março de 2005.

_____. BNDES libera US$ 300 milhões para financiar exportações de 8 empresas, 04 de novembro de 2003.

_____. Jornal diz que BNDES deve emprestar US$ 1 bi à Argentina para exportação, 06 de maio de 2003.

_____. Lula quer que empresários façam mais investimento no exterior,11 de julho de 2003.

VAN DER PILJ, K. Transnational class formation and state forms. In: GILL; MITTELMAN (ed.). **Innovation and transformation in international studies**. Cambridge University Press, 1997.

VERDRUN, R. Obras de infra-estrutura no contexto da integração Sul-Americana. In: VERDRUN et.al. (org**.). Integração, usinas hidroelétricas e impactos sócio-ambientais**. Brasília: INESC, 2007.

VIALLI, A. Brasil tem 14 grupos na lista de multis emergentes. **Estado de São Paulo**, 29 de janeiro de 2009.

VIGENANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, vol. 29, nr. 2, julho-julho 2007, pp. 273-335.

VIZIA, B.; COSTA, G. O tempo do BRIC. **IPEA, Revista Desenvolvimento**, março/abril de 2010.

WALLERSTEIN, I. Mudando a geopolítica do mundo: 1945-2025. In: SADER; SANTOS (coord.), MARTINS; VALENCIA (org.). **A América Latina e os desafios da globalização.** Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.

_____. The Three Instances of Hegemony in the History of the Capitalist World-Economy. In: AKAHA, T.; STILES, K.W. (eds.): **International Political Economy**. A reader. Harper Collins. New York, 1991.

_____. The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis. *Comparative studies in society and history*, vol. 16, nr. 4, Sept. 1974, pp. 387-415.

WATANABE, M. Com acordos, El Salvador quer atrair investimentos brasileiros. **Valor Econômico**, 10 de agosto de 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

WHITE, L. Understanding Brazil's new drive for Africa. *South African Journal of International Affairs*, vol. 17, No. 2, August 2010.

WILSON, D.; PURUSHOTHAMAN, R. Dreaming with BRICs: The path to 2050. *Goldan Sachs Global Economics*, paper nr. 99, 1st October 2003.

WOOD, Ellen M. **Empire of capital.** 2nd ed. New York: Verso, 2005.

_____. Globalization and the state: where is the power of capital? In: SAAD-FILHO (ed.): **Anti-capitalism, a marxist introduction**. London, Pluto, 2003.

_____. **The origens of capitalism**. London, New York: Verso, 2002.

_____. **Democracy against capitalism**. Renewing historical materialism. Cambridge University Press, 1995.

ZANATA, M. Brasil quer convencer banco privado a operar com o Irã. **Valor Econômico**, 08 de setembro de 2010.

_____. Embrapa terá operações na Venezuela. **Valor Econômico**, 13 de dezembro de 2007.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Tabela 1. Brasil - África: relações políticas e empresariais (2003-2010)

Linhas gerais da política externa entre 2003-2010	**Região ou país**	**Medidas de política externa** **e/ou atuação de entidades públicas brasileiras**	**Envolvimento de empresas e setores empresariais brasileiros** **e/ou medidas de cooperação técnica**	**Financiamento**	**Conflitos socioambientais e/ou trabalhistas locais**	**Conflitos com governos locais**
Segundo o Ministério de Relações Exteriores, a aproximação com a África foi uma das principais vertentes da política externa brasileira desde 2003, e se coaduna com a prioridade conferida ao Sul pela ação diplomática do Governo. O Brasil	Regional	Viagem do Presidente Lula a São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul (2003) O Presidente Lula declarou como objetivo da viagem o estreitamento das relações com a África, constituindo para o Brasil uma obrigação política,		Lula prometeu incentivar, por meio do BNDES, as exportações dos países africanos para o Brasil e o financiamento de empresas brasileiras que queiram exportar e investir na África. O Brasil demonstrou o objetivo de estimular o desenvolvimento africano através do		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

engendrou esforços pioneiros em matéria de concertação político-diplomática, investimentos diretos e cooperação técnica. "Trata-se de política solidária e humanista, que almeja reduzir assimetrias, promover o desenvolvimento e combater a pobreza. Há, no entanto, ganhos concretos auferidos pelo Brasil em seu relacionamento com a África: o acesso a novos		moral e histórica. Cerca de 40 acordos de cooperação foram assinados durante a viagem. Na África da Sul, acordo de cooperação científica e tecnológica e de bitributação.		fortalecimento da cooperação Sul-Sul com o aumento do financiamento internacional.		
		Viagem do presidente Lula a Cabo Verde, Guiné Equatorial, Tanzânia e Quênia. (Julho, 2010)	- Viagem acompanhada de empresários do ramo de combustíveis, produtos farmacêuticos, carros, tratores e outros industrializados. - Lula informou que pedirá a Petrobras para iniciar conversações com o governo de Cabo Verde A Missão Empresarial ao Sul da África resultou em US$ 115,2 milhões em			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

mercados, vantajosas oportunidades econômicas e maior influencia em foros multilaterais. Ou seja, o engajamento com a África eleva o perfil internacional do Brasil" (Balanço de Política Externa, MRE)			negócios para 93 empresas brasileiras. A comitiva teve reuniões de negócios em Angola, Moçambique e África do Sul com empresários dos segmentos de alimentos e bebidas, agronegócio, casa e construção, indústria automotiva, energia, máquinas e equipamentos, varejo, cosméticos, materiais elétricos e eletroeletrônicos, calçados, defesa, infraestrutura e têxtil.			
		Cooperação técnica para o desenvolvimento do etanol na África	Em 2010, a Embrapa chegou a 22 áreas de cooperação na região para treinamento, assistência técnica e consultoria. A Petrobras e a Eni Spa (Itália) fecharam acordo de cooperação para			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			desenvolver o potencial dos biocombustíveis na África (2007)			
	África subsaariana: Senegal, Nigéria, Guiné-Equatorial e Gana	Eventos de promoção comercial organizados por MRE, APEX, MDIC e CNI (junho 2009)	- "Fórum Brasil-África Subsaariana: Empreendedorismo para o Desenvolvimento", coordenado pelo MRE, facilitando negócios dos setores de agronegócio, biocombustíveis e tecnologia da informação/inclusão digital - "Exposição Brasil Agri-Solutions", organizada pela APEX. Feira dos setores de máquinas e implementos agrícolas, máquinas e			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			equipamentos para biocombustíveis, alimentos industrializados e tecnologia da informação; - Missão Empresarial coordenada pelo MDIC.			
	CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa	5ª Conferência da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) 10ª Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP	Interesse na exploração de petróleo em São Tomé e manganês no Gabão. IV Fórum Empresarial da CPLP			
	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)	Projetos de Cooperação Triangular para Formação de Recursos Humanos dos PALOP e Timor Leste, na Fiocruz		Financiado pela Associação Japonesa de Cooperação Internacional		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		em articulação com a ABC				
	União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA): Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Máli, Níger, Senegal e Togo	Memorando de Entendimento na Área de Biocombustíveis	Prevê estudo de viabilidade para a produção e uso de biocombustíveis nos países que integram a organização	Acordo de cooperação firmado entre Itamaraty e BNDES		
	África do Sul e Angola	Missão empresarial MDIC, APEX, MRE (2010)	Missão acompanhada por 25 empresas dos setores de alimentos e bebidas, casa e móveis, material de construção, máquinas e equipamentos industriais, máquinas agrícolas e serviços			
	Angola e Líbia		Queiroz Galvão: obras de infraestrutura em seis cidades na região da Cirenaica			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

	Angola, Líbia, Namíbia,		Petrobras trabalha com empresas locais e estrangeiras na prospecção em águas profundas e no seguimento de exploração e produção			
	Angola e Namíbia		Consórcio brasileiro Eletrobrás – Furnas - Odebrecht - Engevix assinou contrato para estudo de viabilidade de aproveitamento hidrelétrico em Baynes, no rio Cunene			
	Angola, Moçambique e África do Sul	Missão empresarial organizada pelo MIDIC (2009)	- Missão acompanhada por 93 empresas dos setores de alimentos e bebidas, agronegócio, casa e construção, indústria automotiva, energia, máquinas e equipamentos, varejo, cosméticos, materiais elétricos e eletroeletrônicos,			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			calçados, defesa, infraestrutura e têxtil - Resultou em US$ 115,2 milhões em negócios			
	Cabo Verde, Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria e Camarões	Viagem do Ministro Celso Amorim Diferentes acordos de cooperação nas áreas de saúde, agricultura, educação, comércio	Cabo Verde: assinatura de atos nas áreas de saúde e educação. Guiné-Bissau: ajuste complementar na área de saúde, que prevê, entre outras ações, a distribuição de medicamentos anti-retrovirais genéricos produzidos no Brasil; projeto de apoio ao desenvolvimento agrícola e pecuário da Guiné-Bissau. Senegal: Protocolo de Intenções para a cooperação em matéria de combate biológico à larva do gafanhoto peregrino	Transferência de 500 mil dólares para o Fundo Especial da CPLP, a serem destinados a iniciativas de cooperação para reforma das Forças Armadas bissau-guinenses. Financiamento do Fundo de Combate à Fome e à Pobreza, criado pelo Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Nigéria: cooperação bilateral na área de saúde, agricultura e comércio. Camarões: Reativação da Embaixada do Brasil em Iaundê. Protocolo de Cooperação na área da cacauicultura, com a participação da EMBRAPA; Protocolo de Cooperação na área da saúde, com ênfase no combate à malária, à tuberculose e ao HIV/SIDA; Protocolo de Cooperação Desportiva; e Acordo para a isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço. Em todos os países estão previstos eventos específicos para os empresários que integram a comitiva do Ministro Celso Amorim.			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

	Mali, Guiné Equatorial, Togo	Visita do presidente Lula Visita Celso Amorim e missão empresarial (2009)	- Em Guiné Equatorial, visita acompanhada por empresários brasileiros que querem atuar em obras de infraestrutura para Copa da África 2012, sediada neste país. - Venda de máquinas, equipamentos e produtos industrializados. - Exportação de carne - Em Mali, seminário empresarial bilateral, ajuste complementar na área de rizicultura - Fazenda-modelo de produção de algodão, iniciativa brasileira coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação e pela Embrapa - Em Guiné, seminário empresarial projetos nas áreas de agricultura,			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			esportes e pesca; - Em Togo, ajuste complementar para apoio à formação profissional e tecnológica; - Apoio institucional ao "Institut Togolais de Recherche Agronomique"			
	Marrocos, Gana, Serra Leoa, Sudão, Angola, Moçambique	Cooperação técnica para promoção do etanol	Projetos de cultivo de cana e implementação de indústrias de açúcar e etanol. Empresas de equipamentos para usinas Dedini Indústria de Base e Sermatec Investimentos de US$2 bilhões			
	República Democrática do Congo e Zâmbia		Disputa entre a Vale e a Jinchuan Group (China) pelas minas de cobre e cobalto da Metorex na Republica Democrática			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			do Congo e Zâmbia			
	África do Sul	APEX - Missão Brazil Trade Africa (2009)	34 "trading companies" de sete estados brasileiros, produtos fabricados por 376 indústrias de pequeno porte, e 150 compradores de 11 países africanos. US$ 40 milhões em negócios			
		Visita do Ministro Celso Amorim	Missão Empresarial brasileira composta de grupo de 18 representantes do SEBRAE, ANFAVEA, ABEF/ABIPECS e de diversos setores: aviação (Embraer); indústria automobilística (VW, Ford, GM International); agronegócios (Bunge Alimentos); móveis; máquinas e equipamentos; serviços de engenharia e construção civil (Norberto			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Odebrecht); material de defesa; logística e comercialização de produtos. Foi organizado encontro com autoridades governamentais sul-africanas e representantes de aproximadamente 90 entidades e empresas sul-africanas			
	Angola	Visita do ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior ao presidente de Angola	- Acompanhado de 98 empresários de vários setores.	De 1997 a 2008, créditos brasileiros para Angola foram US$ 3 bilhões.		
		Abertura de Centro de Negócios da APEX (2010)	- Auxílio no processo de internacionalização de empresas brasileiras e a participação destas nos mercados africanos.			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Camargo Correa: construção de fábrica de cimento em Lobito; remodelação do Porto de Luanda e recuperação de mais de 84 km de estradas (investimento total na ordem de US$106 milhões); desenvolve projetos de incorporação imobiliária e de construções e edificações para comércio e residências de alto e médio padrão. - Vale: presente no país desde 2005, atua na produção de cobre, cobalto, níquel, ouro, platinóides e fosfato. Andrade Gutierrez: atua por meio da Zagope – Construções e Engenharia na construção civil Furnas: forte atuação na	Aprovação de crédito oficial brasileiro de US$ 3,5 bilhões, destinado a obras de infraestrutura do projeto de reconstrução nacional do governo angolano, beneficiando especialmente as quatro maiores construtoras brasileiras instaladas em Angola.		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			capacitação da equipe de operação e manutenção da Usina de Capanda e na implantação do seu sistema de transmissão em 220KV e 110KV, destinado a escoar a energia ali gerada. Também está envolvida no acompanhamento das obras de recuperação da Usina Hidrelétrica Biópio Odebrecht : em 1978, inicia participação na construção da hidrelétrica de Capanda, com financiamento dos governos brasileiro (BB) e soviético; hoje, a Odebrecht possui 28 projetos no país, entre aeroportos, estradas, programas de saneamento e condomínios residenciais; tornou-se a maior			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			empresa empregadora do setor privado do país (30 mil funcionários), com atividades que incluem a produção de alimentos e etanol, escritórios, fábricas e supermercados; concluiu o projeto do primeiro centro comercial de Angola, o Belas Shopping (UR$ 35 milhões). Investiram nele a HO Gestão de Investimentos (70%) e a Odebrecht Angola (30%), além de ser a construtora do empreendimento. Acordo para projeto de US$220 milhões, onde a Bioenergy Company of Angola (BIOCOM), de açúcar de cana e produção de etanol, será parceira com as companhias angolanas Sonangol e Damer.			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			EMBRAPA e Odebrecht: Parceria na produção de milho para alimentação animal Petrobras: mantém contratos de exploração e produção através da participação em 6 blocos Offshore e detém, desde 1979, direitos exploratórios no Bloco 2 para exploração e produção de petróleo na Bacia do Baixo Congo, em águas rasas; participa com 30% no Bloco 34, situado em águas profundas e ultraprofundas; forte atuação na formação profissional e treinamento gerencial de mão-de-obra especializada para a indústria do petróleo			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		Visitas do Presidente Lula em novembro de 2003, e em outubro de 2007 Realização da VI Comissão Brasil-Angola, em abril de 2005, em Brasília.		BNDES: A linha inicial de US$ 750 milhões ganhou mais US$ 1 bilhão durante a segunda viagem do presidente Lula.		
			Projeto da Odebrecht (40%) em parceria com as angolanas Damer (40%) e Sonangol, a estatal do petróleo (20%), para construção de uma usina de açúcar às margens do lago da hidrelétrica de Cabinda. Orçado em US$ 260 milhões, estão previstas exportações brasileiras de US$ 150 milhões.	Análise de crédito pelo BNDES um financiamento de US$ 70 milhões		
		Projetos de Cooperação Técnica	Capacitação do Sistema de Saúde de Angola: Com participação do Ministério da Saúde de Angola e da Fiocruz,			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Apoio Técnico para a Implantação e Desenvolvimento do Centro Militar de Higiene e Epidemiologia de Angola: apoiado pelo Ministério da Saúde e pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais Projeto Piloto em Anemia Falciforme: Ministério da Saúde e a Coordenação da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados			
	Argélia	Visita da Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff (2003)	Acompanham a viagem a Petrobrás, Copesul e Braskem (petróleo e gás); Embraer (aviação); Banco do Brasil (finanças); Construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Construcap e Norberto Odebercht (serviços de			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			engenharia/construção civil); Randon (equipamento de transportes/metal-mecânico); Sadia (alimentos); Welser Itage e Avibrás (defesa); Cajugram e Jaciguá (mármores e granitos); Abimo (equipamentos médico-hospitalares); e Associação Brasileira dos Exportadores de Carne ABIEC.			
			Andrade Gutierrez: quatro obras nos setores de transportes e energia; disputa por dois dos três lotes de uma rodovia de 900 quilômetros que vai cruzar a Argélia de leste a oeste (poderá custar até 2 bilhões de euros cada um)			
		Visita do Presidente Lula	Assinatura de quatro acordos bilaterais:			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		(2006)	Acordo Comercial, Acordo sobre Transporte Marítimo, Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura, e Protocolo de Entendimento na Área de Segurança Animal e Vegetal.			
	Benin	Visita do Presidente Thomaz Boni Yayi ao Brasil (2007)	Assinados protocolo de intenções na área de energia, que permitirá a capacitação de oito especialistas do Benin na produção do etanol. Visita à empresa produtora de etanol e almoço com empresários, na sede da FIESP.			
	Botsuana	Visita do Presidente Festus Mogae ao Brasil - Visita à Fundação	Projeto de cooperação na área de saúde, cujo objetivo principal é contribuir para a redução do impacto da epidemia			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		Oswaldo Cruz	de HIV/AIDS em Botsuana			
	Camarões	Visita do Presidente Lula (2005)	Comitiva de 30 empresários Andrade Gutierrez: construção da estrada DschangMelon			
	Congo	Visita do Presidente Lula (2007)	Andrade Gutierrez: estrada na floresta tropical congolesa; perspectiva de contratação de obras para a construção de uma ponte sobre o Rio Congo - Lula assinou acordos de cooperação nas áreas de saúde de cana-de-açúcar e palma, matérias-primas para biocombustíveis	Brasil anuncia o projeto de transformar em linha de financiamento a dívida do Congo com o país (aprox. US$ 360 milhões). O recurso seria usado para compra de bens e serviços de empresas brasileiras.		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		Visita oficial do Presidente Denis Sassou Nguesso ao Brasil (2005)	Reuniões com a Associação Comercial de São Paulo, a Federação de Indústrias do Estado de São Paulo, a Petrobras e a Companhia Vale do Rio Doce.			
			Odebrecht: renovação do porto da Cidade do Djibuti			
	Gana		- Odebrecht construirá usina de etanol - Andrade Gutierrez e Odebrecht: construção do Corredor Rodoviário Oriental (US$ 200 milhões) -Fundo para produção de etanol em cooperação triangular com a Suécia - Abertura de sede da Embrapa na África em parceria com a	BNDES		

			construtora Constran.			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

	Guiné Equatorial	Abertura da embaixada brasileira	Vale compra, por US$ 2,5 bilhões, de 51% da BSG Resources, uma empresa que detém direitos de mineração em Simandu, reserva mineral na Guiné. CSN comprou 16,3% da Riversdale (companhia mineradora australiana, com participação acionária substancial também da indiana Tata Steel). A companhia planeja investir bilhões de dólares na área de Tete. Camargo Correa: construção e operação da Usina Hidroelétrica de Mphanda Nkuwa, fazendo dobrar o volume total de contratos a executar nesse país (US$3,5 bilhões) Petrobras: acordo com a Empresa Nacional de			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Hidrocarbonetos para exploração de petróleo e gás natural, além de pesquisa e produção de bicombustíveis; participa de um bloco de exploração juntamente com a Petronas na foz do rio Zambeze. Andrade Gutierrez: renovação da estrada Kissidougou-Guéckédou-Sérédou			
	Guiné Bissau	Visita do Presidente Lula em abril de 2005 Presidente Lula	Possibilidade de cooperação nas áreas de energia (envolvendo a Petrobras) e agropecuária (Embrapa); transferência			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		anuncia possibilidade de perdão da dívida de US$ 34 milhões (2007)	de experiências do sistema financeiro brasileiro via bancos oficiais (Caixa, Banco do Brasil, BNDES)			
	Mauritânia		Andrade Gutierrez: construção da estrada Rosso-Lexeiba e execução de obras de manutenção e reforço das auto-estradas Nouakchott-Boutilimit e Aleg-Boghé			
	Moçambique		- Vale assinou em 2004 contrato para explorar carvão em Moatize, onde espera-se produzir 11 milhões de toneladas de carvão metalúrgico. Ainda existem negociações pela licença para explorar uma mina de fosfato em Monapo. A Vale Moçambique investiu US$2 mil milhões	Segundo organizações moçambicanas, consta que foram pagos 120 milhões de USD pela concessão de Moatize, mas essa verba nunca foi inscrita no Orçamento do Estado	1313 famílias foram atingidas pelas obras da mina e tiveram que ser removidas. No processo de reassentamento foi tenso e conflituoso. 700 famílias denominadas pela Vale como "rurais" foram transferidas	

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			no projeto, dos quais US$1,7 mil milhões em infra estrutura e o restante em ações complementares, como projetos sociais Consórcio formado pela Odebrecht e Camargo Correa (com participações de 75% e 25%, respectivamente) foi o principal responsável pela execução das obras da fase de implantação, em 2008, para engenharia, fornecimento e construção das instalações da mina de Moatize. Vale também está trabalhando com a Odebrecht para explorar as reservas de carvão, construir uma usina de energia elétrica e		para a localidade de Cateme, muito distante das vilas e centros urbanos onde trabalhavam, piorando suas condições de vida. As casas construídas pela Odebrecht são denunciadas como irregulares e precárias. As terras não são cultiváveis e as casas sofrem graves infiltrações com as chuvas. Algumas famílias se recusaram a mudar-se para lá, aumentando as tensões. As famílias reivindicam indenização, melhores reassentamentos,	

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			infraestrutura ferroviária e portuária para transportar o carvão para os mercados exportadores Odebrecht é construtora de casas para famílias removidas da localização da mina. Cerca de 300 moradias erguidas em terrenos de 600 m²		melhores condições de trabalho e canais de comunicação mais eficazes.	
			Construção do Aeroporto de Nacala	Aprovação, pelo COFIG e CAMEX, de mecanismo de financiamento, no valor de US$ 80 milhões		
		Cooperação técnica	ABC e Fiocruz: construção de planta para produção de drogas genéricas para tratamento de HIV/AIDS	US$23 milhões.		
			- Embrapa: projeto de apoio ao desenvolvimento e	Aprovação de oito projetos de US$ 100 mil cada, a		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			fortalecimento do setor de pesquisa agropecuária; Plataforma de Inovação Agropecuária, desenvolvida em parceria com os EUA; Projeto Pró-Savana, em conjunto com o Japão. Inaugurada no final de 2010, a plataforma é a primeira iniciativa voltada a estimular a pesquisa conjunta com a África.	serem financiados pelo Banco Mundial. O orçamento inicial da plataforma é de US$ 1 milhão.		
	Namíbia		A empresa brasileira HRT-Petroleum inicia atividades de campo no país (2008).			
	Nigéria	Cooperação técnica para promoção do etanol	Consórcio de organizações brasileiras e nigerianas irão construir uma “Cidade do Biocombustível”: 1.000 pessoas em 6.000 mil m2 em um custo de US$100 milhões. Etanol será			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			produzido a partir de cana-de-açúcar e biodiesel de óleo de palma e mamona			
	Quênia	Acordo triangular Brasil-UE-África para produção de etano (2010)	Tecnologia e expertise para produção de biocombustível, a ser produzido no Quênia e Moçambique e exportado para a UE			
	São Tomé e Príncipe	Visita oficial do Presidente Fradique Bandeira Melo de Menezes ao Brasil	O Presidente de São Tomé e Príncipe manifestou desejo de contar com o envolvimento brasileiro em atividades de prospecção petrolífera, tanto na zona de exploração conjunta com a Nigéria quanto na zona econômica exclusiva do país. O Governo de São Tomé e Príncipe se dispôs a intensificar conversações com a EMBRAER, com			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			vista à possível incorporação, à Air São Tomé, de aeronave produzida no Brasil.			
	Senegal	Cooperação técnica	Projeto de US$ 2 bilhões para uma refinaria de petróleo e usina de biocombustível (2009) Rodada de negócios promovida pelo Itamaraty com cerca de 60 empresários, interessados principalmente em comprar máquinas agrícolas			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

	Sudão		Grupo Pinesso (Mato Grosso): plantação de algodão e soja Grupo Irriger de tecnologia agrícola: sistema de irrigação, fazendas de milho, soja, algodão e cana. Procknor Engenharia, empresa de projetos de usinas de açúcar e etanol, fechou um contrato com a gigante sudanesa de Kenana e projetou uma usina de açúcar e álcool a 200 km da capital , Cartum, em 2008, porém o projeto está suspenso devido a instabilidade política no país. A brasileira Dedini foi contratada para construir uma usina de álcool a base de cana-de-açúcar para a Kenana. Foi a primeira usina de etanol			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			do país, equipada com máquinas brasileiras, em junho de 2009. Grupo Sermantec (SP), fabricante de usinas e equipamentos para o setor sucroalcooeiro, autorizado a construir uma usina de álcool e açúcar no valor de U$420 milhões.			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

	Tanzânia	Visita de Lula Abertura da embaixada brasileira Assinatura de acordos de cooperação	- Programas sobre cultivo de mandioca e frutas tropicais - Petrobras assinou com a agência de petróleo da Tanzânia um acordo para desenvolver parcerias na área de biocombustíveis, visando mistura de 9 % etanol à gasolina vendida no país. - O acordo sobre etanol e outros, que dizem respeito à cooperação geral e a projetos de redução de emissões por desmatamento e degradação. - Pedido às autoridades tanzanianas que considerem com atenção os planos da Vale de participar de uma licitação para explorar uma mina de carvão na fronteira entre a Tanzânia			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			e Moçambique, extensão da sua mina em Moatize. Após abertura da embaixada, Petrobras ganha concorrência para concessões de operação. Petrobras, em parceira com a petroleira Ophir: construção de base no porto de Mtwara, o principal da região sul da Tanzânia.			
	Zâmbia		Vale: Projeto de cobre Konkola North, localizado			

			no Cinturão do Cobre, fruto da joint venture com a African Rainbow Minerals (ARM) e conta com investimentos da ordem de US$ 400 milhões.			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Tabela 2. Brasil - América Central e Caribe: relações políticas e empresariais (2003-2010)

Linhas gerais da política externa entre 2003-2010	**País ou região**	**Medidas de política externa e/ou atuação de entidades públicas brasileiras**	**Empreendimentos e projetos envolvendo empresas brasileiras e/ou medidas de cooperação técnica**	**Financiamento**	**Conflitos socioambientais e/ou trabalhistas locais**	**Conflitos com governos locais**
O Brasil aprofundou as relações com os países da América Central e Caribe, liderando, desde 2004, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah). O Brasil é observador junto à Comunidade do Caribe (Caricom). A aproximação é evidenciada também pelas visitas presidenciais, pela abertura de	Honduras, Guatemala, El Salvador, Jamaica, Haiti, República Dominicana e São Cristóvão e Névis	Cooperação técnica	Memorando de Entendimento entre Brasil e Estados Unidos sobre Biocombustíveis			
	Honduras, Jamaica, México, Nicarágua e Panamá.	Visita do Presidente Lula	Acompanhado por um grupo de cerca de 50 empresários (Ocean Air, Brasif, Norbeto Odebrecht, Andrade Gutiérrez, além de estatais, como Petrobras, Embrapa e BNDES, entre outros). Em todos os países			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

embaixadas na totalidade dos países da região, pelo fluxo de missões de cooperação a região (9% das iniciativas brasileiras) e pelo aumento do intercâmbio comercial. A I Cúpula Brasil-Caricom marcou a aceleração do processo de aproximação entre Brasil e aquela Comunidade: Assinatura de 48 diferentes acordos bilaterais impulsionou cooperação mútua em agricultura, saúde, educação, cultura, cooperação técnica, entre outros. O Brasil teve a			visitados aconteceram eventos empresariais que contaram com a participação do presidente na abertura ou encerramento. As empresas brasileiras estão interessadas em investimentos principalmente na área de infraestrutura e de biocombustível. As grandes construtoras têm interesse em participar das licitações para ampliação do Canal do Panamá.			
	Caribe	Cúpula CARICOM 2010	- Cooperação institucional e empresarial no setor de energia	-Brasil se torna membro do Banco Caribenho de Desenvolvimento		
	Costa Rica	Viagem do Presidente Lula	- Anúncio dos objetivos de: ampliar a ajuda brasileira para a produção de etanol a base de cana de açúcar; estimular a participação de empresas brasileiras em obras de infraestrutura e			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

iniciativa de convocar a I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre integração e desenvolvimento. Criou-se depois a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac)[1].			outras áreas de negócios.			
		Programa de Cooperação Brasil – Costa Rica, no marco dos acordos de cooperação técnica	Projeto para obtenção de um Sistema de Operação Comercial para a criação de um Mercado Atacadista de Energia Elétrica (Bolsa de Energia), executado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). -Projeto de Alternativas visando à capacitação de técnicos costarriquenhos a fim de incrementar a produtividade dos cultivos da mandioca e da mamona para a produção de biocombustível (Embrapa e INTA). - Nos projetos de energia há participação da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobras) em parceria com o Instituto			

[1] Ministério de Relações Exteriores: Balanço de Política Externa 2003-2010, disponível em www.mre.gov.br

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Costarriquense de Eletricidade (ICE). Projetos de serviços postais com participação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Implementação projeto na área de tratamento de águas residuais executado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).			
	Cuba	1º Seminário Brasil-Cuba sobre Comércio e Investimentos	Assinatura de contratos do governo do Amazonas com empresas brasileiras e estatais cubanas, para a produção de medicamentos genéricos com tecnologia cubana em Manaus. - Grupo Brasilinvest, construtora Casa Forma (Campinas) e estatal cubana Gran Caribe: projeto de construção de	US$ 200 milhões em análise no BNDES para financiar a exportações de produtos brasileiros e investimentos em Cuba.		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			quatro complexos hoteleiros em Cuba (orçado em US$ 112 milhões). - Fiat brasileira ganhou um contrato para exportar 300 ambulâncias para Cuba. -Projeto de construção de uma usina de álcool combustível avaliada em US$ 20 milhões, com participação da estatal cubana Companhia Energética Santa Eliza.			
		Cooperação técnica	Proposta de Acordo para Cooperação entre Instituto Nacional de Higiene, Epidemiologia e Microbiologia (INHEM) e Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador (INSAT) e Fiocruz/ENSP no campo de pesquisa em questões ambientais e saúde do trabalhador, em especial agrotóxicos, lesão por esforço repetitivo, doenças			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			ocupacionais, ecotoxicologia, contaminação do ambiente urbano.			
			CEMIG, em conjunto com a Consert, Vale Soluções em Energia (VSE) e a Eletrobrás: projeto no setor sucro-energético com o Ministério da Indústria Básica de Cuba.			
			Odebrecht: Construção do Porto de Mariel	BNDES: US$ 680 milhões		
	El Salvador	Acordos de cooperação técnica para a produção de etanol	- Projetos de cooperação assinados entre os presidentes do Brasil e de El Salvador na sede da FIESP em São Paulo			
		Visita do Ministro de Relações Exteriores de El Salvador, Francisco Esteban Laínez Rivas, ao Brasil	Visita à Usina Hidrelétrica de Itaipu - O Ministro Celso Amorim expressou disposição do Brasil em colaborar com obras nas áreas de geração de energia, portos, aeroportos e transporte			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			rodoviário e ferroviário, com participação de empresas brasileiras de construção civil			
			Abertura de escritório regional da EMBRAPA			
			Exportação de quatro aeronaves EMBRAER	Financiamento de US$ 108 milhões		
			Renovação da frota de micro-ônibus e ônibus	Financiamento de US$ 300 milhões		
	Guatemala	Visita do presidente Lula (2005) Acordos de cooperação técnica	- Assinatura do Protocolo de Intenções entre a Guatemala e o Brasil na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível Viabilização do sistema de transporte pré-pago (Transurbano): - Financiamento à exportação de 6 aeronaves Super Tucano da ordem de US$ 117,5 milhões.	Financiamento do BNDES no valor de US$ 448,7 milhões		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

	Haiti	Missão de Paz da ONU liderada pelo Brasil - O país mantém1,3 mil militares no Haiti			Organizações sociais denunciam violações de direitos humanos e abusos dos militares. No Brasil, foi realizada audiência pública pela Comissão de Relações Exteriores do	

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

					Senado para discutir a participação brasileira na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti.	
		Visita do Presidente Lula ao Haiti (2008) Acordos de cooperação técnica	- Construção da hidrelétrica Artibonite -Embrapa: projeto experimental para montar uma estação e um banco de sementes de hortaliças na região de Kenscoff; Programa Estratégico de Cooperação nas Áreas de Segurança Alimentar e Agricultura (dezembro 2008); constituição de uma unidade técnica de validação de espécies desenvolvidas por pesquisadores brasileiros. - Na área de meio ambiente, projetos de			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			manejo e reconstituição da cobertura florestal, devastada por chuvas e furacões. - Na saúde, programa de imunização e atenção básica, com a formação de profissionais e agentes de saúde da família, da gestante e da criança. Construção de 70 cisternas comunitárias para captação e armazenamento de água da chuva.			
	Honduras	Missão Empresarial liderada pelo ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2006)	- 50 empresários e mais de 20 representantes do governo de Brasília			
		Visita do Presidente Lula, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro a	Governo hondurenho apresentou projetos de infraestrutura e operações de exploração petrolífera nos quais há interesse de			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		Honduras (2007)	participação de empresas brasileiras. - O Presidente Zelaya expressou interesse à participação do Brasil, tanto estatal como privada, nos projetos hidroelétricos de Jicatuyo, Los Llanitos e El Tablón.			
		Cooperação técnica	Em 2007 foram fechados oito Acordos de Cooperação, nas áreas de saúde, agropecuária e assistência jurídica. Assinatura de quatro novos Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, contemplando projetos nos setores de saúde, recursos hídricos e cadeias agroalimentares			
			- Convênio entre a Universidade Autônoma de Honduras (UNAH) e a Fiocruz nas áreas de saúde pública e ciências da saúde			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Alstom Brasil: exportação de equipamentos de geração elétrica para o Projeto Hidrelétrico Rio Blanco	Financiamento de US$ 493,4 mil do BNDES		
	México	II Missão Comercial Conjunta do MERCOSUL	Participação de 177 empresas dos quatro países do bloco regional (95 empresas argentinas, 44 empresas brasileiras, 4 empresas paraguaias e 34 empresas uruguaias). Da parte do Brasil, foram representados os setores de alimentos (A1 Negócios Internacionais Ltda., Casadoce Indústria e Comércio de Alimentos, FISPAL, Füller S/A, Parmalat Brasil S/A), automotivo/autopeças (Consórcio Industrial de Peças, DaimlerChrysler do Brasil Ltda., Westaflex Tubos Flexíveis), confecções (Distribuidora Sulamericana, Malharia			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Brandili), construção civil (Camargo Corrêa S/A), equipamento médico-hospitalar (Silimed Silicone Instrumental), móveis (Conectbras, Interglobal Indústria e Comércio), máquinas e equipamentos (EMBRACO, Gaulux, Yoshi), material de construção (Eliane Revestimentos Cerâmicos, Telhas Artesanais M. Vogel), software (RMS Software) e utensílios domésticos (Maynard Comércio Internacional), entre outros.			
		Missão Comercial mexicana ao Brasil	Integrada por mais de 60 empresários, liderada pelo Secretário de Economia do México e pelo Presidente do Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior, Investimento e Tecnologia (COMCE). - Participação do Ministro do Desenvolvimento,			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Indústria e Comércio Exterior do Brasil e de representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e de associações setoriais brasileiras.			
		Visita do presidente Calderón (agosto 09) e da chanceler mexicana Espinosa (julho 09)	Acordos de Cooperação entre APEX e ProMexico; INMETRO e o Centro Nacional de Metrologia do México (CENAM); e entre EMBRAPA e o Instituto Nacional de Investigações Florestais, Agrícolas e Pecuárias do México (INIFAP). - Saudação do Foro Estratégico Empresarial Brasil-México - Plano de Trabalho sobre Biocombustíveis - aprofundamento da cooperação entre a PETROBRAS e a PEMEX - Cooperação técnica nas áreas: geografia e	Acordo de Cooperação entre o BNDES e a Nacional Financiera (NAFIN)		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			estatística, águas, sanidade vegetal, biofertilizantes e sementes, e ofertas de serviços de saúde. - Diálogo entre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Projeto Mesoamérica para integração de infraestrutura, transporte e telecomunicações - Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética: setores de petróleo, gás e biocombustíveis.			
			Acordo Braskem-Pemex para importar 375 mil toneladas de nafta e fornecer 34 mil toneladas de propeno e buteno Os presidentes Lula e Calderón participaram na cerimônia de formalização de contrato			
			Projeto Integral de Infraestrutura para	Financiamento de US$ 394,2 milhões		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Estado de Michoacán	do BNDES		
			Andrade Gutierrez: construção da barragem de Picachos	US$ 80 milhões		
	Nicarágua	Visita do Presidente Lula (2007) Cooperação técnica	- Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e o Ministério de Fomento, Indústria e Comércio da Nicarágua na Área de Cooperação Tecnológica Empresarial, Comércio e Investimentos. - Acordos e memorandos nas áreas de turismo e desenvolvimento agrário, setor postal, educação, saúde e na área florestal			
			Eletrobrás–Queiroz Galvão: projeto Tumarín, localizado no Rio Grande de Matagalpa	Financiamento do BNDES de US$ 342 milhões		
	República	Visita do Ministro	Acompanhado de missão	Desde 2003, quase		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

	Dominicana	Celso Amorim (2005)	empresarial com interesse nas áreas de infraestrutura, petróleo, etanol e transportes	US$ 1 bilhão em financiamentos públicos para obras de infraestrutura na República Dominicana		
		Visita do Presidente Leonel Fernández ao Brasil (2007)	- Segundo o Itamaraty, a República Dominicana ofereceu ao Brasil sua posição geográfica, capacidade logística e outras facilidades que seu país oferece como plataforma para exportar de forma preferencial a terceiros mercados. - Assinatura de Protocolo de Intenções entre o Brasil e a República Dominicana sobre cooperação técnica na área do cultivo da mamona para a produção de biodiesel			
		Cooperação técnica	- Doação de 10.000 (dez mil) doses de vacina contra febre amarela	Financiamento do BNDES no valor de US$ 92 milhões.		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			- Programa de Formação em Saúde Pública e Meio Ambiente - Missão da Fiocruz em 2006			
			- Exportação de 9 aeronaves EMB-314 (Super Tucano) e pacote logístico - Exportações de bens e serviços brasileiros para as obras do Corredor Viário Duarte, a serem executados pela Odebrecht - Exportação de 300 ônibus urbanos, pela Mercedes-Benz.	Financiamento de US$ 52 milhões pelo BNDES		
			Construção das hidrelétricas Pinalito, Lãs Barrias, Pryn Brazo, Palomino, Las Placetas e outras por empresas brasileiras como Odebrecht, Andrade	Financiamento de US$ 46 milhões pelo BNDES		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Gutierrez, Queiroz Galvão.			
			Andrade Gutierrez: construção dos Aquedutos Noroeste e Samaná			
	Trinidad e Tobago	Visita do Ministro Celso Amorim	A delegação brasileira foi acompanhada por comitiva de empresários brasileiros, que mantiveram encontros com a "Trinidad e Tobago Manufacturers Association (TTMA)" e com a Companhia de Desenvolvimento de Turismo e Indústria de Trinidad e Tobago (TIDCO)			
			Votorantim – construção e operação de fundição de 250 mil toneladas de alumínio			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Tabela 3. Brasil- América do Sul: relações políticas e empresariais (2003-2010)

Linhas gerais da política externa 2003-2010	País ou região	Medidas de política externa e/ou atuação de entidades públicas brasileiras	Empreendimentos e projetos envolvendo empresas brasileiras e/ou medidas de cooperação técnica	Financiamento	Conflitos socioambientais e/ou trabalhistas locais	Conflitos com governos locais
A América do Sul é o eixo prioritário da política externa, sendo o Mercosul seu núcleo central. A integração sul-americana é um objetivo estratégico da política externa brasileira. O adensamento das relações políticas e econômicas entre os países contribuirá para o desenvolvimento socioeconômico e a preservação da	Regional	IIRSA - obras de infraestrutura, energia e transporte Criação do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul (Cosiplan), que assumirá as funções do Comitê de Direção Executiva (CDE) da IIRSA	Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Correa, OAS, Queiroz Galvão e outras construtoras, além das empresas de energia, como a Eletrobras. Entre as empresas fornecedoras de máquinas, equipamentos e materiais de transporte, estão Embraer, Alstom, Confab e Mercedes-Benz Brasil. Alguns exemplos de grandes obras são	Mais de 80 financiamentos totalizando cerca de US$ 10 bilhões em projetos já aprovados. Segundo o MRE, não obstante a presença do BID, CAF e Fonplata no Comitê de Coordenação Técnica da IIRSA, e sua contribuição financeira para a elaboração de projetos, a maior parte dos resultados obtidos nos últimos anos em termos de	Focos de conflitos por todo o continente com comunidades de camponeses, ribeirinhos e populações indígenas atingidas por grandes obras de barragens, estradas, gasodutos e complexos de mineração. Denunciam fortes impactos ambientais, a mobilização de mão de obra barata, que é submetida a	

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

paz na região; o desenvolvimento do mercado interno sul-americano e o aumento da competitividade dos países no mercado internacional; e o fortalecimento da capacidade de atuação do Brasil em outros foros internacionais A integração sul-americana baseia-se em dois pilares: a Unasul e o Mercosul[2].			usinas hidrelétricas no Peru e na Venezuela linhas de metrô na Venezuela e no Chile, gasoduto na Argentina, rodovias na Bolívia e em Cuba, Estrada do Pacífico no Peru, pontes no Equador, Paraguai, Guiana, entre outras	obras executadas podem ser atribuídos aos programas brasileiros de financiamento à exportação, a cargo do BNDES e do BB-Proex, bem como à atuação individual da CAF.	condições de trabalho precárias a cooptação de lideranças locais em troca de algumas compensações, de modo a legitimar dado projeto junto à comunidade, a formação de bolsões de miséria e focos de prostituição, a destruição de formas de vida tradicionais e a remoção de populações e comunidades que até então ocupavam e viviam de seu trabalho nos territórios. Muitas das obras sofreram greves, revoltas e ocupações. As	

[2] Ministério de Relações Exteriores: Balanço de Política Externa 2003-2010, disponível em www.mre.gov.br

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

					comunidades reivindicam o direito de consulta prévia, conforme o convênio 169 da OIT.	
	Regional	Criação do Banco do Sul por Convênio Constitutivo assinado por sete países.	Deverá atuar com especial atenção nos projetos priorizados pelo COSIPLAN, em conjunto com os demais bancos de fomento da região.	Tem como uma de suas principais funções a de financiar projetos que viabilizem a integração sul-americana.		
		I Cúpula Energética da América do Sul Criação do Conselho Energético da América do Sul, integrado pelos Ministros de Energia.	Argentina: preparação para futura construção dos empreendimentos hidrelétricos binacionais (Garabi e Panambi) no rio Uruguai; intercâmbio de energia elétrica. Uruguai: projeto de interconexão elétrica entre os dois países, baseado na			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			construção da linha de transmissão entre San Carlos e Candiota (RS). Chile: difusão do uso e pesquisa na área de biocombustíveis, cooperação para desenvolvimento de tecnologia conjunta de produção de biocombustíveis de segunda geração; objetivo de aumentar a participação de empresas brasileiras no mercado chileno de energia. Equador: objetivo de aumentar os investimentos de empresas brasileiras, aumentar o percentual de fontes renováveis na matriz			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			energética equatoriana. Venezuela: além dos empreendimentos da Petrobrás e PDVSA e da interconexão elétrica na fronteira com Roraima (“Linhão de Guri"), destacam-se as atividades de cooperação bilateral intensificadas em 2009 e 2010, em função da crise na geração elétrica na Venezuela. Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname: projetos de cooperação técnica na área de biocombustíveis. Paraguai: reivindicações de obtenção de maior			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			receita de Itaipu; diversificação a matriz energética paraguaia com fontes renováveis, mediante impulso à produção e ao consumo de biocombustíveis. Bolívia: objetivo de compatibilizar as demandas do país vizinho com os interesses das empresas e da sociedade brasileira.			
		23º Encontro Nacional de Comércio Exterior (2003)	Medidas de apoio às exportações, entre as quais a flexibilização do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), mecanismo de garantia ao comércio entre os países da América Latina.			
		Seminário sobre integração sul-americana,	Análise de 22 projetos voltados para a integração sul-	BNDES- Criação de um departamento encarregado de		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		promovido pelo BNDES junto com a Corporação Andina de Fomento (CAF) (2003)	americana. Esses projetos foram enviados por 12 países do continente	prestar apoio à integração entre os países da América do Sul		
	Mercosul	Reunião de Cúpula de Assunção (2003)	Agenda 2003-2006: roteiro de medidas para consolidar a integração do bloco, como a criação de um parlamento Mercosul, um fundo de convergência estrutural (FOCEN) para mitigar as assimetrias, uma universidade sul-americana, entre outras.			
		Reunião de Presidentes no Rio (2007)	Aprovação de 11 projetos que receberão financiamento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEN)			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		39 Reunião de Cúpula (2010)	- Aprovação do código aduaneiro e fim da dupla cobrança da TEC para mercadorias de terceiros países; - Assinatura de tratado de livre comércio com o Egito - Negociação de regras comuns para compras públicas (preferência aos fornecedores vizinhos nas licitações) - Acordo Brasil-Argentina para cooperação na área nuclear e construção de dois reatores atômicos de multipropósito; Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc).			
		Cúpula de Foz do	- Inicio de discussões			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		Iguaçu (2010)	para acordo de proteção de investimentos empresariais - Estabelecido objetivo de livre circulação de pessoas e fim das distorções da TEC.			
		Participação em bloco na Feira Internacional de Alimentos, Processamento de Alimentos e Bebidas	1ª experiência de representação conjunta do bloco em evento internacional. -Representação de cerca de 40 empresas dos quatro países do Mercosul.			
		Cúpula América Latina-Caribe (2008) Criação do Conselho Sul-Americano de Defesa e do Conselho de Saúde da UNASUL	- Primeira cúpula de presidentes latino-americanos e caribenhos sem a presença dos EUA. - Odebrecht saúda a cúpula como a "promotora da integração regionais" em *outdoors*, em meio à crise com o	- Confirma-se a carteira ativa do BNDES e Proex para obras de infraestrutura		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			governo equatoriano			
	Argentina	Visita de Lula à Argentina (2003) "Consenso de Buenos Aires"	- Declaração sobre a Água e a Pobreza - Acordo sobre Simplificação de Legalizações de Documentos Públicos - Acordo de Cooperação entre as Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação das Leis de Concorrência - Acordo por Troca de Notas que modifica o Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais - Memorando de Entendimento para a criação da Comissão de Monitoramento do Comercio entre Brasil e Argentina - Memorando de Entendimento para o	BNDES - Fundo com até US$ 1 bilhão para financiar o comércio bilateral entre Brasil e Argentina.		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			estabelecimento de um mecanismo de intercâmbio de informação sobre a circulação e o tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos			
		Visita de Lula à Argentina (2009)	Saudação da "Semana Argentina em São Paulo" organizada conjuntamente pela Chancelaria argentina e pela FIESP - Seminário Econômico "Oportunidades de Comércio, Negócios e Investimentos entre Brasil e Argentina", com a participação de ambos os Chefes de Estado - Acordo entre Embraer e Aerolíneas Argentinas para a compra de vinte	Convênio de Cooperação entre o BNDES, o Banco de la Nación Argentina e o Banco de Inversión y Comercio Exterior (BICE) para desenvolvimento de cadeias de produção integradas, obras de infraestrutura e comércio bilateral.		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			aviões Embraer 190 AR, que contará com financiamento do BNDES - Medidas de integração produtiva nos setores de aeropartes, indústria naval, equipamentos para a produção de petróleo e gás, produção de medicamentos e indústria alimentícia. - Cooperação Espacial (Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos), Centro Binacional de Nanotecnologia (CBAN), - Medidas de integração de infraestrutura e energia: cooperação nuclear, construção de hidrelétricas,			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			convênio Eletrobras-EBISA, construção de pontes e redes ferroviárias, redes de interconexão elétrica			
			Eletrobrás - Empreendimentos no rio Uruguai/Pepiri-Guaçu Projetos do Gasoduto do Noroeste Argentino e de recuperação de uma ferrovia que cruza a Cordilheira dos Andes e termina na cidade chilena de Antofogasta Projeto de construção de uma linha de trens rápidos entre as cidades de Rosário e Buenos Aires	BNDES/Proex		
			Vale - projeto Rio Colorado em	Banco do Brasil é agente financeiro do	Vulnerabilidade da área de turismo e	Câmara Provincial de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Mendoza. Produção 4,3 milhões de toneladas de cloreto de Potássio por ano, investimento estimado em US$ 4,1 bilhões Odebrecht, Camargo Correia e Andrade Gutierrez: construção da mina, ferrovia e terminal portuário.	projeto através do Banco da Patagônia (pagamento de funcionários e fornecedores) US$200 milhões do BNDES para BB/Patagônia para compra de máquinas e equipamentos do Brasil	produção de vinho. Denúncia de fortes impactos ambientais, emissão de 840.000 toneladas de CO2, risco de salinização do Rio Colorado e sobre-exploração das reservas de gás do país (empresa precisa de 2 milhões metro cúbicos de gás por dia para operar). População protesta na abertura do festival da colheita de uva em 2011	Deputados e Governo Provincial exigem contratação de mão de obra e fornecedores locais e pedem explicações sobre contratação de estrangeiros
			Petrobras: aquisição da Pecom Energia por US$ 3,5 bilhões em meio à crise argentina (2002), criando posteriormente a Petrobras Energia em 2007.		Demissões, introdução de cláusulas de flexibilização laboral, multi-funções e terceirização. A condição de	

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Participação acionária em Mega S.A., Transportadora Gas Del Sur S.A. (TGS), Refinería del Norte S.A. (Refinor) e Oleoducto del Valle S.A. – (gás e hidrocarbonetos); Pasa Fertilizantes S.A., Petroquímica Cuyo S.A. e Innova S.A. (química /petroquímica); Transener S.A., Transba S.A., Yacylec S.A., Central Hidroeléctrica Pichi Picún Leufú, Hidroneuquén S.A., Genelba S.A., Edesur S.A. y Enecor S.A. (eletricidade); Compañía de Inversiones de Energía S.A. y Enron de Inversiones de Energía		trabalho mais precária e menos segura gera risco à segurança e qualidade no trabalho, podendo ocasionar acidentes com altos riscos ambientais. Derramamento de resíduos na Bahía Blanca. Conflito com comunidades indígenas em Salta e com a União dos Trabalhadores Desocupados de General Moscone. Denúncia de abusos e repressão violenta às manifestações	

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			S.C.A (fundos de investimento).			
			Odebrecht: projeto de ampliação do Sistema Argentino de Transporte de Gás., obras de ampliação do gasoduto San Martín da Transportadora de Gas del Sur (TGS), da Petrobras/Enron Odebrecht possui uma carteira de US$2,2 bilhões em obras de infraestrutura na Argentina	Devido ao anúncio da moratória argentina em 2005, o governo brasileiro decide apoiar financeiramente o vizinho através do BNDES. O banco divulga o valor de US$ 237 milhões para financiar bens e serviços de engenharia em dois gasodutos, sendo cerca de US$ 200 milhões para o TGS, operado pela Petrobras e Enron		
			Grupo JBS-Friboi: compra da Swift Argentina (US$200 milhões) tornando-se o maior polo frigorífico do mundo.	Primeiro financiamento do BNDES para aquisições fora do Brasil (US$ 80 milhões) Após financiamento da fusão entre JBS-		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

				Friboi e Bertin, o BNDES passa a possuir 22,4% das ações da empresa. Para eliminar obrigações com debêntures de R$3,5 bilhões BNDES, compra mais ações, passando a possuir 35%.		
			Embraer - Exportação de 20 Aeronaves EMB 190 para Austral/Aerolineas	BNDES/Proex US$ 646 milhões		
			Camargo Correa comprou a maior fabrica de cimento do país, a Loma Negra, por US$ 1,025 milhão	BNDES		
			Andrade Gutierrez: construção de dois gasodutos no valor de US$300 milhões	BNDES financiou 80% dos custos		
			CNO/Techint/OAS/	BNDES/Proex		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			ISOLUX (a licitar) - Aqueduto do Chaco	US$ 180 milhões		
			Construção de ferrovia ligando a cidade argentina de Mendoza à capital chilena, Santiago	BNDES		
			Eletrobras - Empreendimentos no rio Uruguai/Peripiri-Guaçu AmBev entre 2002 e 2006, do controle da Quilmes (aproximadamente US$ 1,8 bilhões) Votorantim (38% da Cementos Avellaneda)	O volume total de investimentos de empresas brasileiras na Argentina no período 1997-2008 foi de aproximadamente US$ 9 bilhões, entre novos projetos, fusões e aquisições, reinvestimentos e ampliações.		
	Bolívia	Mudança de legislação para nacionalização dos hidrocarbonetos (2006)	Petrobrás: desde 1996, havia investido cerca de US$ 1,5 bilhão na Bolívia.		Intensa mobilização social em favor da nacionalização Realização de um plebiscito dois anos	Exército boliviano foi colocado nas instalações da empresa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Novo contrato assumido entre as partes garantiu as operações da Petrobras por mais 30 anos nos campos de San Alberto, San Antonio e Colpa-Caranda, além dos direitos de exploração dos blocos Rio Hondo, Ingre e Irenda. Acertou-se o pagamento de 80% referente a participação governamental e impostos, e entre 2% a 32% referente a remuneração sobre o que foi produzido. Não houve confisco de equipamentos nem das instalações da empresa. O novo contrato manteve a tributação de 50% fixa		antes, no qual 92% apoiou a recuperação da propriedade dos hidrocarbonetos	Negociação direta entre governos. O Brasil reconheceu a a decisão do governo boliviano como ato inerente à sua soberania. Segundo o MRE, assegurou-se, assim, a manutenção das operações da Petrobras na Bolívia, bem como a rentabilidade de seus investimentos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			sobre as receitas da Petrobras, mas garantiu o ressarcimento dos custos operacionais após o pagamento do imposto. A YPFB e a Petrobras passaram a dividir a receita considerando a produção, preço, investimento e depreciação.			
		Assinatura de Ajuste Complementar para Implementação do Projeto Legislação dos Recursos Hídricos (2003) e de Memorando de Entendimento em Matéria Energética entre o Ministério de Minas e Energia	Petrobras: região do Chaco. Adquire Chaco S.A com Total Elf em 2001. Construção e operação de oleoduto e gasoduto entre a planta de processamento do Campo San Alberto, oleoduto Camiri Yacuiba OCY e o Ducto Yabog. Gasodutos: Gasbol,		Denunciam proximidade dos gasodutos de comunidades, poluição, compra de madeira ilegal, controle insuficiente de erosões, danos a estradas comunitárias, instalação de acampamentos dentro de pequenas comunidades, com consequente uso de	

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		do Brasil e o Ministério de Hidrocarbonetos e Energia da Bolívia (2007)	Gasyrg, San Alberto-Yacuiba, San Miguel-Cuiabá Bloco Rio Hondo Braskem e YPFB - Memorando de entendimento sobre possível projeto gás-químico no Departamento de Tarija em 2007		usa água e infraestrutura de serviços, em alguns casos causando escassez de alimentos e medicamentos de dadas comunidades. Estudos de impacto ambiental superficiais. Bloco Rio Hondo atinge Reserva de la Biosfera y Territorio Indígena Pilón Lajas. Gasbol atinge o Pantanal.	
			Queiroz Galvão: Projeto Hacia el Norte: Rurrenabaque-El-Chorro; Rodovia Tarija Bermejo	BNDES/Proex: US$ 199 milhões e US$ 179 milhões. BNDES planejou uma linha de crédito de US$ 600 milhões para o país. Este recebeu cerca de US$ 25 milhões entre 2005 e o início		Queiroz Galvão teve que sair da Bolívia acusada de graves fissuras na construção de uma estrada, deixando a obra para a OAS, que foi acusada de corrupção e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

				de junho de 2006, em desembolsos do Proex-Financiamento, sendo o país que mais recebeu recursos do Proex em 2006.		fraude no processo de licenciamento.
			OAS: - Construção da estrada Villa Tunari - San Ignacio - Estrada Potosí-Uyuni - Rota Potosí-Tarija	US$ 332 milhões do BNDES (80% da obra) Afirma-se que o BNDES aprovou o projeto de obra sem um estudo de impacto ambiental da área de reserva indígena Organizações sociais apontam para a co-responsabilização do BNDES no conflito.	O planejamento da estrada passava por uma reserva indígena, o Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), onde vivem 12 mil pessoas de povos originais. As comunidades iniciaram uma marcha de protesto que paralisou as obras de construção da rodovia. A marcha foi brutalmente	Lula participa em evento organizado pela OAS em Santa Cruz na Bolívia, como ex-presidente, busca ser mediador de um conflito. O governo Morales, bem como o BNDES, suspenderam a obra no trajeto do território indígena.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

					reprimida pelo exército boliviano, gerando a mais grave tensão entre movimentos e o governo Morales.	
		Construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, na fronteira com a Bolívia			Organizações sociais bolivianas e brasileiras apresentaram denúncia conjunta na Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre impactos socioambientais das usinas hidrelétricas	Preocupação do governo boliviano com a concessão da licença para construção. Pedem a realização de estudos de impacto ambiental da obra também no território boliviano.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Votorantim (51% da Cementos Camba) No ano 2000, um terço da soja boliviana foi produzido por grandes fazendeiros brasileiros.			
		Viagem de Lula a Bolívia (2007)	Afirmação da necessidade de estabelecer condições para que o Brasil viabilize crédito a projetos de infraestrutura do Plano Nacional de Desenvolvimento de Bolívia - Preparação de um Plano de Desenvolvimento Fronteiriço, concernente às principais demandas sociais das populações fronteiriças			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		Cooperação técnica: Missão Multidisciplinar para monitoramento e elaboração de projetos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com participação da Fiocruz e Ibama (2008)	Participação do Ministério da Agricultura no Plano de Ação para o Fortalecimento Técnico e Institucional do Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Inocuidade Alimentar da Bolívia, no Controle do Bicudo do Algodão e Caracterização da Área Livre de Praga e na Missão para elaboração do projeto de diagnóstico e controle da Febre Aftosa na Bolívia - Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos e Intercâmbio Técnico em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Agricultura Familiar/ Campesina e Reforma Agrária com participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra - Apoio à criação de uma Instituição Pública de Pesquisa Agropecuária na Bolívia executado pela Embrapa			
	Chile	Visita da Presidenta Bachelet ao Brasil (2009)	- Bachelet e Lula assinam acordo na sede da FIESP em São Paulo; - Início a negociações para um Acordo Bilateral de Investimentos. - Corredor rodoviário bioceânico Brasil-Bolívia-Chile, - Encontro Empresarial Brasil-			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Chile, comitivas empresariais de diversos setores - Ampla liberalização do comércio bilateral e negociação sobre comércio de serviços - Embraer: cooperação entre indústrias aeronáuticas dos dois países - Acordo Bilateral de Transporte Marítimo - Comissão Mista em matéria de energia e mineração missão ao Chile de especialistas de biocombustíveis			
			Vale - Projeto Tres Valles, localizado na região de Coquimbo, no Chile, tem capacidade de produção de 18.000 tpa de cobre catodo.		Protestos reivindicando que a empresa divulgue informações claras e faça um estudo de impactos ambientais mais preciso.	

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

					A Vale conseguiu licença ambiental para exploração, mas terá de seguir normas mais rígidas e os termos da licença foram abertos a população	
			Alstom: ampliação do metrô de Santiago	BNDES/Proex: US$ 209 milhões		
			Mercedes-Benz do Brasil: Projeto Transantiago	BNDES/Proex: US$ 350 milhões		
			Votorantim : aquisição de 15% das ações da Bío Bío			
			Petrobras: em agosto de 2008, concluiu as negociações para compra dos ativos da EXXON no país; adquiriu os ativos de distribuição da Esso Chile Petrolera por US$400 milhões e a fábrica de			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			lubrificantes Chevron			
		Cooperação técnica	Programa comum de trabalho entre Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para cooperação triangular Proposta de cooperação entre Fiocruz e Universidad Católica de La Santísima Concepción (UCSC) e Fiocruz e Universidad de Chile Instalação de escritório da EMBRAPA no Chile			
	Colômbia	Visita do Presidente Lula à Colômbia	Acompanhada de 80 representantes dos setores: agronegócio;			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		acompanhada de Missão Empresarial	química e petroquímica; energia; infraestrutura e construção; máquinas e equipamentos; mineração e siderurgia; produtos de segurança e defesa; tecnologia da informação e serviços.			
		Visita de Álvaro Uribe ao Brasil (2009)	- Assinatura de acordos com Lula na sede da FIESP -Encontro Empresarial Brasil-Colômbia - Programa de Cooperação Técnica, projetos nas áreas de meio ambiente, turismo, agricultura, criação de gado, saúde e energia - Grupo de Trabalho de Biocombustíveis			
			Petrobras: Petrobras Colombia		Denúncias de problemas	

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			associa-se a Exxon e a estatal ECOPETROL para operar no bloco Tayrona - Caribe em águas profundas (2004) Além de Tayrona, empresa produz nos campos Yaguará, Río Ceibas, Arauca, Espinal, Guandó e Upía.		ambientas, danos a nascentes de água, desmatamento e desvalorização de áreas antes turísticas.	
			San Marino: exportação de 127 ônibus para transporte coletivo urbano.	BNDES/Proex: US$ 26,8 milhões		
			- EBX: braço local CCX com investimentos em mineração, ferrovia e porto. - Odebrecht: estrada Rota do Sol - Vale: exploração de			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			carvão, aquisição do grupo Argos			
		Cooperação técnica	- Projetos de cooperação amparados pela Embrapa, Ministério da Saúde, Fiocruz, Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) - Intercâmbio de experiências sobre gestão ambiental urbana, promovido pela Prefeitura de Curitiba.			
	Equador	Visita do Presidente Rafael Correa ao Brasil (2007)	- Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa e na Área de Turismo -Protocolos e memorandos de intenções sobre Cooperação em: Energia e Minas,			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			tecnologia da Informação e Comunicação; - Memorando de Entendimento entre a Petroecuador e Petrobras relativo ao Bloco ITT da Região Amazônica do Equador; - Memorando de Entendimento entre a Petrobras e a Petroecuador para o Desenvolvimento Conjunto de Biocombustíveis no Equador;			
		Mudança no regime de operação de petróleo e gás	- Petrobras: Blocos 31, 18 e campo Palo Azul no Parque Nacional do Yasuni. Sócia do oleoduto OCP.		Conflitos socioambientais com populações indígenas locais. 80% do território Huaorani foi cedido a empresas. Parque Yasuni é considerado uma das regiões de	- Comissão Investigadora do governo equatoriano constata irregularidades, algumas delas envolvendo a Petrobras. Após negociações, ela

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

					maior biodiversidade do mundo. Denúncias de irregularidades e fraudes. Violações trabalhistas cometidas por empresa terceirizada a serviço da Petrobras	recupera campo Palo Azul e 18. - No entanto, nova lei torna empresas petrolíferas prestadoras de serviço. Negociações diretas entre governo brasileiro e equatoriano sobre mudança de contrato. Decisão do Brasil foi a retirada da Petrobrás do projeto no Parque Yasuni, mas permanência no projeto do gasoduto OCP
			Odebrecht - hidrelétrica de San Francisco	US$ 243 milhões do BNDES , com condição de compras de insumos	Graves falhas causam desabastecimento de energia, que	Correa suspendeu as atividades e expulsou a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Sistema Carrizal-Chone, aeroporto de Tena, Projeto Multipropósito Baba e hidrelétrica Toachi-Pilatón. Carteira de projetos superou US$ 2,2 bilhões até 2008 .	e equipamentos brasileiros.	representa 12% do consumido no país. Auditoria Cidadã da Dívida constata irregularidades no contrato para transposição do Rio Daule pela Odebrecht (1987), financiado pelo Banco do Brasil Contratos tipo "turn-key" para a hidrelétrica San Francisco e Rio Daule, que permitiram mudanças após a aprovação, aumento significativamente o valor inicial.	Odebrecht do país. - Correa ameaça o não pagamento da dívida com o BNDES, que mantinha cláusula de garantia por meio do Convênio de Créditos Recíprocos. - O Brasil chama para consultas seu embaixador em Quito e ameaça revisar 30 projetos de cooperação com o Equador, alguns dos quais foram suspensos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Embraer: aquisição de aeronaves EMB 190 LR pela "TAME, Línea Aérea del Ecuador" Andrade Gutierrez Aeroporto de Quito (US$ 200 milhões)	BNDES/Proex		
		Cooperação técnica	Projetos de ampliação de conhecimentos nas áreas de melhoramento genético agronômico, com participação da Embrapa, Instituto Fernando Figueira, Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e Poema ONG. Desenvolvimento de Processos Agroprodutivos para Biocombustíveis, parceiras da ABC, Embrapa e o INIAP			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			(Equador). Projeto de cooperação técnica "Dinâmica Demográfica e Políticas Públicas no Equador: Pobreza, Migração, Saúde Reprodutiva e Envelhecimento"			
	Guiana		Interesse de setores empresariais de exportação de calçados e de cimentos hidráulicos			
			Ponte sobre o rio Tacutu	BNDES/Proex: US$ 17,1 milhões		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		Cooperação técnica: missão conjunta da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Embrapa (2005)	Transferência de tecnologia para a produção de soja em savanas guianenses; Programa de desenvolvimento da capacidade de adaptação técnica dirigida à indústria da soja na Guiana; Projetos de transferência de técnicas para a produção de arroz e de milho nas savanas da Guiana; Fortalecimento da Capacidade de Monitoramento da Comissão Florestal da Guiana.			
	Paraguai	Visita do Presidente Nicanor Duarte Frutos ao Brasil (2003)	Cooperação em curso entre a Eletrobrás e a ANDE (Administración Nacional de Eletricidad)	Compromisso do BNDES de dar apoio financeiro a obras públicas de integração física no Paraguai.		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Projetos Loma Plata; Carmelo Peralta; Estrada Cruce Guraní-Pindoty Porá; Estrada San Estanislao- Puerto Rosário; Estrada Caazapá-Coronel Bogado	Criação de duas linhas de financiamento: uma para investimentos em infraestrutura e outra para ajudar na formalização da economia do país vizinho (2004)		
		Usina hidrelétrica de Itaipu - negociações para revisão do Tratado entre os governos Lula e Lugo	Pelo Tratado, o Paraguai é obrigado a ceder ao Brasil a energia excedente de sua cota de 50%, não pelo preço de mercado, mas por uma compensação monetária fixada pelo Brasil. Governo paraguaio reivindica: - Soberania hidrelétrica - Preço justo para a energia exportada			Brasil e Paraguai acordam: - Controladoria Geral do Paraguai fará uma auditoria da dívida no lado paraguaio; - Maior participação paraguaia na gestão da usina; - Triplicação do valor pago pelo Brasil pela energia do Paraguai;

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			- Revisão da dívida - Administração paritária - Controle e transparência - Execução de obras faltantes O Brasil atendeu parcialmente às demandas paraguaias. O Paraguai sinaliza a o compromisso com investimentos em infraestrutura, construção de pontes, ferrovias e uma linha de transmissão, beneficiando as empresas brasileiras de construção, e melhorar as condições para produtores de soja brasileiros no país.			- Venda de energia a outros países a partir de 2023, quando da revisão do acordo
			Construção da	BNDES/Proex		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			segunda ponte sobre o rio Paraná	US$ 200 milhões		
			Camargo Correa e Votorantim: construção de uma fábrica de cimento na região metropolitana de Assunção no valor de US$100 milhões Votorantim assume 35% da Cementos Iguazu			
		"Fronteira Sul II" (2008)	Exercício militares brasileiros na fronteira com o Paraguai, manobras com munições reais, treinamento para um eventual resgate de reféns, assim como a ocupação de usinas hidrelétricas.			

			Produtores de soja: brasileiros respondem a mais de 80% da safra nacional.		Mobilização dos sem-terra paraguaios cobrando a reforma agrária.	Ameaçados pelas ocupações, esses fazendeiros pediram socorro ao governo brasileiro, que mobilizou 11 mil homens de seu exército para garantir sua segurança no país vizinho.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		Cooperação técnica: missões de monitoramento em 2008 e 2009	Desde 1987; projetos se concentram nas áreas de agropecuária, educação, saúde, cultura, serviço postal, formação profissional, desenvolvimento rural e biocombustível, com apoio da Fiocruz, Embrapa e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). - Capacitação técnica de pesquisadores nas principais cadeias produtivas do agronegócio. - Desenvolvimento de técnicas para a produção de matérias-primas de biocombustíveis.			

			Centro de Formação Brasil-Paraguai: recuperação socioeconômica da região de Ciudad del Este, formação e reconversão profissional da mão-de-obra ociosa .	Custo total de US$ 2.167.264. ABC e do SENAI, aportam US$ 1.051.864 e o governo paraguaio US$ 1,115.400		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

	Peru	Acordo Energético Peru-Brasil (2009/2010)	- Desenvolvimento do comércio energético e fornecimento de energia elétrica para o Brasil. O convênio prevê a instalação de seis usinas hidrelétricas com investimento brasileiro na floresta amazônica peruana em 20 anos. Central Hidrelétrica Chagalla (Odebrecht) Hidrelétrica de Inambari, consórcio Egasur, integrado por Eletrobras (29,4%), OAS (51%) e Furnas (19,6%).		Diversos focos de conflito, como no caso de manifestação de cerca de 5 mil moradores contra a construção de hidrelétrica em Campo Redondo, expulsando funcionários da empresa Vera Cruz e um integrante do Ministério de Minas e Energia Hidrelétrica de Inambari afetaria biodiversidade de uma reserva nacional, forçando o reassentamento de aprox. 14 mil pessoas, e inundaria trechos da rodovia interoceânica	Peru cancelou a licença de concessão temporária do projeto Inambari para submetê-lo à consulta prévia da população afetada
		Visita de Celso	Cooperação Científica			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		Amorim (2009) e visita de Alán Garcia ao Brasil em 2010	e Técnica entre o Brasil e o Peru para estimular as cadeias produtivas nas localidades fronteiriças de ambos os países. - Estrada Interoceânica Sul para facilitar a exportação de produtos brasileiros para a Ásia Pacífico através do território peruano - Grupo Executivo de Trabalho Peru-Brasil para estimular e agilizar o comércio, os investimentos e o turismo bilateral - Apoio à constituição de um Conselho Empresarial Peruano-Brasileiro para maior participação do setor privado no processo de integração econômica			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			- Acordo para Fornecimento de Eletricidade à República do Peru e Exportação de Excedentes ao Brasil - projetos em território peruano orientados ao provimento de eletricidade ao mercado peruano e à exportação de energia ao Brasil. - Reunião do Conselho Empresarial Brasileiro-Peruano			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Vale- Projeto Bayovar para concentrado fosfórico Projeto “La Morada” (Cajamarca) pela subsidiaria da Vale, Miski Mayo (Rio Doce em quéchua) para produção de ouro, cobre e magnésio.		Em Cajamarca, denúncias de uso de grupos paramilitares para segurança. Diversos protestos conseguiram paralisar as obras.	
			Odebrecht: - Construção do Gasoduto Andino do Sul - Projeto de construção das instalações de exportações marítimas na planta de GLP de Pampa Melchorita. - Construção do trecho 2 do Trem Elétrico de Lima e outros sete contratos,			Conflito por sobre-preço no orçamento das construções. Para o primeiro trecho do Trem Elétrico esperava-se um gasto de US$ 410 milhões, porém gerou um gasto adicional de US$12 milhões. No caso Olmos, a empresa exigiu

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			dentre eles três trechos da transoceânica e duas obras do projeto Olmos Entre 2006 e junho de 2011, os contratos da Odebrecht com o Estado somaram mais de 6,500 bilhões de soles.			ao governo regional de Lambayeque US$ 70 milhões de dólares adicionais ou ampliação do tempo de concessão da administração das águas de 15 a 28 anos.
		Eleições presidenciais 2011	- Construtoras brasileiras foram as principais doadoras à campanha presidencial de Alejandro Toledo (US$119 mil) entre elas Camargo Corrêa e Galvão Engenharia.			
			Ponte Assis Brasil-Iñapari	BNDES/Proex US$ 17,1 milhões		
			Petrobras - exploração de gás na região de Camisea.		Licença de exploração do Lote 10 (província de Talara, Piura), onde	

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Exploração nos lotes 10, 99, 34 e 35 de Cuenca Ucayali (selva peruana), e lote 16 de Cuenca de Talara. Exploração do bloco 57 com Repsol YPF.		estão várias zonas protegidas e perto de oito sítios arqueológicos e Lote 58, bosque natural tropical. Conflito com populações indígenas locais	
			- Votorantim comprou a maior produtora, refinaria, metalúrgica de zinco, e companhia mineira MinCo - A Gerdau comprou a SiderPeru, maior siderúrgica peruana. Multinacionais brasileiras têm investimentos de US$ 3,5 bilhões a US$ 5 bilhões no país			
		Cooperação técnica	Negociações para elaboração de convênio entre a ENSP/ Fiocruz e a Universidad Nacional			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Mayor de San Marcos (UNMSM) para grupo de pesquisa na área de paleoparasitologia com os profissionais peruanos.			
	Suriname	Cooperação técnica	Desde 1976; - Projeto "Manejo Integrado da Mosca da Fruta no Suriname", com participação da Embrapa, visando produção de etanol, por (cana-de-açúcar) e biodiesel (mamona, girassol, amendoim e gergelim) - Atividades de mapeamento, Serviço Geológico do Brasil (CPRM) do Ministério de Minas e Energia (MME)			
	Uruguai	Visita do Presidente Jorge Batlle ao Brasil (2003)	Expansão de empreendimentos privados brasileiros no Uruguai na			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			produção de malte, na indústria frigorífica e na mineração de quartzo e beneficiamento de silício. Enfatizaram a importância dos projetos de integração física na América do Sul e a prioridade do Mercosul. Acordaram na liberalização do comércio agrícola internacional			
		Visita de Estado do Presidente Tabaré Vázquez (2005)	Projetos de fortalecimento da infraestrutura física de transportes, energia e comunicações. Cooperação no campo energético incluindo estudo da construção de uma nova linha de transmissão de energia elétrica entre	Financiamentos do BNDES e PROEX na exportação de bens e serviços para projetos de infraestrutura no Uruguai.		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Brasil e Uruguai, bem como a conexão dos gasodutos uruguaios com o sistema galífero no Brasil. Os Presidentes analisaram a associação VARIG-PLUNA e possibilidade de cooperação entre a Petrobras, a Eletrobras, a ANCAP e a UTE.			
		Visita do Presidente Lula (2010)	- Setor de construção, infraestrutura - Setor elétrico (acordo entre UTE e Eletrobras) - Setores de biotecnologia, energia eólica, metal-mecânica, eletrônica e software, lácteos, couro, química e látex, naval e aeronáutico - Saudação e ênfase	Abertura de uma sede do Banco do Brasil e escritório do BNDES no Uruguai, com objetivo de facilitar a apresentação de projetos de financiamento de países da América do Sul.		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			na necessidade de eventos empresariais			
			Votorantim: 38% da Cementos Artigas		A Votorantim é acusada de ser um dos maiores responsáveis por degradações ambientais na região de Fray Bentos (impacto da monocultura do eucalipto e da produção da polpa de celulosa na contaminação e na falta de água da região)	
			OAS- Rede de Distribuição de Gás de Montevidéu.	BNDES US$ 7 milhões		
			Eletrobras - construção de linha de transmissão entre San Carlos e Candiota			
			Entre 2000 e 2008, brasileiros compraram 105 mil hectares de terras uruguaias			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			(compras feitas por pessoas físicas), uma área parecida com a da cidade do Rio de Janeiro. As estimativas são de que estrangeiros já detêm 25% das terras uruguaias. - Camil adquiriu em 2007 o controle da Saman, responsável por cerca de metade da safra de arroz. Hoje é a quarta maior exportadora do país (US$175 milhões) - A Ambev é dona das três marcas de cerveja mais tradicionais do país e de suas principais matérias - A participação de empresas brasileiras			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			no abate total de gado no país soma 36%. A Marfrig é dona de quatro frigoríficos, a JBS de um e a Minerva comprou o frigorífico Pul em janeiro -Petrobras tem 89 postos de combustíveis, 21% de participação de mercado e controla distribuidoras de gás na capital e no interior -O BB pediu autorização ao BC do Uruguai para atuar como banco comercial no país sob a bandeira do Banco da Patagônia (do qual é controlador na Argentina)			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			- Itaú é o terceiro maior banco do país, atrás apenas do estatal BROU e do espanhol Santander - Laboratório Eurofarma adquiriu o controle da indústria farmacêutica Gartier.			
		Cooperação técnica Missão multidisciplinar com representantes do Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Receita Federal, CEFET Ouro Preto e SESI	Desde 1975; Estão em execução projetos com participação da Embrapa (Cooperação Técnica em Melhoramento Genético de Hortaliças e Impactos Ambientais nos Sistemas Agrícolas de Terras Baixas), Fiocruz (Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano no Uruguai) e Universidade de Brasília (Produção			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		(2008).	Colaborativa de Informações Ambientais e Capacitação em Educação Ambiental e Produção Colaborativa de Material Didático para a Conservação da Biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim) -Fortalecimento do Ensino Técnico na Área de Mineração.			
	Venezuela	Visita de trabalho do Presidente Chávez (2003)	Prioridade à integração sul-americana, tanto na vertente econômico-comercial como na social e de infraestrutura física Missão empresarial a Caracas contou com 120 empresários brasileiros	O BNDES: linha de crédito emergencial de US$ 50 milhões para a compra de medicamentos e alimentos produzidos no Brasil		
		Visita do	Encontro Empresarial	BNDES: US$ 900		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		Presidente Chávez (2004)	Brasil-Venezuela Proposta de criação de um Banco do Sul, de uma Televisão do Sul e de um Fundo Latino-americano de Garantias. - Decidiram reativar a Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela (COBAN)	milhões para financiamentos relativos aos acordos firmados pelos presidentes Lula e Chávez (2005).		
		Visita de Lula e visita do Ministro Miguel Jorge a Caracas acompanhado de missão empresarial brasileira (2009)	Abertura de Escritório do IPEA, ABDI (Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial), da Embrapa e da Caixa Econômica Federal na Venezuela. - Incorporação da Caixa e de empresas brasileiras no projeto de Transformação Integral do Bairro San Agustín do Sul	Caixa Econômica		

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			- Estreitamento da cooperação em infraestrutura, comunicações, interconexão fluvial e terrestre, biotecnologia, turismo e complementaridade industrial - Parceria entre a Embrapa, a Odebrecht e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural da Venezuela (Inder) - Projeto de Construção do Frigorífico de San Francisco (Apure) entre a Corporación Venezolana de Alimentos CVA e o Grupo Colorado do Brasil. - Petrobras e PDVSA: estatuto para operação da Refinaria			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Abreu e Lima - Acordo de Estudo Conjunto para Campos Maduros entre a PDVSA e a ODEBRECHT Óleo e Gás, - Memorando de Entendimento entre a PDVSA Industrial e a empresa brasileira MAT S/A para programa de Gás Natural Veicular - Adendo ao Memorando de Entendimento entre a Petroquímica de Venezuela (Pequiven) e a brasileira BRASKEM, para a Implementação de Instalações Petroquímicas no Polo Petroquímico			
		Entrada no Mercosul (2009)	Interesse dos setores de construção e exportadores, como			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			alimentos, aparelhos eletrônicos (zona franca)			
			Odebrecht - Construção e ampliação do Metrô de Caracas	BNDES aprox. US$ 943 milhões		
			Camargo Correa: construção de um conjunto de obras de saneamento na bacia do Rio Tuy. Negociação sem concorrência, acertada diretamente com o governo de Chávez	BNDES entrará com 60% da obra (cerca de US$ 1,3 bilhão) e o governo venezuelano com o restante.		
			Alstom - Construção da Hidrelétrica La Vueltosa	BNDES US$ 121 milhões		
			- Petrobrás, Eletrobras Eletronorte - Missão técnica			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			brasileira (MME, Eletronorte, Eletrobrás, Furnas, Itaipu, CEPEL MRE) à Usina de Guri			
		Cooperação técnica	Desde 1973; - Sete novos projetos nas áreas de saúde e agricultura, em 2007, com a participação da Embrapa, Anvisa e Fiocruz. - Novos temas a no Programa Bilateral: desenvolvimento social, com ênfase nos setores de habitação e de infraestrutura Acordo para cooperação f ENSP e o Ministério de Salud y Desarrollo Social de La República Bolivariana de Venezuela para apoio mútuo nos programas de saúde pública nos países, em	O Brasil, por meio da Caixa Econômica Federal (CEF), apoiará a Venezuela na realização de ações de cooperação com o Banco Nacional de Habitação e de Desenvolvimento (BANAVIH).		

			especial na pesquisa, planejamento e administração de sistemas e serviços de saúde.			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

Tabela 4. Brasil- Oriente Médio e Norte da África : relações políticas e empresariais (2003-2010)

Linhas gerais da política externa 2003-2010	**País ou região**	**Medidas de política externa e/ou atuação de entidades públicas brasileiras**	**Empreendimentos e projetos envolvendo empresas brasileiras e/ou medidas de cooperação técnica**	**Financiamento**	**Conflitos socioambientais e/ou trabalhistas locais**	**Conflitos com governos locais**
A ampliação das relações com do Brasil com a região insere-se na diversificação das relações externas. Segundo o MRE, o Brasil mantém vínculos com a região, que são: étnicos e culturais, decorrentes da migração; econômicos, pela grande complementaridade dos mercados; políticos, pelo histórico de defesa de posições convergentes em temas relativos ao mundo em	Regional	I Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), Brasília, 2005	Encontro Empresarial América do Sul-Países Árabes - São convidados a participar do evento em Brasília banqueiros e financistas locais e internacionais, selecionados com base nos interesses econômicos presentes e potenciais entre as duas regiões. - No setor dos transportes, foram mencionadas as possibilidades de acordos aéreos com empresas como a Emirates Airlines, a Air Liban-Middle East Airlines e a TAM, além de ligação aérea entre Istambul e a América do Sul			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

desenvolvimento.			Feira Big 5: feira de construção civil em Dubai - 18 empresas brasileiras participaram do evento gerando negócios no valor de US$ 7,5 milhões			
	Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos	Missão empresarial aos Emirados Árabes Unidos e à Arábia Saudita	Em Dubai, “Feira da Indústria de Construção do Oriente Médio”			
	Israel/Palestina /Jordânia	Missão do governo brasileiro com participação do presidente Lula	Missão acompanhada por 75 empresas brasileiras dos setores de agronegócio, casa e construção, e alimentos e bebidas			
	Afeganistão	Cooperação técnica	Acordo-Quadro de Cooperação Técnica co destaca na agricultura. Em 2009 foram realizadas duas missões afegãs ao Brasil, uma na área de eleições, outra na área de agropecuária. Houve visitação das instalações da			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), de centros da Embrapa e de cooperativas.			
	Arábia Saudita	Missão empresarial saudita ao Brasil (2006)	Envolvimento dos setores de mineração e petroquímica			
	Bareine	- Acordo de Cooperação Econômica e Comercial e Acordo para a Promoção e Proteção de Investimentos .	- Memorando de Entendimento para Cooperação entre a Câmara do Comércio e Indústria do Bareine e do Brasil			
	Catar	- Acordo sobre bitributação dos lucros do Transporte Aéreo Internacional (2010) e - Acordo de Cooperação Econômica e Comercial	Acordos envolvem Qatar Holding LLC e o BNDES, Vale e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil			
	Cazaquistão	Cooperação técnica	Em junho de 2009, foi realizada missão sobre			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			cooperação técnica entre os dois países, envolvendo a participação da Embrapa.			
	Egito	Acordo de livre comércio com Mercosul	Setores exportadores beneficiados: Embraer, frango, café solúvel, papel, automóvel, calçado, tabaco, suco de laranja, açúcar, cacau, cosmético, móveis, eletroeletrônico.			
			Embraer: exportação de 52 Tucanos e outros acordos em andamento	US$ 400 milhões		
	Emirados Árabes		Odebrecht : responsável pela construção da nova pista do aeroporto da cidade de Abu Dhabi; contrato de US$ 132 milhões para construção da estrada Ras Al Khor em associação com a companhia Bin Hafeez, de Abu Dhabi			
	Irã	visita de Ahmadinejad ao Brasil 2009	- Grupo de Trabalho Conjunto para promoção do comércio e investimento - Desenvolvimento de oportunidades de comércio e			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			investimento para produtos agrícolas, serviços de engenharia, logística, petróleo e gás, maquinário, têxteis e vestuário, produtos químicos, automóveis e partes automotivas, equipamentos de telecomunicação e dispositivos de automação de escritório, produtos eletrônicos - Cooperação na área de construção de usinas hidrelétricas, usinas termelétricas, redes de transmissão e distribuição de energia elétrica, equipamentos para essas construções. - Intenção de cooperar na área de produção conjunta de turbinas industriais, bem como de intercâmbio de tecnologias e de prestação de suporte técnico e serviços de engenharia - IV Encontro Empresarial			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Brasil-Irã			
			Petrobras: contratos de exploração no Irã com a estatal Nioc, negociação de extensão das atividades em águas profundas do Mar Cáspio			
		Missão comercial Visita de Lula para buscar um acordo sobre enriquecimento de urânio, que foi mediado por Brasil e Turquia (2010)	Missão acompanhada por 70 empresas - Construtoras (projetos de infraestrutura): Camargo Correia, túnel para conter degradação do Mar Morto, projeto de irrigação de terra - Embraer, venda de aviões "super-Tucano" -Eurofarma -Serviço de segurança e vigilância (associação com empresas israelenses) Visita beneficiou setor de carne e alimentos (Bunge alimentos, Mafrig, JBS, Berlin, Mataboi, Minerva, Granol, investimentos de 10 a 50 bilhões de dólares)	- Facilitação de exportações e crédito específico da Caixa Econômica Federal (U$ 1bilhão em cinco anos)		
	Iraque		Memorando de			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			Entendimento entre a Petrobras e o Ministério do Petróleo do Iraque (2005)			
	Israel	Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel (2010)	- Entre Brasil e Israel a troca de maior interesse entre as partes envolve etanol, tecnologia, farmacêuticos. -Interesse das empresas Consist Software e H.Stern -Perspectivas para área de construção civil.			
	Jordânia	- Acordo de Cooperação Econômica e Comercial e - Acordo-Quadro entre Mercosul e Jordânia para a criação de área de livre-comércio (2008)				
	Kuait	Missão ao Kuait, organizada pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira	- Envolveu 75 empresas brasileiras dos setores de alimentos e bebidas, metais ferrosos e não-ferrosos,			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

		(CCAB), em parceria com a Embaixada do Brasil no Kuait	iluminação, móveis, utilidades domésticas, refrigeração, vidros, ferramentas e talheres, obras de pedras e semelhantes e produtos cerâmicos.			
	Líbia	Abstenção do Brasil (junto com os demais BRIC) na votação do Conselho de Segurança da ONU sobre a intervenção da OTAN no país	Empresas brasileiras detêm uma carteira de mais de US$ 6 bilhões em obras. Odebrecht: contratos de US$ 3,5 bilhões para construção do novo aeroporto internacional e do anel rodoviário de Trípoli. Andrade Gutierrez: construção do metrô de Trípoli Petrobras: contrato com a estatal da Líbia National Oil Corporation (NOC), para o direito de explorar óleo e gás na área 18 da seção líbia do Mar Mediterrâneo Cogefe participa de um			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			consórcio de 21 companhias para construção de 300 blocos com 20 mil de apartamentos e instalar nove fábricas de material de construção.			
		Missão Empresarial (2003) .	Composta por empresários dos setores de engenharia civil, materiais de construção, indústria têxtil, indústria automobilística e mineração			
	Marrocos	Visita ao Brasil do Rei do Marrocos (2004) Acordo-Quadro sobre Comércio entre o Mercosul e o Reino do Marrocos	Delegação marroquina acompanhada de diversos diretores de empresas			
	Omã	Abertura da Embaixada do Brasil em Mascate (2008)	Segundo o MRE, a decisão sobre a abertura da embaixada considerou a atuação da Vale para construção de um porto e de uma unidade industrial para a pelotização de minério de ferro nos arredores			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA

			(investimento de mais de US$ 1 bi)			
	Turquia	I Reunião da Comissão Mista Brasil-Turquia de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial.	Cooperação técnica e de facilitação de negócios, em áreas como energia (particularmente petróleo e etanol); agricultura; peças de automóveis; transporte marítimo; transporte aéreo; zonas francas; compras governamentais; turismo; e cooperação científica. - Presidente da Bolsa de Valores de Istambul e o Vice-Presidente da Turkish Airways acompanharam a delegação turca. - Contatos com diversos representantes de entidades empresarias e financeiras, tais como a Associação Comercial de São Paulo, Bovespa, BM&F e FIESP. - Visita às instalações da EMBRAER			

			- Criação da Câmara de Comércio Brasil-Turquia			
			Acordo entre Petrobras e a estatal Turkish Petroleum Corporation, para começar a explorar águas ultraprofundas na Turquia			

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812659/CA